



International
Press
Institute



Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Guia de Reportagem

Cobertura jornalística dos compromissos de
desenvolvimento para 2015 e anos seguintes

CAPA: Crianças de um grupo indígena da tribo Waodani numa aula de matemática como parte de um programa de educação bilingue em Toñampari, Equador. *EFE/Marti Quintana*



International
Press
Institute

Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Guia de Reportagem

Cobertura jornalística dos compromissos de desenvolvimento para 2015 e anos seguintes

The International Press Institute (IPI)

Alison Bethel McKenzie, Diretora executiva do IPI

Chefes de Redação

Mariela Hoyer Guerrero e Scott F. Griffen

Coordenação e Revisão

Cristina-Villas Boas, Marta Gama e Sara Nogueira, sob supervisão académica de Elena Zagar Galvão
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

Tradutores

Alexandra Berg, Cristina-Villas Boas, Fernanda Romero, Iryna Panasyuk, Joana Soeiro, Mariana Magalhães,
Marlene de Sousa, Marta Gama, Marta Pereira, Marta Ribeiro Salgado, Muriel Garcia, Rita Freitas, Sandra Santiago,
Sara Nogueira, Sílvia Melo, Wanda Woloszyn, Manuel Portal e Sérgio Real

Grafismo e Design

Monica LoCascio

Impresso por

Holzhausen Druck GmbH
Wienerfeldstraße 9
2120 Wolkersdorf, Austria

ISBN: 978-3-9503007-4-1

© 2013 International Press Institute

Todos os Direitos Reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou difundida sob qualquer forma ou por quaisquer meios eletrónicos ou mecânicos sem consentimento escrito do autor.

O International Press Institute (IPI) é a mais antiga organização mundial dedicada à promoção do direito à informação. Somos uma rede global de jornalistas e editores que trabalha para salvaguardar a liberdade de imprensa e promover a livre circulação de notícias e informação, bem como a ética e o profissionalismo na prática do jornalismo.

O Instituto foi criado em 1950 por 34 editores de 15 países que acreditavam que uma imprensa independente e profissional contribui para uma sociedade mais livre, mais justa e regida pelos princípios de um Estado de direito. Atualmente, o IPI é uma organização global com membros em mais de 120 países. É um organismo politicamente neutro e goza de um estatuto consultivo nas Nações Unidas e no Conselho Europeu.



**Instituto Internacional de Imprensa
(International Press Institute, IPI)**

Spiegelgasse 2
1010 Vienna Austria
www.freemedia.at
+43 1 512 90 11

(a) Prefácio

Ao longo de mais de sessenta anos de história, o International Press Institute (IPI, Instituto Internacional de Imprensa) tem promovido de forma consistente a perspectiva de que o jornalismo tem o poder para mudar vidas. Assim, a decisão de mandar elaborar este livro foi fácil de tomar — mas foi também crucial, dada a urgência com que os meios de comunicação social devem voltar a envolver-se em aspetos sociais do desenvolvimento.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) representam o maior compromisso à escala global na história para o melhoramento material da condição humana. No entanto, a menos de dois anos do prazo original de 2015, muitas das promessas dos ODM continuam por cumprir.

O *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Guia de Reportagem* é a primeira publicação do género, dirigindo-se especificamente a jornalistas e editores que escrevam sobre desenvolvimento humano e fornecendo-lhes ferramentas para mudanças ainda maiores. Embora sejamos da opinião de que este guia chega na altura certa para inspirar histórias tendo em mente a data de 2015, também se revelará imprescindível para a agenda dos ODM pós-2015.

Este livro é o resultado da dedicação incansável do IPI ao jornalismo de inspiração social e o fruto de uma empolgante colaboração internacional entre jornalistas premiados, agências da ONU responsáveis pela monitorização dos ODM e experientes editores do IPI.

Na Primeira Parte, os jornalistas podem encontrar uma panorâmica da história e da estrutura dos ODM, assim como uma lista completa dos mesmos. A Segunda Parte contém contribuições das cinco Comissões Regionais da ONU, em que se descreve a situação atual dos ODM nas respetivas regiões e se dá conselhos sobre como melhorar a cobertura jornalística.

Conselhos concretos para a cobertura jornalística de tópicos relacionados com os ODM — entre os quais a corrupção, as questões de género, a pobreza e a educação — encontram-se na Terceira Parte, redigida por repórteres com uma vasta e variada experiência na cobertura do desenvolvimento.

Na Quarta Parte, o Fundo OPEP para o Desenvolvimento Internacional explica porque encara a «pobreza energética» como o ODM em falta e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) debate o futuro da agenda dos ODM.

Na Quinta Parte, os jornalistas encontram exemplos de coberturas jornalísticas do desenvolvimento competentes e premiadas, para que lhes sirvam de inspiração aquando da redação das suas próprias histórias. Finalmente, na Sexta Parte, quatro jornalistas de países em vias de desenvolvimento contam as suas experiências pessoais na cobertura jornalística dos ODM e mostram por que razão este trabalho é decisivo para o progresso da sociedade.

Em nome do Conselho de Administração do IPI e dos seus membros em mais de 100 países, orgulho-me de apresentar o *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Guia de Reportagem*. Esperamos que se revele de extrema utilidade enquanto a comunidade global reflete sobre o trabalho a fazer antes de 2015 — e aquele que certamente a espera após essa data.

Alison Bethel McKenzie
Diretora executiva do IPI

(Índice)

(1ª parte) Fundamentos	(3ª parte) Guia de reportagem para a cobertura jornalística dos ODM		(6ª parte) Histórias do terreno: Reflexões pessoais acerca da cobertura sobre os ODM
10 (1) Introdução: Não há tempo a perder <i>Scott F. Griffen</i>	62 (10) Uma perspectiva global sobre os países em desenvolvimento (e qual o seu interesse para os jornalistas dos países desenvolvidos) <i>Rachel Pulfer</i>	112 (20) Manter o dinheiro debaixo de olho: Como fazer cobertura jornalística do dinheiro por detrás dos ODM <i>Kimberly S. Johnson</i>	176 (29) O meu trajecto nos ODM (Haiti) <i>Jean Claude Louis</i>
14 (2) A história dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) <i>Nadia Sanders Vázquez</i>	66 (11) Jornalismo de investigação: Uma questão de cooperação transfronteiriça <i>Paul Christian Radu</i>	118 (21) Seguir as pistas: Como solicitar informação às autoridades <i>Maye Primera</i>	180 (30) Do Canadá para o Gana: Um relato pessoal (Canadá/Gana) <i>Sophie Nicholls Jones</i>
18 (3) O que são os ODM e quais são as partes intervenientes? <i>Ernestina Álvarez Guillén</i>	70 (12) Um problema, várias dimensões: Dicas para a cobertura jornalística da pobreza <i>Jean Claude Louis</i>	122 (22) A arte da entrevista <i>Maria Emilia Martin</i>	184 (31) Oito objetivos, um esforço coletivo (Papua Nova Guiné) <i>Shirlyn Belden</i>
22 (4) ODM: Lista completa de objetivos, metas e indicadores	74 (13) Alimentar a reflexão: Dicas para a cobertura jornalística da fome <i>Marwaan Macan-Markar</i>	(4ª parte) Contextualização dos ODM	188 (32) Porquê escrever sobre os ODM? (Nicaragua) <i>Maria Haydée Brenes Flores</i>
(2ª parte) A concretização dos ODM e os meios de comunicação social: Perspetivas regionais apresentadas pelas Comissões Regionais das Nações Unidas	78 (14) Um direito, não um privilégio: Dicas para a cobertura jornalística da educação <i>Louisa Reynolds</i>	128 (23) Redução da pobreza energética: O Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em falta <i>Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional (OFID)</i>	191 (33) Agradecimentos
28 (5) Os ODM na América Latina e Caraíbas: Sem pessimismo nem otimismo <i>Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e Caraíbas (CEPAL)</i>	84 (15) Por quem se agita a bandeira? Dicas para a cobertura jornalística da igualdade de género <i>Guenet Ayele Gruenberg</i>	134 (24) O caminho a seguir: Reflectir sobre o futuro dos ODM <i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)</i>	
34 (6) Os ODM na Europa: Jornalistas precisam-se <i>Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (ECE)</i>	90 (16) Reavivar uma «velha história»: Dicas para a cobertura jornalística do VIH/SIDA <i>Isaiah Esipisu</i>	140 (25) Recursos	
40 (7) Os ODM em África: Cobertura jornalística dos ODM – é para o vosso bem <i>Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA)</i>	94 (17) O global é local, e o local é global: Dicas para a cobertura jornalística do ambiente <i>Stephen Leahy</i>	(5ª parte) Aprender com o exemplo: Histórias premiadas sobre o desenvolvimento humano	
46 (8) Os ODM nos Estados Árabes: Uma região numa encruzilhada <i>Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (CESAO)</i>	100 (18) Um conselho saudável: Dicas para a cobertura jornalística da saúde <i>G. Ananthakrishnan</i>	160 (26) «A corrida ao “ouro cor-de-rosa”» <i>Syed Zain Al-Mahmood</i>	
54 (9) Os ODM na Ásia e no Pacífico: Precisa-se de ajuda para acelerar o progresso <i>Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e para o Pacífico (CESAP)</i>	106 (19) Responsabilizar «os grandes»: Como pôr a corrupção a descoberto <i>Umar Cheema</i>	164 (27) «Medicina versus Mito na Serra Leoa» <i>Nele Mailin Obermueller</i>	
		168 (28) «Tereso é apenas um exemplo» <i>Mario Alejandro Muñoz de Loza</i>	

(1ª parte)

Fundamentos

Introdução: Não há tempo a perder	<i>Scott F. Griffen</i>	10
A história dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)	<i>Nadia Sanders Vázquez</i>	14
O que são os ODM e quais são as partes intervenientes?	<i>Ernestina Álvarez Guillén</i>	18
ODM: Lista completa de objetivos, metas e indicadores		22

Estudantes da escola José Trinidad Cabaña, nas Honduras, participam num projeto de reflorestação para combate às alterações climáticas e ao comércio ilegal de madeira. *EFE/Gustavo Amador*



(1)

Introdução: Não há tempo a perder

Scott F. Griffen

Há treze anos, numa celebração que uniu todos os cantos do mundo, a humanidade deu as boas-vindas ao novo milénio. Foi uma ocasião particularmente solene, que trouxe a promessa de um futuro melhor para todos.

Em Setembro desse ano, o ano 2000, um número sem precedentes de líderes mundiais reuniu-se em Nova Iorque para a Cimeira do Milénio, afirmando o seu compromisso em ajudar os milhares de milhões de pessoas que carecem das condições mínimas de subsistência.

«Reconhecemos que, fora a nossa responsabilidade individual para com as nossas sociedades, temos uma responsabilidade coletiva para promover os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade a um nível global», reconheceram os líderes e representantes de 189 Estados-Membros das Nações Unidas no documento que coroou a cimeira: a Declaração do Milénio.

A Declaração aproveitou o raro ponto de viragem temporal para estabelecer uma série de prioridades para o desenvolvimento dos anos vindouros, incluindo a erradicação da pobreza, a preservação do ambiente e a proteção dos membros mais vulneráveis da sociedade, em especial as crianças.

Estas prioridades foram, por suas vez, expandidas e transformadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), um conjunto de objetivos específicos, verificáveis estatisticamente e um poderoso símbolo do compromisso para com o bem-estar da humanidade.

Mas quem se responsabilizaria por transformar estas grandiosas promessas em realidade? E quem poderia implementar estas metas altamente ambiciosas e bem-intencionadas até ao ano limite de 2015? O Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, respondeu de forma clara: todos nós. «As questões com que

estamos a lidar — desde a erradicação da pobreza à luta contra a SIDA e à proteção do ambiente — requerem a ajuda de todos.»

Na verdade, seria um erro grave pensar que apenas os governos têm o poder de consolidar os ODM. Tal conclusão é um convite ao ceticismo, tendo em conta que os órgãos governamentais, quer a nível nacional quer internacional, podem, por vontade própria, recusar dar prioridade ao desenvolvimento social e humano — ou até mesmo perder o interesse nos ODM.

Se analisarmos a complexidade e amplitude destes objetivos, torna-se claro que os governos são apenas um dos fatores a con-

Ao destacar as histórias de uma maioria incalculável, que continua a sofrer as dolorosas realidades da pobreza, da doença e da discriminação, os jornalistas sensibilizam a opinião pública e recordam àqueles que assinaram o seu nome na Declaração do Milénio o quanto há ainda para fazer.

siderar para o sucesso dos ODM. As organizações da sociedade civil compilam dados estatísticos e defendem os direitos dos negligenciados. Doadores privados e filantropos contribuem com verbas que são cruciais para resolver as situações mais críticas. Os cientistas e as universidades lideram projetos de investigação para identificarem soluções inovadoras.

E no que diz respeito aos jornalistas a quem se dirige este livro? Pode argumentar-se que os jornalistas são o elemento mais importante de todos. E, de facto, é o que faremos.

Afinal de contas, a imprensa tem o poder único de levar a informação, outrora escondida ou ignorada, para a esfera pública. Ao destacar as histórias de uma maioria incalculável, que continua a sofrer as dolorosas realidades da pobreza, da doença e da discriminação, os jornalistas sensibilizam a opinião pública e

recordam àqueles que assinaram o seu nome na Declaração do Milénio o quanto há ainda para fazer.

«Num ambiente mediático de crescente competitividade e incapaz de suscitar atenção prolongada, artigos sobre os ODM nem sempre vendem mais jornais nem atraem as maiores audiências», admitiu a antiga primeira-ministra neozelandesa e atual administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Helen Clark, ao entregar um prémio pela cobertura jornalística sobre o desenvolvimento da América Latina, em 2009. «Mas eles têm de ajudar aqueles que mais necessitam de uma voz — os mais pobres e vulneráveis.»

Se é certo que cobrir questões sociais não chama a atenção do público como as revoluções políticas e as crises financeiras — um ponto contestado neste livro pela diretora dos Journalists for Human Rights (Jornalistas para os Direitos Humanos), Rachel

de 2015, a data-limite para o cumprimento dos ODM. Ter uma data específica no calendário pode ajudar a convencer os editores de que esta é a altura certa para mobilizar a cobertura jornalística.

Este livro procura também consciencializar os jornalistas que já reportam questões sociais e que investigam a corrupção acerca do poder retórico dos ODM. De facto, ao associarem as suas histórias a metas internacionalmente reconhecíveis, os jornalistas aumentam a probabilidade de o seu trabalho captar a atenção daqueles que estão no poder — e poderão ter, assim, uma remota hipótese de fazer a diferença.

Mas este livro é também dirigido àqueles repórteres que nunca pensaram em fazer a cobertura jornalística do desenvolvimento, mas que desejam que as suas palavras tenham um impacto duradouro. Com um prazo que será monitorizado por todo o planeta, não há melhor altura do que esta para escrever sobre algo novo. Talvez o seu meio de comunicação ou o seu país tenha uma falta de cobertura jornalística em áreas cruciais do desenvolvimento, tais como a educação, a fome ou as alterações climáticas. Independentemente do tema, os relatos pessoais e os conselhos de peritos aqui presentes podem ajudar o jornalista empreendedor a iniciar-se.

Também sabemos que, apesar dos nossos melhores esforços, o trabalho nos ODM não acaba dentro de dois anos. Já estão a ser feitos planos para renovar os ODM para uma agenda pós-2015, que continuará focada nas preocupações nucleares da Declaração do Milénio. Novas prioridades serão adicionadas, tais como o acesso à energia, e serão mencionadas neste livro.

O Relatório de Progresso sobre os ODM de 2012, elaborado pelo Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais, deu algumas notícias encorajadoras. Em todo o mundo, a pobreza extrema — que os organismos competentes definem como viver com menos de \$US 1,25 por dia — caiu de 47 por cento em 1990 para 24 por cento em 2008, indo ao encontro da primeira meta dos ODM. A tuberculose e a malária estão a perder terreno, e a igualdade no acesso à educação entre rapazes e raparigas foi alcançada.

No entanto, o relatório enfatiza o desafio que se coloca. A taxa de mortalidade materna registou apenas uma ligeira descida. 2,5 mil milhões de indivíduos ainda não têm condições de higiene básicas. 15,5 por cento da população global está subnutrida. O número de pessoas a viver em bairros de lata subiu de 650 milhões para 863 milhões.

Estes resultados não deixam dúvidas sobre a dimensão do desafio que se segue. E com 2015 à porta, não há tempo a perder. Portanto, jornalistas, peguem neste livro e mãos à obra — há um prazo a cumprir.



Crianças filipinas correm junto a sacos de plástico, lavados e postos a secar após terem sido retirados do lixo, em Manila, Filipinas, setembro de 2010. EPA/Rolax dela Pena

É indubitável que não é fácil cumprir o papel de vigilante do desenvolvimento. Os jornalistas devem estar preparados para lutar pela cobertura dos ODM na redação.

Pulfer — não deixa de fazer uma grande diferença trabalhar para garantir que ninguém é excluído da promessa feita na Declaração do Milénio.

Quando os jornalistas se mantêm em silêncio no que toca aos ODM, o ímpeto para tomar medidas concretas de apoio ao desenvolvimento esmorece. Ajuda valiosa, desviada pela corrupção, cai nas mãos erradas. Mulheres e raparigas ficam perigosamente presas a práticas sexistas culturalmente enraizadas. Os investigadores desenvolvem armas em vez de vacinas. Globalmente, a produção de comida cresce, mas milhões de crianças morrem por malnutrição. Os prazos outrora anunciados esgotam-se, sem que ninguém dê por isso.

Uma imprensa vigilante e socialmente comprometida ajuda a responsabilizar os governos e as agências não-governamentais pelas suas promessas em relação aos ODM. No entanto, é indubitável que não é fácil cumprir o papel de vigilante do desenvolvimento. Os jornalistas devem estar preparados para lutar pela cobertura dos ODM na redação. Devem estar disponíveis para viajar para as regiões mais pobres e falar com as vítimas destas promessas por cumprir. Devem estar preparados para enfrentar a corrupção e os interesses especiais que continuam teimosamente a impedir o progresso.

Mas há algumas ferramentas importantes de apoio nesta tarefa. Este livro será uma motivação e um guia completo para os profissionais que fizeram a cobertura jornalística do desenvolvimento humano. Há também um prazo concreto: 31 de Dezembro



Oriundo de Arizona, **Scott F. Griffen** é assessor de liberdade de imprensa para a América Latina e o Caribe do Instituto Internacional de Imprensa (IPI).

(2)

A história dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)

Nadia Sanders Vázquez

No início do século XXI, a situação da maior parte dos seres humanos do planeta não era boa. Muitos sofriam de fome e de pobreza, poucos tinham acesso à educação e doenças como a malária matavam muitas crianças nos países mais pobres. No ano 2000, com o nascer de um novo século e de um novo milénio, o planeta enfrentava grandes desafios.

O calendário trazia assim uma oportunidade única aos líderes mundiais para que fizessem a diferença nas vidas das pessoas. Era altura de adotar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), uma ação comum resultante da culminação de muitos esforços feitos ao longo de 40 anos.

As Cimeiras das Nações Unidas, realizadas nos anos 60, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹ representaram passos importantes neste processo. Em 1990, o Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial mencionaram a necessidade de que as políticas sociais se tornassem parte das reformas económicas, de forma a acabar com a pobreza mundial.

Mais tarde, em 1990, realizou-se a Cimeira Mundial sobre as Crianças, em Nova Iorque; em 1992, a Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro; em 1993, a Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena; e a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994². Uma das mais importantes Cimeiras antes da implementação dos ODM foi a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social realizada em Copenhaga, em 1995, na qual 117 chefes de estado se comprometeram a erradicar a pobreza até 2015.

O esforço mais significativo na preparação dos ODM, e parte da sua origem, foi feito em 1996 pela Organização para

a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), com a estratégia “Shaping the 21st Century (A Contribuição da Cooperação para o Desenvolvimento)”. O documento apresentava objetivos de desenvolvimento credíveis que poderiam ser monitorizados e alcançados através da união de esforços e de uma parceria mundial. O documento propunha o seguinte:

1. Reduzir para metade a percentagem da população que vive em condições de extrema pobreza;
2. Garantir o ensino primário universal em todos os países;
3. Demonstrar progressos na igualdade de géneros e no empoderamento da mulher eliminando a disparidade de géneros no ensino primário e secundário (até 2005);
4. Reduzir em dois terços as taxas de mortalidade infantil de crianças com idade inferior a cinco anos e reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna;
5. Garantir aos jovens o acesso a cuidados de saúde reprodutiva através do sistema de Cuidados de Saúde Primários;
6. Relativamente ao ambiente, implementar estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável em todos os países, para assegurar que, até 2015, se reverta a tendência para a perda de recursos naturais tanto a nível global como a nível nacional³.

Em 2000, a OCDE, o Fundo Monetário Internacional, as Nações Unidas e o Banco Mundial lançaram uma publicação intitulada *Um Mundo melhor para Todos: Progresso em Direção ao Desenvolvimento de Metas Internacionais*, encorajando os países industrializados a trabalharem para um crescimento sustentável, mobilizando mais recursos para a saúde, educação, igualdade de género e sustentabilidade ambiental, tendo como base «os acordos e propostas das conferências mundiais organizadas

¹ Hulme, David. A elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: O Desenvolvimento Humano encontra Gestão baseada em Resultados num Mundo Imperfeito. Brooks World Poverty Institute, Universidade de Manchester, Manchester, UK, Dezembro de 2007.

² Idem

³ Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, Shaping the 21st Century: A Contribuição da Cooperação para o Desenvolvimento, OCDE, Paris, Maio, 1996.



Rosa Otunbaeva, antiga presidente da República do Quirguistão, fala durante a Cimeira dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, na sede das Nações Unidas em Nova Iorque a 22 de setembro, 2010. EPA/Justin Lane

pelas Nações Unidas na primeira metade dos anos 90».⁴ Estes objetivos, embora mais específicos, mas também muito semelhantes aos que a OCDE tinha concebido quatro anos antes, seriam também o prelúdio dos ODM:

1. Reduzir para metade a percentagem de pessoas a viver em pobreza extrema entre 1990 e 2012;
2. Matricular todas as crianças na escola primária até 2015;
3. Fazer progressos na igualdade de géneros e no empoderamento da mulher ao eliminar as disparidades de géneros no ensino primário e secundário até 2005;
4. Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade infantil entre 1990 e 2015;
5. Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna entre 1990 e 2015;
6. Garantir acesso, para todos os que precisem, a cuidados de saúde reprodutiva até 2015;
7. Implementar estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável, de modo a inverter a tendência para a perda de recursos ambientais até 2015.

Novos tempos, novos desafios

Em 2000, as Nações Unidas existiam há 55 anos. Em meados do século XX, quando a Organização foi fundada, vivia-se um clima de Guerra Fria, mas muitas coisas mudaram durante esta última década. A ONU tinha sido bem-sucedida em várias áreas, mas enfrentava ainda grandes desafios noutras.

Quando a ONU foi fundada, dois terços dos atuais membros não existiam como Estados soberanos e os seus povos viviam ainda sob domínio colonial. Éramos 2,5 mil milhões de habitantes na Terra. Em 2000, éramos 6 mil milhões. Em 2013, somos 7 mil milhões.

O ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi A. Annan, aproveitou o nascimento do novo milénio para reafirmar o papel da ONU e para fazer do mundo um lugar melhor. Apesar da participação da ONU na publicação de *Um Mundo melhor para Todos*, era preciso criar uma nova proposta para apresentar à Assembleia Geral. Em Abril de 2000, Annan publicou o Relatório do Milénio, intitulado *Nós, os Povos: O Papel das Nações Unidas no Século XXI*, em que descreveu a situação da população mundial.

«Imaginemos que a população mundial são mil pessoas a viver numa aldeia, 150 dos seus habitantes vivem numa zona próspera e cerca de 780 em distritos mais pobres»⁵, escreveu Annan.

O Secretário-Geral explicou também que um quinto dessa população detinha 86 por cento da riqueza total, ao passo que

quase metade da população vivia com menos de dois dólares (cerca de 1,50 euros) por dia. A maioria dos pobres desta aldeia imaginária eram mulheres e cerca de 220 pessoas eram analfabetas. Muitas delas procuravam desesperadamente empregos que não existiam. Menos de 60 tinham computador e apenas 24 tinham acesso à *Internet*. Esta aldeia era o nosso planeta e era urgente tomar medidas para assegurar que todos os habitantes pudessem viver sem fome, e sabendo que os seus filhos teriam oportunidades reais na vida.

Annan incluiu também informação sobre os resultados do maior inquérito de opinião pública do mundo. O Inquérito do Milénio, levado a cabo pela Associação Internacional Gallup, um instituto de pesquisa sediado em Zurique, entrevistou 57 mil adultos em 60 países (representando 1,5 mil milhões de pessoas no mundo), espalhados pelos seis continentes. Os resultados mostraram que o que era mais importante para estas pessoas era ter saúde e uma família feliz. Isso era mais valorizado do que qualquer outra coisa.

Para além disso, a maioria da população mundial considerava que a proteção dos direitos humanos era a tarefa mais importante das Nações Unidas. O estabelecimento da paz e a provisão de assistência humanitária também foram realçados. Na maior parte dos países, a maioria disse que as eleições eram livres e justas, mas dois terços dos inquiridos consideraram que o seu país não era governado pela vontade do povo. Os mesmos dois terços dos inquiridos disseram que o seu governo tinha feito muito pouco para resolver os problemas ambientais dos respetivos países, e que consideravam a globalização uma força positiva que constituía uma oportunidade para criar um mundo de inclusão e de justiça.

Além das más notícias, Annan acrescentou «Temos muitos casos de sucesso e tendências positivas para apresentar — e isso também será feito ao longo deste relatório. (...) Contudo, os povos estão a dizer-nos que as nossas conquistas passadas não são suficientes, tendo em conta a dimensão do desafio que enfrentamos. Há que fazer mais e melhor.»

A Cimeira do Milénio

Todos estes esforços fazem parte da história por detrás da Declaração do Milénio, que seria aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Setembro de 2000.

Foram precisas três sessões, entre Junho de 1999 e Maio de 2000, para que a Assembleia aprovasse o plano da Declaração

do Milénio e decidisse que a Cimeira do Milénio se realizaria de 6 a 8 de Setembro de 2008 em Nova Iorque, subordinada ao tema: O papel das Nações Unidas no século XXI.



Um passageiro do navio japonês *Boat of Peace* (Barco da Paz), que navegou por todo o mundo para divulgar os ODM, passa por um cartaz que promove a campanha das Nações Unidas contra a pobreza em Sans Souci, República Dominicana. EFE/Orlando Barria.

Os valores e os princípios para o século XXI, mencionados na Declaração do Milénio adotada na 55.ª sessão da Assembleia Geral, são a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela natureza e a responsabilidade partilhada. Para passar das palavras à ação, foram concebidos objetivos chave que serviriam de base para os ODM.

A Cimeira do Milénio foi a primeira e única ocasião em que 189 Chefes de Estado se reuniram numa assembleia da ONU. O resultado foi o compromisso com os oito ODM, tal como os conhecemos agora. Quando estes estados subscreveram a Declaração da Cimeira do Milénio, aceitaram a responsabilidade coletiva de defender os princípios da dignidade humana, igualdade e equidade ao nível global e, como tal, têm um dever para com todos os povos do mundo, especialmente para com os mais vulneráveis e, em particular, para com as crianças.

Os Chefes de Estado decidiram tornar a ONU mais eficaz na tentativa de preservação da paz e da segurança, fornecendo-lhe os recursos e ferramentas necessários à prevenção do con-

flito e ao restabelecimento da paz. Os líderes mundiais decidiram reforçar o Estado de direito, assegurar o cumprimento das decisões do Tribunal Internacional de Justiça e tomar medidas contra o terrorismo e o problema mundial da droga. Assumiram também o compromisso de minimizar os efeitos adversos das sanções económicas em populações inocentes.

A declaração apela também à adoção de uma política de concessão de isenções aduaneiras e da não-aplicação de quotas às exportações nos países menos desenvolvidos. E apela a um plano de alívio da dívida para os países pobres altamente endividados.

Os líderes mundiais sabiam que a declaração por si só não iria parar as guerras e erradicar a pobreza. Todos tiveram de tomar medidas para ajudar os povos e para se ajudarem a si próprios. A transformação deste compromisso numa realidade era condição indispensável. Estava na altura de agir.



Nadia Sanders Vázquez nasceu na Cidade do México e estudou jornalismo e política com o escritor mexicano René Avilés Fabila na Universidade Autónoma Metropolitana, no campus de Xochimilco. Depois de acabar o seu curso, fez cobertura de notícias locais para o jornal *Reforma*, de 2000 a 2007 e, mais tarde, fez uma reportagem sobre a legalização do aborto na Cidade do México para o jornal *El Centro*.

Em 2009, Nadia foi selecionada para integrar o Programa Balboa para Jornalistas Ibero-Americanos e trabalhou para a revista *Tiempo*, em Madrid. Ao regressar ao México, fez cobertura jornalística dos primeiros casamentos homossexuais na Cidade do México, para o site do CNNMéxico, onde trabalha atualmente como editora de notícias nacionais, coordenando os correspondentes que fazem a cobertura jornalística da estratégia de segurança contra a droga do governo mexicano e também da política.

⁴ IMF, OCDE, UN, WBG, 2000, Um mundo melhor para todos Progresso em Direção ao Desenvolvimento de Metas Internacionais, p. 4, Washington, DC, 2000.

⁵ Annan, Kofi A., Nós, os Povos: O Papel das Nações Unidas no Século XXI, Nações Unidas, Departamento de Informação Pública, Nova Iorque, 2000.



Crianças afegãs participam numa aula na sua escola perto de um campo de refugiados nos arredores de Cabul, Afeganistão. Vários estudos indicam que cerca de 4,5 milhões de crianças afegãs em idade escolar continuam a não ter acesso à educação, pelo que os altos níveis de iliteracia se mantêm por todo o país. *EPA/S. Sabawoon*

(3)

O que são os ODM e quais são as partes intervenientes?

Ernestina Álvarez Guillén

Para Hermilio, um dia de trabalho não dura menos de doze horas. Em troca, recebe um salário que não garante que os seus filhos, de seis e sete anos, possam comer três vezes por dia e que não tenham de andar vários quilómetros até à escola mais próxima.

É esta a realidade na comunidade de Cusarare, em Chihuahua, no norte do México, e em muitas outras partes do mundo. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) — que apoiam uma aliança entre governos e sociedade, destinada à erradicação da marginalização — foram elaborados para dar resposta a estas realidades.

Publicada em 2000, a Declaração do Milénio das Nações Unidas foi inicialmente assinada por 189 chefes de Estado. Atualmente engloba os 192 países membros das Nações Unidas. As nações signatárias com maior poder de compra comprometeram-se a ajudar todos os povos através do cancelamento da dívida externa e da implementação de regras de comércio mais justas, permitindo assim um crescimento mais homogéneo entre as nações.

Em 2010, analisou-se o processo para o cumprimento destes desafios; estabeleceram-se prioridades em planos de trabalho, de forma a que cada país desenvolvesse o seu próprio plano de atividade e criasse soluções de alto impacto baseadas em prioridades e necessidades específicas e em requisitos urgentes.

O compromisso para a realização dos ODM até 2015 não diz respeito apenas a quem está no poder, ou aos governos em

desenvolvimento, mas à sociedade como um todo — tanto as ONG como as empresas devem cooperar de forma a cumprir o prazo dos ODM.

Visão geral dos ODM (e quem está a trabalhar para que se cumpram)

O primeiro objetivo é **erradicar a pobreza extrema e a fome**. De acordo com o mais recente Relatório dos ODM, da União Europeia (2012)¹, o índice de pobreza está a decrescer em todas as regiões do mundo e a percentagem de pessoas a viver com menos de \$US 1,25 por dia desceu para metade desde 1990. No entanto, o progresso, no geral, tem sido prejudicado pela crise financeira global que começou em 2007, e as projeções atuais estimam que mil milhões de pessoas (16 por cento da população mundial) ainda viverão em pobreza extrema em 2015.

Para dar resposta ao desafio contínuo da fome, vários governos e organizações criaram bancos alimentares e aumentaram a acessibilidade a produtos alimentares básicos, para assegurar a independência alimentar. Em alguns locais, como por exemplo na América Latina, criaram-se cooperativas para lidar com a escassez alimentar durante condições climáticas extremas, tais como períodos de seca.

Alcançar o ensino primário universal é o segundo objetivo. Em 2010, os dados indicavam que 90 por cento das crianças em idade escolar primária frequentavam a escola, mas também nesta questão o progresso tem sido lento. O Relatório

¹ <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2012/English2012.pdf>

da ONU, de 2012, indica que as melhorias neste sector têm baixado consideravelmente desde 2004.

Embora várias empresas e fundações tenham construído novas escolas, atribuído bolsas de estudo e oferecido mais incentivos a professores para lecionarem em zonas rurais, continua a ser necessário melhorar a qualidade do ensino. Entretanto, os governos têm feito esforços para aumentar o número de matrículas no ensino básico. É importa aqui realçar que as avaliações do segundo objetivo dos ODM, feitas por ONG locais e internacionais, são mais rigorosas do que as que foram feitas por organizações governamentais, uma vez que as primeiras consideram não só o número de crianças que frequentam a escola, mas também aquilo que lhes é ensinado, a forma como lhes é ensinado, aferindo, inclusivamente, os conhecimentos dos alunos.

O terceiro objetivo é **promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres**. Com este fim, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e a

ONU Mulheres fornecem aconselhamento e desenvolvem projetos de apoio com vista a alcançar a igualdade entre géneros. Em vários países, as organizações de sociedade civil têm sido treinadas para promover legislação que assegure a igualdade de género, e para construir centros comunitários para as mulheres. Todos os ODM, a sociedade civil e os meios de comunicação social são fundamentais para que a igualdade de género se torne uma realidade, pois defendem e avaliam políticas específicas e denunciam atrasos inadmissíveis no processo de realização dos objetivos. Por exemplo, existem leis que, em alguns casos, absolvem os assassinos de mulheres se se entender que o autor do crime agiu «em defesa de honra». Os jornalistas podem expor casos como estes e as ONG podem tentar pressionar os legisladores a modificar estatutos jurídicos relevantes.

O quarto objetivo é **reduzir a taxa de mortalidade infantil**, mais especificamente reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a cinco anos. Continua a ser preciso que se tomem medidas urgentes neste sentido. Enquanto algumas regiões, como o Norte de África e o Este Asiático, registaram uma redução na taxa de mortalidade

infantil superior a 50 por cento, a África subsariana, por exemplo, registou uma redução de apenas 30 por cento, de acordo com os dados mais recentes da ONU. Além disso, as estatísticas revelam que, apesar da redução significativa da taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a cinco anos, 23 em cada 1000 crianças não sobrevivem ao primeiro mês de vida, a nível mundial.

A realização deste objetivo requer a participação de todos. Qualquer pessoa pode fazer a diferença: alguns clubes de futebol, inclusive, uniram-se para desenvolver programas de ajuda humanitária, quer para criar fundos de alimentação para os lares mais pobres — as crianças que nascem em contextos de pobreza têm uma maior probabilidade de morrer precocemente — quer para promover um modo de vida sustentável.

A medição do quinto objetivo — **reduzir a mortalidade materna em três quartos** — é difícil, mas agências internacionais, como a Organização Mundial de Saúde, a UNICEF, FNUAP e o Banco Mundial estimam que em cada 100 mil nascimentos ocorram 290 mortes maternas, mundialmente. Numa tentativa de reduzir este número, as organizações e agências de saúde estão a trabalhar no sentido de encorajar a ida das mães a pelo menos três consultas médicas durante a gravidez. Iniciativas conjuntas entre governos e empresas incentivam campanhas de saúde materna, mesmo antes da conceção, com a distribuição de vitaminas e ácido fólico.

O sexto objetivo é **combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças**. Apesar de o número de infeções ter diminuído na África subsariana, as mudanças são mínimas no Este Asiático, na Ásia Central e nas Caraíbas, onde as taxas mais altas de infeção se registam nas camadas mais jovens da população. Como resultado, governos, organizações de sociedade civil e empresários implementaram campanhas informativas, assim como programas de prevenção e de diagnóstico, com rastreios gratuitos, para que os novos casos sejam diagnosticados e tratados o mais cedo possível.

O sétimo objetivo é **garantir a sustentabilidade ambiental**. Apesar dos níveis alarmantes de desflorestação, o número de áreas protegidas está a aumentar. Entretanto, para aumentar a sustentabilidade ambiental em áreas de elevada densidade populacional e com baixos rendimentos, a ONU re-

queceu a realização de censos entre populações que vivem em bairros degradados, apelando também à criação de objetivos exequíveis a nível nacional, regional e local, de forma a melhorar as vidas dos habitantes dos bairros urbanos degradados. São prioritários a habitação e os serviços básicos, como a água, infraestruturas de saneamento, transportes, energia, saúde e educação, numa tentativa de reduzir para metade o número de pessoas sem acesso a água potável e saneamento. Governos e empresas estão a incentivar a construção de casas ecológicas, a revitalização de áreas urbanas e a promoção de melhores empregos e projetos produtivos nas regiões locais, para evitar a migração interna. Quanto menos oportunidades as pessoas tiverem no seu local de nascimento ou comunidade, maior será a deterioração da vida nas cidades, e maior será o aumento da pobreza urbana.

As instituições educativas também participaram na criação de mapas de risco, que apresentam uma variedade de riscos em comunidades locais e que incentivam a realocização em casos de desastres naturais, desincentivando a construção em áreas consideradas ambientalmente ameaçadas.

A redução da dívida e a promoção da ajuda humanitária são fundamentais para que se atinja o oitavo objetivo, que é **criar uma parceria mundial para o desenvolvimento**. Economias fortes são fundamentais para o cumprimento deste objetivo, mas devido à pressão que as recentes recessões têm exercido nas finanças públicas, as iniciativas privadas e a gestão de recursos tornam-se ainda mais cruciais.

A realização dos ODM requer uma avaliação constante. O seu cumprimento depende da cooperação entre governos, empresas, sociedade civil e meios de comunicação social. É essencial que se divulguem quer os avanços quer os atrasos no cumprimento dos ODM, porque os cidadãos, quando informados, podem exigir às agências governamentais que cumpram a sua parte do compromisso.

Mulheres indígenas riem-se durante uma marcha para comemorar o Dia Internacional da Mulher na Cidade de Guatemala, Guatemala, em março de 2013. O cartaz diz «Parem com os ataques contra as mulheres». *EFE/Saúl Martínez*



Ernestina Álvarez Guillén é uma repórter mexicana que atualmente trabalha na estação de rádio MVS News. Durante vários anos fez cobertura de notícias sobre problemas ligados ao desenvolvimento social e à saúde, mas atualmente ocupa-se de notícias de teor político. Foi selecionada para frequentar o Programa Balboa para Jornalistas Iberoamericanos, o que lhe permitiu trabalhar no jornal *La Razón* em Madrid, Espanha.



(4)

ODM: Lista completa de objetivos, metas e indicadores

O quadro de oito objetivos aprovado pela Assembleia das Nações Unidas inclui 21 metas que poderiam ser usadas como um guia para a implementação da Declaração do Milénio. Além disso, sessenta indicadores quantificáveis foram aprovados por consenso por peritos das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, e do Banco Mundial.

O sítio oficial das Nações Unidas para os indicadores¹ dos ODM adverte que todos os indicadores devem ser separados por sexo e áreas urbanas/ rurais tanto quanto possível.

Dica do Editor: Procure a lista dos ODM pós-2015 que já estão a ser desenvolvidos pelo Comité de Alto Nível das Nações Unidas. Consulte a secção deste livro sobre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para saber mais sobre o que serão estes novos objetivos, lembrando-se sempre de que muitos dos temas esperados — como o desenvolvimento sustentável e a boa governação — já foram tratados neste livro. E, sobretudo, não se esqueça de que o cumprimento dos objetivos aqui discutidos é cada vez mais importante.

Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome

Meta 1A: Reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a US\$ 1 dólar por dia²

- 1.1 Proporção da população que apresenta uma paridade do poder de compra (PPC³) inferior a 1 dólar por dia;
- 1.2 Índice de intensidade de pobreza;
- 1.3 Participação dos 20 por cento mais pobres no consumo nacional;

Meta 1B: Alcançar o pleno emprego e assegurar a todas as pessoas, incluindo as mulheres e os jovens, um trabalho digno e produtivo

- 1.4 Taxa de crescimento do PIB por pessoa empregada;
- 1.5 Taxa de emprego;
- 1.6 Proporção da população empregada ou cujo rendimento é inferior a um dólar PPC;
- 1.7 Proporção de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares, com base no emprego total;

Uma mulher retira pequenas pedras da areia através de uma rede perto de Dhaka, Bangladeche. Milhares de trabalhadoras trabalham em diferentes setores formais e informais em Dhaka e muitas enfrentam discriminação e exploração. EPA/Abir Abdullah

¹ <http://unstats.un.org/unsd/mdg/host.aspx?content=indicators/officiallist.htm>
² \$US 1 = R\$2,30 / Kz 100 / MT 30 / CFA 500 / Db 18.540 / 83 / €0,75
³ Paridade do poder de compra (PPC): «Um método alternativo à taxa de câmbio para se calcular o poder de compra de dois países. A PPC mede quanto é que uma determinada moeda pode comprar em termos internacionais (normalmente dólar), já que bens e serviços têm diferentes preços de um país para outro.» (Wikipedia)

Meta 1C: Reduzir para metade a percentagem da população que sofre de fome

- 1.8** Prevalência de insuficiência ponderal em crianças com menos de cinco anos de idade;
- 1.9** Proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo dietético de calorias.

Objetivo 2: Alcançar o ensino primário universal

Meta 2A: Garantir que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino primário

- 2.1** Taxa líquida de escolarização no ensino primário;
- 2.2** Proporção de alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5.º ano;
- 2.3** Taxa da literacia do grupo etário entre os 15 e os 24 anos, mulheres e homens.

Objetivo 3: Promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres

Meta 3A: Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino, até 2015

- 3.1** Rácio entre raparigas/rapazes no ensino primário, secundário e terciário;
- 3.2** Proporção de mulheres com emprego remunerado no sector não agrícola;
- 3.3** Proporção de assentos parlamentares detidos por mulheres nos parlamentos nacionais.

Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil

Meta 4A: Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos

- 4.1** Taxa de mortalidade de menores de cinco anos;
- 4.2** Taxa de mortalidade infantil;
- 4.3** Proporção de crianças de um ano vacinadas contra o sarampo.

Objetivo 5: Melhorar a saúde materna

Meta 5A: Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna

- 5.1** Taxa de mortalidade materna;
- 5.2** Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado.

Meta 5B: Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva

- 5.3** Taxa de prevalência de contraceptivos;
- 5.4** Taxa de gravidez na adolescência;
- 5.5** Prestação de cuidados pré-natais (de pelo menos uma visita para pelo menos quatro ou mais visitas);
- 5.6** Necessidades não atendidas de planeamento familiar .

Objetivo 6: Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças

Meta 6A: Deter e começar a reduzir a propagação do VIH/SIDA

- 6.1** Prevalência do VIH na população com idades compreendidas entre os 15-24 anos;
- 6.2** Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco;
- 6.3** Percentagem da população do grupo etário dos 15 aos 24 anos que tem conhecimentos pormenorizados e corretos sobre o VIH/SIDA;
- 6.4** Rácio de frequência escolar entre órfãos/não órfãos com idades compreendidas entre os dez e os catorze anos.

Meta 6B: Assegurar, até 2010, o acesso universal ao tratamento contra o VIH/SIDA a todas as pessoas que dele necessitam

- 6.5** Proporção da população em fase avançada da infeção pelo VIH com acesso a tratamento antirretroviral.

Meta 6C: Deter e começar a reduzir a incidência da malária e de outras doenças

- 6.6** Prevalência da malária e mortes associadas a esta doença;
- 6.7** Proporção de crianças com menos de cinco anos que dormem debaixo de redes mosquiteiras tratadas com inseticida;
- 6.8** Proporção de crianças com menos de cinco anos com febre que são tratadas de forma apropriada;
- 6.9** Taxas de prevalência e de mortalidade associadas à tuberculose;
- 6.10** Proporção de casos de tuberculose detetados e curados no âmbito de tratamentos de curta duração sob vigilância direta (tratamentos CDVD).

Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental

Meta 7A: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais

Meta 7B: Reduzir a perda de biodiversidade e alcançar, até 2010, uma diminuição significativa da taxa de perda. Indicadores da meta 7a e 7b:

- 7.1** Proporção do território terrestre constituído por zonas florestais;
- 7.2** Emissões de dióxido de carbono: total, per capita e por 1 dólar/PIB (PPC);
- 7.3** Utilização de substâncias que destroem a camada do ozono;
- 7.4** Proporção de unidades de recursos haliêuticos dentro dos limites biológicos seguros;
- 7.5** Quantidade de recursos hídricos utilizados;
- 7.6** Proporção de áreas terrestres e marítimas protegidas;
- 7.7** Número de espécies ameaçadas de extinção.

Meta 7C: Reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável e a saneamento básico

- 7.8** Proporção da população com acesso permanente a fontes de água potável melhoradas;
- 7.9** Proporção da população com acesso permanente a instalações sanitárias melhoradas.

Meta 7D: Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos cem milhões de pessoas que vivem em bairros degradados, até 2020

- 7.10** Proporção da população urbana que vive em bairros degradados.

Objetivo 8: Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento

Meta 8A: Continuar a criar um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório

Inclui o compromisso de assegurar a boa governação, o desenvolvimento e a redução da pobreza – tanto ao nível nacional como internacional.

Meta 8B: Responder às necessidades especiais dos países menos avançados

Inclui o acesso com isenção de direitos e sem restrições quantitativas para as exportações dos países menos avançados; a intensificação do programa de redução da dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE); o cancelamento da dívida oficial bilateral; e Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) mais generosa para os países que estão empenhados em reduzir a pobreza.

Meta 8C: Satisfazer as necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, através do Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e da implementação das conclusões da 22.ª sessão especial da Assembleia Geral

Meta 8D: Tratar, de uma maneira global, os problemas da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a dívida sustentável a longo prazo

Indicadores das Metas 8A, 8B, 8C, 8D

Alguns dos indicadores infra listados serão monitorizados separadamente para os Países Menos Desenvolvidos (PMD), África, países em desenvolvimento sem litoral e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)

- 8.1** APD líquida concedida aos países menos desenvolvidos, de acordo com a percentagem do rendimento nacional bruto dos doadores da OCDE/CAD, rendimento nacional bruto (RNB);
- 8.2** Proporção de número total de doadores bilaterais, APD alocável por sector da OCDE/CAD, de serviços sociais básicos (educação básica, cuidados de saúde primários, nutrição, água salubre e saneamento);
- 8.3** Proporção da APD bilateral concedida por doadores da OCDE/CAD que não está vinculada;
- 8.4** APD recebida pelos países em desenvolvimento sem litoral em proporção ao respetivo rendimento nacional bruto;
- 8.5** APD recebida pelos pequenos Estados insulares em desenvolvimento em proporção ao respetivo rendimento nacional bruto (RNB);
- Acesso aos Mercados**
- 8.6** Proporção do total de importações dos países desenvolvidos (por valor, excluindo armas) provenientes dos países em desenvolvimento e dos países menos avançados e admitidas naqueles países em regime de isenção de direitos;
- 8.7** Tarifas médias aplicadas pelos países desenvolvidos aos produtos agrícolas e aos têxteis e vestuário provenientes de países em desenvolvimento;
- 8.8** Estimativa dos subsídios agrícolas dos países da OCDE em relação à percentagem do respetivo produto interno bruto (PIB);
- 8.9** Proporção da APD destinada ao reforço das capacidades comerciais;
- Sustentabilidade da dívida**
- 8.10** Número total de países que atingiram o seu ponto de decisão no âmbito da iniciativa a favor dos PPME e número de países que atingiram o ponto de cumprimento no âmbito da mesma iniciativa (cumulativo);
- 8.11** Redução da dívida prometida no âmbito da Iniciativa a favor dos PPME;
- 8.12** Serviço da dívida em relação à percentagem de exportações de produtos e serviços;

Meta 8E: Em cooperação com as empresas farmacêuticas, assegurar o acesso a medicamentos essenciais com preços comportáveis, nos países em desenvolvimento

- 8.13** Proporção da população com acesso a medicamentos essenciais com preços comportáveis, de forma sustentável;

Meta 8F: Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial nas áreas da informação e das comunicações

- 8.14** Assinantes de telefones de rede fixa por 100 habitantes;
- 8.15** Assinantes de telefones de rede móvel por 100 habitantes;
- 8.16** Utilizadores da *Internet* por 100 habitantes.

(2ª parte)

A concretização dos ODM e os meios de comunicação social: Perspetivas regionais apresentadas pelas Comissões Regionais das Nações Unidas

Os ODM na América Latina e Caraíbas: Sem pessimismo nem otimismo 28
Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e Caraíbas (CEPAL)

Os ODM na Europa: Jornalistas precisam-se 34
Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (ECE)

Os ODM em África: Cobertura jornalística dos ODM – é para o vosso bem 40
Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA)

Os ODM nos Estados Árabes: Uma região numa encruzilhada 46
Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (CESAO)

Os ODM na Ásia e no Pacífico: Precisa-se de ajuda para acelerar o progresso 54
Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e para o Pacífico (CESAP)

(5)

Os ODM na América Latina e Caraíbas: Sem pessimismo nem otimismo

Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e Caraíbas (CEPAL)

Há uma certa semelhança cultural, que advém da experiência da colonização europeia, que une os 34 países da América Latina e da região das Caraíbas. Há cerca de cinco séculos, os espanhóis, os portugueses, os franceses e os holandeses fundaram aquilo a que chamaram o Novo Mundo. Hoje, essa região estende-se desde o Rio Grande, na fronteira sul dos Estados Unidos da América, até à Antártida, reunindo culturas indígenas e europeias e também, em alguns países, influências africanas. Naturalmente, esta extensão geográfica abarca grandes diferenças climáticas, económicas, linguísticas, étnicas, sociais e políticas.

Esta região diversificada é abrangida pelo mandato da Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e Caraíbas (CEPAL), que foi criada para contribuir para uma melhor integração regional e para o desenvolvimento económico e social na América Latina e nas Caraíbas.

A monitorização e a avaliação do processo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) têm sido cuidadosamente conduzidas pela CEPAL, que trabalha em colaboração com outros organismos das Nações Unidas. Em 2005 e em 2010, respetivamente, a CEPAL publicou relatórios sobre os avanços e as dificuldades encontrados na concretização dos ODM; além disso, a CEPAL redige relatórios anuais temáticos sobre a pobreza, a saúde, as questões de género e a sustentabilidade ambiental.

Em suma, pode dizer-se que os ODM despertaram uma consciência global para as questões de desenvolvimento e para a necessidade de se erradicar a pobreza extrema, tendo também influenciado os programas de desenvolvimento para a América Latina e Caraíbas, como evidencia a celeridade do progresso que se tem registado na região, desde 2000. Este

facto é particularmente relevante num território em que a desigualdade e a pobreza são realidades que ainda representam grandes desafios.

A dois anos da meta estabelecida para atingir os ODM, 2015, existem três pontos relacionados com o progresso que são cruciais na América Latina e nas Caraíbas: a redução da pobreza extrema, da subnutrição e da mortalidade infantil; a

Na América Latina e nas Caraíbas — onde o progresso regional ofusca as diferenças intranacionais — o ideal é fazer-se a cobertura do desenvolvimento pela heterogeneidade.

melhoria no acesso universal ao ensino básico; e a melhoria nos acessos a água potável e a saneamento básico. Estas metas serão atingidas.

O progresso tem sido insuficiente no que respeita ao combate à fome, à promoção da igualdade de género nas políticas de emprego e nas legislaturas nacionais e à redução das taxas de mortalidade materna. Estas metas, muito provavelmente, não serão atingidas.

Esta região está longe de garantir a sustentabilidade ambiental e existem ainda desafios significativos para o cumprimento do sétimo objetivo (Sustentabilidade Ambiental). Embora o consumo de substâncias que afetam a camada de ozono tenha decrescido, registam-se altos níveis de desflorestação na região da América Latina e das Caraíbas e as emissões de dióxido de carbono continuam a aumentar. O objetivo de travar os processos de destruição ambiental e de proteger a biodiversidade não foi atingido.

Alguns homens sobem uma colina na freguesia El Paraíso, Caracas, Venezuela, uma das zonas mais pobres da cidade. EFE/Chico Sánchez.

Adicionalmente, a «parceria para o desenvolvimento» prevista pelo oitavo objetivo dos ODM não se concretizou devido à falta de vontade, por parte dos países desenvolvidos, em criar um sistema internacional de trocas e de financiamento que permitiria um processo de desenvolvimento mais justo.

A América Latina e as Caraíbas, enquanto um todo, parecem estar numa posição mais vantajosa em comparação com outras regiões do mundo em vias de desenvolvimento. No entanto, uma análise desagregada (entre os vários países e dentro de cada país) revela grandes disparidades. Estas incluem a distribuição de rendimentos.

Por um lado, nas últimas duas décadas, o número de pessoas a viver em condições de pobreza na América Latina e nas Caraíbas diminuiu dos 48,4 por cento, em 1990, para 30,4 por cento em 2011. A pobreza extrema, ou indigência, diminuiu cerca de dez pontos percentuais, de 22,6 por cento, em 1990,

setor: um alto índice de informalidade do trabalho e um baixo índice de produtividade.

Registam-se diferenças na situação financeira entre os países desta região, mas alguns, particularmente na região da Caraíbas, enfrentam severas limitações que dificultarão o financiamento de políticas sociais. Além disso, espera-se que a ajuda oficial ao desenvolvimento diminua, o que afetará particularmente os países mais pobres.

Torna-se claro que os esforços no sentido de alcançar os ODM têm de continuar.

A CEPAL procurou identificar as melhores práticas e as experiências mais bem sucedidas na concretização dos ODM nesta região. Entre elas encontram-se os programas de transferência condicional de dinheiro (CCT), que estão em vigor em 18 países e que cobrem 19,3 por cento da população total desta região, auxiliando mais de 25 milhões de famílias (113 milhões de pessoas). Estes programas requereram um investimento de apenas 0,4 por cento do produto interno bruto de cada país, segundo os dados disponíveis em 2009. Naturalmente, estas transferências são insuficientes para que se ultrapasse a pobreza de forma sustentável. Para que tal seja possível, teriam de se implementar novas políticas públicas e teriam de se instituir mudanças estruturais. Contudo, estes programas são já

um passo importante.

Em todo o caso, há uma elevada incerteza relativamente às perspectivas económicas para os próximos dois anos (até 2015), o que levou a que o objetivo de se acelerar o progresso em direcção aos ODM se tornasse mais difícil de concretizar.

Os ODM nos meios de comunicação social na América Latina e nas Caraíbas

Na cobertura mediática dos ODM na América Latina e nas Caraíbas, existe uma tendência para se abordarem com frequência e profundidade as questões relacionadas com os ODM, sem que haja necessariamente referência ao acrónimo propriamente dito ou ao compromisso que foi assumido pelos líderes mundiais em 2000.

Os meios de comunicação social reproduzem uma grande quantidade de informação proveniente de várias fontes como a ONU, os governos nacionais e a sociedade civil. Esta informação é obtida frequentemente através de relatórios informativos, aquando da celebração de dias internacionais, ou através de declarações feitas por especialistas.

*É importante que se sensibilizem os profissionais da comunicação social sobre a necessidade de melhorar em quantidade e em qualidade a cobertura dos ODM na América Latina e nas Caraíbas que deverá incluir artigos que reflitam os **esforços diários** das pessoas da região.*

para 12,8 por cento em 2011. A empregabilidade aumentou em número e em qualidade.

Por outro lado, constata-se que o progresso nos países com menores rendimentos *per capita* tem sido mais lento do que aquele que se regista nos estados mais desenvolvidos desta região. Nos países em que existe um maior índice de pobreza (Estado Plurinacional da Bolívia, Guatemala, Honduras, Haiti, Nicarágua e Paraguai), os avanços foram limitados entre 2008 e 2011 e antecipam-se dificuldades na concretização do primeiro objetivo dos ODM.

No geral, os últimos vinte anos têm sido positivos para esta região. Tanto é que se tem verificado uma melhoria sem precedentes na distribuição equitativa de rendimentos, graças a políticas de redistribuição e a uma melhor partilha da riqueza. Pela primeira vez na história, os índices de desigualdade decresceram e o coeficiente de Gini (uma medida estatística usada para a distribuição de rendimentos) subiu em 18 países.

A crise económica global que eclodiu em 2008 fez com que o avanço em direção aos ODM abrandasse. As medidas paliativas introduzidas em 2009 encorajaram o crescimento e a criação de empregos, mas a região enfrenta dois desafios importantes nesse



Um jovem trabalha em um viveiro de árvores plantadas no parque das Nações Unidas em Tegucigalpa, Honduras, para o reflorestamento de diversas áreas do país. América Central perde a cada hora 48 hectares das suas florestas por desmatamento, degradação e incêndios. *EFE/Gustavo Amador*

Os meios de comunicação comunitários, os independentes e até as agências internacionais de notícias têm dado cada vez mais visibilidade a assuntos relacionados com as questões de desenvolvimento como a pobreza, a desigualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental, relacionando-os com a concretização dos ODM.

Contudo, poucos jornalistas se esforçam por fazer uma cobertura especializada dos ODM ou por aprofundar as realidades que estão escondidas, por exemplo, por detrás das estatísticas e das médias nacionais. Na América Latina e nas Caraíbas — onde o progresso regional ofusca as diferenças intranacionais — o ideal é fazer-se a cobertura do desenvolvimento pela heterogeneidade.

Nos últimos anos, tem havido um esforço regional no sentido de se fortalecerem as capacidades dos governos locais de dar resposta aos ODM, mas a cobertura que se tem feito dos resultados deste programa tem sido algo amadora.

É importante que se sensibilizem os profissionais da comunicação social sobre a necessidade de melhorar em quantidade e em qualidade a cobertura dos ODM na América Latina e nas Caraíbas que deverá incluir artigos que reflitam os esforços diários das pessoas da região. Isso resultará no encorajamento das sociedades e dos responsáveis pelas grandes decisões na América Latina e nas Caraíbas a dar prioridade aos ODM.

Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e Caraíbas (CEPAL)

*Dag Hammarskjöld 3477
Vitacura, Santiago de Chile
www.eclac.org*





Uma mulher apoia-se na sua vassoura em frente a uma barraca num bairro de lata habitado por ciganos em Baia Mare, Roménia. *EPA/Zsolt Czegledi*

(6)

Os ODM na Europa: Jornalistas, precisam-se

Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (ECE)

A Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (ECE) é constituída por 56 países membros oriundos da Europa, do Cáucaso, da Ásia Centrale da América do Norte. Globalmente, a região é caracterizada por elevados níveis de desenvolvimento económico e humano. Contudo, as médias regionais relativas ao progresso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) escondem disparidades significativas entre países e até mesmo entre regiões dentro de alguns países. Assim, é imperativo para todas as nações desta região tornar o crescimento económico mais inclusivo e sustentável e adotar sistemas de proteção social, bem como políticas de redução das diferenças sociais e económicas.

O número de países membros da UNECE expandiu consideravelmente após o período de 1990, altura em que se desmantelaram três federações (União Soviética, Jugoslávia e Checoslováquia) e em que se formaram novas nações. Estes novos estados independentes, bem como outros antigos países comunistas e a Turquia, são considerados as economias emergentes da UNECE. Entre eles estão dez novos estados-membros pós-comunistas da União Europeia (NEM), doze estados pós-soviéticos da Europa Oriental, do Cáucaso e da Ásia Central (EECCA) e sete estados da Europa do Sudeste (SEE). Cerca de 472 milhões de pessoas vivem nestas três sub-regiões, incluindo 102 milhões nos NEM (dos quais 38 milhões habitam na Polónia), 276 milhões na EECCA (dos quais 142 milhões vivem

na Rússia), e aproximadamente 94 milhões nos SEE (dos quais 72 milhões habitam na Turquia).

O relatório UNECE de 2011 sobre os ODM¹ concluiu que, apesar de os níveis de pobreza extrema serem relativamente baixos e de o acesso à educação primária ser praticamente universal, algumas economias emergentes continuam a enfrentar o desafio de melhorar nas seguintes áreas: igualdade de género,

*Alguns dos obstáculos fundamentais que impedem o rápido progresso dos ODM na região incluem a estagnação do emprego e da produtividade, a distribuição desigual de receitas e a **exclusão social dos grupos populacionais mais vulneráveis**, como a comunidade cigana na Europa.*

mortalidade infantil e materna, VIH/SIDA e tuberculose, e ainda, sustentabilidade ambiental.² Além disso, algumas destas economias têm de melhorar significativamente a qualidade da educação de modo a aumentar o potencial de crescimento dos rendimentos nacionais. As economias mais desenvolvidas da região devem intensificar os esforços para contribuir para uma parceria global de desenvolvimento. Alguns dos obstáculos fundamentais que impedem o rápido progresso dos ODM na região incluem a estagnação do emprego e da produtividade, a distribuição desigual de receitas e a exclusão social dos grupos populacionais mais vulneráveis, como a comunidade cigana na Europa ou as populações indígenas, que se encontram no Velho Continente, na Ásia Central e na América do Norte. O relatório de 2011 inclui um capítulo especialmente dedicado à comunidade cigana, que é uma das maiores minorias étnicas na Europa, com cerca de 10 a 12 milhões de pessoas. Segundo a maioria dos indicadores dos ODM para a pobreza, para a saúde, para o género, para a habitação e para a educação, os ciganos estão substancialmente pior do que a restante população. Este capítulo especial descreve os principais desafios e oportunidades associados à inclusão social dos ciganos. O relatório contém um extenso anexo estatístico com informação detalhada sobre a evolução dos indicadores mais importantes para os ODM.

¹ Mais informação sobre os ODM na Europa e na Ásia Central, incluindo o acesso aos relatórios dos ODM da UNECE e à base de dados dos ODM da Internet, pode ser encontrada em <http://www.unece.org/mdg/welcome/mdgs-in-the-unece-region.html>. Alguns relatórios nacionais dos ODM também podem ser consultados a partir de diversos sítios do PNUD, incluindo http://hdr.undp.org/xmlsearch/reportSearch?&k=&t=MDGs_and_international_cooperation:MDGs&orderby=year&lang=en&y=*&c=n&p=1

² A igualdade de género e a sustentabilidade ambiental também não foram ainda alcançadas pelas economias desenvolvidas da região.



Map No. 3976 Rev. 11 UNITED NATIONS
November 2011

Department of Field Support
Cartographic Section



Mulheres albanesas assobian enquanto demonstram pelos direitos das mulheres e contra as cotas para mulheres no Parlamento no Dia Internacional da Mulher em Tirana, Albânia, 08 de março de 2013. *EPA/Armando Babani*

As condições iniciais e as circunstâncias nacionais devem ser tidas em consideração, já que os países adaptam as metas e os objetivos globais à sua situação específica (i.e. nem todas as metas e objetivos são atingidos exatamente da mesma maneira por todos os países). Quase todas as economias emergentes pertencentes à UNECE publicaram pelo menos um relatório nacional oficial relativo aos ODM. Os relatórios são menos frequentes nos países que aderiram à União Europeia a partir do ano 2000 e que são agora considerados desenvolvidos. A maioria dos países produziu dois ou mais relatórios e quinze países publicaram relatórios em anos recentes, como 2009 ou 2010. Na maioria dos casos, os relatórios nacionais oficiais foram escritos numa colaboração próxima com agências das Nações Unidas nos respetivos países. Há, contudo, casos de relatórios com os quais as agências das Nações Unidas não corroboraram devido à falta de credibilidade do seu conteúdo. Foi uma forma de se distanciarem de informação potencialmente

controversa e/ou de possíveis declarações que tivessem sido incluídas no documento.

No geral, as agências de estatísticas nacionais providenciaram a maior parte da informação para os relatórios nacionais dos ODM. Infelizmente, na maioria dos casos, estas agências não estiveram diretamente envolvidas na produção dos relatórios. Só alguns países têm um sítio na Internet dedicado apenas aos ODM e que seja facilmente acessível. Para alguns dos indicadores oficiais dos ODM, a nível internacional, há mais informação acessível além da disponibilizada por estes relatórios. O estado destes indicadores adicionais na monitorização por país é, no entanto, pouco claro.

A Grande Recessão de 2007-2009 e o período de tumulto financeiro que se lhe seguiu na zona euro causaram um retrocesso para a concretização dos ODM por toda a região. Grupos

marginalizados foram fortemente atingidos pelo desemprego, por perda de rendimentos e por um acesso mais reduzido aos serviços de saúde do que a maioria da população. O progresso dos ODM poderia ser acelerado a um custo reduzido se as políticas sociais e económicas dos governos se focassem na melhoria das condições de vida destes grupos desfavorecidos.

A imprensa e os ODM na região da UNECE

A cobertura de imprensa dos ODM na Europa Ocidental está longe de ser satisfatória. Os chamados jornais «progressivos» ou «de esquerda» tendem a focar-se quase exclusivamente nos ODM nos países em vias de desenvolvimento, ignorando, fortemente a pobreza, a exclusão social e os problemas na saúde que estão mais perto de casa, i.e. em estados pós-comunistas membros da União Europeia e nas economias em transição na Europa Oriental e do Sudeste, no Cáucaso e na Ásia Central. Por seu turno, a imprensa «reacionária» ou «de direita» contribui significativamente para a criação e perpetuação de estereótipos negativos de grupos socialmente excluídos, como os ciganos, os emigrantes mais pobres ou os refugiados. Tais estereótipos enfraquecem o progresso dos ODM até aqui conseguido e impedem estes grupos discriminados de terem acesso a bons empregos, a uma educação decente ou a serviços de saúde adequados. Finalmente, a cobertura dos ODM nos principais meios de comunicação social consiste, normalmente, em pequenas notícias sobre a concretização de várias metas dos ODM a nível global. O relato dos problemas relacionados com os ODM na Europa (por exemplo, o sofrimento dos ciganos) na imprensa de referência é equilibrado, mas pouco frequente.

No que às economias emergentes da Europa e Ásia Central diz respeito, praticamente não existe uma cobertura jornalística objetiva dos problemas relacionados com os ODM. Do mesmo modo, e tal como acontece na imprensa sensacionalista ocidental, os grupos marginalizados são geralmente retratados por um prisma negativo, como criminosos ou «parasitas» sociais, sem qualquer análise aos seus problemas ou sem que se procurem soluções equitativas. Além disso, os meios de comunicação social em alguns dos países emergentes da Europa e da Ásia Central estão sujeitos a variadas restrições, o que praticamente impossibilita uma cobertura jornalística significativa sobre os ODM (por exemplo, certos governos consideraram subversiva a publicação de

qualquer informação sobre problemas sociais relacionados com minorias desfavorecidas, pois pode, alegadamente, ameaçar o sentido de unidade nacional, etc.). Geralmente, a liberdade de imprensa na região parece ser correlativa com o sucesso da transição entre o planeamento central ou os governos unipartidários e os mercados ou a democracia representativa.

Em suma, a cobertura jornalística das questões relacionadas com os ODM na Europa e na Ásia Central deveria ser mais abrangente, no sentido de descrever de forma precisa os factos e as tendências relevantes, de providenciar uma análise dos fatores subjacentes e de contribuir para o cumprimento destas metas acordadas a nível internacional.

A imprensa livre, ou, de forma geral, a imprensa independente, dá à sociedade acesso a informação não censurada, o que lhe permite responsabilizar os governos pelas suas ações.

A imprensa livre, ou, de forma geral, a imprensa independente, dá à sociedade acesso a informação não censurada, o que lhe permite responsabilizar os governos pelas suas ações. Considera-se igualmente que este é um direito humano universal, que deve ser respeitado por todos os estados membros das Nações Unidas. O pioneiro Relatório do Desenvolvimento Humano de 1990 propôs uma definição do desenvolvimento humano como sendo um processo de «aumentar as escolhas das pessoas». Estas escolhas devem ser informadas.

Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (ECE)
Palais des Nations
CH-1211 Genebra (Genève)
Suíça
www.unece.org

(7)

Os ODM em África: Cobertura jornalística dos ODM — é para o vosso bem

Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA)

A menos de três anos do prazo acordado de 2015 para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), é comum lembrar que África ainda não cumpriu a maioria.

O relatório dos ODM de 2012 para África, escrito pela Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), refere que, apesar de o progresso africano estar a «ganhar força», o continente continua sem cumprir mais de metade dos objetivos. Na África Subsariana, o número de pessoas que vivem com menos de um euro por dia diminuiu de 56,5 por cento em 1990 para 47,5 por cento em 2008. No entanto, as taxas de malnutrição infantil e de mortalidade materna não estão a melhorar ao ritmo que seria desejável. Mesmo em áreas em que já houve um sucesso parcial — como a igualdade de género ou a educação universal primária — continua a haver muito por fazer.

O que virá a seguir ninguém pode adivinhar, mas espera-se que a agenda pós-2015 volte a abordar os ODM e os adapte às necessidades atuais da luta pelo desenvolvimento.

Por um lado, os ODM continuam a ser alguns dos compromissos mais abrangentes de sempre a nível global no que concerne à melhoria das condições sociais de toda a humanidade, sobretudo as daqueles que vivem com poucos recursos. Por outro, assuntos emergentes, como o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento humano e a segurança, as alterações climáticas e a segurança alimentar têm-se tornado nucleares para o conceito de desenvolvimento atual.

Tendo isto em mente, a UNECA, a Comissão da União Africana (CUA) e o Gabinete Regional do PNUD para África encontraram um consenso para uma agenda «extra-ODM».

Neste contexto, é essencial que os objetivos de informação e de comunicação, tais como a liberdade de expressão, o acesso a nova informação e a novas tecnologias de comunicação, bem como a promoção de valores democráticos, assumam o seu lu-

gar legítimo. Estes fatores, mesmo não tendo sido considerados em 2000, altura em que os ODM foram acordados, são fundamentais para criar o ambiente necessário ao cumprimento de todas as metas.

Os ODM como origem de novas ideias

Do ponto de vista de um jornalista, os ODM fornecem uma agenda noticiosa infindável para todos aqueles que quiserem fazer uma cobertura detalhada e sustentável da agenda do desenvolvimento africano.

Mais importante ainda, escrever sobre as metas específicas dos ODM mantém as partes interessadas responsáveis pelos seus compromissos e pode dar aos jornalistas uma experiência fundamental para produzirem artigos de qualidade sobre a economia e o desenvolvimento.

Os planeadores de desenvolvimento culpam muitas vezes os editores africanos por não fazerem o suficiente para apoiar iniciativas para o desenvolvimento do continente. Num *workshop* organizado recentemente pela Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), um funcionário questionou os meios de comunicação social pela sua alegada falta de histórias sobre o desenvolvimento:

«Como é que me conseguem explicar que as vossas crónicas estejam repletas de notícias sobre manifestações políticas ou sobre desporto e que nada seja dito sobre ascentenas de mulheres da aldeia que morrem todos os meses nos nossos países durante o parto? Porque é que não estão interessados nos milhares de meninas que têm de abandonar a escola primária todos os anos?»

Uma abordagem holística

O funcionário levantou alguns problemas sérios e legítimos. Pense-se, por exemplo, na contínua tragédia de mulheres da aldeia que morrem durante o parto. Lamentavelmente, as notí-

Mulheres e crianças abrigam-se numa escola perto de Maputo, Moçambique, após uma forte cheia. EPA/Antonio Silva

Escrever sobre as metas específicas dos ODM mantém as partes interessadas responsáveis pelos seus compromissos e pode dar aos jornalistas uma experiência fundamental para produzirem artigos de qualidade sobre a economia e o desenvolvimento.

Quer os jornalistas quer os funcionários das agências de desenvolvimento precisam de quatro coisas para fazer uma cobertura estratégica e eficaz dos ODM em África:

- **Perceber** os ODM e as suas metas de forma clara;
- **Descobrir** o que é preciso para o governo, os doadores e a comunidade internacional, respetivamente, alcançarem cada objetivo de desenvolvimento;
- **Cultivar** o desejo e a capacidade de avaliar o progresso de uma forma construtiva;
- **Desenvolver** uma capacidade de identificar desafios.

cias sobre o tema, sobretudo em países mais pobres, como o Níger ou o Burquina Faso,¹ apenas surgem muito raramente na capa dos jornais nacionais.

Mesmo que um artigo sensibilizasse os leitores, só poderia abordar o problema da alta mortalidade materna, dentro de determinada comunidade, se visasse fatores que influenciem as taxas de fertilidade, bem como um conjunto de outras questões relacionadas com o desenvolvimento, desde a falta de atenção médica atempada a mulheres em trabalho de parto ao transporte até às suas casas até uma infraestrutura de saúde devidamente equipada. O relatório dos ODM refere, por exemplo, que «quase uma em cada quatro mulheres em África que gostariam de espaçar ou adiar a próxima gravidez não o pode fazer, devido à falta de acesso a métodos contraceptivos».

Além disso, há ainda a questão da disponibilidade de profissionais da saúde para fazerem uma cesariana quando for necessária para salvar a vida da mulher e, possivelmente, do bebé.

Se uma história contar todos estes problemas e o governo for responsabilizado perante a opinião pública, poderá ter o impacto necessário para que se façam investimentos na área da mortalidade materna.

Apesar de haver muitos mais exemplos relacionados com outras metas dos ODM, o importante é que os meios de comunicação social se apercebam de que têm um papel fundamental para a implementação de todos os compromissos dos ODM, que vai para além de uma simples reprodução de comunicados de imprensa sobre diversos projetos de desenvolvimento.

Uma combinação de notícias, de gráficos e de iniciativas multimédia ou de iniciativas fora da redação irá certamente atrair muito mais reações positivas e uma maior vontade de se

trabalhar no sentido de se cumprirem os ODM, comparando com uma mera transmissão de notícias.

À procura do melhor ângulo

De resto, há que encontrar o melhor ângulo para escrever um artigo. Captar a perspetiva correta é importante para garantir que a cobertura jornalística do desenvolvimento ajuda a responsabilizar os governos e que contribui para o cumprimento dos ODM.

Os jornalistas devem ter sempre em consideração que o objetivo principal de uma notícia sobre os ODM é, tanto quanto possível, obter uma reação — positiva ou negativa — por parte das diferentes audiências e dos eleitores que participem nos ODM, incluindo as comunidades locais, pois são eles os principais beneficiários do desenvolvimento.

Por exemplo, os países desenvolvidos estabelecem condições para a ajuda ao desenvolvimento que estão orientadas para a concretização dos ODM, normalmente empréstimos. No momento em que estas condições são acordadas, faria sentido para os jornalistas irem mais além do evento em si e levarem a cabo uma reportagem ou escreverem artigos sobre o impacto destes empréstimos nos habitantes locais. Claro que também é boa ideia para os jornalistas fazer uma cobertura detalhada da fase comercial dos empréstimos, mais do que simplesmente aparecer para noticiar a cerimónia das assinaturas.

O empoderamento das mulheres também é uma das metas dos ODM. Apesar de ter havido um progresso notável relativamente à educação primária de meninas e à representação de mulheres nos parlamentos nacionais, os níveis de violência doméstica e de abuso sexual continuam altos. Na verdade, em alguns países, os números estão mesmo a aumentar. Infelizmente,

¹ O Rácio de Mortalidade Materna nestes países é de 590 e 300 por cada 100 mil partos, respetivamente. (Fonte: www.data.worldbank.org)



Map No. 3975 Rev. 8 UNITED NATIONS November 2011 Department of Field Support Cartographic Section

estas últimas questões são tratadas nos meios de comunicação social locais como simples delitos e não como obstáculos ao desenvolvimento.

Paralelamente, os jornalistas também se podem focar em cobrir alguns esforços governamentais honestos para travar

Quaisquer que sejam os desafios que os meios de comunicação social tenham de enfrentar ao cobrir os ODM, o esforço será recompensado. Afinal, o desenvolvimento dos jornais, das televisões e das estações de rádio só é possível mediante as condições económicas e sociais das pessoas a quem se dirigem.

a transmissão do VIH/SIDA, mesmo quando as taxas de infeção num determinado país se mantêm altas. A publicidade positiva pode trazer ajuda fundamental ao desenvolvimento de um índice que o relatório dos ODM de 2012 classificou como «um ambiente de financiamento incerto», apesar do progresso nos indicadores do VIH em África.

ODM e diplomacia

As notícias focadas nas relações internacionais associadas ao cumprimento dos ODM são um nicho valioso que os meios de comunicação africanos ainda não exploraram.

As ligações e as pressões globais desempenham um papel crucial para os ODM. Após a adoção dos ODM, muitas organizações internacionais começaram a avaliar a seriedade com que os governos africanos prestavam atenção aos respectivos programas de combate à SIDA. Na verdade, algumas dessas organizações «condicionaram» a anulação da dívida relativamente ao progresso feito no combate ao VIH/SIDA e à promoção de uma educação universal primária.

Todos os anos, estima-se que mais de \$US 50 mil milhões² saiam de África e que sejam escondidos em países desenvolvidos. Este número é superior ao da média total da Ajuda Pública

ao Desenvolvimento (APD) que o continente africano recebe anualmente da comunidade internacional, incluindo da China. Esse dinheiro poderia ter pago estradas, centros de saúde, enfermeiros treinados ou parteiras e ter providenciado educação primária gratuita a milhões de crianças por todo o continente.

Num *workshop* de comunicação social que teve lugar antes do Oitavo Fórum do Desenvolvimento Africano (ADF VIII) em outubro de 2012, representantes da Comissão Económica das Nações Unidas para África usaram o lema «Siga-o. Pare-o. Obtenha-o.» (*Track it. Stop it. Get it.*). Isto levou os jornalistas a investigarem o fluxo de fundos ilícitos para fora de África, demonstrando a importância da ligação entre os meios de comunicação social e o poder dos cidadãos.

Notícias de relatórios económicos anuais

Os meios de comunicação social cobrem os ODM sobretudo quando é publicado um novo relatório ou quando há reuniões ou visitas dos funcionários das agências do desenvolvimento. No entanto, esta cobertura tende a ser um mero resumo do evento, que se foca nos discursos e que gastapoucas linhas comas conclusões dos relatórios. Em qualquer caso, há muitas outras fontes que os jornalistas podem usar para encontrarmais informação sobre os ODM.

A UNECA, em conjunto com outros parceiros de desenvolvimento, tais como a CUA e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), publica um relatório anual que avalia o comportamento dos países africanos relativamente a diferentes metas dos ODM. Existem outros relatórios setoriais que também são publicados por outras agências das Nações Unidas. Também a UNECA produz diversos relatórios anualmente sobre diferentes temas relacionados com o desenvolvimento; alguns dos mais recentes são extremamente relevantes para os ODM³.

Estas fontes fornecem informação abundante e usam as metas mais importantes dos ODM como ponto de partida. Estes relatórios contêm factos e números normalmente esquecidos

após a sua cerimônia de lançamento, mas que poderiam inspirar dezenas de notícias relevantes.

Um outro sítio onde se pode ir buscar informação é ao *Anuário Estatístico de África*, uma publicação conjunta da UNECA, da CUA e do BAD. Com uma consulta qualquer edição do *Anuário*, os jornalistas poderão surpreender-se com a quantidade de ideias que podem obter a partir dos dados disponíveis.

No fundo, quaisquer que sejam os desafios que os meios de comunicação social tenham de enfrentar ao cobrir os ODM, o esforço será recompensado. Afinal, o desenvolvimento dos jornais, das televisões e das estações de rádio só é possível mediante as condições económicas e sociais das pessoas a quem se dirigem.

Ao cobrir as metas dos ODM através dos meios de comunicação, os jornalistas e editores africanos têm a possibilidade de motivar, de guiar, de inspirar e de responsabilizar gover-

nos, doadores e organizações internacionais que se tenham comprometido com os ODM. Mas escrever sobre os ODM não é apenas uma oportunidade para os jornalistas promoverem iniciativas de desenvolvimento — também o farão para o seu próprio interesse.

*Comissão Económica das Nações Unidas
para África (ECA)*

Menelik II Ave.

B.P. 3001, Adis Abeba, Etiópia

www.uneca.org



O agricultor nigeriano Eric Dooh levanta a mão coberta de petróleo de uma enseada perto de Goi Ogoniland, Nigéria. De acordo com um estudo da ONU, as fugas nos oleodutos de petróleo na Nigéria ocorrem regularmente, prejudicando as comunidades da região do Delta do Níger. *EPA/Marten van Dijk*

² Jamneh Abdoulie, a apresentar o *Relatório sobre a Avaliação Mútua da Eficácia do Desenvolvimento de 2012*, no 27º Encontro dos Chefes de Estado e de Governo da NEPAD (HSGOC), em Adis Abeba, a 14 de Julho de 2012.

³ Incluem: A Declaração de Consenso Africano para Rio +20; o Progresso para o Desenvolvimento Sustentável em África; os Desafios Emergentes em África. O Relatório de Síntese; A Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e de Erradicação da Pobreza; Quadros Estratégicos e Institucionais para o Desenvolvimento Sustentável. Relatório Completo; Avaliação do Desenvolvimento Social em África 2011; Índice de Desenvolvimento e de Género em África 2011; Relatório de Governabilidade sobre África 2012; o Relatório dos ODM 2012; Relatório Interno Sobre a Avaliação Mútua da Eficácia do Desenvolvimento 2011; Enquadramento e guias para políticas fundiárias em África; e Políticas fundiárias em África: reforço dos direitos fundiários, aumento da produtividade e segurança dos meios de subsistência. Todos estão disponíveis em www.uneca.org

(8)

Os ODM nos Estados Árabes: Uma região numa encruzilhada

*Comissão Económica e Social das Nações Unidas
para a Ásia Ocidental (CESAO)*

I. Situação regional relativamente aos ODM

É preciso reavaliar o progresso dos Estados Árabes com a consciência de que a região se encontra numa encruzilhada e num período de transição inesperado.

Até à data, a mais recente e mais completa avaliação do desempenho da região é o Relatório Árabe dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), de 2011¹.

O relatório indica que o facto de nesta região existirem diferentes níveis de desenvolvimento humano (e de rendimentos) e muita diversidade requer uma avaliação do desempenho segundo critérios mais especializados. Por este motivo, o relatório faz uma avaliação do desempenho da região relativamente aos ODM dividido em quatro subgrupos, sendo que os países que vivem em condições especiais e extremamente difíceis, devido a ocupações, guerra e conflitos, constituem um subgrupo à parte:

1. Conselho de Cooperação do Golfo (GCC)
2. O Machereque
3. O Magrebe
4. Os países árabes menos desenvolvidos (PDM)
5. Os países que vivem em condições especiais e extremamente difíceis devido a ocupações, guerra e conflitos.

Além disso, o relatório ajusta os ODM ao atual período de transição vivido na região árabe, estuda a correlação entre os ODM e a transição política que se vive e traça um perfil geral e subjetivo da correlação entre ambos.

O relatório afirma que, embora os ODM não tenham inspirado manifestações ou revoluções nesta região, os seus valores refletem-se na voz do povo, que apela recorrentemente à Liberdade, à Justiça e à Dignidade.

Ao avaliar o desempenho da região até à data, o relatório assinala algumas áreas de ação cujo cumprimento é considerado prioritário ainda antes de 2014.

Os países do GCC

A prioridade para os países com rendimentos mais elevados, como os países do GCC, passa pela necessidade de se adaptarem os ODM a nível nacional e de se fixarem objetivos de desenvolvimento, níveis de desempenho e indicadores que se coadunem com as características de cada país e com as agendas nacionais. Isto aplica-se especialmente aos ODM um, dois, quatro, cinco e seis, onde já se verificam níveis elevados de desempenho comparáveis aos de grandes países industrializados. Relativamente aos problemas e às disparidades atuais, a prioridade deve ser dada ao terceiro objetivo, que tem que ver com o empoderamento das mulheres, e ao sétimo objetivo, que tem que ver com o ambiente e com a sustentabilidade. O oitavo objetivo também é importante para que se possa criar uma estratégia regional de cooperação para o desenvolvimento, para que se atinjam os ODM nos países árabes e para que os países do GCC assumam um papel regional neste domínio. Também é necessário que os países do GCC abordem as questões da diversidade económica, os problemas estruturais associados ao mercado de trabalho e a sustentabilidade económica e social sob uma perspectiva estratégica, orientada para o longo prazo.

Um homem da comunidade marginalizada e empobrecida Akhdam sentado num bairro pobre em Saná, Iémen. *EPA/Antonio Silva*

¹ www.escwa.un.org/information/pubaction.asp?PubID=1226

Países do Machereque e do Magrebe

O relatório assinala as prioridades para os países de rendimentos médios do Machereque e do Magrebe, que incluem a necessidade de se adaptarem os ODM a nível nacional e de se fixarem objetivos de desenvolvimento, níveis de desempenho e indicadores que se coadunem com as características e com as prioridades nacionais. Esta adaptação deverá incluir aspetos qualitativos e especificar níveis mais elevados de desempenho, sobretudo no que concerne à educação, (uma questão focal para este grupo). No setor da educação, (e em Marrocos em particular) existem vários problemas relacionados com as disparidades do número de alunos matriculados e com o fraco desempenho interno.

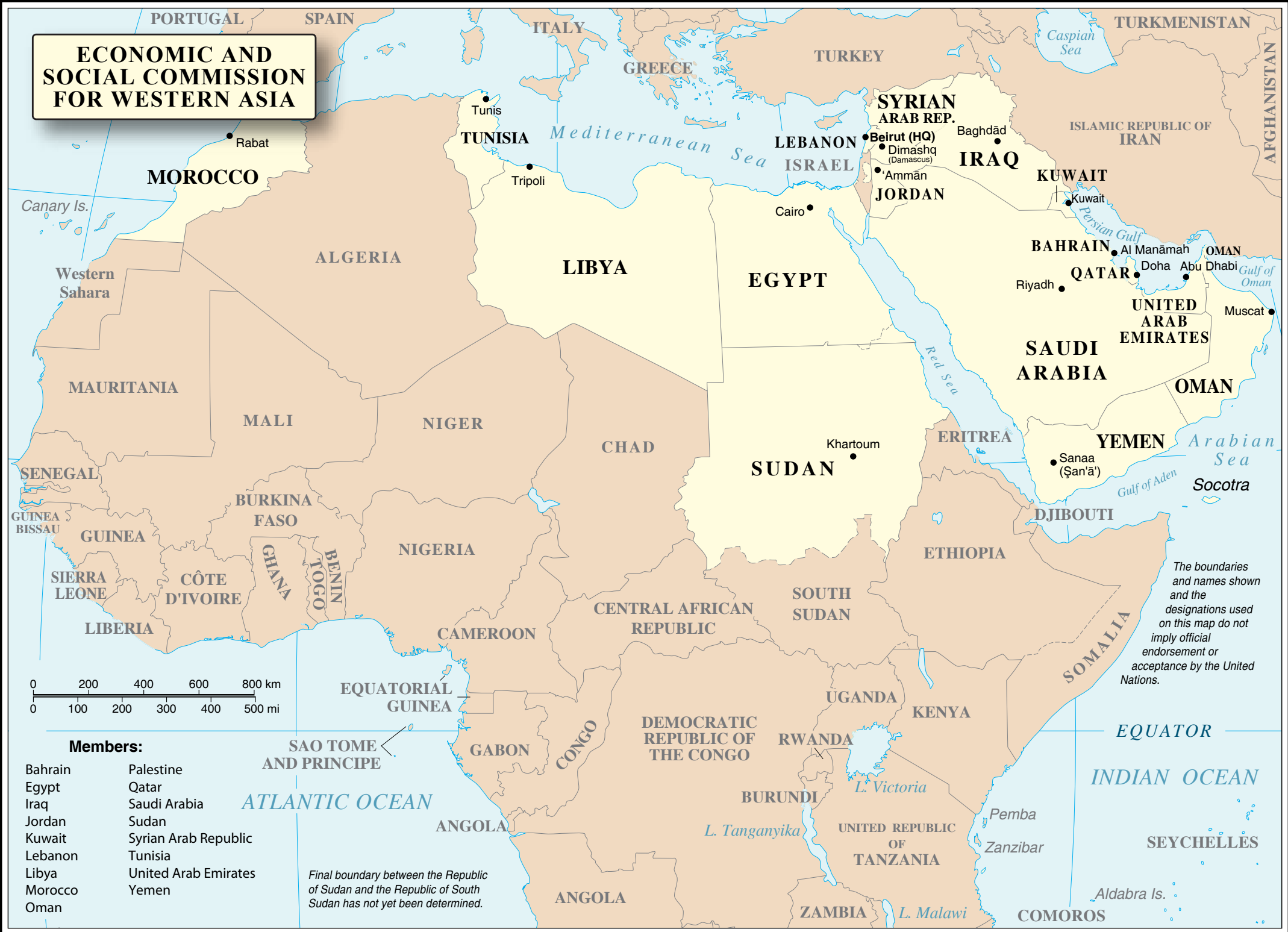
As prioridades para a adaptação dos restantes objetivos variam de acordo com cada país. Relativamente aos problemas e às desigualdades atuais, a prioridade deverá ser dada ao primeiro objetivo, direcionando os esforços, idealmente, para o combate ao desemprego, para o direito a condições de trabalho dignas e para o alívio da pobreza (que se relaciona diretamente com os problemas de desigualdade regionais e sociais). O terceiro objetivo, relacionado com o empoderamento da mulher, e o sétimo objetivo, relacionado com o ambiente e com a sustentabilidade, também deverão ter precedência. No que diz respeito à saúde e à educação, a prioridade são as questões relacionadas com a cobertura dos serviços de saúde e com os custos da educação, paralelamente à questão das doenças não-contagiosas.

Países em condições especiais e extremamente difíceis devido a ocupações, guerra e conflitos

O relatório evidencia que os países que vivem em condições especiais e extremamente difíceis devido a ocupações, guerra e conflitos sofrem, geralmente, de problemas que incluem (i) a perda de recursos físicos e humanos devido à guerra e a ações militares, (ii) a escassez de recursos, (iii) as disparidades gritantes entre as prioridades definidas globalmente, com base no quadro dos ODM, e as prioridades das regiões em situação de conflito ou de ocupação (iv) a fragilidade ou instabilidade das instituições, o que dificulta o planeamento e a execução de aspetos relacionados com os processos de desenvolvimento, (v) a acentuada polarização interna de classes sociais ou entre regiões, o que dificulta a formação de alianças para o desenvolvimento, e (vi) a fragilidade, a fragmentação ou a falta de capacidade dos governos para administrar os recursos nacionais.

Reavaliação da situação atual do desenvolvimento

Numa perspetiva de médio a longo prazo, o relatório propõe que se reavalie a atual conjuntura de desenvolvimento e que



se implementem, nesta região, as muito necessárias reformas políticas e de governança:

1. Através da inclusão de reformas de governação enquanto fator determinante e que demonstre o verdadeiro desenvolvimento baseado na participação, na responsabilidade e na eficiência institucional, tal como reclama a voz do povo árabe;
2. Através da inclusão da desigualdade subnacional como fator determinante e ilustrativo das falhas no desenvolvimento, pela separação de dados de acordo com género, fatores geográficos, minorias, nível dos rendimentos, entre outros;
3. Através da inclusão de medidas de controlo de qualidade dos serviços de saúde e de educação, por oposição à contemplação de aspetos meramente quantitativos;
4. Repensando a monitorização da pobreza através da redefinição dos parâmetros de medição de pobreza, de forma a que reflitam os contextos nacionais, com base nas medidas de pobreza multidimensional e nas linhas de pobreza nacionais; e
5. Adoptando uma abordagem adequada a cada país aquando da fixação de objetivos globais, de forma a que sejam contextualmente adequados.

O relatório argumenta que um novo enquadramento do desenvolvimento, orientado para cada país, resultará em melhores meios para que se possa adoptar uma política coerente em todas as metas ao identificar e realçar o facto de diferentes políticas contribuírem para diferentes objetivos; ao lidar com questões de equidade (incluindo a igualdade de género); e ao focar-se em populações mais vulneráveis, prestando-lhes assistência. Este novo enquadramento será o resultado de uma ampla discussão e participação e de um envolvimento cívico e voluntário de todas as partes interessadas nos países árabes.

Crítica aos ODM

Também é preciso pensar nos ODM de forma crítica. Em primeiro lugar, a forma como os ODM foram criados resultou na sua dissociação da Declaração do Milénio, da qual os ODM eram originalmente um anexo que se focava principalmente na implementação do caminho traçado pela declaração. Esta separação resultou na falta de focalização em questões de governação, de direitos humanos, de paz e de desarmamento nos ODM, todas elas questões que abrangem as principais lacunas na região árabe. Em segundo lugar, os ODM foram definidos e estão a ser implementados e monitorizados de forma fragmentada e setorial. Em terceiro lugar, tem sido difícil de atingir os ODM porque eles não foram adequados, adaptados e inte-

grados em planos de desenvolvimento nacionais. Por último, as dimensões regionais dos ODM continuam a ser insuficientes. Tem sido comum, em países desta região, traçarem-se planos nacionais para atingir os ODM, que são, posteriormente, elevados para ficar em conformidade com os planos de execução global dos ODM e sem qualquer contextualização regional.

II. Como é feita a cobertura dos ODM pela imprensa regional

A ONU está a avaliar a forma como os meios de comunicação social abordam os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) a partir de duas perspetivas diferentes: a primeira é a forma como os meios de comunicação lidam com os ODM e a segunda é o modo como os meios de comunicação têm estado envolvidos no processo dos ODM nos países árabes.

A cobertura dos ODM

Inicialmente, a abordagem dos meios de comunicação aos ODM diferia de país para país e caracterizava-se por certas lacunas que refletiam as falhas do próprio processo de concretização dos ODM. Os principais parceiros de desenvolvimento dos países árabes lidavam com os ODM de uma forma parcial e fragmentada, quer ao nível nacional, quer ao nível regional. De forma geral, enfatizavam-se objetivos isolados (sobretudo relacionados com a educação, com a saúde materna, com as emissões de CO₂, etc.), embora os ODM devessem ter sido abordados como um pacote integrado de medidas a ser incorporado, como um todo, nos planos nacionais de desenvolvimento. Esta abordagem representa uma das principais falhas da abordagem aos ODM ao nível mundial, que foi criticada durante a Reunião Plenária de Alto Nível das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (Cimeira dos ODM), que se realizou em Nova Iorque em 2010, e também no relatório do Secretário-Geral da ONU na Cimeira do Rio, em 2012.

Esta abordagem fragmentada refletiu-se na cobertura mediática dos avanços em direção aos ODM. Os repórteres nacionais de cada país acompanharam questões isoladas e publicaram artigos e reportagens sobre assuntos relacionados com objetivos ou com metas individuais, sem mencionar, necessariamente, os ODM ou a Declaração do Milénio. A cobertura dos ODM propriamente dita foi feita sobretudo através do lançamento dos relatórios nacionais dos ODM e de investigação. Isto levou à publicação de notícias sobre parte dos relatórios oficiais, com especial destaque para os números mais impressionantes. Ocasionalmente, conduziram-se algumas entrevistas com os responsáveis ou com as pessoas que escreveram os relatórios. Os governos, mais preocupados em mostrar os resultados posi-

tivos, também afetaram a cobertura mediática dos ODM. Por outro lado, os meios de comunicação social aliados à oposição realçavam os números mais preocupantes para a população (como as elevadas taxas de pobreza e a discriminação contra as mulheres, os dois assuntos mais promovidos para esse efeito).

Ao nível regional, os meios de comunicação cobriram os ODM com base em relatórios lançados por instituições internacionais (sobretudo pela CESAO): três relatórios publicados pelas Nações Unidas (2005, 2007-2008 e 2010), um relatório publicado pelo PNUD (2003-2004) e um relatório da CESAO (2011). Nestes casos, a imprensa fez cobertura dos lançamentos dos relatórios e das conferências que revelaram os principais resultados. A comunicação social dos países árabes seguiu com algum interesse as três Cimeiras Sociais e Económicas Árabes (Kuwait 2008, Cairo 2010 e Arábia Saudita 2012), todas elas contemplavam a concretização dos ODM nos seus programas, formando assim a plataforma árabe oficial mais completa na abordagem aos ODM. A cobertura mediática foi, nestes casos, mais ampla devido à presença de um grande número de participantes políticos de alto nível nestas reuniões. Contudo, os ODM não foram um tópico muito discutido, o que se refletiu na cobertura mediática. Focaram-se certas medidas económicas adotadas nas cimeiras, mas os aspetos sociais — inclusive os ODM — foram remetidos para segundo plano, quer nas cimeiras, quer nos meios de comunicação social.

Envolver os meios de comunicação no processo dos ODM

Na altura, a cobertura dos ODM focava-se sobretudo nas notícias e nas atividades. No entanto, a região árabe caracterizava-se pelas várias iniciativas que encorajavam o envolvimento dos meios de comunicação social e dos jornalistas, enquanto parceiros e participantes ativos nas atividades relacionadas com os ODM na região árabe. Ao contribuir para a defesa e para os esforços de monitorização e ao promover a consciencialização dos objetivos, bem como a vontade pública de os adoptar, os meios de comunicação podiam desempenhar um papel central, ajudando a atingir os ODM na região. Estas parcerias também visavam a aproximação entre as figuras mediáticas, as organizações da sociedade civil e os partidos oficiais e internacionais.

Existe uma iniciativa regional que ilustra muito bem a co-operação entre organizações internacionais, jornalistas e as

OSC. Há um projeto regional contínuo, lançado no final de 2005, em que se realizaram vários *workshops* de formação que contaram com a participação dos órgãos de comunicação social e dos jornalistas enquanto parceiros e participantes ativos. Os conteúdos de formação do projeto eram relativos ao processo dos ODM e destinavam-se a jornalistas e a outros profissionais da imprensa das OSC (entre outros). Na primeira parte do projeto (entre o final de 2005 e 2008) houve doze *workshops* de formação que contaram com 255 participantes oriundos de 20 países árabes, de um total de 22 países. Os profissionais da comunicação social representaram doze por cento do total de participantes. Três dos doze *workshops* utilizaram unidades de treino da imprensa e dos ODM. Estes números ilustram apenas uma parte do trabalho, uma vez que o projeto ainda está a decorrer (o projeto é liderado pela CESAO em parceria com

Atingir os ODM de forma firme e harmoniosa não será possível sem uma viragem cultural ao nível do conhecimento, dos valores e das atitudes ou sem uma forte vontade pública e comunitária de seguir nesta direção. Nada disto se consegue sem os meios de comunicação social.

a rede árabe de ONG para o Desenvolvimento e com o Centro das Mulheres Árabes para a Formação e Investigação (CAW-TAR)). Foram implementadas novas formações, ações de divulgação e atividades de avaliação conjunta para os ODM, com uma forte ligação aos meios de comunicação social. É importante destacar que, no decurso destas atividades, a interação entre figuras mediáticas e outros parceiros foi muito proveitosa e positiva. Todos os agentes da comunicação social ali presentes escreveram reportagens para os jornais, para a televisão ou para a rádio sobre os ODM, honrando os compromissos assumidos durante a formação.

Últimas observações

A experiência referida no parágrafo anterior chama a atenção para a importância de se interagir com os meios de comunicação social de uma forma diferente da tradicional e de se compreender a forma como estes contribuem para o desenvolvimento. A cultura é um fator essencial para o desenvolvimento humano sustentável e uma peça fundamental para qualquer estratégia de desenvolvimento. Atingir os ODM de

Uma criança malnutrida à espera de tratamento num centro terapêutico de alimentação em Saná, Iémen, em agosto de 2012. *EPA/Yahya Arhab*

forma firme e harmoniosa não será possível sem uma viragem cultural ao nível do conhecimento, dos valores e das atitudes ou sem uma forte vontade pública e comunitária de seguir nesta direção. Nada disto se consegue sem os meios de comunicação social. Será escusado lembrar que os meios de comunicação são um agente fundamental para a monitorização, para o acompanhamento, para a análise crítica, para a responsabilização e para a transparência.

Os meios e os profissionais de comunicação social têm de ser vistos como parceiros com direitos e com deveres plenos, paralelamente ao seu papel tradicional de fazer cobertura jornalística. Isso também implica que se encontre um equilíbrio entre o papel dos jornalistas na cobertura de determinados eventos, o seu papel na análise do contexto em que se inserem, as principais razões por detrás de cada evento e os problemas que ali se espelham. Além disso, mostra o seu compromisso, enquanto cidadãos, para com os objetivos de desenvolvimento e para com os direitos humanos. E os seus esforços individuais, através das instituições em que trabalham, promovem o papel destas para a fundação de uma cultura do desenvolvimento e para a tomada de consciência pública relativamente ao desenvolvimento.

*Comissão Económica e Social das Nações Unidas
para a Ásia Ocidental (CESAO)*

*Praça Riad el-Solh
Beirute, Líbano
www.escwa.un.org*





(9)

Os ODM na Ásia e no Pacífico: Precisa-se de ajuda para acelerar o progresso

Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e para o Pacífico (CESAP)

A região da Ásia e do Pacífico deu grandes passos para a redução da pobreza e está no bom caminho para alcançar outros objetivos de desenvolvimento. No entanto, ainda regista níveis elevados de fome, assim como de mortalidade infantil e materna, de acordo com a última análise de progresso regional no que respeita aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), publicada pela Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e para o Pacífico (CESAP), pelo Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Esta região já alcançou a meta inicial incluída no primeiro ODM — reduzir a incidência da pobreza. Para isso, entre 1990 e 2009, diminuiu a proporção de pessoas que viviam com menos de \$US 1,25 por dia de 50 para 22 por cento.

Também se encontra prestes a cumprir outros indicadores dos ODM antes do prazo final de 2015 — incluindo a promoção da igualdade entre géneros na educação, a redução da incidência do VIH, a erradicação da tuberculose, o aumento da área florestal, a redução do consumo de substâncias nocivas para a camada de ozono e a diminuição para metade da proporção de pessoas sem acesso a água potável.

Embora o dinâmico crescimento económico tenha ditado o sucesso da região no que respeita à redução da pobreza, os países da Ásia e do Pacífico continuam a revelar níveis elevados de mortalidade entre as crianças com menos de cinco anos de idade. Em toda a região, e apenas no ano de 2012, mais de três milhões de crianças morreram antes de chegarem ao seu quinto aniversário. Além disso, milhares de mães continuam a morrer todos os anos devido a complicações relacionadas com o parto.

Ainda que o número de pessoas sem acesso a água potável neste território tenha caído de 856 milhões para 466 milhões no período entre 1990 e 2008, a região da Ásia e do Pacífico

Um menino senta fora de sua casa improvisada num cemitério que alberga cerca de quarenta famílias de ocupantes ilegais em Phnom Penh, Camboja. EPA/Stephen Morrison

ainda abriga mais de metade da população mundial que não dispõe de água potável.

O relatório de 2011/12 sobre os ODM na Ásia e no Pacífico, da responsabilidade da CESAP/ADB/PNUD e intitulado *Accelerating Equitable Achievement of the MDGs: Closing the Gaps in Health and Nutrition in Asia and the Pacific* (Acelerar a concretização equitativa dos ODM: Redução das disparidades na saúde e na educação na Ásia e no Pacífico), lança o alerta de que, a continuar o presente ritmo de progresso, é pouco provável que a região, enquanto um todo, alcance as metas propostas pelos ODM no que respeita à erradicação da fome, à redução

As boas notícias são que muitos destes objetivos podem ser alcançados até 2015 se se redobram os esforços nesse sentido. Por exemplo, o objetivo de reduzir a malnutrição infantil pode ser alcançado com um melhoramento anual inferior a dois por cento em 14 países da região, que atualmente se encontram aquém do desejado.

da mortalidade infantil e ao melhoramento da saúde materna, entre outros.

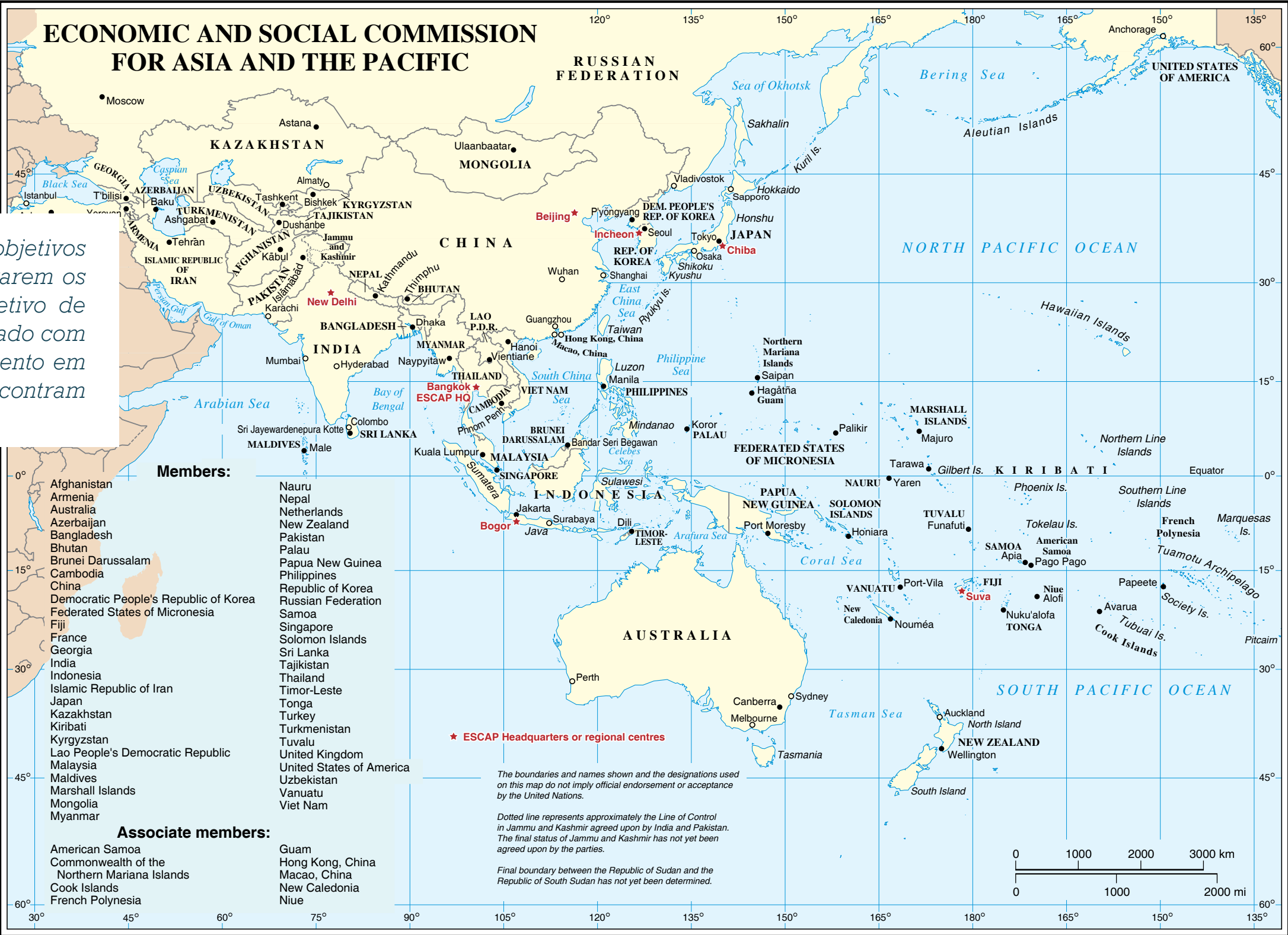
Disparidades acentuadas devido à localização geográfica e ao grupo social

Relativamente ao progresso em relação aos ODM, o relatório revela ainda disparidades gritantes entre e dentro de sub-regiões, de países e até de grupos sociais. Enquanto todo o Sul da Ásia mostra avanços relativamente apenas nove dos indicadores dos ODM, o Sri Lanca revela progressos em quinze desses indicadores, ultrapassando a restante sub-região.

Dentro de cada país, as disparidades na concretização das metas dos ODM entre géneros, etnias e regiões significam que grande parte da população está aquém dos objetivos de desenvolvimento.

Porque é que alguns países se saem melhor?

O relatório confirma que os gastos com a saúde são importantes, mas indica também que a qualidade dos serviços relacionados com cuidados de saúde e uma boa administração são fatores igualmente significativos no que respeita à obtenção de melhores resultados na área da saúde. Por exemplo, há estudos que mostram que os países que combatem eficazmente a corrupção alcançam melhores resultados na área dos cuidados de saúde.





Embora haja meios de comunicação social que fazem reportagens sobre questões relacionadas com o desenvolvimento — incluindo a fome, a pobreza, a saúde e o empoderamento social — o termo «ODM» raras vezes é mencionado.

Uma mulher afegã, que foi alegadamente queimada por familiares do sexo masculino, recebe tratamento médico num hospital local em Herat, Afeganistão, a 29 de março de 2011. EPA/Jalil Rezayee

Outros fatores, como os níveis de educação e de literacia entre as mulheres, o acesso a água potável, um melhor saneamento básico e melhores estradas, bem como outras infraestruturas, também desempenham um papel fundamental no aperfeiçoamento da saúde pública.

O relatório indica que, se os governos pretenderem elevar os padrões dos cuidados de saúde, têm de se concentrar bastante mais nas necessidades daqueles que são pobres e vulneráveis. Progressos efetivos na área dos cuidados de saúde exigem intervenções não só nesse setor, mas também — e sobretudo — em áreas relacionadas, como a qualidade da água, a nutrição, a educação e o empoderamento de género.

Progresso a todo o gás

No entanto, as boas notícias são que muitos destes objetivos podem ser alcançados até 2015 se se redobram os esforços nesse sentido. Por exemplo, o objetivo de reduzir a malnutrição infantil pode ser alcançado com um melhoramento anual inferior a dois por cento em 14 países da região, que atualmente se encontram aquém do desejado.

Metade dos países da região, que estão atrasados em relação ao objetivo de redução da mortalidade infantil, pode atingir essa meta se se conseguir prevenir, a cada ano, duas mortes em cada mil entre crianças com menos de cinco anos de idade. Vários países que estão atrasados na concretização do objetivo de reduzir a mortalidade materna podem alcançá-lo, se conseguirem prevenir entre duas a três mortes em cada 100 mil nados-vivos anualmente.

O relatório esboça uma agenda com oito pontos para incrementar o progresso dos ODM no que toca aos cuidados de saúde: essa agenda pede que se determinem os fatores sociais das desigualdades e das vulnerabilidades na área da saúde, para que se crie um sistema primário de cuidados de saúde equitativo, acessível, integrado e com capacidade de resposta e para que se assegurem serviços de saúde materno-infantil voltados para a promoção, para a prevenção e para a cura.

Cobertura jornalística dos ODM na Ásia e no Pacífico

Regra geral, a cobertura jornalística dos ODM pelos principais meios de comunicação social na região da Ásia e do Pacífico é quase inexistente. Embora haja meios de comunicação social que fazem reportagens sobre questões relacionadas com o desenvolvimento — incluindo a fome, a pobreza, a saúde e o empoderamento social — o termo «ODM» raras vezes é mencionado.

Durante um *workshop* da ONU para os meios de comunicação social, que teve lugar recentemente em Bangucoque com o objetivo de promover a cobertura jornalística dos ODM, os participantes fizeram notar que muitos jornalistas viam os

ODM como jargão da ONU, que não era fácil de incluir nas suas reportagens.

Os jornalistas que participaram neste *workshop*, realizado na véspera da Cimeira Asiática dos Meios de Comunicação Social em 2012, destacaram a necessidade de terem acesso às principais partes intervenientes, incluindo agentes governamentais e institucionais.

Também salientaram que o uso de imagens e de estatísticas, recorrendo tanto a dados locais com a informações oficiais da ONU, era muito importante para produzir boas histórias com uma maior hipótese de terem sucesso entre o público. Os jornalistas sublinharam que estatísticas «fora do comum» são particularmente úteis.

Também referiram o tempo e dinheiro despendidos para obter acesso a certos assuntos, assim como o longo processo de aprovação de entrevistas na ONU, como obstáculos específicos para uma cobertura jornalística dos ODM mais extensa.

A abertura da ONU aos meios de comunicação social tem resultado no aumento da visibilidade mediática dos ODM, como se pode ver na cobertura jornalística relativamente melhorada no Sul da Ásia e em alguns países do Sudoeste asiático, como as Filipinas e a Indonésia.

O interesse dos meios de comunicação social tem surgido graças à organização de eventos especiais para a comunicação social, tal como o *workshop* em Bangucoque; através da concessão de entrevistas individuais; e através do incentivo a viagens de jornalistas, sozinhos ou em grupo, para observarem no terreno iniciativas relacionadas com os ODM, quer as que estão debaixo da alçada da ONU, quer as que são organizadas pelos governos ou pela sociedade civil.

*Comissão Económica e Social das Nações
Unidas para a Ásia e para o Pacífico (CESAP)
Ave Rajadamnern Nok
Bangucoque 10200
Tailândia
www.unescap.org*

(3ª parte)

Guia de reportagem para a cobertura jornalística dos ODM

Uma perspectiva global sobre os países em desenvolvimento (e qual o seu interesse para os jornalistas dos países desenvolvidos)	<i>Rachel Pulfer</i>	62
Jornalismo de investigação: Uma questão de cooperação transfronteiriça	<i>Paul Christian Radu</i>	66
Um problema, várias dimensões: Dicas para a cobertura jornalística da pobreza	<i>Jean Claude Louis</i>	70
Alimentar a reflexão: Dicas para a cobertura jornalística da fome	<i>Marwaan Macan-Markar</i>	74
Um direito, não um privilégio: Dicas para a cobertura jornalística da educação	<i>Louisa Reynolds</i>	78
Por quem se agita a bandeira? Dicas para a cobertura jornalística da igualdade de género	<i>Guenet Ayele Gruenberg</i>	84
Reavivar uma «velha história»: Dicas para a cobertura jornalística do VIH/SIDA	<i>Isaiah Esipisu</i>	90
O global é local, e o local é global: Dicas para a cobertura jornalística do ambiente	<i>Stephen Leahy</i>	94
Um conselho saudável: Dicas para a cobertura jornalística da saúde	<i>G. Ananthakrishnan</i>	100
Responsabilizar «os grandes»: Como pôr a corrupção a descoberto	<i>Umar Cheema</i>	106
Manter o dinheiro debaixo de olho: Como fazer cobertura jornalística do dinheiro por detrás dos ODM	<i>Kimberly S. Johnson</i>	112
Seguir as pistas: Como solicitar informação às autoridades	<i>Maye Primera</i>	118
A arte da entrevista	<i>María Emilia Martin</i>	122

Uma perspectiva global sobre os países em desenvolvimento (e qual o seu interesse para os jornalistas dos países desenvolvidos)

Rachel Pulfer

A dois anos de 2015, altura em que termina o prazo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), o progresso tem sido inconsistente. A propagação de algumas doenças, como o VIH/SIDA, está a ser controlada. Na China, a proporção de pessoas que vive com menos de \$US 1 por dia diminuiu para metade. No entanto, o número de pessoas na mesma condição na África subsariana registou uma diminuição de apenas um por cento.

A que se deve um progresso tão desigual? Uma razão prende-se com as barreiras ao comércio, mal compreendidas pelos países desenvolvidos, que impedem que os negócios dos países em desenvolvimento possam competir a um nível global. Outra razão é a corrupção endémica nos países em desenvolvimento, que desvia fundos que estão destinados ao desenvolvimento do seu objetivo original.

Ambas as questões fazem com que a cobertura jornalística de temas dos países em desenvolvimento seja ainda mais crucial. O público nos países desenvolvidos precisa de estar consciente do impacto das suas ações a sul. Os governos dos países em desenvolvimento precisam de saber que podem ser publicamente responsabilizados pelas suas ações. Só então é que os direitos e aspirações dos desfavorecidos terão uma oportunidade contra essas barreiras e corrupção.

Muitos jornalistas e editores nos principais meios de comunicação social da América do Norte têm a ideia errada de que os problemas dos países em desenvolvimento não têm interesse para o seu público. Porque é que se deveriam interessar pelos ODM? Na verdade, de acordo com extensas sondagens realizadas pelo *Toronto Star*, o jornal de maior circulação no Canadá, o fraco público para notícias sobre países em desenvolvimento é um mito.

Segundo Michael Cooke, atual editor do *Star*, os leitores querem mais notícias sobre o mundo. Para satisfazer essa procura, o jornal lançou um suplemento semanal de doze páginas em outubro de 2011. Este suplemento, explica o editor, inclui histórias

(10)

O público nos países desenvolvidos precisa de estar consciente do impacto das suas ações a sul. Os governos dos países em desenvolvimento precisam de saber que podem ser publicamente responsabilizados pelas suas ações. Só então é que os direitos e aspirações dos desfavorecidos terão uma oportunidade contra essas barreiras e corrupção.

Uma mãe e o filho sentados numa lápide à porta de casa, num cemitério que alberga cerca de quarenta famílias de ocupantes ilegais em Phnom Penh, Camboja. EPA/Stephen Morrison



A Rainha Sofia de Espanha à chegada a El Alto, Bolívia em outubro de 2012, para conhecer vários projetos de apoio ao desenvolvimento financiados pela agência de desenvolvimento espanhola na Bolívia. EPA/Martón Alipaz

direcionadas, em parte, para a população étnicamente diversa do Canadá, que exige notícias de casa. Incluindo também histórias que explicam o que está a acontecer em países em desenvolvimento e porquê.

Mary Vallis é uma das editoras que trabalha no novo suplemento do *Star*. Ela considera que os jornalistas deveriam interes-

uma questão de perspetiva. Ao escrever sobre como uma mulher em África dá à luz em casa, explica, os leitores podem estabelecer um contraste imediato com as suas próprias experiências em clínicas e hospitais na América do Norte. «Contraste imediato», explica Vallis, «tem impacto». E impacto gera público.

O *Toronto Star* é publicado num dos mercados noticiosos mais competitivos da América do Norte (Toronto), e não há concorrência mais agressiva do que a entre o *Star* e o *Globe and Mail*, o jornal nacional do Canadá. No entanto, os jornalistas e editores do *Globe* partilham as opiniões de Vallis e Cooke.

Para o jornalista veterano Paul Koring, cobrar temas sobre desenvolvimento ou direitos humanos é apenas uma questão de conseguir a melhor história. «Em países de regime totalitário, quase tudo pode ser expresso através da falta

de poder do indivíduo», diz ele. «A vida é feita de histórias sobre os direitos individuais — ou a falta deles.»

Iain Marlow, escritor de negócios e tecnologia, tem uma perspetiva mais global. Para ele, os negócios e política de hoje em dia são verdadeiramente globais. Cadeias de fornecimento, direitos humanos e comércio — todos têm pontos de vista e raízes globais. Segundo Marlow, estas questões são importantes, tanto para as políticas e empresas canadianas como para o bem-estar material do Canadá e o bem-estar estrutural dos habitantes de outros países.

Países empobrecidos e isolados não são os únicos a ser afetados pelo seu sofrimento: criam instabilidade nacional, regional e global. Além disso, algumas histórias desafiam fronteiras. Quando Marlow escreveu sobre a corrupção local na indústria de telecomunicações na Índia, os seus editores viram algo de interesse para os leitores do *Globe and Mail* — uma história cativante que permitia conhecer o desenvolvimento digital do segundo país mais populoso do mundo.

«Hoje em dia, todos os leitores são globais», conclui Marlow. «A Internet dá vida própria a boas histórias. E numa cidade como Toronto, temos dezenas de leitores com negócios nestes países e dezenas de leitores que vêm destes países. Todos beneficiam se escrevermos sobre eles de forma detalhada e precisa.»

Contudo, uma questão que Christopher Watt, um premiado jornalista canadiano, salienta é a de que histórias sobre assuntos ligados ao desenvolvimento vindas do sul são melhor redigidas por jornalistas dos próprios países em desenvolvimento do que por correspondentes estrangeiros em visitas breves. «Grande parte das

reportagens de jornalistas canadianos são, na verdade, escritas por fontes locais», diz Watt. «Eles é que fazem o verdadeiro trabalho.»

Para Watt, o jornalista dos países em desenvolvimento tem a vantagem do seu próprio conhecimento local e da possibilidade de fornecer o contexto local apropriado a uma história. Isto ajuda a prevenir erros embaraçosos. «Uma notícia recente num jornal canadiano descrevia um problema relacionado com o álcool num bairro em Istambul», conta Watt. «Acontece que morei nesse bairro durante vários anos e por isso sabia que esse problema já existia há pelo menos uma década. O valor noticioso da história era duvidoso — e não tinha nada que ver com álcool!»

Os jornalistas locais precisam de dar destaque, segundo Watt, a coisas que os editores estrangeiros não sabem. Depois, precisam de identificar histórias que possam apelar ao público daquele editor.

Apesar das diferentes perspetivas destes jornalistas e editores, ainda existem imensas lacunas na cobertura noticiosa estrangeira, em parte devido à diminuição de fundos publicitários e a cortes de orçamento. São estas lacunas que os jornalistas dos países em desenvolvimento estão em posição de explorar.

As consequências da sua ação são significativas. A cobertura noticiosa no Canadá ou noutros países desenvolvidos pode provocar mudanças na política externa que, por sua vez, podem até afetar a vida do jornalista local. Este é o tipo de poder que jornalistas que escrevem para públicos de países desenvolvidos deveriam aproveitar. Afinal, a capacidade de exercer controlo ou de provocar mudança está muitas vezes à distância de um endereço de *e-mail*.

A cobertura noticiosa no Canadá ou noutros países desenvolvidos pode provocar mudanças na política externa que, por sua vez, podem até afetar a vida do jornalista local.

sar-se mais pela cobertura de notícias de África por ser um bom negócio. Isto porque uma notícia, para a jornalista, resume-se a



Rachel Pulfer é Diretora Executiva dos Journalists for Human Rights (Jornalistas pelos Direitos Humanos — www.jhr.ca). Repórter de imprensa há dez anos, o seu último cargo foi como correspondente nos EUA, como membro da direção editorial e colunista da *Canadian Business*, a revista canadiana especializada em temas empresariais. Em 2009-10, foi bolseira no Massey College, na Universidade de Toronto.

Além do seu trabalho nos JHR, colabora com a *Corporate Knights*, uma revista em Toronto sobre responsabilidade social empresarial. Também já trabalhou como freelancer para várias publicações, da *The Walrus* à *Toronto Life*, e foi nomeada para três National Magazine Awards por reportagens especiais e pela edição de conteúdos temáticos.



Os jornais semanais da Birmânia são preparados para distribuição numa gráfica em Yangon, Birmânia, em março de 2012. A Birmânia aboliu a censura à imprensa local em 2012. EPA/Thei Htoo

(11)

Jornalismo de investigação: Uma questão de cooperação transfronteiriça

Paul Christian Radu

Os jornalistas de investigação e outros cidadãos interessados em denunciar o crime organizado e a corrupção, que afetam as vidas de milhares de milhões de pessoas em todo o mundo, têm, cada vez mais, acesso à informação.

Grandes volumes de informação são disponibilizados *online* por governos e por outras organizações e estão ao alcance de todos. Entretanto, funcionários do governo e grupos de crime organizado fazem o seu melhor para ocultar essas informações e encobrir as suas próprias transgressões. Tentam manter-se longe do olhar do público, embora os seus crimes tenham um grande impacto na sociedade, causando perturbações como conflitos, fome ou diferentes tipos de crises humanitárias. É dever dos jornalistas de investigação descobrir estas transgressões e desempenhar um papel ativo na prevenção de atos ilícitos por parte de funcionários corruptos e de criminosos.

Há três princípios que, se seguidos, podem levar a um jornalismo de investigação rigoroso e de qualidade e, consequentemente, à descoberta de importantes atos de corrupção e de crimes, mesmo em ambientes austeros.

1. Pensar fora do país

Em muitos casos, é mais fácil para o jornalista de investigação obter informações a partir do exterior do que a partir do país onde vive. As informações recolhidas no exterior, através das bases de dados do estrangeiro, ou as informações obtidas graças às Leis de Acesso à Informação de outros países, podem ser as peças necessárias para completar um quebra-cabeças investigativo. E, mais ainda, os criminosos e os funcionários corruptos não guardam o seu dinheiro no mesmo lugar de onde o roubaram, pois preferem depositá-lo em bancos estrangeiros ou investir noutros países. O crime é um fenómeno global.

As bases de dados que os jornalistas de investigação usam para seguir o rasto do dinheiro no mundo inteiro podem ser facilmente encontradas em vários sítios na *Internet*:

www.investigativedashboard.org/category/wwd/
www.opencorporates.com
www.ckan.net

2. Usar redes já existentes de jornalismo de investigação

Os jornalistas de investigação de todo o mundo estão agrupados em organizações como:

- Projeto de Notificação de Crime Integrado e Corrupção: www.reportingproject.net
- Fórum Africano para a Reportagem de Investigação: www.fairreporters.org
- Repórteres Árabes para o Jornalismo de Investigação: www.arj.net
- Rede Global de Jornalismo de Investigação: www.gijn.org

Estes são apenas alguns exemplos de organizações deste género. Muitos dos jornalistas que pertencem a estas redes trabalham em assuntos similares e enfrentam situações semelhantes, portanto a troca de informações e de métodos faz todo o sentido. Há listas de *e-mails* ligadas a estas redes, o que facilita o contacto entre jornalistas, bem como a troca de impressões e de informações. Podem também surgir ideias para reportagens de investigação através de fóruns e listas de *e-mails*.

3. Usar a tecnologia

O *software* pode ajudar os jornalistas de investigação a filtrar a informação irrelevante na procura dos documentos necessá-



O caso das filhas do presidente e a empresa de telecomunicações

Khadija Ismayilova é uma repórter de investigação muito experiente. Trabalha na *Rádio Free Europe/Radio Liberty* (RFE/RL) em Baku, Azerbaijão. Trabalha num ambiente muito austero no que concerne ao acesso à informação. Tem de ultrapassar muitos obstáculos para conseguir oferecer ao público informação fiável. Em Junho de 2011, Ismayilova revelou que as filhas do Presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, geriam secretamente uma empresa de telecomunicações em rápido crescimento chamada Azerfon¹, sediada no Panamá. A empresa tem cerca de 1,7 milhões de clientes, cobrindo 80 por cento do território do país e era, na altura, a única a oferecer serviços 3G no Azerbaijão.

A repórter da RFE/RL tentou, durante três anos, descobrir quem eram os beneficiários efetivos da empresa de telecomunicações, mas o governo recusou-se a revelar informações sobre os acionistas. Inclusivamente, alegaram que a empresa pertencia à empresa alemã Siemens AG, facto que esta empresa negou categoricamente. Ismayilova conseguiu descobrir que a Azerfon pertencia a várias empresas sediadas no Panamá, mas a sua investigação ficou num impasse até ter recorrido à ajuda do exterior. No início de 2011 soube, através da Investigative Dashboard — uma organização livre de custos que ajuda os jornalistas na investigação do crime organizado e da corrupção — que as empresas do Panamá podem ser localizadas através de uma aplicação de *software* desenvolvida pelo programador e ativista escocês Dan O’Huiginn. Foi assim que ela conseguiu finalmente provar que as filhas do presidente estavam ligadas à empresa de telecomunicações através de entidades sediadas no Panamá.

O Panamá, um paraíso fiscal muito conhecido, tem sido o país escolhido por funcionários de todo o mundo para esconder dinheiro — desde os homens do ex-presidente egípcio Hosni Mubarak até funcionários corruptos dos Balcãs e da América Latina.

De facto, O’Huiginn desenvolveu uma ferramenta para ajudar os jornalistas de todo o mundo a denunciar a corrupção. O método que usou é o *web scraping*, uma técnica informática para extrair informação dos sítios da *Internet*, portanto os investigadores também podem fazê-lo. O’Huiginn conseguiu extrair informações dos registos comerciais das empresas do Panamá. Estes registos, embora sejam abertos, só permitem uma pesquisa através do nome comercial da empresa. Isto limita as possibilidades da investigação, pois geralmente os repórteres investigam os nomes das pessoas quando querem obter informações sobre os seus bens. Este programador extraiu dados e criou um novo sítio no qual passou a ser possível pesquisar através do nome. Este novo sítio permitiu que os repórteres de investigação de muitos países obtivessem informações através da pesquisa por nome de funcionários governamentais ou parlamentares, verificando se mantinham secretamente empresas no Panamá, tal como a família do presidente do Azerbaijão.

os para escrever a notícia. E para além do *software* já existente, como ferramentas de análise, recolha e interpretação de informação, os jornalistas de investigação devem estar cientes de que há programadores informáticos prontos a ajudá-los.

Estes programadores sabem como encontrar e processar informação e podem ajudar os jornalistas caso seja necessário. Alguns deles são membros de movimentos mundiais para a divulgação de dados públicos e podem tornar-se preciosos aliados na luta contra o crime e a corrupção.

Um bom exemplo de uma interface entre estes programadores e cidadãos, pode encontrar-se em www.scraperwiki.com. *Scraperwiki* é um sítio na Internet onde os jornalistas de investigação podem pedir ajuda aos programadores para extrair dados de sítios online e de bases de dados. As ferramentas informáticas já existentes e que podem ajudar os jornalistas a recolher, formatar e analisar dados, podem ser encontradas aqui: www.investigativedashboard.org/2011/02/software-resources

Para além de um melhor acesso à informação, há mais vantagens em utilizar os princípios supracitados. Um deles prende-se com a minimização de danos e com a garantia de uma mel-

hor proteção dos repórteres de investigação que trabalham em ambientes hostis. Isto acontece porque, estando ligado a uma rede, o jornalista não está sozinho mas trabalha com colegas de outros países, o que dificulta aos criminosos a identificação de quem expôs as suas transgressões. O resultado é que uma retaliação por parte dos governos ou dos funcionários corruptos torna-se muito mais difícil.

Outro aspeto importante a reter é que a informação que pode não ser muito importante numa determinada área geográfica pode ser extremamente importante noutra. A troca de informações através das redes de investigação pode resultar na publicação de notícias muito importantes. Por exemplo, a notícia de que um romeno foi apanhado na Colômbia com um quilograma de cocaína seria provavelmente pouco importante em Bogotá, mas poderia ser de grande importância para o público romeno caso o repórter descobrisse que a pessoa apanhada com os narcóticos trabalhava para o governo de Bucareste.

Uma reportagem de investigação eficaz é o resultado da cooperação entre jornalistas de investigação, programadores e profissionais de outras áreas que estão dispostos a recolher informações e a contribuir para a construção de uma sociedade global mais transparente.



Paul Christian Radu é o diretor executivo do Projeto de Notificação do Crime Organizado e Corrupção (www.reportingproject.net) que cofundou em 2006. Radu trabalha também em projetos de investigação transfronteiriços nos Balcãs e é também cocriador do conceito de Painel de Investigação (www.datatracker.org). De 2009 a 2010 foi um Knight International Journalism Fellow (programa de Bolsas de Jornalismo Internacional Knight do ICFJ), na Universidade de Stanford.

Começou a sua carreira em 1998, como investigador no jornal mais conhecido da Roménia, o *Evenimentul Zilei*. Em 2003, cofundou o Centro Romeno de Jornalismo de Investigação. Recebeu vários prémios, incluindo o Knight International Journalism Award e o Investigative Reporter and Editors Award, em 2004; o Global Shining Light Award e o Tom Renner Investigative Reporters and Editors Award, em 2007; e ainda o Daniel Pearl Award for Outstanding International Investigative Reporting, em 2011. Foi também consultor no World Economic Forum (Fórum Económico Mundial).

¹ Radio Free Europe/Radio Liberty (27 June 2011): Filhas do Presidente do Azerbaijão ligadas a empresa de telecomunicações em rápido crescimento - por Khadija Ismayilova. www.rferl.org/content/azerbaijan_president_aliyev_daughters_tied_to_telecoms_firm/24248340.html

Jovens palestinos jogam fora da tenda de sua família em um bairro pobre da cidade de Younis, no sul da Faixa de Gaza. *EPA/Ali Ali*

(12)

Um problema, várias dimensões: Dicas para a cobertura jornalística da pobreza

Jean Claude Louis

Existem muitos conceitos e definições diferentes de pobreza. De acordo com o Dicionário de Desenvolvimento do PNUD, «pobreza multidimensional refere-se à ideia de que ser pobre não é apenas ter rendimentos insuficientes ou carência de recursos materiais. Implica também a falta de acesso à educação, à assistência médica básica, à água potável, à falta de poder para influenciar o processo político e a outros fatores que são importantes para a humanidade»¹.

Os peritos definiram «linhas de pobreza» para medir os níveis mínimos de pobreza. O Banco Mundial observa: «Aquilo que é preciso para satisfazer as necessidades básicas varia com o tempo e com as sociedades. Assim, as linhas de pobreza variam no tempo e no espaço, sendo que cada país aplica linhas apropriadas ao seu nível de desenvolvimento, às suas normas e aos seus valores sociais»².

Até os países desenvolvidos, com quantidades incríveis de riqueza e com milhões de pessoas dependentes do país — especialmente jovens, imigrantes e pessoas de cor — lutam para satisfazer as suas necessidades básicas.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) têm proporcionado aos meios de comunicação social uma oportunidade de expandir a sua cobertura jornalística e de responsabilizar os governos e os agentes envolvidos no acordo. Os programas de desenvolvimento que procuram atenuar a pobreza são um tema igualmente importante a respeito do qual se podem fazer reportagens, destacando o enriquecimento da vida humana através de casos de sucesso. Não obstante, nos países afetados pela pobreza onde não existem leis referentes à liberdade de informação — que obrigam os governos a divulgar certas informações mediante solicitação — nem sempre será fácil para os jornalistas tratar assuntos relacionados com ajudas ao desenvolvimento ou aceder a dados precisos sobre a pobreza.

¹ PNUD: www.undp.org/poverty/devGLOSSARY_main.shtml

² Banco Mundial: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/EXTPA/0,,contentMDK:22397595~pagePK:210058~piPK:210062~theSitePK:430367,00.html>



Mulheres idosas pedem dinheiro num passeio em Calcutá, na Índia. A taxa oficial de pobreza na Índia é de 29,8 por cento ou 350 milhões de pessoas, de acordo com os dados demográficos de 2010. *EPA/Piyal Adhikary*

Contudo, os primeiros obstáculos são frequentemente a própria redação e os proprietários de meios de comunicação social. Fazer cobertura jornalística da pobreza exige dedicação e interesse pela condição humana, bem como alguma regularidade na publicação de artigos sobre essa matéria, sendo indispensável que tanto os jornalistas como os editores se empenhem. É preciso não esquecer de que a cobertura de qualquer assunto relacionado com a pobreza, seja ele a mortalidade infantil ou a falta de acesso à educação, requer discernimento e uma abordagem multifacetada que revele simultaneamente as causas subjacentes à pobreza.

Algumas dicas para a cobertura jornalística da pobreza:

Apurar quem frequenta a escola

De que forma é que a pobreza afeta a saúde das crianças e a sua capacidade de aprendizagem? Há que procurar saber qual é a profissão dos pais e qual a correlação entre os dois aspetos. Há que avaliar se os pais têm tempo e competências para ajudar os filhos com os seus trabalhos para casa. E os professores? Têm formação? Têm capacidade para se sustentar financeiramente? É preciso ter em consideração que os bens essenciais — como a alimentação ou o vestuário — podem afetar profundamente a educação de uma criança. As crianças provenientes de famílias

pobres são mais propensas ao abandono escolar precoce, ficando, portanto, menos preparadas para a vida.

Dar voz às crianças

As crianças são bons mensageiros e podem mobilizar os outros para as questões que as afetam e que influenciam a sua comunidade. Conseguem comunicar bem sem quaisquer juízos de valor ou reservas.

Estar atento às pessoas libertadas da prisão

Os ex-presidiários são, normalmente, os mais pobres entre os pobres. É importante refletir sobre aquilo que é feito para a sua reintegração social. Dispõem de apoio na procura de emprego? Tiveram oportunidades de formação na prisão? Que tipo de assistência médica havia atrás das grades? Devido a condições precárias, os prisioneiros podem contrair VIH, tuberculose ou hepatite que, sem o devido acompanhamento, podem constituir uma ameaça à sociedade após a sua libertação.

Descobrir onde está o dinheiro

Há que considerar os sectores informais da economia. Onde é que os comerciantes de rua obtêm empréstimos, por exemplo? Nos bancos? Em agiotas que cobram taxas de juros

exorbitantes? É necessário observar a relação entre os bancos comerciais — que geralmente trabalham com pessoas que já dispõem de algum grau de riqueza — e as pessoas pobres. Será que estes bancos são acessíveis a todos? Dispõem de incentivos para ajudar os pobres a construir a sua estabilidade financeira? Há que examinar as possibilidades relacionadas com instituições de microcréditos.

Apurar os objetivos e limitações das instituições sem fins lucrativos

É preciso ter em conta que estas podem ajudar, mas não podem resolver todos os problemas. Há que averiguar qual é exatamente a sua missão e investigar a sua ação. Trabalham em proximidade com o governo? Incluem membros da comunidade quando elaboram as suas estratégias?

Estar atento a pessoas que tentem aproveitar-se da pobreza

Há que estar atento aos elementos — sejam eles governamentais ou privados — que desvalorizem os benefícios que os programas de redução da pobreza têm para a sociedade, que exagerem os custos envolvidos ou que promovam imagens estereotipadas dos pobres ou das minorias. Os jornalistas devem averiguar cuidadosamente a credibilidade das acusações contra os programas de apoio. Há que manter os olhos bem abertos relativamente à aplicação do dinheiro destinado a programas de apoio.

Recorrer a fontes oficiais

É preciso encontrar fontes fidedignas no governo para obter informação o mais exata possível sobre o dinheiro do apoio ao desenvolvimento e sobre as estatísticas de pobreza.

Explorar casos da vida real

Grupos de apoio ao desenvolvimento podem, muitas vezes, fornecer nomes e contactos de beneficiários de programas que visem a erradicação da pobreza. Há que dedicar algum tempo

a estabelecer relações com essas pessoas, que podem dar uma outra perspetiva, que não se obterá do governo ou das instituições sem fins lucrativos. É preciso ter em mente que a sua opinião também conta — o que pensam eles sobre os programas que deveriam ajudá-los?

Pesquisar oportunidades de formação

Há que obter algumas indicações sobre como apresentar informação, muitas vezes complexa e técnica, sobre saúde, prevenção do VIH, economia da pobreza, orçamentos e uma boa governação, de forma a que o cidadão comum a possa compreender e valorizar.

Construir uma boa relação com os beneficiários

É importante falar com regularidade com grupos comunitários e ONG para tomar conhecimento não só de problemas atuais, mas também de novos problemas que surgem com mudanças económicas, políticas e institucionais e que afetam os pobres.

Recorrer ao estrangeiro

Países doadores que possuem leis de liberdade de informação podem fornecer informação sobre fundos e apoios que os governos locais se recusem a fornecer. É necessário estabelecer contactos com jornalistas estrangeiros e organizações internacionais que possam colaborar e dar apoio.

Ser proativo na redação

Só porque um jornalista está consciente de assuntos relacionados com o desenvolvimento, não significa que o seu editor também o esteja. É necessário que o jornalista seja advogado de si próprio, explicando por que razão estas notícias são importantes, e que obtenha o apoio do editor para uma publicação assídua deste tipo de matérias.



Jean Claude Louis foi Diretor Nacional da Panos Caribbean, no Haiti, de setembro de 2001 a julho de 2009. Atualmente, trabalha como consultor independente enquanto continua a sua colaboração com a Panos. Com experiência no campo do jornalismo e da sociologia, trabalhou como agente de desenvolvimento para várias organizações não governamentais no Haiti. Tem uma vasta experiência no desenvolvimento e na implementação de cursos de formação para jornalistas. É um dos membros fundadores do Centre of Communication on HIV/AIDS (Centro de Comunicação do VIH/SIDA) no Haiti e do Haiti Press Club, duas redes de jornalistas.

(13)

Alimentar a reflexão: Dicas para a cobertura jornalística da fome

Marwaan Macan-Markar

Quando surgem notícias sobre uma crise alimentar, é tentador perguntar se a origem do problema deriva da falta de cereais. Segui esta pista durante os meus primeiros anos como repórter até ler sobre um evento que ocorreu em 1970. Nesse ano, o Prémio Nobel da Paz foi atribuído a Norman Borlaug. O agrónomo americano foi reconhecido pelo seu trabalho que combinava ciência e novas técnicas de agricultura para ajudar a salvar milhões de pessoas que passavam fome. A sua pesquisa — anunciando a Revolução Verde — abriu o caminho para a agricultura de alto rendimento.

Os esforços de Borlaug para aumentar a produção de cereais, primeiro no México e mais tarde, durante os anos 60, na Índia e no Paquistão, surgiram numa época de medo global. Os meios de comunicação social mostravam histórias do «boom populacional», de uma agricultura incapaz de alimentar milhões de bocas num mundo em desenvolvimento e da instabilidade global desencadeada pelo pesadelo Malthusiano. A fome quase generalizada na Índia, em 1966, advertiu para o facto de que duros tempos poderiam estar iminentes.

Felizmente, as histórias que apareceram nos meios de comunicação social não passaram de previsões assustadoras. A base que a Revolução Verde criou nos cinturões agrícolas em toda a Ásia, e que levou a produção de arroz a triplicar, abriu caminho para essa mudança. Este movimento foi um marco importante na trajetória asiática e global com vista a garantir a segurança alimentar: os cientistas agrícolas tinham as soluções para aumentar a produção de cereais de modo a satisfazer as necessidades da população em expansão. Yuan Longping, o principal cientista agrícola da China, faz parte dessa nova colheita de inovadores. Uma variedade de arroz híbrido do octogenário rendeu uma colheita de 13.9 toneladas de grão por hectare em 2011, um recorde mundial.

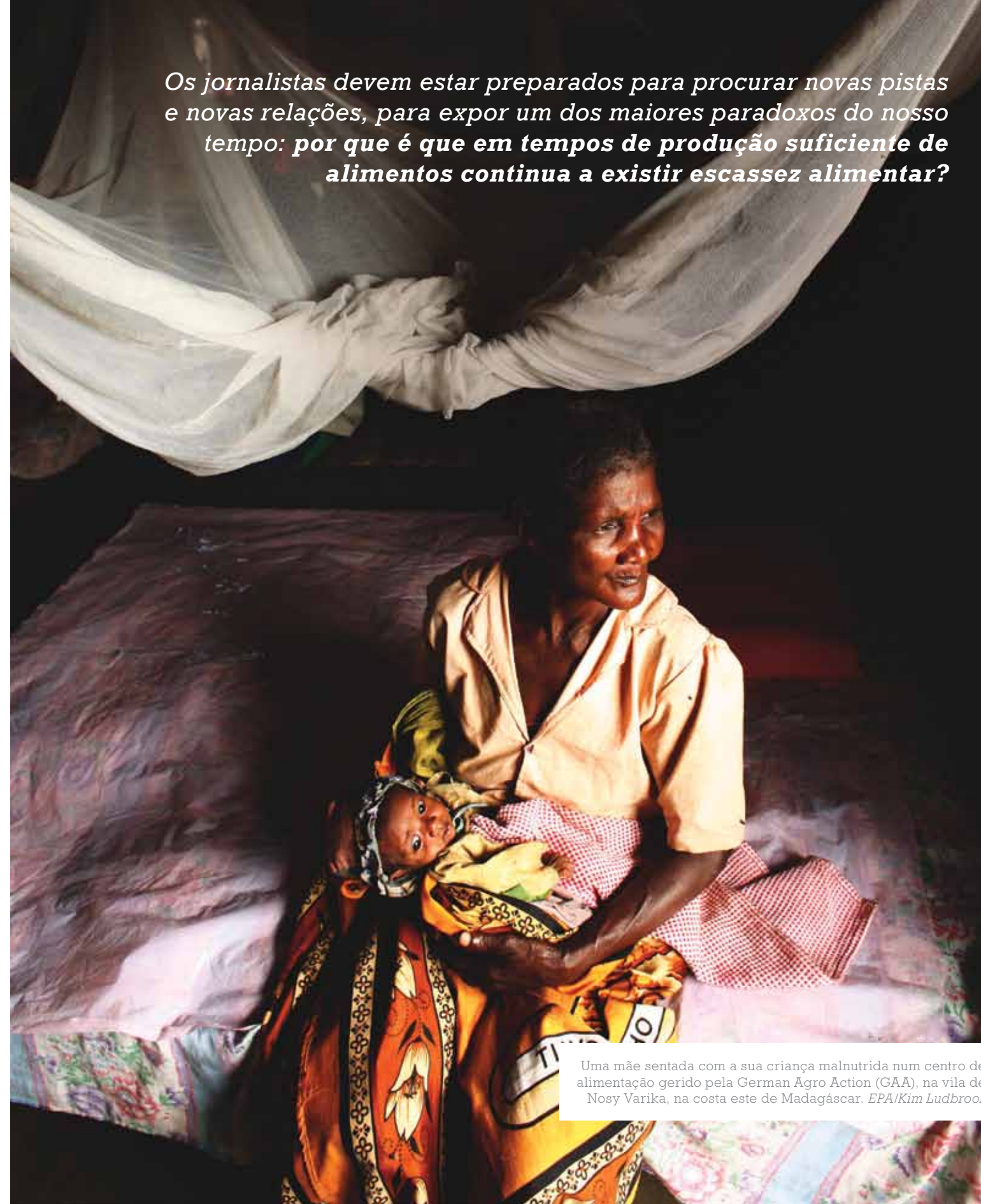
Assim sendo, por que é que a Ásia abriga 62 por cento das pessoas com fome do mundo? Por que é que, em 2011, mais de 64 milhões de pessoas na Ásia estavam na iminência de pertencer ao grupo dos 600 milhões de pessoas que já viviam em absoluta pobreza naquele continente? Por que é que ali que ainda se ouve ocasionalmente a palavra «fome»? Por que é que há catorze mil crianças a morrer à fome todos os dias?

A lista de perguntas que os jornalistas devem fazer para cobrir histórias sobre fome num mundo em desenvolvimento não acaba aqui. Eles devem estar preparados para procurar novas pistas e novas relações, para expor um dos maiores paradoxos do nosso tempo: **por que é que em tempos de produção suficiente de alimentos continua a existir escassez alimentar?** Os jornalistas deverão focar-se mais no sistema de distribuição de comida e em fatores relacionados — incluindo os mecanismos de mercado — que levaram a que milhões de pessoas na Ásia, na África e na América Latina fossem privadas de refeições básicas. **E o que dizer das barreiras alfandegárias impostas pelos governantes para manipular o preço da comida?**

Cada país levanta a sua própria lista de questões que um jornalista curioso e empreendedor deve considerar. **Quais são os pontos de estrangulamento? Quem está por detrás disso, ou o quê? Porquê?** Os motivos — que passam pela apropriação ilegal de terras, a corrupção, ou a interferência política — vão revelar o quão complexo é fazer reportagens sobre a fome.

As alterações nas **tendências populacionais**, com cada vez mais pessoas a mudar-se de áreas rurais para a cidade, também não podem ser ignoradas. Vários investigadores têm apontado para o facto de que o aumento nos preços dos alimentos

Os jornalistas devem estar preparados para procurar novas pistas e novas relações, para expor um dos maiores paradoxos do nosso tempo: por que é que em tempos de produção suficiente de alimentos continua a existir escassez alimentar?



Uma mãe sentada com a sua criança malnutrida num centro de alimentação gerido pela German Agro Action (GAA), na vila de Nosy Varika, na costa este de Madagascar. EPA/Kim Ludbrook

¹ www.chinadaily.com.cn/china/2011-09/20/content_13737437.htm. Note du traducteur: En français, voir http://french.china.org.cn/business/txt/2010-09/09/content_20895687.htm



Um menino observa alguns idosos pegando as palhas de milho que se desenvolveram em a sua chácara nas periferias de Nakuru, no Quênia, o 7 do outubro de 2009. *EPA/Stephen Morrison*

torna aqueles que dependem de uma economia baseada no número em ambientes urbanos, mais vulneráveis do que os seus parentes no interior, que podem sempre explorar a natureza.

No Camboja, por exemplo, um inquérito realizado para descobrir as razões por detrás da fome confirmou que o problema é de índole rural. Procurar uma explicação pode apontar para uma tendência preocupante neste país do sudeste asiático que ainda luta para se reerguer depois de duas décadas de conflito: a disseminação desenfreada da apropriação ilegal de terras, por parte de empresas poderosas, para converterem terras agrícolas em culturas de rendimento, tais como plantações de açúcar. O que tornou essas aquisições tão fáceis, descobriram os jornalistas do Camboja, foi a falta de títulos de propriedade fundiária, que foram abolidos durante os anos de genocídio do regime de Khmer Vermelho em 1970.

Na vizinha Birmânia, que já foi líder mundial na exportação de arroz, a fome crónica decorre de **obstáculos políticos** colocados ao transporte de cereais dos campos e das fábricas para os mercados e os consumidores. Paralisar o abastecimento doméstico de arroz nesse país, também conhecido como Mianmar, tem sido a forma que os ditadores militares, que estão no governo há quase 50 anos, encontraram para privar as minorias étnicas de alimentos básicos. Consequentemente, mais de 30 por cento das crianças com menos de cinco anos de idade estão malnutridas e abaixo do peso ideal, números tão preocupantes como os do Camboja.

Os resultados de investigações feitas por agências das Nações Unidas, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), são úteis quando fatores como os preços altos do petróleo — que afetam o preço dos fer-

O Programa Alimentar Mundial (PAM, www.wfp.org) oferece recursos úteis para jornalistas que procuram histórias sobre a fome em tempos de conflito. A revelação anual que este programa faz dos focos de fome a nível global aumenta a consciencialização sobre as comunidades onde não são atingidos os requisitos para uma nutrição básica de 2100 calorias por dia. Para além disso, há combatentes a recusar ajuda alimentar a essas comunidades. Isto acontece quando a assistência humanitária, que consiste na distribuição de cereais, é impedida por um mecanismo corrupto, como alguns investigadores descobriram no Afeganistão.

tilizantes, dos pesticidas e da cadeia de transporte de comida — aumentam os preços dos alimentos. Um jornalista empreendedor irá, naturalmente, usar esses dados para procurar mais informações nas ruas.

Seguir os hábitos de compra das pessoas nos mercados locais — comparar a quantidade de carne que comprem com a quantidade de cereais que comprem, por exemplo — é uma forma de avaliar a extensão de uma crise. Estes fatores também se aplicam a outros cenários, como as bancas de comida à borda da estrada ou os restaurantes. Entrevistar vendedores de comida é útil para demonstrar de uma forma mais clara como a fome é causada pela inflação. **Aqui, a pergunta que deve ser feita é: o que é que as pessoas pararam de comprar?**

Alguns jornalistas devem procurar **ONG e grupos sociais de base que tenham narrado histórias de fome nas comunidades em que trabalham**. Essas fontes tornam-se inestimáveis na altura de investigar histórias em países onde a opressão política é palpável. Elas são as únicas testemunhas que um jornalista pode usar para confirmar uma história de privação, como algumas fizeram quando expuseram a discriminação enfrentada pelas minorias étnicas no Laos.



Marwaan Macan-Markar é um jornalista do Sri Lanka que cobriu o conflito étnico das nações do sul da Ásia para um jornal local antes de se tornar correspondente da agência de notícias Inter Press Service (IPS), em 1999. Após um primeiro período na agência World Desk, na Cidade do México, trabalha desde então em Bangucoque, cobrindo o Sudeste Asiático. Macan-Markar foi correspondente em mais de quinze países, tendo estado na linha da frente a escrever sobre insurreições, revoltas políticas, violações dos direitos humanos, negociações de paz, desastres naturais, mudanças climáticas, desenvolvimento económico, fome e pobreza, novas doenças como a gripe das aves e tendências emergentes do Islão, entre outros problemas atuais.



(14)

Um direito, não um privilégio: Dicas para a cobertura jornalística da educação

Louisa Reynolds

A educação é o caminho para o desenvolvimento. Cria oportunidades e possibilidades de escolha no que toca ao acesso a empregos, diminui os fardos da pobreza e das doenças e dá poder às pessoas. Para as nações em geral, a educação gera uma mão de obra mais qualificada e competitiva, capaz de atrair mais investimento estrangeiro de qualidade, abrindo assim as portas à prosperidade social e económica de toda a sociedade.

Contudo, as pessoas nem sempre conseguem ver como estes objetivos globais podem ser transpostos para as realidades locais. Os meios de comunicação social desempenham um papel fundamental na formação da opinião pública, ajudando a garantir que tanto os cidadãos como os políticos reconheçam que não pode haver condescendência no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) na área da educação. Os meios de comunicação social também avaliam as evoluções e assinalam as áreas a melhorar.

Eis algumas dicas importantes para jornalistas que cobrem temas educativos, baseadas em entrevistas com peritos em educação e em comunicação social.

1. Construir cenários positivos e negativos que reflitam o impacto do cumprimento / não cumprimento dos ODM na área da educação

O que aconteceria num determinado país se todos os rapazes e raparigas concluíssem o ensino primário? Como mudariam as suas vidas? Que oportunidades lhes surgiriam? Em que medida beneficiaria a sociedade dessa realidade? Pelo contrário, o que aconteceria se até 2015 os ODM não fossem cumpridos?

Uma menina bruneiana na escola primária Pengiran Anak Puteri, em Kampung Ayer, Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalã.
EPA/Luong Thai Ling

2. Relacionar os ODM na área da educação com outros objetivos, como os de nutrição, saúde e igualdade de género

Os ODM não devem ser encarados de forma isolada, mas como parte de uma série de metas que estão interrelacionadas. Por exemplo, crianças mais saudáveis e bem alimentadas terão um melhor rendimento escolar e, dessa forma, poderão ter melhores oportunidades de emprego, melhores rendimentos e, consequentemente, mais hipóteses de quebrar o ciclo de pobreza, já que o acesso à educação para os seus filhos será mais fácil. Dado que vários estudos demonstraram que existe uma relação entre a má nutrição e o fraco rendimento escolar, é importante ter em conta se as escolas oferecem alimentação grátis às crianças provenientes de meios de baixos rendimentos; muitos países oferecem um copo de leite, cereais ou algum tipo de suplemento nutricional às crianças que frequentam o ensino primário.

Por outro lado, o aumento do número de raparigas que completam o ensino primário levará a gerações de mães mais bem educadas que serão um exemplo positivo para os seus filhos, ajudando-os a ser bem sucedidos. Uma vez mais, é importante lembrar que os artigos sobre educação devem estar relacionados com temas como a saúde, a nutrição e a igualdade de género.

3. Acentuar a ligação entre os ODM e o respeito dos direitos humanos básicos para todos os cidadãos

A educação é um direito, não um privilégio. É importante que os leitores compreendam que o acesso à educação é um direito humano básico, consagrado no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), um tratado multilateral adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 16 de dezembro de 1966 e em vigor desde 1976. O direito à educação gratuita é também garantido pelos enquadramentos legais e constitucionais da maioria dos países.

«As pessoas culpam muitas vezes os pobres pela situação em que vivem e exigem-lhes que paguem a educação primária, ignorando o facto de que muitas pessoas não têm os meios para o fazer», explica o ex-Ministro da Educação da Guatemala, Bienvenido Argueta.

Deste modo, é importante que os jornalistas realcem o facto de a educação ser um direito básico de todos os cidadãos, independentemente do seu estatuto social, o que significa que, se o governo não cumprir este objetivo básico, deverá ser responsabilizado.

Quando se escreve sobre estes temas, é importante associar uma pessoa real à história. Um artigo que apenas contenha factos e números pode ser seco e desinteressante para um leitor comum, mas contar uma história geralmente cria empatia. Este aspeto é muito importante, já que o comum leitor de jornal é, tipicamente, urbano e de classe média e, frequentemente, encara várias coisas (tal como ter três refeições por dia, acesso à educação e à saúde) como dados adquiridos.

Um bom artigo começa com uma história pessoal, como uma lente que foca uma criança em particular, e depois fornece informação contextual sobre a vila onde a criança e a sua família vivem, inclui entrevistas com os pais, os professores e as autoridades locais, bem como informações estatísticas que exemplificam como aquela história em particular reflete uma tendência ou uma situação comum.

4. Relacionar os ODM na área da educação com temas como a despesa pública e a responsabilização

Como é investido o dinheiro dos contribuintes no cumprimento dos ODM na área da educação? É necessário aumentar a despesa pública na educação para cumprir as metas? Os recursos estão a ser gastos de forma eficiente? Como se pode melhorar?

Os cidadãos queixam-se frequentemente da fraca qualidade da educação, mas não estão dispostos a pagar mais impostos para que se possa investir mais nesta área. A cobertura jornalística de temas educativos deve tornar todos os cidadãos (incluindo os do sector privado) mais conscientes da importância de cumprirem as suas responsabilidades fiscais, se quiserem viver numa nação mais com melhores níveis de educação e de desenvolvimento.

5. Os objetivos devem ser abordados de forma qualitativa e quantitativa

O progresso alcançado não deve ser apenas medido pelo aumento do número de crianças que se matricularam na escola. Se o número de crianças inscritas aumentar, mas os serviços de educação tiverem uma fraca qualidade e as infraestruturas educacionais do país não se expandirem de modo a acomodar os novos alunos, a lacuna manter-se-á. «Há mais crianças guatemaltecas a frequentar a escola, mas a qualidade da educação que recebem é deficiente. Até que ponto é que as crianças e jovens estão realmente a aprender?», diz Verónica Spross, diretora da Empresários pela Educação (Empresarios por la Educación), uma organização guatemalteca sem fins lucrativos, cujo propósito é promover melhores padrões de qualidade na educação.

6. Cuidado com as estatísticas deturpadas

As estatísticas oficiais são muitas vezes apresentadas de uma forma que dissimula a realidade. Por vezes, as instituições governamentais apresentam as estatísticas de uma maneira que destaca os pontos positivos e desvaloriza os negativos.

7. Quem ensina as crianças de um país? Que incentivos recebem essas pessoas?

Em muitos países, os professores têm uma fraca preparação profissional e apenas uma minoria chegou a estudar no ensino superior.

Quantos professores frequentaram o ensino superior? Em que medida se pode comparar a sua preparação profissional com a que

Eis alguns indicadores importantes que devem ser tidos em conta na avaliação dos progressos alcançados no cumprimento dos ODM na área da educação. Todos eles devem ser analisados em termos de género e de áreas urbanas ou rurais, já que as estatísticas podem dissimular a exclusão ou as disparidades de género em determinadas áreas geográficas.

- Taxa líquida de matrículas (TLM):** o número de crianças com idade para frequentar o ensino primário e secundário que de facto frequentam uma escola primária ou secundária. Tais idades variam consoante os países, uma vez que em alguns o ensino primário é frequentado por alunos com idades compreendidas entre os seis e os doze anos, enquanto noutros países os alunos têm entre sete e doze anos;
- Taxa bruta de matrículas (TBM):** o número total de alunos que frequentam o ensino primário ou secundário (ao contrário da TLM, esta taxa inclui alunos mais velhos que frequentem a escola fora da idade escolar);
- Taxa de alunos repetentes por género e ano escolar:** esta taxa reflete deficiências na qualidade da educação disponibilizada ou em fatores externos, como a má nutrição, que têm um impacto negativo no desempenho académico de uma criança;
- Taxa de abandono escolar:** número de crianças que abandonam a escola antes de concluírem o ensino primário ou secundário;
- Continuidade na aprendizagem:** comparar o número de crianças matriculadas no primeiro ano do ensino primário com o número de inscritos nos anos posteriores. As disparidades devem ser explicadas - Há uma taxa elevada de alunos repetentes? Este fator leva a um aumento na taxa de matrículas em determinados anos de aprendizagem? Há muitos alunos a abandonar a escola depois de concluírem o ensino primário, não chegando a frequentar o ensino secundário? Quantos alunos alcançam o ensino superior?;
- Resultados dos testes básicos padronizados de literacia numérica e verbal, realizados na maioria dos países numa idade estabelecida:** a maioria dos países, por lei, tem de publicar estes resultados nos seus sítios na *Internet*. Estes números são frequentemente reveladores da relação existente entre os fracos resultados alcançados e a má qualidade da educação oferecida aos alunos, bem como das disparidades existentes entre escolas públicas e privadas.

é oferecida noutros países? O governo desses países oferece cursos de formação contínua aos professores, para poderem atualizar os seus conhecimentos em determinadas áreas? É expectável que professores que sejam pagos fora do prazo ou mal pagos não tenham um bom desempenho. Se os professores de um país mal ganham o ordenado mínimo, isso diz muito sobre as prioridades do governo no que respeita à educação.

8. Se o país tem uma população indígena ou grupos étnicos ou linguísticos diferentes, é-lhes oferecida educação bilingue?

Muitos estudos demonstram que em países com grandes populações indígenas, como a Guatemala e a Bolívia, educar as crianças na sua língua materna, de uma forma culturalmente adequada, é

Em alguns países da América Latina, os governos implementaram **programas de transferência condicionada que estipulam a entrega de uma mesada em dinheiro a famílias que vivam abaixo da linha de pobreza, desde que os seus filhos frequentem a escola e façam check-ups médicos regulares**. O objetivo destes programas é quebrar o ciclo de pobreza e encorajar a frequência escolar; o dinheiro recebido pelas famílias pretende ser uma compensação pelo facto de os seus filhos não estarem a trabalhar, mas sim a estudar. Alguns exemplos destes programas são a **Bolsa Família, no Brasil** (diversos estudos de impacto demonstram que este é um dos mais bem sucedidos), **Oportunidades no México** e **Mi Familia Progres**a (*A Minha Família Evolui*) **na Guatemala**. No entanto, convém notar que em muitos países, como na Guatemala, apesar de as taxas de matrículas escolares terem aumentado, as instalações escolares não sofreram alterações para poderem acomodar os novos alunos. Como consequência, é frequente haver turmas numerosas, podendo chegar aos sessenta alunos, bem como alunos de diferentes anos de aprendizagem numa mesma sala, com apenas um professor.

um fator determinante na promoção do seu sucesso escolar. A disponibilização e a qualidade da educação bilingue pode ajudar a explicar as disparidades existentes entre zonas urbanas e rurais e também entre alunos indígenas e não indígenas.

9. As instalações escolares são adequadas?

A adequação das instalações escolares tem um impacto crucial na qualidade do ensino ministrado.

Escolas com excesso de alunos são obrigadas a ter vários turnos de manhã e de tarde, o que tem claramente um impacto negativo na qualidade da experiência de aprendizagem. Este cenário é comum sobretudo em escolas de zonas rurais.

Também é importante ter em conta a disponibilidade de materiais básicos, como secretárias, cadeiras, manuais, cadernos, canetas e lápis. Muitas escolas de zonas rurais não têm bens básicos, como eletricidade e água corrente.

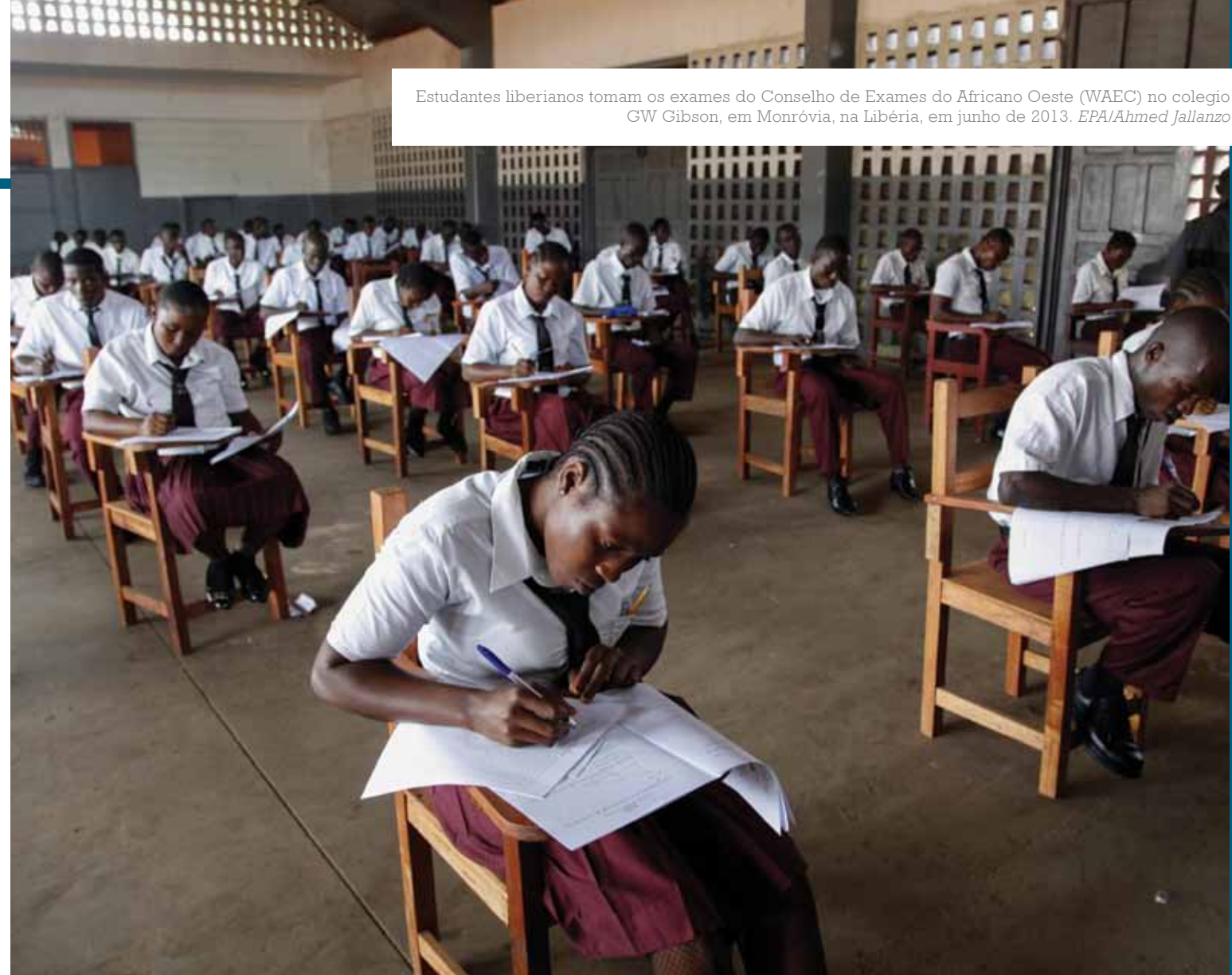
10. A cobertura jornalística não deve concentrar-se apenas nas falhas e nos aspetos negativos. É igualmente importante assinalar histórias de sucesso e as lições que se podem aprender com elas.

11. Os jornalistas devem consultar peritos de proveniências abrangentes e de diversas instituições, para garantir que a cobertura jornalística seja equilibrada.

«Os jornalistas geralmente citam sempre os mesmos peritos dos mesmos grupos de reflexão de direita, deixando de lado fontes que melhor representam aqueles que são mais afetados pelos problemas do país no que diz respeito ao alargamento da educação, como por exemplo, a população indígena», diz Argueta.

As fontes deverão incluir peritos e académicos provenientes de origens variadas — instituições governamentais, universidades — tanto públicas como privadas, grupos de reflexão de todo o espectro político, ONG e organizações da sociedade civil que representem os grupos sociais mais vulneráveis, tais como as mulheres e a população indígena. Estes grupos são, muitas vezes, os mais afetados pela exclusão e pela falta de acesso à educação.

Estudantes liberianos tomam os exames do Conselho de Exames do Africano Oeste (WAEC) no colegio GW Gibson, em Monróvia, na Libéria, em junho de 2013. EPA/Ahmed Jallanzo



Louisa Reynolds é uma jornalista britânica que decidiu trabalhar na Guatemala depois de fazer um Mestrado em Estudos Latino-Americanos no Institute for the Study of the Americas, da Universidade de Londres (University of London). Depois de trabalhar para a revista regional *Inforpress Centroamericana* e para o jornal diário *elPeriódico* durante cinco anos, decidiu tornar-se repórter freelancer para diferentes meios de comunicação, tais como o *elPeriódico*, o *Siglo Veintiuno*, a *Estrategia y Negocios* e também para algumas publicações estrangeiras como *Proceso* (México), *Noticen* (Estados Unidos) e *Noticias Aliadas* (Peru).

As suas áreas de interesse incluem a redução da pobreza e o impacto dos programas de transferência condicionada de renda, a segurança e o tráfico de estupefacientes e ainda a cultura e jornalismo criativo. Em 2011, foi selecionada para participar numa oficina de crónicas organizada pela

Fundação para o Novo Jornalismo Ibero-americano (FNPI, Fundación para el Nuevo Periodismo Iberoamericano), em Cartagena, na Colômbia, da qual resultou uma série de crónicas relacionadas com o bicentenário da independência colombiana.

(15)

Por quem se agita a bandeira? Dicas para a cobertura jornalística da igualdade de gênero

Guenet Ayele Gruenberg

Apesar de ainda existirem sociedades igualitárias com um padrão matriarcal na Ásia, África, América e Oceânia, a diminuição deste tipo de sociedades no mundo abriu caminho ao domínio patriarcal. Desta forma, a discriminação de gênero tem-se tornado mais evidente. A história da Humanidade é uma história feita por homens, não por mulheres.

O modo de vida atual é influenciado por e baseia-se em princípios majoritariamente masculinos, o que leva a um domínio do sexo masculino e a um regime patriarcal universal. Independentemente do sítio onde vivem, as mulheres não têm os mesmos direitos que os homens. Jornalistas sensíveis e que procuram justiça devem expor esta doença social sempre que puderem, para que a vida das mulheres possa melhorar.

Já que a maioria das sociedades não está disposta a mudar o *status quo*, torna-se difícil expor a desigualdade de gênero sem causar indignação. Assim, para que se encontre a melhor maneira de expor esta situação, oferecemos uma definição e identificamos problemas relacionados com a mesma:

O que é a desigualdade de gênero?

É o tratamento desigual de uma pessoa baseando-se exclusivamente no seu gênero. No entanto, a igualdade de gênero não significa que homens e mulheres são iguais. Nem que apenas as mulheres devem ser protegidas. Significa que tanto homens como mulheres devem ter as mesmas oportunidades, para que não haja discriminação face ao sexo oposto.

Mulheres e meninas indianas formam uma cadeia humana durante uma manifestação para protestar contra a violência contra as mulheres na cidade indiana oriental de Kolkata (Calcutá), em março de 2012. *EPA/Piyal Adhikary*

Onde se podem identificar casos de desigualdade de género?

O problema existe em todas as sociedades, embora em diferentes graus. Em muitos países, a disparidade de género é substancial na política, na economia e em muitos aspetos do quotidiano. Mesmo em sociedades tecnologicamente avançadas, onde se defende a democracia e os direitos humanos, as mulheres são discriminadas e maltratadas.

Em muitos países islâmicos, que seguem os preceitos do Alcorão, as mulheres não têm o mesmo estatuto no que diz respeito ao divórcio, a heranças, à custódia dos filhos e até mesmo na transmissão de direitos de cidadania aos filhos. Na Ásia, em particular na Índia e na China, as novas tecnologias são utilizadas para promover o nascimento de rapazes, o que agrava esta discriminação. Além disso, verifica-se uma grande disparidade na mortalidade em África, na América Latina e na Ásia.

A desigualdade de género também se reflete no jornalismo. À exceção de alguns países onde as mulheres têm os mesmos privilégios do que os seus colegas do sexo oposto, jornalistas do sexo feminino são oprimidas. Não lhes é permitido exercer a sua profissão em pleno e têm vencimentos mais baixos do que os homens na mesma posição e com o mesmo desempenho. Quando as mulheres jornalistas lutam pelos seus direitos, além de serem uma inspiração para outras, aumentam o seu número. Desta forma, conseguem atrair mais jornalistas para a sua causa e lutar contra a desigualdade de género.

Resumo dos problemas

1. **Igualdade de remuneração.** Em muitos países, são comuns situações em que as mulheres recebem menos do que os homens pelo mesmo trabalho, apenas porque são mulheres. Mesmo em países como os Estados Unidos da América, onde se aprovam leis para corrigir as discrepâncias salariais, a diferença nos vencimentos teima em permanecer. A discriminação no que diz respeito à contratação, ao despedimento e à promoção persiste. A diferença salarial, devido à subestimação de empregos tipicamente descritos como «trabalho de mulheres», ainda existe;

2. **Desigualdade nos serviços de saúde.** As estatísticas mostram que as mulheres na África subsariana têm 1,5 vezes mais probabilidade do que os homens de contrair o VIH. As mulheres têm menor acesso aos cuidados de saúde do que os homens. As altas taxas de mortalidade para o sexo feminino em algumas partes do mundo podem resultar do preconceito

de género nos cuidados de saúde e alimentação. Vários estudos demonstram que as mulheres consomem menos calorias por dia do que os homens e que esta privação nutricional tem impacto no crescimento e consequências nas mulheres com fatores de risco durante a gravidez. Esta condição causa complicações durante a gravidez e resulta num elevado número de mortes, quer de mulheres, quer de crianças. Em algumas tradições, as mulheres comem menos e em último lugar, mesmo estando grávidas ou a amamentar;

3. **Direito ao voto e empoderamento político.** Apesar de as mulheres terem conseguido o direito ao voto na Suécia, na Grã-Bretanha e em alguns estados dos EUA, no século XIX, o direito das mulheres ao voto ainda não foi amplamente alcançado. Em geral, as mulheres são definidas por valores culturais muito entranhados, sendo apenas mães, esposas e filhas. A teoria da disparidade de género é outro estereótipo que defende que os homens têm mais interesse pela política do que as mulheres. A ausência de mulheres na vida política, social e económica tem criado desequilíbrios nas estruturas de tomada de decisões;

4. **Igualdade de direitos na educação.** A educação de mulheres como fator essencial para o desenvolvimento e redução da pobreza é amplamente aceite. Porém, há várias razões para nos preocuparmos com as desigualdades de género na educação nos locais onde é menos provável que as raparigas tenham acesso à escolaridade. Apesar de existirem casos extremos, como no Afeganistão, onde as raparigas estão completamente excluídas da escolaridade, a educação de raparigas está longe de ser uma prioridade em vários países. A discriminação contra mulheres e raparigas com base no género ainda predomina em muitas sociedades. Assim, a educação deve ser parte integrante de qualquer estratégia para abordar a desigualdade de género;

5. **Direitos económicos.** A discriminação contra as mulheres no acesso a créditos ou empréstimos pessoais é outra realidade que dificulta a participação no crescimento económico. Em muitos países, os credores podem pedir a uma mulher para que use o nome do marido ou o pedido de empréstimo é completamente recusado. Nas áreas rurais, onde a terra é uma necessidade básica para a sobrevivência económica, a propriedade de terras através de herança é negada às mulheres;

6. **Igualdade para o desenvolvimento.** A participação das mulheres é fundamental para o desenvolvimento e a sua exclusão de postos importantes dificulta o progresso. Uma sociedade que exclui metade dos seus talentos e mão-de-obra

prejudica-se a si mesma; o grau de desenvolvimento de uma sociedade reflete-se mais claramente na liberdade de que as mulheres gozam e até que ponto são capazes de expressar a sua criatividade. Por esta razão, a igualdade de género é universalmente reconhecida como um direito humano fundamental e faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Como expor a desigualdade de género

Os repórteres dispostos a expor a desigualdade de género têm de encontrar uma maneira eficaz de o fazer, mas sem hesitações e sem cair no sensacionalismo. A prática deste aspeto do jornalismo requer sensatez, particularmente em algumas zonas da Arábia, África e Ásia, onde os homens, que consideram que o lugar da mulher é em casa, se enfurecem sempre que a desigualdade de género é discutida.

É óbvio que os bons jornalistas devem desafiar o *status quo* nos atuais sistemas sociais e políticos, assim como nas instituições. Devem fazê-lo para esclarecer e educar quem está disposto a aprender e a defender a causa das mulheres. Têm de promover os direitos das mulheres e combater a discriminação e a violência doméstica contra as mulheres. Não só a devem retratar, como lançar o debate sobre a igualdade de género e dar-lhe importância suficiente até que esta seja salvaguardada pela Constituição como um direito e em manifestos de instituições públicas e governamentais. De facto, além de se limitarem a expor a desigualdade de género, os jornalistas devem promover a igualdade como componente essencial dos direitos humanos e insistir numa implementação definitiva.

1. **Promover novos heróis.** Um repórter pode encontrar heroínas do passado em cada sociedade conservadora que oprime as mulheres, retratá-las como modelos de excelência e referir como as mulheres podem chegar longe se lhes derem oportunidade e liberdade para agir como essas mulheres exemplares. Em casos extremos de sociedades religiosas fundamentalistas, onde os homens têm domínio absoluto, um repórter deve também retratar positivamente as conquistas das mulheres em países muçulmanos progressistas, como é o caso da Turquia.

As medidas progressistas do presidente Mustafa Kemal Atatürk, o homem que reformou a Turquia e garantiu às mulheres um estatuto igual ao dos homens, devem ser retratadas como um exemplo positivo dentro do mundo muçulmano. De facto, pode ser uma vantagem demonstrar aos mais céticos que o casamento e a maternidade podem estar lado a lado com a participação económica das mulheres.

2. **Lado a lado para combater a desigualdade.** Os jornalistas de ambos os sexos têm de revelar inteligência para manter viva a questão da desigualdade de género. O jornalista com consciência social e política pode sempre expor a situação da mulher ao escolher temas específicos, como a medicina, o direito, a educação, a governação, a administração de empresas ou qualquer outra profissão e destacar a posição das mulheres nos mesmos, gerando discussões que possam sensibilizar homens, mulheres e governantes, incluindo membros parlamentares e governamentais.

Além de dar voz às suas ideias, os jornalistas perspicazes devem citar bons exemplos, encontrando sociedades modelo em que a participação total e indiscriminada das mulheres tem contribuído muito para a melhoria das suas nações. As estadistas, cientistas, professoras, empresárias, escritoras, poetas, músicas, artistas, médicas, engenheiras, advogadas e jornalistas bem-sucedidas devem ser persistentemente apresentadas de forma a inspirar e motivar outras a seguir os seus passos;

3. **Desafiar os estereótipos baseados no género.** A teoria da disparidade de género é um destes estereótipos. Dá ênfase ao facto de os homens se interessarem mais pela política do que as mulheres. Um bom exemplo de uma peça jornalística negativa é uma que descreva a participação em dias de eleições focando-se na disparidade de género entre homens e mulheres, algo já provado como errado. Através da educação, os jornalistas podem ajudar a desfazer estereótipos culturais deste tipo;

4. **Aproveitar cada oportunidade.** Os feriados nacionais são oportunidades ideais para o jornalista inteligente dar voz à sua opinião sobre a desigualdade de género.

No Dia da Mãe, por exemplo, pode escrever-se sobre o estatuto das mulheres, os problemas domésticos, a desigualdade salarial, as discrepâncias sociopolíticas, assim como sobre as irregularidades na educação, nos cuidados de saúde e nas posições profissionais. O Dia do Pai pode ser usado como desculpa para expor os problemas das mulheres à luz das vantagens dos homens.

Quanto ao Ano Novo, um jornalista deve questionar aquilo que o ano seguinte terá reservado para as mulheres. Trará novos empregos, justiça social e melhores oportunidades?

No 1º de maio, ou Dia do Trabalhador, um jornalista pode investigar se todas as mulheres trabalhadoras têm motivos para fazer parte da celebração. Será que este dia representa de facto as condições das mulheres que recebem muito menos que um

Uma menina e uma mulher do grupo étnico uigur em Vila Yopurga em Kashgar, na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, China. EPA/How Hwee Young

homem pelo mesmo trabalho? As mulheres que são discriminadas nos locais de trabalho por causa do seu gênero têm algo que ver com este dia? O que é que as mulheres que se aposentam sem quaisquer benefícios médicos e de reforma têm que ver com este feriado?

O Dia da Independência é o momento ideal para alertar sobre a desigualdade de gênero. Um jornalista deve proceder a uma revisão crítica do significado de independência, emancipação e liberdade, comparando-o com a situação real das mulheres. Será que este dia realmente representa as mulheres? As mulheres são tão independentes e livres como os homens? Ou continuam a ser vítimas de abuso, desumanizadas, oprimidas, reprimidas e exploradas? Na verdade, os verdadeiros jornalistas devem questionar a própria bandeira de um país: a bandeira de uma nação que ondula orgulhosamente representa realmente as mulheres ou ondula apenas para representar os homens?



Guenet Ayele Gruenberg, nascida em Harare, na Etiópia, completou os seus estudos em Harare e Adis Abeba antes de trabalhar como jornalista para a Ethiopian Television Network durante dez anos. Depois da queda do regime militar na Etiópia em 1991, tornou-se editora em vários jornais no seu país e foi chefe de redação

da primeira revista mensal destinada aos problemas relacionados com as mulheres.

É também autora de dois best-sellers sobre o antigo ditador Mengistu Haile Mariam, agora exilado no Zimbabué. Guenet tem quatro filhos e vive atualmente em França.



Estudantes indonésios desenham um poster durante um concurso de desenho para marcar o Dia Mundial da SIDA, no Bali, Indonésia, em dezembro de 2012. De acordo com os relatórios da ONU, as infeções por VIH/SIDA na Indonésia aumentaram em mais de 25 por cento entre 2001 e 2011. *EPA/Made Nagi*



(16)

Reavivar uma «velha história»: Dicas para a cobertura jornalística do VIH/SIDA

Isaiah Esipisu

Quando uma história, relacionada com um tópico específico, é contada inúmeras vezes, acontece o que se chama saturação dos meios de comunicação — quando jornalistas e editores consideram que o assunto já não é digno de notícia.

No entanto, o pior acontece quando o público fica cansado — quando o leitor comum também está farto do assunto. Este problema é um dos que atormenta a cobertura jornalística do VIH/SIDA, apesar de muitas pessoas — especialmente aquelas afetadas e as infetadas pelo vírus — ainda quererem aprender mais. Ao contrário do que aconteceu nos anos 90, quando a maioria dos editores procurava artigos sobre o VIH/SIDA carregados de emoção, a situação no século XXI é diferente. Hoje, estão relutantes em aprovar este tipo de histórias, a não ser que estejam convencidos de que há algo completamente novo no artigo.

Quer isto dizer que o VIH/SIDA é uma história ultrapassada? Não o deveria ser: só no ano de 2013, aproximadamente dois milhões de pessoas no mundo vão perder a vida devido a esta doença. Outros trinta e três milhões terão de lidar com as dificuldades de viver com o vírus da SIDA. Esta é uma história que deve ser contada a todo o custo.

Contudo, a forma mais aborrecida de abordar estes casos é quando os jornalistas colam as suas reportagens a estatísticas, sem lhes dar vida. Talvez um dos motivos pelos quais os editores estão tão cansados deste assunto seja a falta de experiências reais.

Isto não quer dizer que os números não são importantes — na cobertura jornalística da SIDA, os números podem ajudar a alertar o leitor para a seriedade e dimensão da situação; no

entanto, para que o efeito seja mais imediato, estes números devem ser acompanhados por pacientes reais com VIH/SIDA. Permitir que sejam pessoas a contar as suas histórias através de um jornalista é crucial para complementar e explicar os dados.

Dito isto, é evidente que **a dimensão humana** deste tipo de história tem mudado ao longo do tempo. Nos anos 90, uma boa história relacionada com o VIH seria contada através da imagem de um paciente esquelético e a dar um último suspiro. Esta imagem funcionava perfeitamente como forma de apelar a doadores e para atingir mudanças comportamentais através de uma estratégia baseada no medo.

Em 2012, uma fotografia dessas já não retrata toda a história. Com o desenvolvimento de medicamentos antirretrovirais e o suplemento de alimentos nutritivos corretos, uma pessoa com SIDA poderá parecer mais saudável do que muitas que vivam sem o vírus. A estratégia baseada no medo já não se aplica, o que alterou completamente a maneira como se noticia a doença.

A mudança repentina da «imagem do VIH» de «má» para «boa» talvez tenha influenciado alguns jornalistas, que deixaram de ver o vírus como sendo algo merecedor de atenção. De acordo com a experiência, acontecimentos maus fazem notícia. Mas se algo parece positivo, o jornalista tem de se esforçar ainda mais para convencer o editor de que é importante fazer a cobertura.

Os jornalistas que ainda cobrem o VIH/SIDA redigem os seus artigos com base em questões como as novas descobertas graças à pesquisa médica, da resistência a medicamentos antirretrovirais, de ruturas de *stock* de



Um paciente com SIDA deitado numa cama no Hillcrest Aids Center, em Durban, África do Sul. *EPA/Nic Bothma*

medicamentos, da proliferação de medicamentos falsificados e de baixa qualidade e, acima de tudo, dos números. Estes aspetos, embora sempre importantes, podem tornar-se mais interessantes para o leitor quando contados na primeira pessoa ou por alguém com experiência real.

Independentemente da estratégia, **os jornalistas devem ter sempre uma abordagem cuidada e analítica ao redigir a notícia**. Em resposta ao apelo emocional usado no início da epidemia do VIH/SIDA, centenas, se não milhares, de organizações foram criadas com o objetivo de reduzir o número de infetados, reduzir o estigma e providenciar cuidados aos doentes. Enquanto a maioria destas organizações é genuína, algumas pretendem apenas lucrar com a situação e podem tentar aproveitar-se de jornalistas para obter mais fundos monetários.

Aparentemente, muitos casos foram fabricados de forma a levar jornalistas a escreverem histórias comoventes. Há alguns anos atrás, ocorreu uma situação no Quênia em que foram lançados dados incorretos relativos à prevalência do VIH e que serviram de ponto de referência durante um longo período de tempo. Mas, após a revisão feita em 2006, determinou-se que estes números tinham sido inferiores aos relatados em estudos anteriores. Nesse momento, diversos oficiais disseram aos meios de comunicação social que o governo tinha trabalhado «arduamente» para reduzir a prevalência do vírus.

Isto levou um dos mais conceituados jornalistas científicos do Quênia a publicar, no *Daily Nation*, o artigo «Numbers Don't Lie...Do They?» («Os Números Não Enganam... Pois Não?»). Nesse artigo, descreve-se o cenário de um acidente rodoviário em que, numa fase inicial, é erradamente anunciado que morreram mais de vinte pessoas. Passado algum tempo, os dados são revistos e o número real de mortos confirmados passa para cinco. E o autor perguntou: deve o ministro dos transportes orgulhar-se e marcar uma conferência de imprensa para anunciar que o governo trabalhou arduamente para reduzir o número de mortos desse acidente de vinte para cinco?

Antes do seu artigo ter sido publicado, já diversos jornalistas haviam escrito sobre o «sucesso» do governo na redução da prevalência do VIH. Sem uma investigação minuciosa, esses jornalistas limitaram-se a repetir informação transmitida por uma fonte.

Isto significa que, apesar de um jornalista dever confiar sempre nas suas fontes, todas **as asserções têm de ser tratadas cuidadosamente antes de serem consideradas como um facto**. A melhor forma de garantir que tal acontece é fazendo uma pesquisa sobre o tópico antes do encontro com o entrevistado. Esta informação prévia é crucial, pois permite ao jornalista orientar as suas perguntas e clarificar questões complexas relacionadas com o VIH/SIDA.

Os jornalistas devem também garantir que ficam com os contactos das fontes — especialmente números de telemóvel — de forma a poderem voltar a contactar o entrevistado para obterem clarificações e fazerem perguntas complementares. Além disso, devem também procurar falar com pessoas que tenham pontos de vista divergentes sobre o assunto, para garantir um artigo equilibrado.

Se o assunto for altamente científico, **devem tentar enviar uma primeira versão do artigo a um especialista ou a uma fonte de confiança antes de o entregar ao editor**. No entanto, o jornalista deve certificar-se de que o especialista ou fonte confirma apenas a veracidade da informação científica; a revisão não deve implicar a alteração de factos nem da história, assim como não pode adicionar outros pontos de vista.

Informação simples e correta pode ajudar a tornar uma história sobre o VIH/SIDA mais interessante e apelativa. Isto significa que o escritor deve explicar todos os termos, mesmo que estes pareçam simples. Os acrónimos devem ser explicados por inteiro quando surgem pela primeira vez num texto, independentemente de parecerem óbvios.

E, antes mesmo de considerar todas estas sugestões, **o jornalista tem de avaliar o impacto potencial dessa história na sociedade**. É melhor deixar certas histórias por contar. Para dar um exemplo, uma história sobre um traficante de droga pode ser poderosa, dependendo do ângulo por que é abordada. Porém, analisar o sucesso de um traficante que gan-

hou milhões com esse negócio pode não ser no melhor interesse da sociedade. Histórias de ascensão social e económica são boas formas de vender, mas os jornalistas devem sempre seguir princípios éticos fundamentais.

Acima de tudo, **é importante manter presentes as competências jornalísticas básicas**. Há que determinar que conteúdos são mais ou menos importantes e manter-se a par dos acontecimentos, para garantir que a informação flui cronologicamente. Não se pode deixar os leitores na dúvida durante um longo período de tempo, já que muitos podem não estar dispostos a ler até ao fim. Há que pensar no público e descobrir quais as suas preferências. Há que determinar o que é interessante para eles — e não apenas para o jornalista. Há que manter os factos simples e corretos. No caso de uma história sobre o VIH/SIDA, há que evitar frases incriminatórias. Há que escolher as fotografias mais apropriadas para evitar estigmatizar tanto o público como as pessoas na imagem (e garantir que se tem autorização para tirar essas fotografias).

O conjunto destas dicas pode ajudar a combater o cansaço de leitores e editores no que diz respeito a histórias sobre VIH/SIDA e a garantir que o vírus e as suas vítimas se mantêm visíveis.



Isaiah Esipisu é um jornalista queniano, formado pelo Kenya Institute of Mass Communication (KIMC). Começou a escrever artigos em 1999, quando ainda era estudante universitário. Desde então, tem trabalhado como jornalista científico independente, focando-se em questões ambientais, saúde, agricultura e tecnologia.

Escreveu artigos para diversas publicações locais e internacionais, incluindo a Reuters AlertNet, InterPress Service, *SPORE (CTA) Magazine*, a *New Internationalist* sediada no Reino Unido, o jornal *Daily Nation*, sediado no Quênia, *The East African*, *The Standard*, the *Kenya News Agency*, *People Daily* e *AgroLink*. Publicou, juntamente com cinco jornalistas, um livro de fotografias intitulado *The Kindest Cut*, que destacava a circuncisão masculina como uma forma de prevenção contra a infeção por VIH.

(17)

O global é local, e o local é global: Dicas para a cobertura jornalística do ambiente

Stephen Leahy

O meio ambiente é o tema mais abrangente do século XXI por duas razões:

1. Inclui e influencia tudo: o ar, a água, a comida, a saúde, o clima, a energia, o desenvolvimento, a pobreza, a economia, etc.;
2. Quase todos os principais indicadores ambientais estão em declínio.

A Terra está a chegar ao limite dos seus recursos: de acordo com estudos recentes, as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição por azoto estão a atingir níveis críticos. O público geral tem pouca consciência desta realidade, o que significa que os jornalistas têm um grande número de histórias importantes para cobrir. Contudo, nem tudo são desgraças. Existem imensas histórias por escrever sobre a diversidade dos esforços levados a cabo para combater estes problemas, tanto à escala local como nacional. Ao mesmo tempo, é importante investigar se as propostas de solução, projetos ou políticas «verdes» solucionam verdadeiramente os problemas e, se existem ou não consequências indesejáveis, sejam elas reais ou potenciais. O mundo está pejado de projetos bem-intencionados que correram mal por diversos motivos.

O sétimo objetivo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) é a garantia da sustentabilidade ambiental até 2015. O termo «sustentabilidade» é um conceito muito mal utilizado e interpretado. Em geral, significa que uma ação ou atividade pode manter-se indefinidamente, com um impacto

Um pedaço de gelo colapsa perto do Canal de los Témpanos, no Parque Nacional Los Glaciares, na Patagónia, Argentina. *EFE/Ariel Molina*

reduzido ou controlável no meio ambiente. A Terra é um sistema fechado — o lixo e a poluição vão parar a algum lado: pesticidas pulverizados no Chile podem prejudicar recursos pesqueiros ao largo da costa australiana e vice-versa.

Afirma-se frequentemente que uma empresa, política ou ação é sustentável. Mas sê-lo-á realmente? Haverá impactos indiretos noutras regiões ou recursos? E nas gerações futuras? Muitos projetos sustentáveis não o são verdadeiramente devido a uma implementação ou perceção deficientes da situação na região ou comunidade local.

Os jornalistas devem solicitar provas reais de verdadeira sustentabilidade e não aceitar garantias. Além disso, devem explicitar o significado desse termo sempre que o usarem.

Felizmente, o Objetivo 7 (garantir a sustentabilidade ambiental) tem indicadores específicos para medir o progresso de uma nação ou região. Vejamos apenas um, já que a mesma abordagem geral se aplica a todos os outros indicadores.

Indicador ODM: reduzir a perda de biodiversidade até 2010

«Biodiversidade» é o termo usado para os cerca de 8,7 milhões de espécies (com uma margem de 1,3 milhões) que formam o nosso sistema de suporte de vida, ao produzirem ar, água, comida e muito mais. Espécies de plantas, de animais e outros estão a extinguir-se a um ritmo de cinco mil a trinta mil por ano. A velocidade desta perda de biodiversidade está a aumentar, um facto admitido pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em 2010, que definiu novas metas para 2020.

Tal como em qualquer artigo ambiental, ao abordarem o declínio de espécies na sua região, os jornalistas não só devem mostrar o efeito nas pessoas e no meio ambiente, mas também tentar determinar a raiz do problema. A perda de biodiversidade terrestre resulta, principalmente, da alteração dos *habitats* naturais devido à agricultura, à desflorestação e à exploração de recursos. Nos oceanos, resulta sobretudo da sobrepesca. Contudo, a raiz do problema da conversão dos solos e da sobrepesca reside, normalmente, em políticas específicas (regras e regulamentos) e em circunstâncias económicas.

Como são as políticas sustentáveis governamentais?

«As regras e enquadramentos jurídicos certos ajudam milhões de pessoas a fazer o que está certo», defende o Conselho do Futuro (www.worldfuturecouncil.org), uma instituição de caridade

Um aldeão indonésio passa por uma floresta da turfa desmatada em Kuala Cenaku, na província de Riau, na Indonésia, maio de 2013. EPA/Bagus Indahono



*Os jornalistas devem solicitar **provas reais de verdadeira sustentabilidade** e não aceitar garantias. Além disso, devem explicitar o significado desse termo sempre que o usarem.*

Lidar com a complexidade: Questões científicas e ambientais podem ser difíceis de entender para o público, devido à linguagem técnica e à complexidade, por isso, os jornalistas funcionam como tradutores, ao usar uma linguagem clara e concisa e ao dar exemplos relevantes para explicar a ciência e os problemas. Seguem-se algumas sugestões:

- **Começar por investigar o assunto.** A ciência tem a sua própria linguagem e usa algumas palavras comuns de maneira diferente. Por exemplo, a palavra «teoria», como em teoria da gravidade ou teoria das alterações climáticas;
- **Durante entrevistas, o jornalista deve perguntar às fontes como explicariam as suas descobertas a um vizinho.** (Se ainda assim continuar demasiado complicado, há que perguntar como as explicariam a uma criança com dez anos.);
- **Nunca ter vergonha de dizer «Não estou a entender».** O especialista tem o dever de ajudar os jornalistas a tornar os seus estudos ou descobertas compreensíveis para o público;
- **A peça jornalística deve responder a estas quatro perguntas:** por que é que o estudo ou relatório é importante? Como afeta o público? Quais são as implicações para as pessoas, região, etc.? O que deve ser feito?;
- **Escrever de maneira a que as nossas avós percebam.**

alemã que atribui prémios a países com as melhores políticas ambientais e de desenvolvimento. A Política Florestal Nacional do Ruanda ganhou o prémio em 2011 pela sua abordagem paisagística abrangente, que levou a um aumento de 37 por cento da área florestal. Resultou, também, numa erosão reduzida e melhorou recursos de água e meios de subsistência locais, ao mesmo tempo que contribuía para assegurar a paz.

A Lei da Biodiversidade costa-riquenha foi a vencedora de 2010, por ter conseguido tornar o país na primeira nação em desenvolvimento a interromper e a reverter a desflorestação. Mesmo pequenas alterações políticas podem fazer a diferença. O Níger, por exemplo, adotou uma norma que permite aos habitantes do Sahel sem títulos de propriedade formais possuir árvores de regeneração natural, se as protegerem e cuidarem delas. Hoje, milhões de hectares de deserto estão verdes.

Incentivos perversos ou más políticas para o ambiente

Muitas políticas, como alguns tipos de subsídios, foram criadas há muitos anos e sem consciência do seu impacto negativo no meio ambiente. Mesmo quando as ditas políticas têm impactos claramente negativos no meio ambiente, há fortes interesses pessoais que resistem e, muitas vezes, impedem que sejam mudadas. Seguem-se dois dos incentivos mais perversos:

Pesca: Os governos atribuem subsídios no valor de cerca de vinte e sete mil milhões de dólares americanos (perto de vinte mil milhões de euros) para apoiar frotas pesqueiras, numa época em que a pressão da pesca deve ser reduzida, devido à sobre-exploração da maioria dos recursos pesqueiros do oceano.

Combustíveis fósseis: Para minimizar os efeitos das alterações climáticas, é necessário um corte drástico no uso de combustíveis fósseis, já que o carbono que estes emitem é a causa primária das referidas alterações. Contudo, o sector dos combustíveis fósseis recebe 300 mil milhões de dólares americanos (perto de 229 mil milhões de euros) em subsídios anuais. Subsídios à produção e aos preços são os mais frequentes: muitos governos de países em desenvolvimento usam subsídios aos preços para manter os custos dos combustíveis baixos, ao passo que países desenvolvidos preferem subsídios à produção, para reduzir os custos de exploração da indústria. Várias análises mostram que ambos os tipos de subsídio aumentam o consumo.

Dicas gerais para o jornalista ambiental experiente:

1. **Investigar de forma aprofundada a matéria científica.** É a única maneira de escrever claramente e evitar ser enganado;
2. Como não é possível saber tudo, **é preciso garantir o uso de fontes fiáveis e sem segundas intenções.** Alguns cientistas e especialistas têm interesses pessoais ou são pagos por empresas e grupos de pressão. Isto inclui ONG e governos;
3. **Confirmar o conteúdo de estudos, relatórios e comunicados à imprensa com fontes de confiança.** Há organizações pagas para confundir repórteres sobre temas técnicos ou para promover certos interesses;
4. **Questionar toda a informação e argumentos,** independentemente de onde ou de quem estes vierem. A credibilidade é tudo;
5. **Evitar histórias de «disse-que-disse» onde apenas se trocam acusações.** Descobrir o que se passa realmente. Por exemplo, quase todos os cientistas ambientais do mundo têm dito ao longo dos anos que as alterações climáticas estão a acontecer e, no entanto, alguns meios de comunicação social ainda citam fontes que dizem «não, não está». Haverá sempre pontos de vista contrários — alguém que afirma que a Terra é plana — mas valerá a pena citá-los?



Stephen Leahy é jornalista ambiental independente há quase vinte anos. Os seus textos foram publicados em dezenas de publicações em todo o mundo, incluindo *New Scientist*, *The London Sunday Times*, *The Guardian*, *National Geographic*, *Maclean's Magazine*, *Earth Island Journal*, *The Toronto Star*, *Wired News*, *Audubon*, *BBC Wildlife* e *Canadian Geographic*.

Sediado perto de Toronto, no Canadá, Stephen, atualmente é correspondente internacional para o Ambiente e para a Ciência da sexta maior agência de imprensa ao nível global, o Inter Press Service (IPS), com sede em Roma. Os seus artigos aparecem em mais de 500 jornais e revistas de todo o mundo, alcançando cerca de 200 milhões de leitores, num total de vinte línguas.

Quando não for óbvio, há que avaliar com precisão cada argumento e decidir quais merecem atenção ou, então, destacar defeitos e mentiras;

6. Entrar em contacto direto com pessoas envolvidas em questões ambientais, incluindo aquelas que são diretamente afetadas pelas mesmas.

Uma última consideração: o global é local e o local é global

Praticamente todos os aspetos das peças jornalísticas sobre o meio ambiente são locais. Alterações climáticas, água, comida, poluição, desenvolvimento sustentável, biodiversidade, etc., têm perspetivas locais. Porém, estas histórias também são inevitavelmente globais — um problema ambiental local repete-se quase de certeza em muitos outros sítios no mundo.

(18)

Um conselho saudável: Dicas para a cobertura jornalística da saúde

G. Ananthakrishnan

Introdução

No seu livro de 1999, *Development as Freedom (O Desenvolvimento como Liberdade*, não publicado em português), o célebre economista e Prémio Nobel de Economia Amartya Sen afirmou que o investimento em serviços de saúde pode contribuir para o sucesso de uma vasta gama de objetivos de desenvolvimento, como os identificados pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

De facto, um bom serviço de saúde melhora a qualidade de vida, reduz a morbilidade e a mortalidade e aumenta a produtividade económica. Como tal, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu a importância de um regime universal de cuidados de saúde (UHC, *universal healthcare*, em inglês) e desafiou os seus Estados-Membros a adotarem programas que providenciem pacotes de cuidados de saúde essenciais.

Em geral, o UHC possui os seguintes componentes: níveis adequados de financiamento; acesso a medicamentos, vacinas e tecnologia; pessoal qualificado; e ênfase nos determinantes sociais da saúde, incluindo rendimento e género. A cobertura da temática da saúde pelos meios de comunicação social pode ajudar a conseguir um apoio considerável para o UHC em todos os contextos do desenvolvimento.

Contudo, para promoverem os objetivos principais do desenvolvimento, os jornalistas que cobrem a área da saúde têm de abordar não só os sintomas resultantes da falta de programas e instalações de saúde adequados — isto é, os problemas que emergem quando se necessita de tratamento médico — como também as causas fundamentais da doença.

Informar sobre saúde: o que procurar?

Uma boa informação sobre os serviços de saúde significa estar constantemente atento a acontecimentos ou descobertas que possam ter consequências significativas ao nível da saúde e que, desta forma, podem servir de ponto de partida para um artigo. Há que estar atento a ocasiões como o Dia da Diabetes, o Dia do Coração e similares, uma vez que podem ser oportunidades úteis para se dedicar particular atenção às doenças relacionadas com estilos de vida. Assim, os jornalistas devem conseguir detetar uma série de incidentes. Alguns exemplos incluem:

1. **Um surto relatado de doença**, tal como cólera, febre de dengue ou qualquer grupo de sintomas não identificáveis que afete um grande número de pessoas;
2. **Uma grande descoberta científica ou um grande desenvolvimento ao nível da investigação**, como conhecimentos novos acerca dos efeitos das alterações climáticas na doença ou os desafios da resistência a medicamentos. Por exemplo, foi apenas recentemente que os meios de comunicação internacionais cobriram de forma ampla a tuberculose multirresistente (XDR-TB) na Índia;
3. **A divulgação de indicadores de saúde pormenorizados** para uma região ou país, em particular a partir de uma fonte credível, como um censo, um organismo intergovernamental ou uma equipa de investigação internacional;
4. **Um grande desastre industrial ou natural**, como o sismo e o *tsunami* que levaram à crise nuclear de Fukushima, que irá ter consequências para a saúde.



Estudantes tailandeses lavam as mãos durante uma campanha de rastreio da febre aftosa numa escola primária em Bangucoque, Tailândia em julho de 2012. EPA/Rungroj Yongrit

Como enquadrar o artigo?

Objetivos de importância estratégica, como os ODM, podem parecer distantes e complicados para cidadãos e políticos nacionais; por essa razão, os jornalistas que cobrem a saúde têm de trabalhar para enquadrarem corretamente os seus artigos dentro da realidade particular de um país ou sociedade.

Para oferecerem o contexto certo aos seus leitores, os jornalistas têm de iniciar a sua investigação numa questão particular da saúde através de algumas perguntas elementares. Imagine-se, por exemplo, que o plano é cobrir o desafio da mortalidade infantil referente a crianças que não sobrevivem até aos cinco anos. Há alguns elementos que devem ser incluídos num relatório desse tipo:

- **Estatísticas:** mencionar a taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos numa área específica;
- **Alterações:** analisar o padrão da mortalidade de crianças com menos de cinco anos na última década, ou em períodos anteriores;
- **Esforços políticos:** referir qualquer iniciativa significativa levada a cabo pelo governo, direcionada para reduzir a taxa de mortalidade, quer seja bem sucedida ou não;
- **Transparência e fiabilidade:** avaliar a fiabilidade dos dados sobre a mortalidade (considerar o tipo de sistema de informação de saúde de que o país dispõe ou a falta de tal sistema).

Partindo daqui, existem depois vários ângulos que podem ser explorados num artigo sobre a mortalidade em crianças com menos de cinco anos. Um bom lugar para começar pode ser com qualquer **potencial assimetria dos cuidados de saúde** relacionada com geografia, *status* económico, género ou outros determinantes sociais. Certas regiões — de estados e províncias a cidades e aldeias — têm taxas de mortalidade superiores em crianças com menos de cinco anos? As crianças pobres, ou meninas, correm um maior risco de morte? Se sim, porquê?

Jornalistas que trabalhem em países com tradições sociais únicas e estabelecidas há muito, como no sul da Ásia e em África, têm de ter presente que o sucesso dos objetivos relacionados com a saúde depende frequentemente da capacidade para **in-formar além das barreiras culturais**. Considere-se, por exemplo, uma aldeia que a comunidade médica identifica como tendo uma alta taxa de mortalidade infantil. Uma investigação deveria ver quais os fatores culturais, incluindo hierarquias dentro da comunidade e das famílias, que prejudicam as probabilidades de sobrevivência das crianças.

Trabalhando numa abordagem retrospectiva, um jornalista poderia examinar o efeito das **intervenções políticas existentes**. Há dados de pesquisa, por exemplo, que demonstram uma correlação entre os gastos públicos em partos realizados com assistência profissional e imunização para os pobres e a redução da mortalidade infantil. O jornalista também pode comparar e contrastar iniciativas políticas de vários países como um exemplo daquilo que resultou e do que não teve sucesso.

Para economias que dependem muito de doações para financiar iniciativas relacionadas com sistemas de saúde, **seguir o fluxo da ajuda humanitária** é um ponto essencial para a cobertura jornalística. Os jornalistas devem avaliar analiticamente dados de implementação e a credibilidade dos mecanismos de comunicação de informações, para investigar se a ajuda está a chegar ao alvo pretendido.

No contexto dos países em desenvolvimento, cobrir o fluxo da ajuda humanitária também inclui **monitorizar a eficácia de iniciativas específicas**, tais como a distribuição de mosquiteiros tratados com inseticida para proteger crianças da malária. Há que olhar para os resultados e fazer uma pergunta simples, mas poderosa: a iniciativa está a ter sucesso? Há que falar com pessoas de ambos os lados: as expectativas dos doadores coincidem com a realidade das comunidades destinatárias?

É preciso não esquecer que, embora as sugestões e categorias acima referidas se destinem especificamente à mortalidade abaixo dos cinco anos, são aplicáveis à redação de artigos sobre qualquer tópico relacionado com a saúde.

Onde encontrar informação e fontes

Independentemente do caminho que o jornalista escolher, vai ser crucial identificar as principais fontes, confirmar a informação com autoridades públicas de saúde sempre que necessário e recolher opiniões de todos os envolvidos antes de tirar conclusões ou expressar reservas.

Contudo, se, por um lado, são necessários dados autênticos para se chegar a uma conclusão bem informada, por outro, nem sempre é fácil encontrá-los. Seguem-se algumas sugestões de locais onde jornalistas de investigação podem procurar informação sobre a área da saúde.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) é a principal fonte de dados utilizados na maior parte das discussões políticas internacionais. Indicadores vitais relevantes para os ODM, incluindo pobreza, esperança de vida, fertilidade, mortalidade,

Não se pode esquecer que a própria credibilidade dos dados de saúde pode ser objeto de cobertura noticiosa. Se o sistema público de saúde de uma região ou de um país não possui dados disponíveis ao público sobre a saúde de crianças, mulheres e pessoas diagnosticadas com doenças contagiosas como o VIH/SIDA, a malária e a tuberculose, isso é uma história que vale a pena ser contada.

prevalência e incidência de doenças transmissíveis e acesso a produtos farmacêuticos, são comunicados de forma periódica pela OMS, que regularmente sintetiza dados de várias fontes de confiança, tais como a UNICEF, o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e o Banco Mundial.

Há também várias revistas especializadas relacionadas com assuntos de saúde pública, os ODM e investigação clínica. Estas incluem *The Lancet*, *The British Medical Journal*, *The Journal of the American Medical Association* e *Science*. Além de jornais de livre acesso, que fornecem artigos académicos sem custos, algumas publicações científicas com assinatura permitem acesso gratuito a jornalistas que submetam um pedido formal. Caso contrário, muitos autores não hesitam em fornecer aos jornalistas o texto integral de um artigo específico, se forem contactados diretamente.

Alguns governos, incluindo os de economias emergentes, podem procurar omitir dados relacionados com cuidados de saúde para evitar oposição política e perdas eleitorais. Mas em países onde existem leis da Liberdade de Informação (FOI) os jornalistas têm o direito de tornarem públicos certas informações e dados não publicados pelas autoridades.

Respostas dadas por ministros durante audições legislativas muitas vezes também fornecem informações valiosas. Há que procurar os relatórios da comissão parlamentar, que alguns países tornam públicos, através da Internet. Em muitos casos, grupos de investigação e ativistas analisam esses relatórios e partilham-nos com jornalistas.

As ONG e fundações privadas sem interesses comerciais e sem filiação em partidos políticos fornecem informações vali-

osas a jornalistas. Um exemplo disso é a *Commonwealth Fund* nos Estados Unidos, que comparou o impacto provável das políticas de saúde dos dois principais candidatos às eleições presidenciais de 2012.

Obter o panorama geral: infraestruturas de saúde

Qualquer artigo sobre serviços de saúde terá de analisar e ter em consideração o sistema de serviços de saúde atualmente em vigor.

Há que ter em conta as seguintes questões:

- Como é que indivíduos pagam os serviços de saúde? Há apoio financeiro de agências oficiais?
- Há possibilidade de usufruir de cuidados de saúde sem pagamento em numerário?
- Há uma lista nacional de «medicamentos essenciais» que corresponde e se baseia nas recomendações da OMS? Esses medicamentos estão sujeitos a controlo de preço?
- Existem infraestruturas montadas para testar a qualidade dos medicamentos, tanto os produzidos no país como os importados?

É importante não esquecer que a falta de capacidade para pagar medicamentos, testes de diagnóstico e/ou internamentos hospitalares é uma das principais causas de sofrimento e de empobrecimento em muitos países. Se estiverem disponíveis, dados sobre as despesas com a saúde podem indicar o nível de despesas correntes dos cidadãos, na ausência de um sistema de seguros de saúde com apoio governamental.

Um médico (l) examina pacientes numa clínica de malária e dengue em Calcutá, na Índia. EPA/Piyal Adhikary

Doenças relacionadas com estilos de vida

Por último, uma área de preocupação crescente é a emergência de doenças relacionadas com estilos de vida. Estas doenças prendem-se com fatores sociais que influenciam o comportamento de cada indivíduo, tais como a promoção do álcool e do tabaco, um conhecimento limitado dos alimentos pouco saudáveis e níveis altos de stress.

Curiosamente, até mesmo algumas economias emergentes enfrentam consequências de saúde em virtude de um paradoxo de nutrição: excesso de nutrição e falta de exercício físico numa parte da população e falta de nutrição e insegurança alimentar noutra parte. Isto exige uma cobertura sensível de ambas as dimensões, o que pode revelar outros problemas, tais como uma distribuição de rendimentos deficiente e a influência de interesses específicos.

A comunicação social pode ajudar a corrigir esse desequilíbrio ao fazer as perguntas certas:

- Os alimentos subsidiados em sistemas de distribuição pública são pouco saudáveis?
- Estarão os vales-refeição, cupões, subsídios ou pensões a encorajar maus hábitos?
- Estará a ser dada visibilidade suficiente às campanhas sobre as consequências negativas resultantes de certos estilos de vida?

A comunicação social, enquanto janela para o mundo para uma grande parte do público, tem a responsabilidade de colocar e responder a questões como estas, esclarecendo a população e permitindo o sucesso de iniciativas nacionais e internacionais de cuidados de saúde como os ODM. Por seu turno, estas irão aumentar a qualidade de vida e a produtividade económica.



G. Ananthakrishnan é editor adjunto do jornal *The Hindu*, onde escreve sobre saúde pública, meio ambiente e bem-estar. Anteriormente, foi o editor responsável pelas notícias locais e pela secção dedicada à Internet no mesmo jornal.



Os jornais paquistaneses dão notícia de uma decisão do Supremo Tribunal em janeiro de 2013, dando ordem de prisão ao primeiro-ministro Raja Pervaz Ashraf por alegado envolvimento em corrupção. EPA/Omer Saleem



Responsabilizar «os grandes»: Como pôr a corrupção a descoberto

Umar Cheema

No inquérito de Transparência Internacional de 2011, foi pedido a mais de três mil empresários de todo o mundo que avaliassem a eficácia de diferentes abordagens para eliminar a corrupção. O resultado: aproximadamente metade (49 por cento) indicou que o jornalismo de investigação desempenha um papel decisivo. Os inquiridos do Paquistão (73 por cento) e do Brasil (79 por cento), países onde a imprensa noticia ferozmente a suspeita de atos de corrupção, acreditam na capacidade dos meios de comunicação para denunciar transgressões.¹

Por que razão os participantes acreditam tão firmemente que os jornalistas podem ajudar? Para responder a esta pergunta, é importante lembrar que a corrupção desenfreada nas regiões menos desenvolvidas do mundo deve-se largamente à falta de transparência e de responsabilização. O poder está nas mãos de poucos e asleis que facilitam o trabalho das instituições de controlo são muitas vezes ineficazes. A elite considera-se acima da lei — que, pelo contrário, existe para dar poder aos cidadãos comuns — e as classes oprimidas acabam por aceitar este mal como uma norma social. Em realidades tão desoladoras quanto estas, é aos jornalistas que são deixadas as múltiplas tarefas de defesa do bem-estar público.

Nos países em desenvolvimento a corrupção é, numa palavra, endémica. A corrupção prejudica a equidade económica: no mesmo inquérito de Transparência Internacional, 27 por cento dos inquiridos disseram que perderam contratos de negócios a favor de concorrentes que agiram pela via do suborno. Empresários de países em desenvolvimento — Malásia (50 por cento), Indonésia (47 por cento), México (48 por cento), Paquistão (42 por cento) e Egito (41 por cento) — decla-

¹ www.transparency.org/research/bps2011

Apoiantes da experiente ativista social e anti-corrupção Anna Hazare agitam a bandeira nacional indiana e gritam palavras de ordem durante uma manifestação em Mumbai, Índia, em dezembro de 2011. *EPA/Divyakant Solanki*

raram que este tipo de suborno é particularmente prejudicial. Quantias significativas de dinheiro que deveriam ou poderiam ser usadas em benefício da sociedade — desde ajudas e empréstimos do estrangeiro, até receitas geradas pela sobrecarga fiscal sobre os pobres através de taxas indiretas — deslizam, em vez disso, para os bolsos dos decisores e dos seus aliados nos negócios.

Esta situação alarmante é um apelo para que os jornalistas desempenhem um papel excecional, denunciando as práticas de corrupção. Esta tarefa é desafiante, particularmente nos países em desenvolvimento onde a legislação da Liberdade de Informação (FOI) pode ser inexistente ou altamente ineficiente. Em muito casos, além disso, os que trabalham para expor transgressões podem pôr as suas vidas em risco.

Mas querer é poder. Há, de facto, diversas ferramentas que os jornalistas podem usar para os ajudar a pôr termo à corrupção:

Identificar a corrupção

Apesar dos esforços feitos pelos envolvidos em cobrir o seu rasto, a corrupção é visível sempre e onde quer que seja praticada. Os jornalistas precisam de estar atentos a estes sinais. Se um contrato for adjudicado com uma rapidez fora do comum ou com um atraso significativo, algo está errado. Se uma licença for emitida sem os devidos procedimentos, houve com certeza dinheiro que mudou de mãos. Quando alguém fica rico do dia para a noite, tem de haver uma razão. Se o desenvolvimento do trabalho for acelerado, é provável que haja grandes empresários a tentar investir em responsáveis pela tomada de decisões, com o objetivo de obter favores. Os jornalistas devem ler os sinais e procurar as respostas.



Há várias técnicas que os jornalistas podem usar para identificar potenciais transgressões: estas incluem a verificação dos orçamentos e documentos oficiais, a recolha de registos judiciais — análise de documentação — e a realização de entrevistas de investigação. No entanto, o uso destas ferramentas pode ser difícil para os jornalistas dos países em desenvolvimento, devido a constrangimentos financeiros e à pressão dos prazos impostos pelos editores, que normalmente exigem aos repórteres uma produção frequente de artigos. Não obstante, há formas de superar a maioria dos desafios.

Cultivar as fontes

Em primeiro lugar, os jornalistas devem aprender a arte de obter boas fontes de informação. Olhando cuidadosamente em redor, estas fontes podem ser encontradas dentro do sistema burocrático e, frequentemente, as melhores fontes são funcionários governamentais que testemunham todo e qualquer passo de um ato de corrupção. Alguns funcionários podem inclusivamente já ter tentado intervir em vão e, uma vez persuadidos, podem ajudar na luta para trazer à luz a verdade.

Os repórteres têm de conhecer as pessoas certas nos sítios certos, sendo por isso importante que criem relações de trabalho com legisladores e que se familiarizem com organismos que promovam a transparência e a responsabilização em diferentes

melhores fontes de uma forma rápida, aprendendo a ler as expressões e as ações das pessoas. Por exemplo, as fontes que mais falam durante uma determinada interação são as que geralmente têm menos para revelar, por isso é normalmente mais frutífero abordar primeiro os mais calados. Evite os funcionários que recebem muitos jornalistas: as fontes mais valiosas evitam encontrar-se com jornalistas e precisam de ganhar confiança nas pessoas.

No entanto, conquistar a confiança não é fácil. É fundamental estar preparado antes de uma entrevista com uma potencial fonte. Ter conhecimentos sobre a sua carreira, o seu carácter e a posição que ocupa, dá uma vantagem ao jornalista. De igual forma, mostrar interesse pela pessoa, partilhar um café e uma conversa, juntando um pouco de lisonja — talvez elogiando o funcionário pelo seu bom trabalho — pode fazê-la sentir-se mais à vontade para se abrir.

Uma potencial fonte poderá sentir-se desconfortável no primeiro encontro por estar a partilhar informação, mas, através de um encorajamento brando e com o passar do tempo, começam a surgir pequenos elementos de informação. Pedir notícias diretamente ou tomar notas pode alarmar a potencial fonte. Assim, o jornalista deve deixar que a fonte conduza a conversa, não interrompendo com perguntas e tentando apenas memorizar o que for dito. Um ouvinte paciente colherá os seus frutos.

Com a passagem do tempo, o funcionário passará a ser os olhos e os ouvidos do jornalista em determinado departamento ou instituição e é fundamental proteger a fonte. Uma forma eficiente de o fazer é despistando os observadores. Por exemplo, na maioria dos casos de corrupção, há mais do que um departamento governamental envolvido. Para desviar a atenção das pessoas que estão sob investigação,

quando se faz referência a uma fonte, pode sugerir-se que a informação obtida foi revelada anonimamente por outro departamento.

Procurar fontes alternativas

Uma vez que não há leis eficazes da FOI (liberdade de informação, em inglês *freedom of information*) em muitos dos países em desenvolvimento, os legisladores também podem ajudar a

obter a informação desejada. Geralmente, estes indivíduos estão autorizados a procurar informação em qualquer departamento, salvo se esta for confidencial. Os jornalistas devem procurar legisladores com a mesma opinião e que possam aceder aos registos oficiais que são negados aos repórteres. E, embora alguma informação seja pública, um jornalista que persegue uma história exclusiva pode preferir cultivar uma fonte que estabeleça uma ligação entre departamentos e que tenha acesso aos pormenores em primeiro lugar.

Além de trabalhar com funcionários governamentais, os jornalistas poderão também aproximar-se daqueles que são prejudicados por acordos corruptos. Em muitos casos, estes últimos poderão inclusivamente aproximar-se da comunicação social, procurando ajuda para derrotar os seus concorrentes. Os jornalistas devem ouvir pacientemente estes indivíduos — mesmo que as queixas sejam exageradas — e pedir toda a documentação relacionada com a queixa. Se quiserem realmente trazer o seu caso para o conhecimento público, facultarão tudo aquilo que for necessário.

É fundamental aplicar aqui as capacidades analíticas. A separação de factos e ficção e a filtragem de material de propaganda estão no cerne de uma boa história. Ao aproximar-se de todas as partes envolvidas num alegado estratagema, o jornalista irá assegurar um relato objetivo e talvez conseguir fontes para futuras histórias de corrupção.

No entanto, manter as pessoas poderosas sob vigilância é algo que não se faz sem riscos pessoais e profissionais e é importante fazer uma avaliação continuada desses riscos. Por exemplo, é suficiente esperar um dia para obter informações de um indivíduo que represente baixo risco e é prudente esperar uma

semana para obter uma resposta de indivíduos mais perigosos. Ser cortês e respeitador em todos os assuntos relacionados com a história irá reduzir o risco para o jornalista, mas mesmo a explicação objetiva de que se trata de uma notícia e não de uma guerra pessoal poderá não aplacar um sujeito particularmente irado. Neste caso, a referência aos artigos da lei alegadamente violados e uma atitude responsável na elaboração do relato serão suficientes para diminuir o perigo pessoal, ainda que possam não garantir completamente a segurança.

Até que a legislação da FOI seja implementada em todo o mundo e a transparência seja aceite como um direito democrático básico, haverá sempre elementos de ameaça à segurança pessoal e profissional dos jornalistas e das fontes envolvidos na denúncia da corrupção. No entanto, estas sugestões podem ajudar os jornalistas a minimizar os riscos e a fazer melhor o seu trabalho: denunciar as pessoas poderosas.

Frequentemente, as melhores fontes são funcionários governamentais que testemunham todo e qualquer passo de um ato de corrupção. Alguns funcionários podem inclusivamente já ter tentado intervir em vão e, uma vez persuadidos, podem ajudar na luta para trazer à luz a verdade.

sectores. Estabelecendo as ligações certas, é muito mais fácil obter documentos oficiais com rapidez. Na verdade, um jornalista com uma boa reputação terá informadores a procurá-lo e não o contrário.

Obter a informação necessária

É preciso ter algumas aptidões para conseguir obter as informações necessárias. Um jornalista pode identificar as



Umar Cheema é repórter de investigação no jornal *The News* (Paquistão) e fundador do Centro de Jornalismo de Investigação no Paquistão. Escreve sobre corrupção, política, segurança nacional e agências de informação irresponsáveis, um trabalho ousado e que já fez com que fosse sequestrado e maltratado. A recusa de Cheema em silenciar o ataque de que foi vítima chamou largamente a atenção para a violência anti imprensa no Paquistão, uma questão que afeta toda a nação.

Pelo seu jornalismo corajoso e divulgação pública destes ataques, a Universidade do Missouri conferiu-lhe, em 2012, a Medalha de Honra do Missouri para Serviços Relevantes no Jornalismo. Em 2008, recebeu o prémio Daniel Pearl Fellowship, tornando-se no primeiro Pearl Fellow a trabalhar no jornal *The New York Times*. Cheema tem um mestrado em Ciências Políticas Comparadas (Estudo de Conflitos) da London School of Economics.

(20)

Manter o dinheiro debaixo de olho: Como fazer cobertura jornalística sobre o dinheiro por detrás dos ODM

Kimberly S. Johnson

Há duas questões fundamentais que um jornalista, quer escreva sobre negócios e economia, quer escreva sobre qualquer outro tópico, deve sempre perguntar: quanto custa? De onde vem o dinheiro?

Estas simples perguntas não são apenas a chave para a obtenção de informações sobre o tema da reportagem, mas são também determinantes no processo de tomada de decisões que têm um impacto direto na sociedade e nos seus cidadãos.

Tudo tem um preço — até mesmo o maior dos esforços pelas causas humanitárias. O dinheiro faz mover o mundo. A partir do momento em que se descobre onde é que uma empresa, um governo ou um grupo sem fins lucrativos vai buscar o seu dinheiro, e como ele é usado, torna-se mais fácil compreender questões mais abrangentes e escrever sobre elas.

O dinheiro do governo

Consoante o país e o seu nível de desenvolvimento, o dinheiro para os esforços humanitários financiados pelo governo pode ser arrecadado através de vendas, rendimentos ou tributação de empresas, e ainda de licenças e *royalties*/impostos relativos à extração e exportação de recursos naturais. Em países menos desenvolvidos, os fundos provêm muitas vezes de ajuda de doadores para o desenvolvimento (exemplos: o Banco Mundial, as Nações Unidas, a Concern ou a CARE International, que são ONG dedicadas à luta contra a pobreza).

Conhecer o orçamento

O jornalista deve estar ciente de quanto dinheiro (em receitas) um país, estado ou província gere em cada ano; ou se estes não têm dinheiro suficiente para pagar a funcionários do governo, para gerir hospitais estatais ou para reparar estradas

O ministro dos negócios estrangeiros espanhol, José Manuel García-Margallo, participa numa aula sobre a igualdade de género a mulheres locais no Mali, como parte de um programa financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). *EFE/Emilio Naranjo*

Dica do Editor: Monitorizar dados estatísticos sobre a ajuda ao desenvolvimento pode ser uma tarefa difícil. Uma boa maneira de começar é aceder à base de dados da **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico** (www.oecd.org/dac/stats). Outras formas de iniciar uma investigação são o **AidData** (www.aiddata.org) e o **International Aid Transparency Initiative** (**Iniciativa Internacional para a Transparência da Ajuda**) (www.aidtransparency.net). Mas lembrem-se de que os números oficiais apenas contam uma parte da história — uma das principais funções dos jornalistas é descobrir para onde vai todo o dinheiro.

(isto é, se estão em situação de défice). Esta informação pode geralmente encontrar-se num orçamento anual.

Saber onde encontrar um orçamento anual de um país e ser capaz de o analisar corretamente é fundamental. Um orçamento não apresenta apenas os gastos do ano corrente e dos anteriores, mas também dá uma ideia de quanto um governo planeia gastar no ano seguinte.

Em países mais desenvolvidos, os orçamentos podem estar *online* nos sítios do governo, em particular os dos Ministérios das Finanças, ou nos sítios dos departamentos de cobrança de impostos e de orçamentos. Em países menos desenvolvidos, provavelmente não se encontra este tipo de informação *online*, sendo necessário solicitar uma cópia do orçamento pessoalmente.

Se um orçamento tiver de ser aprovado pelo parlamento ou por outro órgão governamental, estas vias políticas poderiam ser úteis para a procura de uma cópia de um orçamento, considerando que os políticos deverão querer debater as despesas nele mencionadas. Independentemente do país, alguns políticos e cidadãos podem sentir que um governo está a gastar demasiado em determinadas áreas ou pouco noutras. Outros discutem cortes propostos a certos departamentos ou agências. Os jornalistas têm de se certificar de que sabem fazer a leitura correta dos artigos num orçamento, seguindo as diretrizes para calcular o montante da moeda em milhares, milhões ou milhares de milhões. Além disso, têm também de saber calcular variações percentuais.

Se o governo apresenta um superávit, isto é, dinheiro que sobra depois de todas as contas serem pagas, o jornalista deverá questionar-se se esse dinheiro vai ser economizado ou usado para otimizar os serviços para os cidadãos, ou para outras áreas, como por exemplo, a defesa.

Quando não há dinheiro suficiente

Se um governo está perante uma situação de défice, isto é, a gastar mais dinheiro do que a receber, é sensato perguntar aos funcionários públicos como se vai compensar esse défice. Deve perguntar-se se serão pedidos empréstimos a outros governos, se serão emitidas obrigações do tesouro ou se se receberá ajuda de doadores.

Questões que envolvem dinheiro — especialmente défices orçamentais — são áreas sensíveis para os funcionários públicos, principalmente em nações menos desenvolvidas, já que estas dependem muitas vezes da ajuda de doadores ou de empréstimos do Banco Mundial para compensar perdas financeiras.

É importante recordar que as perguntas sobre finanças são neutras e devem ser feitas apenas por repórteres experientes, independentemente do partido político no poder. O jornalista deve certificar-se de que aborda funcionários — particularmente ministros e chefes de departamentos — com respeito. Deve procurar desenvolver relações positivas e duradouras com os diretores dos departamentos de finanças e do comércio, assim como com os principais assessores do governo.

O dinheiro por detrás dos ODM

Um governo que anuncie um programa de cuidados de saúde gratuitos para mulheres grávidas e crianças menores de cinco anos de idade pretende cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) relativos às melhorias na saúde materna e infantil. Mas há que ter em mente que alguém tem de pagar pelos médicos, enfermeiros e medicamentos adicionais, bem como por outras necessidades, uma vez que mais pessoas vão ter acesso a cuidados de saúde. É claramente um grande empreendimento, por isso é sensato procurar infor-

mações sobre os custos. O diretor do Ministério da Saúde ou de um departamento similar deve ser capaz de responder às questões do jornalista, uma vez que é responsável pelo projeto.

«Pode dizer-me quanto é que este programa vai custar e que fontes vai usar para o financiar?» é uma pergunta muito neutra e casual, em comparação com, «O que fez com o dinheiro deste projeto? Acho que o país não consegue pagar isto.» O tom de voz do jornalista deve ser confiante, mas nunca acusatório. Isto é importante quando se questiona alguém sobre projetos específicos ou sobre iniciativas que muitas vezes geram grande alarido mediático. Os leitores/ouvintes/espectadores vão querer saber essas informações porque elas poderão afetar a sua vida quotidiana.

Independentemente do que se souber a partir de outras fontes, nunca se deve sugerir que está implicado qualquer tipo de corrupção. O jornalista deve sentir-se livre para perguntar se estão previstos aumentos de impostos, apesar de este não ser um tópico apropriado.

Se um funcionário não responder à pergunta, não se deve hesitar em perguntar se este/a sabe de outra fonte a que se possa recorrer para obter a resposta. Se o jornalista estiver a lidar com um funcionário hostil, deve mencionar a tentativa falhada de recolher essa informação no artigo: «os Ministros da Saúde e das Finanças recusaram-se a responder às perguntas relativas aos custos do projeto ou a oferecer detalhes sobre como este poderia ser financiado.» Estas alterações devem ser documentadas com cuidado, podendo também usar-se um gravador de voz.

Ajuda ao desenvolvimento

Muitos dos progressos feitos no sentido de cumprir os ODM devem-se, em parte, ao dinheiro proveniente dos grupos de ajuda ao desenvolvimento. Organizações como as Nações Unidas e o Banco Mundial gastaram milhares de milhões por todo o mundo na organização e execução de projetos. As Organizações Não-Governamentais (ONG) também auxiliam financeiramente programas em várias nações para as tentar ajudar a alcançar vários ODM.

Para saberem quanto está a ser gasto por um determinado grupo num determinado país, os jornalistas podem consultar documentação *online*, pois muita da informação é pública. Deve ter-se em conta que muitas das ONG no seu país de origem têm, por lei, de publicar os seus orçamentos e relatórios anuais.

Mas os números que constam desses relatórios anuais podem divergir do montante realmente gasto na ajuda a pessoas do país em questão. De acordo com Tamika D. Payne, uma

perita independente em questões de género radicada na Serra Leoa, os jornalistas deveriam perguntar: «Quanto dinheiro está a ser gasto em apoio beneficiário direto?» Payne salienta que conhecer alguma «língua das ONG» costuma ser útil e demonstra ao entrevistado um melhor conhecimento do assunto, sendo maior a probabilidade de uma resposta melhor. Questões daquele tipo obrigam a ONG a separar o que está a ser gasto em despesas e noutros custos operacionais, como os ordenados dos empregados e os transportes. «Se dez milhões de dólares (cerca de 7,6 milhões de euros) estão destinados para uma nova escola, por exemplo, os jornalistas precisam de perguntar quanto irá para rapazes e raparigas, para coisas como livros», diz Payne. «A quantia de dinheiro é diferente dos custos gerais de construção da escola.»

Pobreza, emprego e o sector privado

As nações vão abordar a redução dos níveis de pobreza de várias formas. A melhoria do destino económico das famílias — em particular das mulheres — e da educação pode ajudar significativamente no combate à pobreza. Os jornalistas precisam de entender as ligações entre estes problemas.

Pode dizer-me quanto é que este programa vai custar e que fontes vai usar para o financiar?

A única forma de reduzir a pobreza é ganhando mais dinheiro. Para tal, as pessoas precisam de trabalho que pague salários regularmente. A criação de mais trabalho para os cidadãos por parte dos membros dos governos é uma questão justa que deve ser frequentemente colocada.

As nações em vias de desenvolvimento estão empenhadas em atrair investidores ou empresas provenientes de nações mais desenvolvidas. Quando isto acontece, os jornalistas não devem ter medo de questionar essas empresas sobre as suas intenções relativas ao país onde vão investir. Devem obter informação sobre incentivos ou prémios financeiros especiais recebidos pela empresa em troca dos serviços prestados nesse país (terra, impostos descontados, benefícios ou tarifas são comuns).

Os jornalistas também não devem hesitar em perguntar se o desenvolvimento das empresas consistirá apenas em trabalhadores locais. Se não for esse o caso, qual a percentagem de habitantes locais a ser contratada? Quanto receberão esses trabalhadores?

É fácil relacionar estas respostas com os ODM que visam reduzir a pobreza e aumentar os níveis de emprego, visto que este terá, certamente, impacto na economia.

O presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), Thomas Mirrow, cumprimenta o primeiro-ministro moldavo, Vladimir Filat (R), durante uma visita a Quichinau, República da Moldova, em dezembro de 2011. *EPA/Dumitru Doru*

Os repórteres podem ser um pouco agressivos — mas não acusadores — ao questionarem as empresas. Se a empresa é pública, ou seja, se existe troca de ações numa bolsa de

ercial. O maior benefício provém das reduções de tarifas de produtos agrícolas. Os jornalistas devem estar familiarizados com os produtos cultivados e exportados pelos seus países e saber que quantidade é vendida a outros países. É essencial falar com os funcionários dos ministérios e dos departamentos do Comércio.

Devido a défices orçamentais, muitas nações em desenvolvimento têm dívidas significativas. Quarenta países encaixam nos padrões da iniciativa dos Países Pobres Muitos Endividados (PPME), iniciativa essa que procura reduzir as suas dívidas. Os jornalistas dessas nações devem ter conhecimento

desta situação e dos esforços necessários para que a dívida seja anulada. Para isso, devem perguntar qual a percentagem da dívida que será perdoada e que efeito isso terá na economia.

valores, os jornalistas podem encontrar documentos sobre a saúde financeira da empresa e sobre planos de investimento *on-line*. Para encontrar respostas a perguntas específicas relativas ao projeto de uma empresa num determinado país, podem ter de contactar alguém no país onde a empresa se encontra, caso o representante local da própria empresa não possa responder a questões.

Comércio e perdão de dívidas

Os países em vias de desenvolvimento estão a ganhar mais acesso aos mercados dos países desenvolvidos ao nível com-



Kimberly S. Johnson tem mais de 15 anos de experiência em jornalismo, tendo trabalhado em diversos meios de comunicação nos Estados Unidos e no estrangeiro. Atualmente é jornalista financeira independente na África Ocidental e trabalha como repórter especial na *mergermarket*, uma filial do The Financial Times Group, que se foca em serviços de informação prospetiva em fusões e aquisições, assim como outras informações sobre o fluxo de transações por todo o mundo. Também colabora com o GlobalPost.com, um jornal online que cobre notícias internacionais.

Antes do seu trabalho em África, trabalhou como jornalista independente para a Associated Press em Detroit e escreveu sobre tecnologia para o *The Denver Post*. Também exerceu cargos no *The Boston Globe*, no *New Haven Register* e na CNN. É licenciada em Broadcast Journalism (Jornalismo de Radiodifusão) pelo College of Communication (Escola de Comunicação), da Universidade de Boston, e concluiu o mestrado em Business and Economics Journalism (Jornalismo Empresarial e Económico) na mesma instituição.

Seguir as pistas: Como solicitar informação às autoridades

Maye Primera

O poder ergue barreiras. O jornalista tenta derrubá-las. Esta é uma regra não escrita que o escritor colombiano Gabriel García Márquez considerava ser a base de todo o trabalho jornalístico. No entanto, alguns governos começaram a baixar essas barreiras voluntariamente, ao aprovar legislação concebida para tornar a informação mais acessível aos seus cidadãos.

Neste momento, cerca de noventa países possuem legislação relativa à liberdade de informação, que estabelece regras e prazos para facilitar a recolha de dados. Mesmo em países (democráticos) onde não existe uma lei específica, assume-se que o acesso público à informação é garantido pelo direito à liberdade de expressão. Contudo, mesmo nestes países, tais leis, por si só, não asseguram transparência. Até porque grande parte da população, incluindo jornalistas, não sabe que tem acesso à informação gerada pelos seus governos.

Estas são algumas sugestões e dicas que podem facilitar o trabalho dos jornalistas de pedir informações às autoridades, mesmo em países onde não há legislação sobre o assunto. Se os jornalistas tiverem acesso a informação fidedigna, as suas reportagens terão maior qualidade e os cidadãos estarão melhor informados quando tiverem de tomar decisões acerca do futuro das suas sociedades.



Uma ativista paraguaia à procura de documentos, divulgados em 2012, relacionados com alegados crimes cometidos durante a ditadura de Alfredo Stroessner. EFE/Andrés Cristaldo

***Dica do Editor:** Consulte a secção dos Recursos deste livro para encontrar uma lista de organizações que promovem a transparência governamental. Muitos destes grupos fornecem informação detalhada sobre as leis da liberdade de informação (FOI). Também poderá encontrar uma carta modelo para requerer informação de acordo com essas leis.*

Alguns pontos-chave:

Onde está a informação?

A primeira tarefa dos jornalistas à procura de informação deve ser identificar que instituições públicas têm os dados de que precisam. Muitas vezes, diversos órgãos governamentais possuem a mesma informação e, em casos de países que não têm legislação específica sobre o assunto, podem regulamentar o acesso a essa informação. É importante que os jornalistas se lembrem de que aquilo que procuram pode não estar exclusivamente escondido nas secretárias de altos funcionários do governo, mas também disponível em bases de dados públicas. Por vezes, também podem encontrar a informação de que precisam em sítios menos burocráticos, como instituições privadas, gabinetes regionais dos principais ministérios, etc.

A informação é «secreta»?

Antes de fazer um pedido formal, os jornalistas devem ter a certeza de que a informação solicitada não foi classificada como segredo de estado pela Constituição ou por outra lei nacional ou de que não foi isenta por qualquer outra norma. Toda a informação que afeta a segurança nacional, que envolve segredos financeiros ou comerciais ou investigações criminais (julgamentos sumários) está normalmente fora de alcance, tal como a vida privada de civis que não ocupam cargos públicos. Tudo o resto é público: estatísticas oficiais, a promulgação de orçamentos, aquisições de empresas que têm um contrato com o estado, por exemplo. Tudo o que é público — embora pareça óbvio dizê-lo — nunca deveria ser um segredo.

Menos é mais

Quanto mais preciso for o pedido de informação, mais provável é que os jornalistas recebam uma resposta que os satisfaça. Cada pedido deve ser escrito de forma simples, identificando a informação solicitada de forma tão clara quanto possível. É muito importante definir parâmetros: se os jornalistas estão interessados em obter a informação dentro de determinado prazo, devem indicá-lo no pedido. Devem especificar também como a querem receber: como relatórios anuais ou mensais, por exemplo.

Uma questão de cada vez

Quando os jornalistas pedem informação, a melhor coisa a fazer é perguntar uma questão de cada vez, o que requer apenas uma resposta por parte da administração pública. É melhor fazer vários pedidos de informação do que arriscar uma longa lista de perguntas que poderão ficar por responder.

Educado mas firme

É sempre aconselhável apelar à lei quando se faz um pedido de informação. Quando escrevem um pedido, os jornalistas devem mencionar os princípios que garantem o exercício deste direito em cada país e os artigos específicos da constituição ou leis de acesso à informação, por exemplo, dependendo do caso. Nos estados em que não existe uma lei específica que garanta o acesso à informação, devem apelar a alguns artigos de documentos internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art.º 19) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (também Art.º 19) — ou, no caso do continente

americano, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (Art.º IV), a Convenção Americana de Direitos Humanos (Art.º 13) e a Convenção Inter-Americana Contra a Corrupção (o texto completo). Em estados democráticos, os funcionários públicos, independentemente da sua posição, são obrigados a fornecer informação precisa de forma atempada aos cidadãos. Contudo, uma vez que muitos podem esquecer-se desse facto, lembrá-los no pedido de informação faz parte do trabalho dos jornalistas — numa linguagem respeitosa mas firme.

Prova do pedido

É essencial que, ao fazerem um pedido de informação, os jornalistas obtenham uma cópia assinada e selada da autoridade ou organismo público que prove que o pedido foi feito e recebido. É também importante estar em contacto permanente com o funcionário que irá responder ao pedido, de forma a acompanhar o seu progresso e a clarificar qualquer dúvida que possa surgir acerca de dados específicos ou da documentação requerida.

O valor da persistência

Os jornalistas devem ser persistentes. Se o primeiro pedido ficar sem resposta ou se esta for incompleta ou ambígua, deve ser feito um segundo pedido. Se os jornalistas cometerem erros da primeira vez (falta de clareza acerca da informação pedida, por exemplo), devem corrigi-los. Em casos em que um seg-

undo pedido é necessário, o tom do jornalista deve ser ainda mais forte para enfatizar a obrigação legal, da parte de todos os organismos públicos de estados democráticos, de fornecer informação aos seus cidadãos.

O silêncio também é notícia

Mesmo quando as leis e tratados internacionais obrigam funcionários públicos a fornecer dados de forma atempada e precisa, é comum não haver respostas a pedidos de informação, ou (quando as há) que não satisfaçam as expectativas dos jornalistas porque a informação está incompleta ou pouco clara. Isto é particularmente comum em estados onde não há um sistema que facilite o acesso à informação pública. Mas, em muitos casos, a falta de resposta é uma decisão governamental deliberada de negar o direito à informação. Nesse caso, o silêncio administrativo também se pode tornar numa história: um jornalista pode, por exemplo, preparar uma reportagem baseada no número de pedidos de informação que não foram respondidos e denunciar a falta de transparência sobre determinado assunto.



Maye Primera licenciou-se pela Universidade Central da Venezuela em 2001. Trabalhou como repórter política para várias publicações venezuelanas, incluindo *El Globo*, *El Mundo* e *TalCual*. Também colaborou com os jornais *El Tiempo* e *El Espectador* na Colômbia, com o jornal venezuelano *El Nacional*, e com as revistas *Gatopardo*, *Travesías*, *Poder*, *Complot* e *Marcopazos*.

É autora de *A Biografía de Diógenes Escalante*, de um livro de entrevistas intitulado *A República Iludida* e do relatório *Rostos e Vozes da Impunidade* (disponível em espanhol e em inglês). O seu trabalho foi incluído nas antologias *Fala-se Venezuelano Aquí* e *Melhor do que Ficção*. Presentemente, Maye Primera encontra-se a trabalhar como correspondente em Caracas para o jornal espanhol *El País* e para o *Clarín* da Argentina.



(22)

A arte da entrevista

María Emilia Martin

A entrevista é um dos meios mais importantes, senão o mais importante, que os jornalistas têm para obter informação, desenvolver a que já foi fornecida por outras fontes, averiguar factos e analisá-los sob diferentes perspetivas.

Através da entrevista vai-se além das questões fundamentais «quem, quê, onde, quando, como e porquê» a que respondem as notícias. Este é o procedimento habitual, independentemente da área abordada: saúde, economia, política ou assuntos relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Ao abordar temas como a erradicação da pobreza, a corrupção, a igualdade de género, as preocupações ambientais e a saúde, a entrevista torna-se no meio através do qual as vozes, não só de especialistas mas também das pessoas afetadas por estas questões, são ouvidas. A entrevista permite dar voz aos mais desfavorecidos, tantas vezes ignorados, assim como a todos aqueles que são atingidos pelos problemas descritos nos ODM, de forma a sensibilizar um público mais alargado.

Patrícia Souza, jornalista da EFE, entrevista o presidente boliviano Evo Morales. EFE/David Coll Blanco

Infelizmente muitos jornalistas pensam que entrevistar se resume a uma fórmula simples de colocar questões e obter respostas. Normalmente presta-se pouca atenção a esta importante competência. Porém, um jornalista verdadeiramente eficiente deve elevar a técnica de entrevista ao nível da arte. Consegui-lo exige prática e certas orientações:

1. Preparar, preparar, preparar

A qualidade da informação obtida numa entrevista depende, em grande parte, do grau de preparação. Esta pressupõe que o entrevistador se documente sobre os assuntos a cobrir e, pelo menos, sobre a vida do entrevistado. Para isso, pode recorrer a material de que o seu jornal ou estação televisiva disponha, assim como à Internet ou ao centro de documentação.

É fundamental preparar uma lista de perguntas ou, pelo menos, uma lista de tópicos que pretenda abordar durante a entrevista. No entanto, convém não ficar muito colado a esta lista para não quebrar a próxima regra da arte de entrevistar.

2. Ouvir, ouvir e ouvir

O jornalista deve ser um ouvinte ativo e estar muito atento durante a sua entrevista. Deve evitar focar-se demasiado na sua lista de perguntas, pois isso poderá impedi-lo de ouvir algo significativo que o entrevistado diga e que possa levantar uma questão complementar.

Quando entrevistar cidadãos comuns, o jornalista deve estar particularmente atento e presente. Muitas vezes, os entrevistados querem partilhar a sua dor senão é preciso respeitar esse esforço ouvindo de uma forma ativa e educada.

3. Questionar-se: O que se pretende com esta entrevista?

Para o jornalista, é necessário saber se a entrevista está a ser feita com o objetivo de obter uma citação ou uma frase breve e sonante. Ou se está a traçar um perfil de uma matéria que o obriga a despendar mais tempo e, eventualmente, a realizar várias entrevistas em locais diferentes.

Se a entrevista for para a rádio ou para a televisão, há que ter em atenção se o entrevistado tem uma boa presença. Neste caso, a pré-entrevista feita por telefone é uma excelente ideia.

O jornalista deve questionar-se: «Tenho um objetivo definido para esta entrevista? Tenho um plano?»

4. Escolher o melhor local

Há que decidir se é melhor fazer a entrevista por telefone (se a qualidade de transmissão não for uma necessidade) ou presencialmente. Por vezes, as pessoas mais ocupadas preferem fazê-la por telefone durante 15 ou 20 minutos, pois consideram que numa entrevista presencial poderão perder mais tempo.

É importante ainda pensar qual será o melhor local para realizar a entrevista, se houver opção de escolha. Se o trabalho for para uma estação de rádio ou de televisão terá de se considerar qual é o melhor cenário e o nível de ruído.

5. Fazer com que o entrevistado se sinta confortável

Algumas pessoas fecham-se quando veem um microfone ou ficam intimidadas com a palavra «entrevista». Neste último caso, deve-se tentar criar um ambiente favorável à comunicação para quebrar o gelo.

O jornalista deve fazer com que a pessoa se sinta confortável e descontraída, através de uma conversa informal antes de iniciar a entrevista. Deve ainda mostrar-lhe que tipo de equipamento de vídeo ou áudio vai utilizar, para que a pessoa fique mais à vontade.

Há que ser especialmente sensível quando entrevistar vítimas ou famílias de vítimas, criando empatia com estas pessoas que sofreram algum crime ou catástrofe e com todos os que vivem em condições delicadas, como aqueles que os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio tentam abordar. E deve ter consciência de que o entrevistado não só lhe oferece o seu tempo, como também um pouco da sua alma, como diriam os povos indígenas. Há que agradecer essa generosa oferta e estar sempre muito atento durante a entrevista.

Na eventualidade de o entrevistado se emocionar, deve ser-lhe dado algum tempo e espaço para se recompor. É correto demonstrar compreensão quanto à situação que o protagonista está a viver e fazer-lhe ver que a entrevista permitirá que outros também possam compreender a sua posição.

6. Manter o controlo da entrevista

É também importante partilhar com o entrevistado o assunto a ser abordado durante a entrevista. Contudo, não é conveniente mostrar a lista de perguntas, sob pena de se obter uma entrevista artificial, pouco espontânea.

Nunca se deve perder o controlo do microfone ou do gravador, ou permitir que o entrevistado se apodere dele.

Ao entrevistar um funcionário público ou qualquer outra pessoa com um cargo público, o jornalista deve tentar fazê-lo num espaço amplo, sem uma secretária ou qualquer outro símbolo de poder a separá-los.

Mais algumas dicas

Abordagem de questões difíceis

Normalmente é boa ideia iniciar a entrevista com questões mais suaves e menos controversas. À medida que o entrevistado se vai descontraindo, torna-se mais fácil abordar um assunto mais melindroso. Uma forma de redigir a questão pode ser atribuí-la a uma terceira pessoa: «Os seus adversários referem que... O que tem a dizer sobre isto?»

A entrevista por e-mail

Por vezes não é possível fazer uma entrevista presencial, ou mesmo por telefone, portanto pode ter de considerar a hipótese de a fazer por *e-mail*. Esta não é a situação ideal, quer para o entrevistador quer para o entrevistado, pois perdem-se os elementos não-verbais da conversação face-a-face. Não há possibilidade de tomar notas de observação e certas nuances ou hesitações, que podem ser importantes numa resposta, perdem-se.

Prática, prática e prática

A arte de entrevistar pode ser a parte mais simples, mas também a mais difícil da prática do jornalismo. Esta arte deve ser continuamente aperfeiçoada. O jornalista deve tentar melhorar o seu desempenho cada vez que realiza uma entrevista.

Que tipo de perguntas funciona bem numa entrevista?

- Começar por perguntar o nome e posição do entrevistado;
 - Fazer perguntas abertas que suscitem algo mais do que respostas de «sim» ou «não»;
 - Manter as suas questões num tom neutro;
 - Pedir definições, exemplos, histórias;
 - Colocar questões que satisfaçam a curiosidade do seu leitor/público;
 - Fazer perguntas curtas e objetivas;
 - Fazer uma pergunta de cada vez (não faça perguntas duplas);
 - Ouvir atentamente e estar preparado para fazer perguntas complementares;
 - Não fazer suposições;
 - Assegurar-se de que se fazem perguntas em vez de comentários;
 - Não discutir com o entrevistado;
 - Não tentar aumentar demasiado o ângulo de abordagem do tema da entrevista. Centrar-se no assunto em questão;
 - Ser educado, mas persistente. Não desistir até obter uma resposta para a pergunta;
 - Preparar uma pergunta final;
 - Após a conclusão da entrevista, perguntar ao entrevistado se quer acrescentar algo.
- Normalmente, esta estratégia suscita algo revelador. O jornalista pode ainda perguntar ao seu interlocutor se o pode contactar caso tenha perguntas suplementares ou precise de esclarecer algo. E pode perguntar-lhe também se recomenda mais alguém para ser entrevistado.

Gerir uma entrevista por e-mail

1. Muitas vezes, quando me pedem para fazer uma entrevista por *e-mail*, recebo uma longa lista de perguntas que exigiriam mais tempo de reflexão do que aquele de que disponho. Portanto, se a única opção for uma entrevista por *e-mail*, há que ter em consideração o tempo disponibilizado pela fonte, não sendo apropriado fazer mais do que três a cinco perguntas;
2. O jornalista tem de se identificar e de informar a sua fonte sobre o nome do órgão de comunicação para o qual trabalha. Deve também revelar-lhe como é que chegou até ela, onde encontrou o seu nome e contacto. Ao enviar o *e-mail*, deve-se pedir desde logo para fazer perguntas complementares ou, se necessário, para esclarecer alguma questão;
3. É importante informar qual é a data limite para as respostas. Se não obtiver resposta, o jornalista deve contactar de novo a sua fonte. Para que possa cumprir os seus prazos, há que manter contacto com a fonte e enviar também a lista de perguntas a outras pessoas, aumentando assim as opções;
4. Após a receção das respostas, devem ser pedidos esclarecimentos caso seja necessário. Para além disso, o repórter não se deve esquecer de enviar uma nota de agradecimento e a indicação do *link* onde pode encontrar a versão final do artigo;
5. Sempre que é possível, prefiro utilizar o *Skype* ou fazer entrevistas por telefone. Há vários programas que permitem a gravação. É fundamental informar o entrevistado de que a entrevista está a ser gravada;
6. Independentemente do meio utilizado — telefone, *Skype* ou *Internet* — não se deve descurar a preparação da sua entrevista.



Maria Emilia Martin é uma jornalista pioneira da rádio pública e vencedora de mais de vinte prémios devido ao seu trabalho dedicado às questões relacionadas com a América Latina. Iniciou a sua carreira na primeira estação de rádio pública comunitária gerida por pessoas de origem latina nos Estados Unidos. Desde então tem desenvolvido séries e programas inovadores, como, por exemplo, NPR's Latino USA e Despues de las Guerras: Central America after the Wars.

Beneficiária das bolsas Fulbright e Knight Fellowships, tem uma vasta experiência em formação de jornalismo e rádio em vários países do continente americano, incluindo os Estados Unidos, México, Guatemala e Bolívia. Martin é Mestre em Jornalismo pela Universidade do Estado de Ohio. Atualmente, chefia os centros GraciasVida Center for Media e GraciasVida Productions sediados em Austin, Texas, e Antigua, cidade na Guatemala.

(4^a parte)

Contextualização dos ODM

Redução da pobreza energética: O Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em falta	128
<i>Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional (OFID)</i>	
O caminho a seguir: Reflectir sobre o futuro dos ODM	134
<i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)</i>	
Recursos	140

(23)

Redução da pobreza energética: O Objetivo de Desenvolvimento do Milénio em falta

Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional (OFID)

Muito se tem dito nos últimos capítulos sobre a motivação e sobre os processos por detrás da introdução, no ano 2000, de metas quantitativas para aliviar alguns dos problemas humanos e sociais mais prementes até 2015. Estes problemas não eram novos, mas até 2000, nunca houve um esforço global e coletivo para os resolver. Os objetivos delineados na altura são mais conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Esta foi uma das poucas ocasiões em que as Nações Unidas lideraram um esforço global para coordenar uma agenda humana e social tão abrangente, que foi aprovada pelos governos, pelas instituições de desenvolvimento internacionais, pelas ONG, e por outras entidades. Este esforço comum foi reconhecido por todo o mundo, seja por governos, instituições académicas, meios de comunicação social, instituições ligadas ao desenvolvimento, seja por profissionais de outras áreas, uma vez que as metas eram específicas e podiam ser medidas, seguidas e ratificadas.

A poucos anos de 2015, começou a surgir com frequência um grande problema social: a pobreza energética. Tornou-se claro que a relevância da energia para o desenvolvimento não foi devidamente reconhecida aquando da elaboração dos ODM. Naquela altura, a falta de acesso a fontes de energia seguras, fiáveis e económicas não foi associada aos problemas considerados essenciais, como a fome, a saúde ou a educação.

Várias organizações, indivíduos, grupos e instituições, incluindo o Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional (OFID) apelaram para que se desse atenção a este problema e a sua determinação e preservação ajudou substancialmente a destacar a ligação crucial entre a energia e o desenvolvimento. Enquanto instituição de desenvolvimento financeiro, o OFID tem sido amplamente reconhecida como uma das pioneiras a dominar este tema na agenda internac-

ional, combatendo a pobreza energética através da Iniciativa Energia para os Pobres (IEP), criada em 2008.

Dois anos mais tarde, em 2010, as Nações Unidas anunciaram a decisão de marcar 2012 como o Ano da Energia Sustentável para Todos (SE4ALL), uma iniciativa que levou a esforços internacionais no sentido de atingir um acesso universal à energia em 2030. O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, apelidou a energia de «linha de ouro que liga o desenvolvimento, a inclusão social e a proteção ambiental», afirmando que «conseguir uma energia sustentável para todos não é apenas possível, mas necessário.»

Várias iniciativas, mas sobretudo a SE4ALL, chamaram a atenção de todo o mundo para o grave problema da pobreza energética e para a necessidade imperativa de derrubar este obstáculo de modo a alcançar os ODM e a erradicar a pobreza. Devido à importância do nexo «energia-pobreza», e de modo a manter o esforço contínuo para resolver estas questões, a Assembleia Geral das Nações Unidas anunciou, em dezembro de 2012, a «Década da Energia Sustentável para Todos», a decorrer de 2014 a 2024, para direcionar a atenção da comunidade internacional no sentido de se cumprir este objetivo. No entanto, até à data, e ao contrário da atenção mediática que os ODM receberam, a imprensa internacional não expôs a pobreza energética e os problemas dela reccorrentes da mesma maneira.

O que é a pobreza energética?

A pobreza energética pode ser definida como a falta de energia adequada, acessível e barata que possa satisfazer as necessidades humanas básicas e promover o crescimento económico.

De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), mais de 1,3 mil milhões de pessoas, isto é, uma em cada cinco, estão privadas de eletricidade e das vantagens que esta traz ao ensino ou ao trabalho, à indústria, às escolas ou aos hospitais,



Uniting against Poverty

que precisam dela para funcionar. Em paralelo, 2,6 mil milhões de pessoas, mais de um quarto da população mundial, vive sem recurso a instalações energéticas. Utilizam madeira, carvão ou resíduos de animais para cozinhar ou para aquecerem as suas casas, ficando, assim, expostas a fumo e gases perigosos, que são responsáveis por quase dois milhões de mortes por ano.

Sem acesso à energia, não é possível erradicar a pobreza. Na luta pelo crescimento económico, todos os países em vias de desenvolvimento precisam de fontes de energia fiáveis para incentivar a indústria e o comércio e para permitir o funcionamento de instituições públicas. Assim sendo, a resolução do problema da pobreza energética é fundamental para alcançar os ODM e conseguir um desenvolvimento sustentável. Esta é a razão pela qual o OFID descreve a erradicação da pobreza energética como o «9.º Objetivo de Desenvolvimento do Milénio». A pobreza energética manifesta-se através da falta de energia: nas casas (luz, cozinha, comunicação, etc.); no trabalho (agricultura, negócios, transportes, etc.); e nos serviços comunitários (saúde, educação e serviços públicos).

Redução da pobreza energética: promoção e ação

Desde a sua criação em 1976, o OFID e os seus Estados-Membros mostraram, mais por ações do que por palavras, o seu empenho na eliminação da pobreza e da miséria humana dela resultante. Esta instituição tem sido pioneira na promoção da questão da pobreza energética na agenda internacional, através do EPI (Environmental Performance Index — Índice de Desempenho Ambiental), lançado em resposta a pedidos feitos durante a 3.ª Cimeira da OPEC realizada em novembro de 2007, em Riade, na Arábia Saudita. Na Cimeira, os Estados-Membros reconheceram a «forte relação entre energia e desenvolvimento» e comprometeram-se «a continuar a ajustar os programas das [suas] organizações de ajuda, incluindo as relacionadas com o Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza energética nos países em vias de desenvolvimento...».

O OFID encara este desafio de duas formas: através da promoção desta causa e através da disponibilização de recursos substancialmente maiores. Ao trabalhar com uma vasta rede de parceiros e ao utilizar todos os instrumentos financeiros ao seu dispôr, incluindo uma conta criada recentemente para ajuda extraordinária a operações sobre pobreza energética, o OFID conseguiu maximizar de forma considerável os seus esforços nesta área. Nos anos de 2011 e 2012, a quota de financiamento energético atingiu 39 por cento do total das operações do OFID, em comparação com os 20 por cento alcançados cumulativamente desde a sua criação. Estas atividades estão espalhadas por todo o mundo e abrangem uma gama variada

de operações, desde a provisão de infraestruturas e de equipamento à pesquisa e reforço de capacidades.

Tem havido esforços de promoção desta causa desde a realização de um *workshop* para discussão da pobreza energética em África, em 2008, em Abuja, na Nigéria. O ponto alto destas ações teve lugar em junho de 2012, com a publicação da Declaração Ministerial sobre pobreza energética, anunciada na Cimeira Rio +20. Emitida pelo Conselho Ministerial, a mais alta autoridade do OFID, a Declaração reafirmou o compromisso dos Estados-Membros quanto à erradicação da pobreza energética e anunciou a provisão de um mínimo de mil milhões de dólares (cerca de 770 milhões de euros) para financiamento do EPI, uma quantia que poderá aumentar caso a procura assim o exija.

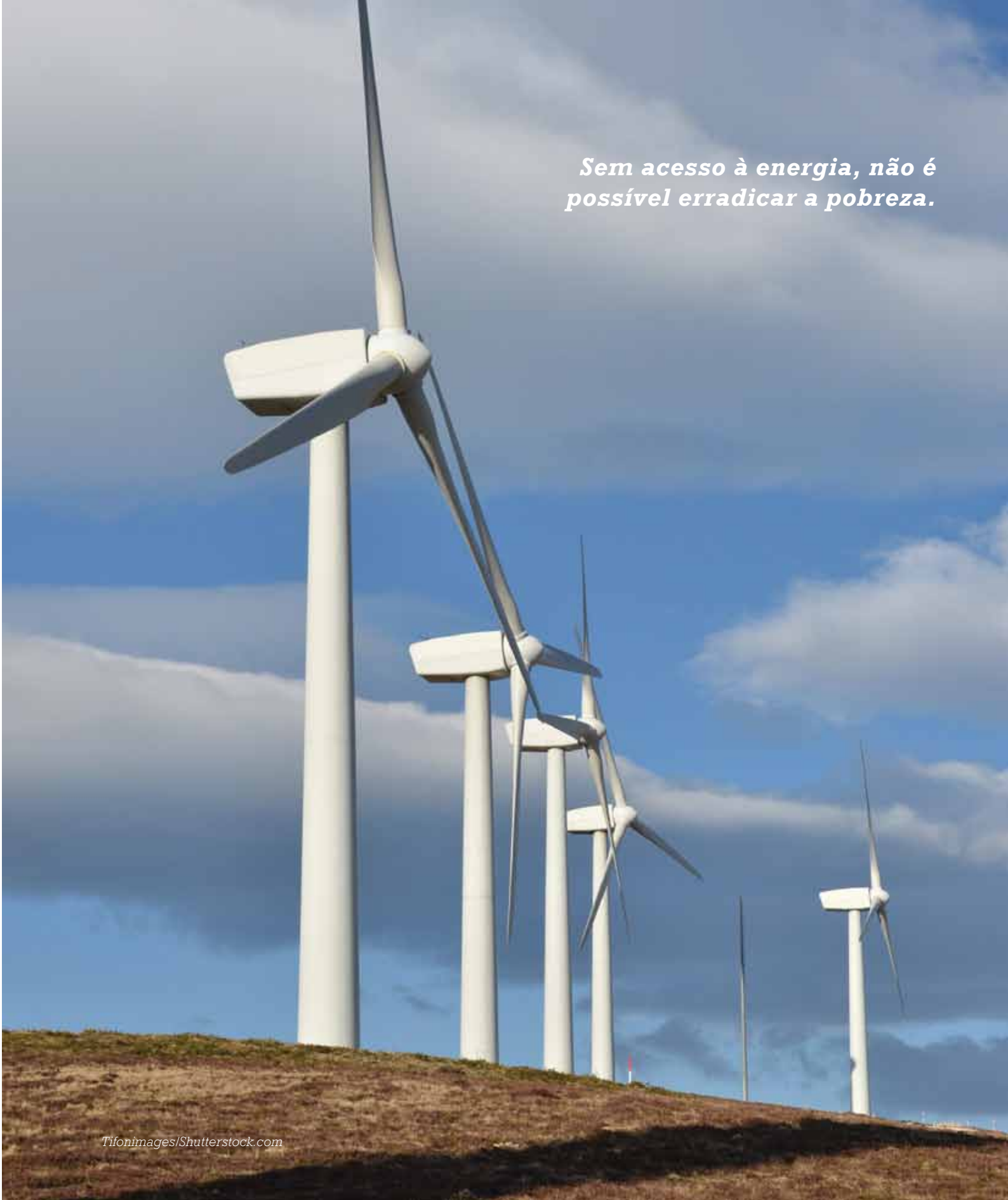
Além disso, em 2012, enquanto parte do Grupo de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável para Todos do Secretário-Geral da ONU, o OFID contribuiu para o desenvolvimento da Agenda de Ação apresentada na Cimeira Rio +20, onde foi um participante ativo, tanto por direito próprio como na qualidade de membro do Grupo de Alto Nível.

Redução da pobreza energética: tecnologia e meio ambiente

Embora a possibilidade de fornecer energia àqueles que não a têm levante inevitavelmente preocupações de ordem ambiental, a pesquisa levada a cabo pela AIE (Agência Internacional de Energia) sugere que essas preocupações não têm fundamento. De acordo com a sua publicação em 2009, *World Energy Outlook* (Perspetivas para a Energia Mundial), caso se forneça eletricidade a todos os habitantes do planeta, o nível global das emissões de CO2 relacionadas com a energia só aumentará entre 0,9 e 1,3 por cento em 2030, dependendo da taxa de penetração das energias limpas no cabaz energético.

É amplamente aceite que, para que se alcance um acesso universal à energia, todas as opções energéticas devem continuar disponíveis, incluindo os combustíveis fósseis e as energias renováveis. Entre estas últimas, a energia solar e a biomassa moderna sustentável são boas apostas para numerosas aplicações em locais remotos, fora do alcance de redes energéticas, uma vez que as suas tecnologias e economias têm melhorado drasticamente. Em áreas como a dos transportes, os hidrocarbonetos desempenham um papel importante. Logo, a estratégia da comunidade internacional deverá continuar neutra: as soluções poderão envolver tanto as energias renováveis como os combustíveis fósseis, sem que nenhum tenha precedência sobre o outro. A prioridade é o fornecimento de energia, seja de que forma for, para aliviar o sofrimento extremo dos mais pobres do mundo e para reduzir a disparidade económica.

¹ www.worldenergyoutlook.org/publications/weo-2009/



Sem acesso à energia, não é possível erradicar a pobreza.

Factos importantes sobre a pobreza energética²

- O montante de investimento necessário paraatingir o acesso universal à energia até 2030, estimado pela AIE (Agência Internacional de Energia), situa-se entre os 35 e os 40 mil milhões de dólares americanos por ano.
- Atualmente, estima-se que mil milhões de pessoas estejam abrangidas por serviços de saúde sem eletricidade.
- Mais de 291 milhões de crianças frequentam escolas primárias sem eletricidade.
- Nos países em desenvolvimento, cerca de 50 por cento das vacinas estragam-se por não existirem equipamentos de refrigeração eficientes.
- A iluminação elétrica permite que as escolas funcionem fora do horário diurno, quer para cursos noturnos quer para desenvolvimento de trabalhos e outros projetos escolares.
- A iluminação pública promove a segurança, incentiva a frequência escolar e viabiliza a atividade económica.
- Entre as pessoas que têm acesso à iluminação através de uma rede de distribuição de energia, muitas ainda se vêm privadas dela devido à falta de fiabilidade da mesma.
- Mesmo quando existem boas infraestruturas e acesso à rede de distribuição de energia, as famílias com baixos rendimentos têm pouca viabilidade económica para suportar os custos energéticos básicos.
- A agricultura é a principal fonte de rendimento de cerca de 2,5 mil milhões de pessoas, 45 por cento da população total dos países em desenvolvimento; sendo que a quantidade de terrenos que dependem de energia para serem irrigados é mais do dobro dos que dependem apenas de irrigação da água da chuva.
- A capacidade de conservação de alimentos (que dependa diretamente de energia) é um fator importante na luta contra a fome para as centenas de milhões de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento.
- Para garantir o acesso universal à energia até 2030, e para maximizar o potencial que a energia tem para ajudar pessoas pobres a ganhar a vida e a escapar à pobreza, é preciso melhorar o acesso à energia nos ecossistemas energéticos.
- Somente as decisões políticas podem criar condições que permitam que as pessoas mais pobres tenham acesso à energia.
- Atualmente, as formas mais eficazes e inovadoras de redução de custos energéticos passam por financiamento, doações, empréstimos e subsídios de apoio a consumidores mais pobres. Estes apoios são fundamentais para que se melhore o acesso à energia em zonas mais remotas ou em ecossistemas.

² Fonte: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas: Poor People's energy outlook 2010, 2012 e 2013 (Perspetivas para o abastecimento energético dos pobres)
³ Artigo retirado de OFID Annual Report 2012: The Al Mocha 60 MW Wind Park Project. An OFID cofinanced Public Sector Loan with IDA, Arab Fund, and Government of Yemen (Relatório Anual de 2012 do OFID (Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional): O « Projeto - Parque Eólico do Al Mocha, de60 MW» tem o cofinanciamento público pelo OFID, pela IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento), pelo Fundo Árabe e pelo Governo do Iémen).
⁴ Artigo retirado de OFID Annual Report 2012: An OFID grant to cofinance the OFID – CAF Energy for the Poor Projects and Policies Preparation Facility in the LAC Region with the Andean Development Corporation (CAF) (Relatório Anual de 2012 do OFID: Uma doação do OFID para o cofinanciamento OFID – CAF (Corporação Andina de Fomento) da iniciativa Energy for the Poor Projects and Policies Preparation Facility (projetos e políticas de criação de instrumentos e infraestruturas de abastecimento energético para os pobres).

Redução da pobreza energética: dicas para a cobertura jornalística

Para fazer uma cobertura jornalística eficaz da pobreza energética, é importante ter em consideração o seguinte:

- Quais os passos levados a cabo no país ou na região para assegurar:
 - * Acesso à eletricidade fiável e a preços comportáveis
 - » Acessibilidade e/ou custos;
 - » Revisão das taxas energéticas e da acessibilidade económica para os consumidores pobres.
 - * Investimento adequado para o acesso à energia em áreas urbanas e rurais, incluindo a avaliação das infraestruturas existentes e a sua manutenção:
 - » para agregados familiares;
 - » para serviços comunitários, educativos e de saúde;
 - » para a indústria, a agricultura e os transportes.
- Os Três Pilares do SE4All (Energia Sustentável para Todos)
 - * Assegurar o acesso universal a serviços modernos de energia;
 - * Aumentar para o dobro a taxa global de melhoria da eficiência energética;
 - * Aumentar para o dobro a quota das energias renováveis no cabaz energético global.

Exemplos de artigos (Notas de Terreno)

Iémen: aproveitar o poder do vento³

A pobreza energética é um problema muito real para o povo do Iémen, onde mais de 50 por cento da população não tem acesso contínuo à eletricidade. A situação é ainda mais grave entre as comunidades pobres e rurais, que representam cerca de metade dos habitantes do país. Também o rápido crescimento industrial e populacional é um fator que coloca bastante pressão sobre o sector energético do Iémen, que atualmente depende do petróleo. Para dar resposta às necessidades básicas da população, o país pretende alargar a sua rede energética com recurso a fontes alternativas de energia.

As famosas reservas de petróleo e de gás natural do Iémen são limitadas e estão a consumir-se rapidamente. No entanto, o país está numa posição privilegiada para aproveitar fontes de energia renovável, como as energias geotérmica, solar e eólica. O Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional (OFID) está a cofinanciar o «Al Mocha 60 MW Wind Park Project» (Projeto — Parque Eólico do Al Mocha, de 60 MW), para apoiar os esforços do governo do Iémen em reforçar o sector energético e dar resposta à crescente demanda por energia. Enquanto fonte de energia não poluente, e sendo também a fonte de energia renovável mais económica, a energia eólica irá abastecer as comunidades mais pobres com energia fiável e barata, ao mesmo tempo que diversifica e reforça a economia do país.

Estima-se que o projeto melhore significativamente a qualidade de vida de cerca de 75 mil habitantes na região ocidental do país, oferecendo novas possibilidades de geração de receita e, sobretudo, uma fonte fiável de energia limpa.

América Latina: Iniciativa inovadora combate o défice energético nos países latino-americanos⁴

Embora a região da América Latina seja relativamente rica em recursos energéticos, a distribuição e o acesso a esses recursos é desigual. Cerca de 31 milhões de pessoas não tem acesso a redes de distribuição de energia e 85 milhões dependem da biomassa para as suas necessidades domésticas básicas. A iniciativa The Energy for the Poor Projects and Policies Preparation Facility (projetos e políticas de criação de instrumentos e infraestruturas de abastecimento energético para os pobres) foi criada em conjunto pelo OFID e pela Andean Development Corporation (Corporação Andina de Fomento) para ajudar a combater o défice energético.

Com um financiamento inicial de 1,6 milhões de dólares americanos (cerca de 1,2 milhões de euros) — um montante dividido igualmente pelos dois parceiros — esta iniciativa inovadora tem como objetivo a identificação e elaboração de projetos que possibilitem um melhor acesso à energia entre os habitantes mais pobres da região.

O projeto beneficiará 14 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Trindade e Tobago e Uruguai. A prioridade, no entanto, será dada às comunidades mais pobres. A iniciativa abrange diversas áreas dentro do sector energético, incluindo acesso à energia, investigação e análise, melhoria das potencialidades locais (i.e., melhoria de regulamentações governamentais e aposta na formação), construção de infraestruturas e apoio às pequenas e médias empresas que lidam com a produção / distribuição de energia. No que concerne o abastecimento de energia aos mais pobres, esta iniciativa admite e considera todos os recursos energéticos disponíveis, incluindo as energias renováveis.

Várias entidades — públicas e privadas — podem candidatar-se ao financiamento no âmbito desta iniciativa, entre elas agências governamentais, ONG, grupos comunitários, organizações internacionais e qualquer agência ou empresa privada.

Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional (OFID)
Parkring 8, A-1010 Viena, Áustria
www.ofid.org

O caminho a seguir: Refletir sobre o futuro dos ODM

*Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento (PNUD)*

O que aprendemos com dos ODM

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são um programa com enorme sucesso a diversos níveis. Em primeiro lugar, conseguiram alterar o rumo da atenção internacional relativamente ao desenvolvimento. Ao introduzir metas quantitativas com prazos definidos, que inspiraram e fomentaram mais objetivos, eles permitiram à comunidade internacional medir o progresso de desenvolvimento em relação a parâmetros específicos.

Com visão e objetivos de desenvolvimento bem definidos a nível global, e posteriormente a níveis nacionais, a comunidade internacional aprendeu como aplicar os ODM em processos nacionais de planeamento em diferentes níveis, de acordo com a tipologia de cada país. Os dados revelam que os ODM deram um forte impulso político para o desenvolvimento através de:¹

- Renovação da atenção dada ao desenvolvimento;
- Inversão da tendência decrescente de ajuda verificada na década de 1990;
- Elaboração do Pacto de Desenvolvimento do Milênio com o objetivo de reformar a abordagem global do desenvolvimento.

Os ODM, unanimemente adotados pelos Estados-Membros da ONU em 2000, representam também um movimento

¹ Bourguignon, F et al; Millennium Development Goals at Midpoint: where do we stand, where do we need to go, *Relatório Europeu sobre o Desenvolvimento, Bruxelas, setembro 2008.*

(24)

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em junho de 2012, a vontade política para alcançar o desenvolvimento sustentável foi estabelecida. O Desenvolvimento Sustentável foi definido como a «interligação» de «aspectos económicos, sociais e ambientais» de desenvolvimento².

Uma mãe carrega a sua criança malnutrida num centro de alimentação gerido pela German Agro Action (GAA), na vila de Nosy Varika, na costa este de Madagáscar. EPA/Kim Ludbrook



Ativistas tailandeses dão as mãos, erguem cartazes e gritam palavras de ordem durante um evento denominado “Stand up and Speak out Against Poverty and For The Millennium Development Goals” (Lutar contra a Pobreza e pelos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio), à porta da sede das Nações Unidas em Banguecoque, Tailândia, em outubro de 2007 *EPA/Narong Sangnak*

de cidadãos, de comunidades e da sociedade civil que garantem a responsabilização dos seus governos relativamente à Declaração do Milênio das Nações Unidas.

De uma forma crítica, os ODM mostraram que o desenvolvimento ocorre quando³

- Existe liderança eficaz dos governos e apropriação nacional das estratégias de desenvolvimento;
- Há políticas eficazes a apoiar a implementação;
- Há um aperfeiçoamento da quantidade, da qualidade e do foco de investimentos financiados — com uma abordagem holística — tanto por fontes nacionais como pela assistência ao desenvolvimento internacional;
- Existe um acompanhamento e uma avaliação eficazes, bem como uma adequada capacidade institucional para realizar serviços de qualidade à escala nacional;
- Há uma sociedade civil forte e o envolvimento da comunidade;
- Existem parcerias globais eficazes com mútua responsabilidade de todas as partes envolvidas;
- Existe boa governação por parte dos doadores e recetores.

Apesar disso, os ODM também receberam fortes críticas devido a diversos fatores, como por exemplo:

- As questões normativas contidas na Declaração do Milênio, tal como os direitos humanos, a paz, a governação, a equidade e a não-discriminação, perderam-se em resultado da excessiva concentração em metas quantitativas com prazos definidos;
- Os ODM representam uma abordagem minimalista ao desenvolvimento;
- Os ODM globais não foram ajustados a contextos nacionais, uma vez que foram utilizados parâmetros globais para avaliar progressos nacionais sem ter em conta cada realidade específica;
- Os ODM não são universais, têm responsabilidades e metas com prazos definidos para o desenvolvimento de países, mas não para os países desenvolvidos.

O caminho a seguir

Atualmente a maioria dos países tem estratégias sensatas baseadas nos ODM². Além disso, tem havido um grande progresso a nível global relativamente aos ODM, embora nem todos tenham progredido de igual forma. No entanto, mais de dois terços dos países que ainda não alcançaram este nível estão no bom caminho. Para atingir as metas dos ODM no futuro temos um importante conjunto de provas acumuladas sobre aquilo que funciona ou não e em que circunstâncias.

² O PNUD apoiou o desenvolvimento de Estratégias Nacionais de Desenvolvimento baseadas nos ODM em mais de 60 países.

Assim, durante a Cimeira dos ODM em Nova Iorque, em 2010, a comunidade internacional centrou-se no que poderia ser feito para acelerar a concretização das metas dos ODM. Os participantes concentraram-se principalmente na sustentabilidade, reconhecendo que vivemos num mundo onde a volatilidade se tornou no habitual e onde escândalos e crises decorrentes dos riscos económicos, políticos, climáticos, alimentares e energéticos são cada vez mais frequentes. Os participantes também reconheceram que há efeitos significativos nos ODM com retornos sinérgicos de investimentos em:

- Empoderamento das mulheres
- Saúde
- Educação
- Sustentabilidade ambiental e resistência
- Crescimento acentuado do emprego
- Inovação da agricultura
- Acesso à energia para todos.

É da responsabilidade dos meios de comunicação questionar o status quo existente, cumprir a tarefa do atual modelo, assim como os interesses que sustentam os pressupostos subjacentes ao modelo de desenvolvimento atual.

À medida que nos aproximamos de 2015, todos os esforços para atingir as metas dos ODM estão em curso, assim como a discussão para descobrir o rumo do desenvolvimento que deverá ser seguido depois de 2015.

Apesar da grande variedade de propostas, há alguns princípios básicos que fundamentam o processo de criação de uma nova estrutura de desenvolvimento:

- As lições aprendidas através dos ODM, incluindo o impulso político global para o desenvolvimento, devem ser a base de uma estrutura de desenvolvimento pós-2015;
- O processo de acordo sobre uma nova estrutura pós-2015 deve ser transparente, participativo, inclusivo e conduzido pelos Estados-Membros, mantendo-se ancorado no Sistema das Nações Unidas;
- A estrutura pós-2015 deve ser ancorada na lógica de aplicabilidade universal com responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Qualquer estrutura de desenvolvimento pós-2015 deve ter em conta a forma como o contexto de desenvolvimento mudou desde os acordos dos ODM.

Será fundamental considerar vários fatores, como por exemplo as alterações climáticas e as vulnerabilidades ambientais, as crises recentes e a volatilidade decorrente da globalização económica, a mudança da natureza do governo global, os padrões de desigualdades internas e entre países, bem como as tendências da tecnologia, demografia, urbanização e migração.

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em junho de 2012, a vontade política para alcançar o desenvolvimento sustentável foi estabelecida. O Desenvolvimento Sustentável foi definido como a «interligação» de «aspectos económicos, sociais e ambientais» de desenvolvimento³. Foi estabelecido que o processo de criação de um enquadramento pós-2015 seria abrangente e participativo, incluindo o processo de estabelecimento de um conjunto global de metas de desenvolvimento universais — os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A comunidade internacional também reafirmou o seu compromisso relativo à erradicação da pobreza, sendo este o objetivo primordial de qualquer agenda futura sobre o desenvolvimento.

Todavia, é fundamental ter consciência de que uma estrutura de desenvolvimento é mais complexa do que um conjunto de metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao expor a sua visão relativamente ao desenvolvimento de uma agenda pós-2015, o Secretário-Geral

das Nações Unidas Ban Ki-moon anunciou uma estratégia que tem como objetivo a manutenção da posição da ONU enquanto defensora e dinamizadora de uma abordagem inclusiva e ascendente, definida por prioridades locais e nacionais. A estratégia incluiu consultas nacionais exaustivas, que já estão em curso, e a convocação de um Grupo de Alto Nível durante o Verão de 2012, com o objetivo de produzir um relatório até maio de 2013.

O PNUD, enquanto presidente do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas⁴, lidera atualmente uma iniciativa cujos objetivos são:

- Construir uma aliança estratégica de parceiros para moldar a agenda para o desenvolvimento pós-2015 através da ampla participação de pessoas mais desfavorecidas e vulneráveis, de governos, de ONG e de outras organizações, do sector privado, dos sindicatos e dos trabalhadores, e da comunidade académica;
- Garantir que as prioridades da agenda para o desenvolvimento pós-2015 terão em conta as mudanças dos contextos de desenvolvimento e dos desafios mais críticos do nosso tempo, aproveitando as lições dos ODM; e orientar essa agenda em função das normas fundamentais da ONU, dos seus valores e compromissos.

Finalmente, os resultados e as perspetivas obtidos através destas atividades serão resumidos e integrados no trabalho do Grupo de Alto Nível que o Secretário-Geral da ONU reuniu em 2012.

Por isso, é da responsabilidade dos meios de comunicação questionar o status quo existente, cumprir a tarefa do atual modelo, assim como os interesses que sustentam os pressupostos subjacentes ao modelo de desenvolvimento atual. Os meios de comunicação também são fundamentais na participação das consultas, colocando perguntas difíceis e melindrosas e abordando questões relevantes.

Além disso, os meios de comunicação também têm a responsabilidade de lembrar aos Chefes de Estado que são eles os

signatários de compromissos respeitantes a esforços para reduzir a pobreza e a desigualdade nos seus países. Devem também certificar-se de que esses governantes serão responsabilizados pelos progressos alcançados.

*Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
One United Nations Plaza
Nova Iorque, 10017
Estados Unidos da América
www.undp.org*



Crianças filipinas comem papas de aveia como parte de um programa de nutrição para habitantes dos bairros informais na cidade de Quezon, Filipinas, em março de 2012. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, quase 600 milhões de pessoas na região Ásia/Pacífico sofrem de fome e de malnutrição. EPA/Rolax dela Pena

³ <http://rio20.net/en/iniciativas/the-future-we-want-final-document-of-the-rio20-conference>
⁴ 21 O Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas reúne os 32 fundos, programas, agências, departamentos e escritórios das Nações Unidas que desempenham um papel no desenvolvimento.

(25)

Recursos

I. Exemplo de carta para pedido de informações ao abrigo da lei de Liberdade de Informação (FOIA)

Redigido por e reproduzido com a autorização do Consórcio Internacional de Jornalismo de Investigação (ICIJ)

Como planejar uma carta

1. Decidir quais as informações necessárias

Por regra, qualquer item sob custódia ou controlo de uma agência federal é considerado como informação de interesse público (ver os recursos sugeridos para uma definição mais pormenorizada de «domínio público»). Não interessa qual o formato da informação: pode ser um documento impresso ou escrito à máquina, uma fotografia, uma gravação, um mapa ou um disco de computador. Quando estiver a redigir o pedido de informação, descreva o documento que procura da forma mais pormenorizada possível. Se pretende relatórios ou dados específicos, é de grande utilidade usar no pedido o título ou a terminologia exatos dados pela agência. A especificidade também ajuda a controlar os custos, dado que a maioria das agências cobra uma taxa pelo processamento de pedidos de informação. Dependendo da natureza do seu trabalho, pode ser considerado isento do pagamento dessa taxa (ver exemplo de carta de pedido).

2. Identificar a agência que possui as informações

Em muitos países, não existe um gabinete de informações da administração central para processar pedidos FOIA; nesse caso, deve dirigir um pedido FOIA a uma agência específica. Se desconhece qual a agência detentora das informações, deve dirigir pedidos FOIA a mais do que uma agência.

Viúvas indianas em Vrindavan, na Índia, fazem guirlandas de flores em um ashram ou lugar de refúgio para viúvas que foram condenadas ao ostracismo e estão vivendo em pobreza. *EPA/Anindito Mukherjee*

Exemplo de carta de pedido de informações do domínio público ao abrigo da lei de Liberdade de Informação (FOIA):

(Data)
Delegado de Informação
Nome e endereço completo da agência

RE: Pedido ao abrigo da lei de Liberdade de Informação

Caro Delegado de Informação:

Ao abrigo da lei de Liberdade de Informação (*cite a legislação em questão aqui*), venho pedir os seguintes documentos:

Descreva de forma razoável toda a informação de que necessita. Inclua os nomes de pessoas e de locais e o período de tempo relacionados com o material pedido é de grande utilidade. Inclua o nome ou título do documento que procura, caso o saiba. Junte quaisquer outros documentos que descrevam a sua pesquisa e especifique sob que forma gostaria de receber a informação, se em papel ou em ficheiro eletrónico, por exemplo.

(Explique a sua experiência e a natureza do seu trabalho da seguinte forma):

Enquanto representante do órgão de comunicação social (*nome da sua organização*), estou a recolher informações sobre (*assunto em questão*) que é do interesse do público porque (*explique razões de forma breve*). Esta informação será partilhada com o público geral. (*Caso trabalhe como freelancer, descreva a sua experiência profissional e mencione os contratos de publicação para deixar claro que a informação irá ser apresentada ao público.*)

(Pedido opcional de isenção de pagamento de taxas de processamento) Peço a isenção do pagamento de taxas referentes ao processamento ou à reprodução de documentos relacionados com este pedido. A divulgação desta informação é do interesse público, pois irá contribuir significativamente para a compreensão das operações e das atividades governamentais. Caso o meu pedido de isenção do pagamento de taxas seja recusado, concordo em pagar até ao montante de (*declare o valor na moeda local*) para as despesas necessárias. No entanto, agradeço que me notifique antes de incorrer em despesas que ultrapassem o valor acima referido.

(Sugestão de pedido para taxas especiais para membros da comunicação social)

Enquanto representante de um órgão de comunicação social, só me pode ser exigido o pagamento de despesas de reprodução a partir das primeiras 100 páginas.

Caso o meu pedido venha a ser total ou parcialmente recusado, espero receber uma justificação por menorizada da sua decisão. Peço também que me faculte todo o material de interesse que possa ser divulgado. Reservo-me o direito de recorrer da sua decisão de reter qualquer informação ou de negar uma isenção de pagamento de taxas.

Um pedido para análise prioritária pode ser levado em conta em duas condições: deve ser um jornalista ou indivíduo que «se dedique essencialmente à divulgação de informação» e o seu pedido deve ser uma questão de «necessidade imperativa». Caso preencha estas condições, inclua a seguinte descrição:

Por favor, encare este pedido como uma análise prioritária. Esta informação é de grande atualidade e de grande interesse para o público. (*Opcional*) Esta informação diz respeito a um problema urgente. (*Explique a necessidade urgente e atempada de fazer chegar a informação ao público.*)

Certifico de boa-fé que as minhas declarações respeitantes à necessidade de uma análise prioritária são verdadeiras e corretas, tanto quanto é do meu conhecimento.

Fico a aguardar a sua resposta no prazo de vinte dias úteis (*ou conforme o prazo descrito pelo estatuto específico do seu país*). Se tiver algumas questões referentes ao presente pedido, contacte-me por telefone, por correio ou por correio eletrónico.

Com os meus melhores cumprimentos,
ASSINATURA

O seu nome e endereço completo (incluindo país e número de telefone de trabalho; opcional: número de fax e endereço eletrónico)

O Consórcio Internacional de Jornalismo de Investigação (ICIJ, www.icij.org) é uma rede mundial de jornalistas, em mais de 60 países, que colaboram em grandes reportagens de investigação transfronteiriças. O ICIJ foi criado em 1997 enquanto projeto do Center for Public Integrity (Centro para a Integridade Pública), uma organização sem fins lucrativos com sede em Washington, DC.

3. Redigir a carta

A maior parte dos países e das agências irá exigir que um pedido FOIA seja feito por escrito. A carta pode ser simples, desde que contenha a informação necessária. Deve:

- Dirigir a carta de pedido ao Delegado de Informação (FOIA Officer) da agência.
- Deixar bem claro que o pedido é feito ao abrigo da lei de Liberdade de Informação do país em questão.
- Descrever de forma razoável as informações de que necessita. Se está a pedir informações noutro meio que não em papel, descreva como gostaria de as receber.
- Incluir uma declaração sobre as taxas de processamento, seja para pedir isenção das mesmas, seja para concordar com o pagamento das despesas necessárias.
- Lembrar a agência sobre os prazos em questão. Algumas leis FOIA obrigam a que seja dada uma resposta num determinado número de dias úteis.
- Incluir o seu nome, assim como o seu endereço postal e de e-mail, para que a agência o possa contactar caso haja questões sobre a carta.
- Escrever «Pedido ao abrigo da Lei de Liberdade de Informação» no exterior do envelope que contém a carta, no canto inferior esquerdo.
- Ficar com cópias da sua carta de pedido e com toda a respetiva correspondência até receber a informação desejada. Se e quando o seu pedido tiver um número de identificação FOIA, utilize-o em toda a futura correspondência.

4. Fazer o acompanhamento do seu pedido

Tendo passado tempo suficiente para que a sua carta chegue ao destino, telefone ao Delegado de Informação da agência para ter a certeza de que a carta foi recebida. Peça para falar diretamente com o funcionário que está a processar o seu pedido. O seu pedido pode ser recusado total ou parcialmente, mas pode exigir que a agência explique as razões da sua recusa. Em alguns países, tem o direito de recorrer de quaisquer recusas ao responsável pela agência e, caso seja necessário, ao sistema judicial.

II. Datas úteis

Estes dias internacionais oferecem um tempo hábil para cobrir um determinado tema relacionado ao desenvolvimento. O IPI deu algumas sugestões sobre como os jornalistas podem estabelecer uma ligação entre esses eventos e notas sobre os ODM.

As seguintes datas são celebradas pelos Estados-Membros das Nações Unidas e foram estabelecidos ou pela mesma Assembleia Geral ou as agências da ONU, como a OMS ou UNEP. Para mais informações, visite o site oficial do Dia Internacional das Nações Unidas:

www.un.org/es/events/observances/ (*espanhol*)

O Dia Mundial do Câncer (4 de fevereiro)
Conexão com: os ODM 4,6

Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutulação Genital Feminina (6 de fevereiro)
Conexão com: ODM 3

Dia Internacional da Mulher (8 de março)
Conexão com: os ODM 2, 3, 5

Dia Mundial da Floresta (21 de março)
Conexão com: ODM 7

Dia Mundial da Água (22 de março)
Conexão com: ODM 7

Dia Mundial da Tuberculose (24 de março)
Conexão com: os ODM 4,6

Dia Mundial da Saúde (7 de abril)
Conexão com: os ODM 4, 5, 6

Dia Mundial da Terra (22 de abril)
Conexão com: ODM 7

Dia Mundial da Malária (25 de abril)
Conexão com: os ODM 4,6

Dia Internacional da Liberdade de Imprensa
(3 de maio)

Conexão com: todos os ODM

Dia Mundial para a Diversidade Biológica
(22 de maio)

Conexão com: ODM 7

Dia Mundial do Ambiente (5 de junho)

Conexão com: ODM 7

Dia Mundial dos Oceanos (8 de junho)

Conexão com: ODM 7

Dia Mundial de Luta contra a Desertificação e
a Seca (17 de junho)

Conexão com: ODM 7

Dia Mundial da População (11 de julho)

Conexão com: todos os ODM

Dia Mundial da Hepatite (28 de julho)

Conexão com: ODM 6

Dia Internacional as Populações Indígenas
(9 de agosto)

Conexão com: todos os ODM

Dia Mundial da Ajuda Humanitária (19 de agosto)

Conexão com: todos os ODM

Dia Mundial da Alfabetização (8 de setembro)

Conexão com: os ODM 2, 3

Dia Mundial do Coração (29 de setembro)

Conexão com: ODM 6

Dia Mundial do Habitat (7 de outubro)

Conexão com: ODM 7

Dia Mundial da Visão (10 de outubro)

Conexão com: ODM 6

Dia Internacional das Meninas (11 de outubro)

Conexão com: os ODM 2, 3, 4

Dia da Mulher Rural (15 de outubro)

Conexão com: ODM 3

Dia Mundial Contra a Pobreza e a Exclusão
Social (17 de outubro)

Conexão com: ODM 1

Dia Mundial dos Diabetes (14 de novembro)

Conexão com: ODM 6

Dia Internacional da Tolerância (16 de novembro)

Conexão com: todos os ODM

Dia Internacional pela Eliminação da Violência
contra a Mulher (25 de novembro)

Conexão com: ODM 3

Dia Mundial de Luta Contra a Sida
(1 de dezembro)

Conexão com: os ODM 3,4,6

Dia Internacional de Combate à Corrupção
(9 de dezembro)

Conexão com: todos os ODM

Dia da Declaração Universal dos Direitos
Humanos (10 de dezembro)

Conexão com: todos os ODM

Uma indígena guatemalteca participa numa manifestação junto ao edifício do congresso na Cidade do Guatemala, em novembro de 2012, para exigir a aprovação de uma lei de desenvolvimento rural que visa a redução da pobreza. EPA/Saúl Martínez





Jóhanna Sigurðardóttir, antiga primeira-ministra da República da Islândia, discursa durante a Cimeira dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, na sede das Nações Unidas em Nova Iorque a 22 de setembro, 2010. EPA/Andrew Gombert

III. Guía de recursos ODM

Onde posso encontrar estatísticas relacionadas com os ODM?

As fontes básicas:

- Relatórios dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: www.un.org/es/millenniumgoals/reports.shtml (espanhol)
- Relatórios Regionais/Nacionais dos ODM www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/mdg/mdg-reports/
- Divisão de Estatística das Nações Unidas: Indicadores do Milênio <http://unstats.un.org/unsd/mdg/Home.aspx> (espanhol)
- Indicadores Internacionais sobre desenvolvimento humano <http://hdr.undp.org/es/estadisticas/> (espanhol)

Mais fontes de dados para os indicadores dos ODM:

- Indicadores de Saúde da Organização Pan-Americana da Saúde <http://bit.ly/1adytlm>
- Banco Mundial Indicadores de Desarrollo Humano: <http://datos.bancomundial.org/indicador> (espanhol)
- Banco Interamericano de Desarrollo: Estadísticas e Indicadores www.iadb.org/dataintal/
- Divisão de Estatística da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico: www.oecd.org/statistics/ (inglês)
- Divisão de Estatística das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente : <http://unstats.un.org/unsd/environment/> (inglês)
- Divisão de Estatística da ONU Mulheres: www.unwomen.org/es/resources/ (espanhol)
- Divisão de Estatística do UNICEF: www.unicef.org/spanish/statistics/index.html (espanhol)
- Divisão de Estatística do Fundo de População das Nações Unidas: www.unfpa.org/public/cache/offonce/home/datafordevelopment/statistics (inglês)
- Divisão de Estatística da ONU Água: www.unwater.org/statistics.html (inglês)
- Sítio “ODM Monitor”: www.mdgmonitor.org (inglês)

- Dados e estatísticas da Organização Mundial da Saúde: www.who.int/gho/es/index.html (espanhol)
- Como entrar em contato com o IPI: Dados do UNAIDS/ONUSIDA: www.unaids.org/es/dataanalysis/ (espanhol)

Recursos regionales e nacionais

- Centro Regional de Informação das Nações Unidas em português (UNRIC): www.unric.org/pt/
- Objectivos de Desenvolvimento do Milênio (UNRIC): www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) Sítio ODM: www.cplp.org/id-940.aspx
- Divisão de Estatística da Comissão Económica da ONU para a África: <http://ecastats.uneca.org/statbase/> (inglês)
- Divisão de Estatística do Banco Africano de Desenvolvimento: www.afdb.org/en/knowledge/ (inglês)
- Divisão de Estatística da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral: www.sadc.int/issues/statistics/
- Divisão de Estatística da Comissão Económica e Social da ONU para a Ásia-Pacífico: www.unescap.org/research (inglês)
- Divisão de Estatística do Banco Asiático de Desenvolvimento: www.adb.org/data/statistics (inglês)

Angola

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em Angola: mirror.undp.org/angola/ ; Sítio ODM: <http://mirror.undp.org/angola/MDGs-Angola.htm>
- INE – Instituto Nacional de Estatística: www.ine-ao.com/

Brasil

- Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milênio: www.odmbrasil.gov.br/
- Portal ODM Brasil (Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio): www.portalodm.com.br/
- Portal ODM – Sistemas de Indicadores
- Sistema de consulta de informações ambientais, económicas e sociais sobre os ODM de todos os municípios brasileiros. Quando possível, os dados estão desmembrados por município e estado. Apresenta análises municipais, gráficos e metadados, com base em fontes oficiais de informação: www.portalodm.com.br/sistemas
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil: www.pnud.org.br/ ; Sítio ODM: www.pnud.org.br/ODM.aspx
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): www.ibge.gov.br/home/

Cabo Verde

- As Nações Unidas em Cabo Verde: www.un.cv
- Instituto Nacional de Estatística: www.ine.cv/

Guinea-Bissau

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na Guinea-Bissau: www.gw.undp.org/ (français) ; Sítio ODM: www.gw.undp.org/omdindex.htm (français)
- Instituto Nacional de Estatística e Censos: www.stat-guineebissau.com/

Macau

- Direcção dos Serviços de Estatística e Censos: www.dsec.gov.mo/

Moçambique

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em Moçambique: www.undp.org.mz/ ; Sítio ODM: www.undp.org.mz/en/MDGs
- As Nações Unidas em Moçambique: www.mz.one.un.org/por ; Sítio ODM: www.mz.one.un.org/por/What-we-do/About-the-Millennium-Development-Goals/MDGs-in-Mozambique
- Base de Dados da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento a Moçambique: www.odamoz.org.mz/?locale=es
- Instituto Nacional de Estatística: www.ine.gov.mz/

Portugal

- Instituto Nacional de Estatística: www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main
- Estatística sobre Ajuda Pública ao Desenvolvimento (Instituto Portugues de Apoio ao Desenvolvimento): <http://bit.ly/17fXzfM>



Uma mulher da Birmânia é vacinada contra a gripe H1N1 na clínica Mae Tao na cidade de Mae Sot, Tailândia, junto à fronteira com a Birmânia, em outubro de 2010.. EPA/Barbara Walton

São Tomé e Príncipe

- As Nações Unidas em São Tomé e Príncipe: www.unstp.org/ ; Sítio ODM: www.unstp.org/pt/odm.html
- Instituto Nacional de Estatísticas: www.ine.st/

Timor-Leste

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em Timor-Leste: www.tl.undp.org/timor_lesle/en/home.html ; Sítio ODM: www.tl.undp.org/content/timor_lesle/en/home/mdgoverview/
- Direcção Nacional de Estatística: <http://dne.mof.gov.tl/index.htm>

Onde posso aprender sobre a terminologia de desenvolvimento social?

- **Glossário multilingue do Fundo Monetário Internacional** www.imf.org/external/np/term/por/pdf/glossaryp.pdf
- **Dicionário de Termos de Comércio (Banco Interamericano de Desenvolvimento)** www.iadb.org/tradedictionary/
- **Glossário do Desenvolvimento Territorial (Conselho da Europa)** <http://bit.ly/120qa3c>
- **Glossário da Cooperação (Instituto Portugues de Apoio ao Desenvolvimento)** <http://bit.ly/136JBxz>
- **Glossário de Indicadores (Observatório das Desigualdades)** <http://bit.ly/12pBr1C>
- **Glossario Infância e Juventude (ANDI)** www.andi.org.br/view/glossario/infancia-e-juventude
- **Glossário de Sustentabilidade (exame.com)** <http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/glossario/?letra=a>

Onde posso saber mais sobre a teoria e questões básicas do desenvolvimento social?

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

«O IESE é uma organização moçambicana independente e sem fins lucrativos, que realiza e promove investigação científica interdisciplinar sobre problemáticas do desenvolvimento social e económico em Moçambique e na África Austral.»
www.iese.ac.mz

Organizações de Investigação Internacionais (IESE): www.iese.ac.mz/?__target__=links_internacionais

Global Development Network, GDN

«Rede global de institutos de investigação e de políticas de desenvolvimento (think tanks). Dá acesso a informação sobre investigação, conferências, financiamento, publicações. Inclui toolkits úteis (ex, como escrever propostas de projectos de investigação).» (Descrição IESE)
www.gdnet.org

Institute of Development Studies, IDS (UK)

«Ligado á Universidade de Sussex, UK, dá acesso a informação sobre investigação, conferências e publicações sobre questões actuais do desenvolvimento económico e social com incidência nos países em vias de desenvolvimento. Tem o link para o IDS Bulletin, uma das revistas científicas deste campo de investigação com mais reputação.» (Descrição IESE).
www.ids.ac.uk

Rede Regional da Pobreza na África Austral

«A SARPn - Southern African Regional Poverty Network (Rede Regional da Pobreza na África Austral) é uma organização não lucrativa que promove o debate e a partilha de conhecimentos sobre os processos e experiências relacionadas com a redução da pobreza na África Austral. A SARPn deseja contribuir para a efectiva redução da pobreza nos países da Southern African Development Community (SADCm Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) criando plataformas de uma política, uma estratégia e uma prática pró-pobreza eficaz.»
www.sarpn.org/pt/index.php

CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África)

«O Conselho para o Desenvolvimento da Investigação Social Sceince em África (CODESRIA) nasceu em 1973 da vontade dos investigadores em ciências sociais Africano para desenvolver habilidades e instrumentos científicos que promovam a coesão, bem-estar e progresso das sociedades Africano.»
<http://codesria.org>

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento

«O CEsA, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, é uma unidade de investigação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e que também integra a rede de Unidades de Investigação & Desenvolvimento financiadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Está vocacionado para o estudo do desenvolvimento económico e social nos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, mas com uma ênfase particular no estudo dos países de língua portuguesa.»
<http://pascal.iseg.utl.pt>

³ www.cinu.mx/cinu/bienvenidos-a-naciones-unidas/

International Development Research Centre

(Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional, IDRC) *(inglês)*

«IDRC, com sede no Canadá, apoia a investigação em países em desenvolvimento para responder a questões urgentes relacionadas com o desenvolvimento social.»*

www.idrc.ca/EN/Pages/default.aspx

Government and Social Development Resource Center *(inglês)*

(Centro de Recusos Desenvolvimento Social e Governo GSDRC)

«O GSDRC publicou uma série de orientações sobre a igualdade de género, as alterações climáticas, a justiça, o conflito e mais, cada guia contém recursos, fatos e estatísticas.»*

www.gsdrc.org/go/topic-guides

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal *(espanhol)*

«Para ser um líder de plataforma de serviços de acesso aberto a informação científica a nível internacional, visando atender as necessidades de informação especializados de estudantes, pesquisadores e de tomada de decisão sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, através da recuperação e entrega de conteúdo especializado e geração de indicadores para avaliar quantitativa e qualitativamente o modo como a ciência está sendo feito na América Latina e no Portugal.»*

www.redalyc.org/home.aa

Onde posso encontrar informações sobre o acesso à informação e transparência do governo?

Mapa do Centro Knight sobre o Acesso à Informação na América Latina (com detalhes sobre as leis nacionais): bit.ly/15xAlUF

A Iniciativa Acesso

«A Iniciativa Acesso (TAI, The Access Initiative) é a maior rede mundial de organizações da sociedade civil que trabalha para assegurar que os cidadãos têm o direito e a capacidade para influenciar decisões relacionadas com os recursos nacionais que sustentam as suas comunidades.»

www.accessinitiative.org/rio2012/node/335

Acesso à Informação (Brasil)

«A informação sob a guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos. Isto significa que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público.»

www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/index.asp

Transparency International

«A rede Transparency International (TI) constituída em 1993, defende, como um dos seus principais eixos de actuação, que os esforços internacionais de desenvolvimento económico e de capacitação institucional vis-à-vis os países pobres ou em transição democrática não poderão ser bem sucedidos sem um combate determinante à corrupção. No que toca os países desenvolvidos, a actuação da TI visa sobretudo melhorar a qualidade da democracia e da governança empresarial, inculindo nas elites dirigentes e nas populações em geral, um sentido de responsabilidade e de missão relativamente à prática de corrupção quer ao nível interno, quer ao nível das transacções comerciais internacionais.»

www.transparency.org/

Capítulos nacionais da Transparency International:

Brasil: *www.amarribo.org.br/*

Moçambique: *www.cip.org.mz/*

Portugal: *http://transparencia.pt/?page_id=1942*

Freedominfo.org *(inglês)*

«Freedominfo.org contém informações específicas sobre as leis de acesso à informação em vários países. Ela publica notas e alertas sobre a introdução e implementação de tal legislação.»*

www.freedominfo.org/

Right2Info *(inglês)*

«Right2Info publica estudos sobre o status de leis de acesso à informação pública em todo o mundo.»*

www.right2info.org/

Quais são algumas das organizações internacionais que promovem os ODM?

Muitas organizações intergovernamentais indicado abaixo tem escritórios locais em todo o mundo, visite o site para ver se há um escritório em seu país. E lembre-se: esta lista é apenas uma introdução, há muitos mais aliados na luta para a realização dos ODM.

Site oficial dos ODM: *www.un.org/es/millenniumgoals/ (espanhol)*

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

«O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento executa diversos projetos em diferentes áreas. Neles, o PNUD oferece aos parceiros apoio técnico, operacional e gerencial, por meio de acesso a metodologias, conhecimentos, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional.»

Site ODM: *www.undp.org/content/undp/es/home/mdgoverview/ (espanhol)*

Comisión económica de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe (CEPAL)

«CEPAL promove a implementação regional e monitoramento das metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente, incluindo os ODM.»

www.eclac.org/default.asp?idioma=PR

Acção para Desenvolvimento (Guinea-Bissau)

«A Associação denomina-se “AD” (Acção para Desenvolvimento), é uma Associação de pessoas que vivem os mesmos valores, partilham o mesmo ideal que visa promover uma ética de Desenvolvimento centrada no Homem e não no crescimento económico.»

www.adbissau.org/

ANDI- Comunicação e direitos (Brasil)

«Criada formalmente em 1993, mas atuando de maneira voluntária desde 1990, a ANDI é uma organização da sociedade civil, sem fins de lucro e apartidária, que articula ações inovadoras em mídia para o desenvolvimento. Suas estratégias estão fundamentadas na promoção e no fortalecimento de um diálogo profissional e ético entre as redações, as faculdades de comunicação e de outros campos do conhecimento, os poderes públicos e as entidades relacionadas à agenda do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos.»

www.andi.org.br/

Associação para os Direitos da Mulher e Desenvolvimento (AWID)

«AWID é uma organização internacional e multi-geracional feminista, criativa, orientada para o futuro, comprometida com a realização dos direitos humanos das mulheres.»*

http://bit.ly/zhgsR6 (Brasil)

www.awid.org/esl/ (espanhol)

Banco Interamericano de Desenvolvimento

«Apoiamos iniciativas de países da América Latina e Caribe para reduzir a pobreza e a desigualdade. Nosso objetivo é trazer desenvolvimento de uma maneira sustentável e que não cause prejuízos climáticos.»

www.iadb.org/pt/banco-interamericano-de-desenvolvimento,2837.html#.Ucwe7ZwlElQ

Beyond 2015 (Para além de 2015)

«Para além de 2015 é uma campanha da sociedade civil global, trabalhando no sentido de um quadro pós-ODM fortes e legítimas. A campanha é construída em uma base global diversificada. Desde pequenas organizações comunitárias para ONGs internacionais, instituições acadêmicas e sindicatos. Um princípio fundamental da campanha é uma parceria entre organizações da sociedade civil do “Norte” e “Sul” — que reúne grupos de economias em desenvolvimento, emergentes e desenvolvidos. A campanha reúne mais de 620 organizações em todo o mundo.»*

www.beyond2015.org/es (espanhol)

³= Tradução não-oficial; Traductor: Sasu Siegelbaum (Também traductor da caixa: “Ha alguma coisa mais que deveria saber?”)



Um trabalhador filipino leva um saco de arroz em um armazém de arroz em Cidade Quezon, as Filipinas *EPA/Rolox dela Pena*

Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)

«A CAF é um banco de desenvolvimento criado em 1970 e composto atualmente por 18 países da América Latina, Caribe e Europa, e por 14 bancos privados da região andina. A Instituição promove um modelo de desenvolvimento sustentável mediante operações de crédito, subsídios e apoio na estruturação técnica e financeira de projetos do setor público e privado na América Latina. Com sede em Caracas, Venezuela, a CAF tem escritórios em Buenos Aires, La Paz, Brasília, Bogotá, Quito, Madri, Cidade do Panamá, Lima e Montevideo.»

www.caf.com/pt

CARE

«A CARE é uma ONG com título de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), equipe e conselho brasileiros que integra a CARE Internacional, uma federação de 12 países-membros com sede em Genebra e atuação no combate à pobreza em 87 países. A CARE Brasil iniciou suas operações em agosto de 2001 com a missão de combater a pobreza enfrentando suas causas estruturais em regiões rurais e urbanas brasileiras de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Trabalha com foco no desenvolvimento local e sustentável das comunidades e territórios onde atua, por meio de ações de inclusão social; fortalecimento da economia local; preservação do meio ambiente; inovação na gestão pública; e mobilização social.»

www.care.org.br/quem-somos/ (Brasil)

Mapa de escritórios: *www.care.org/careswork/index.asp*

Caritas

«Caritas acredita que todo mundo tem o direito de escapar da pobreza extrema. Caritas acredita que podemos manter o compromisso moral que fizemos.»*

Sítio ODM: *http://mdg2015.caritas.org/es/*

www.caritas.org/es/index.html (espanhol)

Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural (Rimisp)

«RIMISP é uma organização sem fins lucrativos regional, desde 1986, realiza pesquisas aplicadas para apoiar a mudança institucional, a mudança estrutural e capacitação de atores e grupos sociais nas sociedades latino-americanas rurais.»*

www.rimisp.org/ (espanhol)

Comissão Econômica e Social para a Ásia eo Pacífico (CESPAP)

«É responsável pelas questões econômicas e sociais da região, que abrange 51 Estados-Membros, Membros Associados e nove estados, que representam quase 60% da população mundial. ESCAP fornece apoio técnico aos governos para o desenvolvimento econômico e social na forma de serviços de assessoria direta aos governos, formação e intercâmbio de experiências regionais. Também executa programas e projetos para estimular o crescimento, melhorar as condições sócio-econômicas e apoiar os alicerces de uma sociedade moderna.»*

www.unescap.org (inglês)

Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ESCWA)

«ESCWA foi criada em 1973 para promover o desenvolvimento econômico e social através da cooperação regional e sub-regional, desenvolver e promover atividades e projetos de assistência ao desenvolvimento de acordo com as necessidades e prioridades da região e atuar como órgão executor atividades operacionais relevantes, conferências e reuniões de grupos intergovernamentais especializados, oficinas de apoio, simpósios, seminários, estudos e pesquisas, estabelecer e desenvolver bases de dados estatísticos e informações relevantes para o trabalho de ESCWA.»*

www.escwa.un.org/ (inglês)

Comissão Econômica para África (CEPA)

«Em 1958 iniciou a Comissão Económica para África (ECA), a fim de desenvolver atividades relacionadas à estimulação do desenvolvimento económico em África. ECA promove políticas e estratégias para aumentar a cooperação e integração entre os seus 53 países-membros, especialmente no que diz respeito às áreas de produção, comércio, questões monetárias, infra-estrutura e instituições. Também analisa os problemas econômicos e sociais, a promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável, fortalecendo a gestão de desenvolvimento, aproveitando a revolução da informação para o desenvolvimento e promoção da cooperação e integração regional.»*

www.uneca.org (inglês)

Comissão Económica para a Europa (CEE)

«É o fórum que inclui 55 países — América do Norte, Europa e Ásia Central, assim como Israel —, a fim de forjar os instrumentos de cooperação económica e facilitar o comércio, o investimento ea integração das redes de transporte, além de dar maior eficiência aos procedimentos relativos ao ambiente. As áreas onde mais ênfase a trabalhar com ECE são aqueles relacionados ao meio ambiente, transportes, estatísticas, comércio, indústria, agricultura e silvicultura, bem como para habitação, construção e planeamento.»*

www.unece.org

Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNULD)

«O objetivo da UNCCD é «de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca nos países afectados por seca grave ou desertificação, particularmente em África, através de uma ação efetiva em todos os níveis, apoiadas por acordos de cooperação e parceria internacional no âmbito de uma abordagem integrada é consistente com a Agenda 21, a contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável nas zonas afectadas.»*

www.unccd.int

www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/unccd-PT

Educação para o desenvolvimento (Moçambique)

«Somos uma organização não governamental dinamarquesa, que trabalha a nível global, nacional e local para o empoderamento das sociedades civis e das populações desfavorecidas. O trabalho da IBIS incide no acesso igualitário à educação, à influência e aos recursos.»

www.ibis.org.mz/index.php

Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género eo Empoderamento das Mulheres (ONUMulheres)

«A ONU Mulheres trabalha com as premissas fundamentais de que as mulheres e meninas ao redor do mundo têm o direito a uma vida livre de discriminação, violência e pobreza, e de que a igualdade de género é um requisito central para se alcançar o desenvolvimento.»

www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres/ (Brasil)

www.unwomen.org/es/ (espanhol)

Fondo Global para Mulheres (FGM)

«O FGM é uma organização internacional que fornece apoio financeiro a grupos de mulheres que lutam para promover os direitos humanos das mulheres em todo o mundo. No Fundo de reconhecer que investir na liderança das mulheres nos níveis local, nacional e internacional é uma das estratégias mais eficazes para alcançar a justiça social.»*

www.globalfundforwomen.org/start (espanhol)

Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

«O IFAD é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas destinada a erradicar a pobreza rural nos países em desenvolvimento procurando incrementar programas com soluções específicas para cada país. O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola convida todos os interessados a enviar as candidaturas para o programa de voluntariado da organização.»

www.ifad.org

www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=5990

Fondo Monetário Internacional (FMI)

«O FMI busca estimular cooperação monetária global, proteger a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover altos níveis de emprego e crescimento económico sustentável e reduzir a pobreza em todo o mundo. Fundado em 1945, O FMI é administrado pelos governos de seus 188 países do mundo — aos quais presta contas.»

www.imf.org/external/lang/portuguese/np/exr/facts/glancep.pdf

www.imf.org/external/np/exr/facts/spa/mdgs.htm (espanhol)

Fundo para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (F-ODM)

«O F-ODM é um mecanismo de cooperação internacional lançado em 2007, com a nobre missão de promover o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em todo o mundo, pagando para esse apoio dos governos nacionais, autoridades locais e organizações de cidadãos em suas iniciativas para lutar contra a pobreza ea desigualdade.»

www.mdgfund.org/es (espanhol)

http://bit.ly/18k4Zlg (África)

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

«O UNFPA é uma agência internacional para o desenvolvimento que promove o direito de cada mulher, homem e criança a viver uma vida saudável, com igualdade de oportunidades. UNFPA apoia o uso de dados de população por país, com a finalidade de formular políticas e programas para reduzir a pobreza e assegurar que todas as gestações sejam desejadas, todos os partos sejam capazes de seguros, todos os jovens fiquem livres do VIH / SIDA e todas as meninas e mulheres sejam tratadas com dignidade e respeito.»

www.unfpa.org.br/novo/index.php (Brasil)

www.unfpa.org/public/cache/offonce/home/sitemap_es (espanhol)

Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED)

«O objetivo do IIED é contribuir para o campo de conhecimento sobre os processos de desenvolvimento local e da urbanização, gestão ambiental e história urbana e da identidade cultural dos países da América Latina e do Caribe, através da implementação, promoção e divulgação de projetos de pesquisa.»*

www.iied.org

Site ODM: *www.iied.org/achieving-millennium-development-goals (inglês)*

Organização Mundial de Saúde (OMS)

«Muito progresso tem sido feito o que pode se orgulhar países e parceiros de desenvolvimento. Mas é preciso mais esforço e investimento para avançar ainda mais em 2015. Um papel essencial para a Organização Mundial da Saúde (OMS) está a trabalhar com parceiros para apoiar os esforços nacionais para cumprir todos os ODM relacionados à saúde.»*

Site ODM: *www.who.int/topics/millennium_development_goals/es/ (espanhol)*

www.who.int/es/ (Espanhol)

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)

«A OPAS decidiu colocar os ODM como a base de sua cooperação técnica, e identificou um conjunto de objectivos estratégicos para ajudar os países a alcançá-los. No centro desta ação são as dimensões estratégicas definidas como os princípios orientadores da organização: Reduzir as desigualdades, abordando a agenda de saúde na região, preservando o progresso feito até o momento e reagir aos novos desafios da saúde emergente.»

Site ODM: *www1.paho.org/spanish/dd/ais/be_v25n2-mdgs.htm (espanhol)*

http://new.paho.org/bra/ (Brasil)

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

«A OCDE é um órgão internacional e intergovernamental que reúne os países mais industrializados e também alguns emergentes como México, Chile e Turquia. Por meio a OCDE, os representantes se reúnem para trocar informações e alinhar políticas com o objetivo de potencializar seu crescimento económico e colaborar com o desenvolvimento de todos os demais países membros. O Centro de Desenvolvimento é particular no que tange a sua autonomia na estrutura da OCDE e à atividade de pesquisa e difusão dos temas ligados ao desenvolvimento económico que desempenha.»

www.gpp.pt/ri/OI/OCDE/

www.oecd.org/Sitio ODM: www.oecd.org/dev/millenniumdevelopmentgoals.htm (inglês):

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)

«O PNUMA, principal autoridade global em meio ambiente, é a agência do Sistema das Nações Unidas (ONU) responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável. PNUMA tem entre seus principais objetivos manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para aumentar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das futuras gerações.»

www.pnuma.org.br/ (Brasil)

www.pnuma.org/ (espanhol)

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/aids (UNAIDS)

«O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) é uma parceria inovadora que encoraja, mobiliza e apoia os países para alcançar o acesso universal à prevenção, tratamento e cuidados no que concerne ao HIV. Reúne os recursos do Secretariado do UNAIDS e de dez Organizações do Sistema ONU (as Agências Co-patrocinadoras) em esforços coordenados e especializados para unir o mundo contra a Aids.»

www.unaids.org/es/ (espanhol)

www.onu.org.br/onu-no-brasil/un aids/

www.mz.one.un.org/por/Como-Trabalhamos/Agencias-das-Nacoes-Unidas/ONUSIDA

<http://es.wfp.org/> (espanhol)

«Informações sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável e da agenda de desenvolvimento pós-2015»

www.onu.org.br/rio20/ (Brasil)

«A UNICEF rege-se pela Convenção sobre os Direitos da Criança, e trabalha para que esses direitos se convertam em princípios éticos permanentes e em códigos de conduta internacionais para as crianças. Embora os objectivos do Milénio das Nações Unidas, em 2000, cobrindo toda a humanidade, eles são principalmente sobre crianças. Seis dos oito objectivos se relacionam diretamente com as crianças, e as tarefas da UNICEF são cruciais para alcançá-los. UNICEF é a principal responsável para alcançar progressos em 13 dos 48 indicadores de progresso para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.»

Site ODM: www.unicef.org/spanish/mdg/28184_28230.htm (español)

www.unicef.org/brazil/pt/

Requer mais?

Há inúmeras organizações não-governamentais (ONGs) que promovem os ODM:

O Sistema de Organizações da Sociedade Civil da ONU contém um banco de dados de mais de 24 mil organizações não governamentais. Muitos deles promover os direitos humanos e os ODM. «A busca avançada permite várias combinações, por nome e organização classe, região e país, o status consultivo, língua, alcance geográfico e áreas de trabalho.» <http://esango.un.org/civilsociety/login.do>

Abaixo estão alguns guias relacionados com o desenvolvimento humano (lembre-se que o conselho preparado para uma região do mundo também pode ser aplicado em outras)

- “Comunicar la sostenibilidad: Guía para periodistas” (UNESCO Euskal Herria): www.unescoetxea.org/dokumentuak/comunicar.pdf (español)
- “Cómo informar sobre población, salud y medio ambiente: Una guía para periodistas centroamericanos” (Population Reference Bureau): www.prb.org/pdf07/PHEMediaGuide_SP.pdf (español)
- “Guía para periodistas sobre cambio climático y negociación internacional” (EFE Verde): www.efeverde.com/contenidos/enredate/publicaciones/guia-para-periodistas-sobre-cambio-climatico-y-negociacion-internacional (español)
- “Manual de género para periodistas” (América Latina Genera): www.americalatinagenera.org/es/documentos/Folleto_ManualdeGenero.pdf (español)
- “Manual de periodismo e infancia” (UNICEF): www.unicef.org/honduras/Manual.pdf (español)
- “Data Journalism Handbook”: <http://datajournalismhandbook.org> (inglés)
- Lista de guías prácticas para el Periodismo científico (SciDev.net): www.scidev.net/es/science-communication/science-journalism/practical-guides/ (español)
- “Periodismo de investigación: Una guía práctica (Proética Perú): www.corteidh.or.cr/tablas/CD0387-6.pdf (español)
- “Guía para la cobertura del VIH/SIDA” (Kaiser Family Foundation): www.corresponsalesclave.org/wp-content/uploads/2010/07/Gu%C3%ADa-para-la-cobertura-del-VIH-SIDA.pdf (español)
- “A Journalist’s Guide to Reporting Research Findings” (Panos UK): <http://panos.org.uk/wp-content/files/2011/06/A-journalists-guide-to-reporting-research-findings.pdf> (inglés)

Ha alguma coisa mais que deveria saber?

Sim! Você deveria saber que muitas organizações à volta do mundo, incluindo o Instituto Internacional de Imprensa (IPI), trabalham todos os dias para proteger os direitos dos jornalistas e apoiar o papel dos média no que toca a manter governos e interesses especiais sob o escrutínio público e em conformidade com os acordos de desenvolvimento.

Organizações não-governamentais (ONGs) que promovem a liberdade de expressão podem ser uma fonte de apoio preciosa e podem assisti-lo na defesa dos seus direitos caso corra perigo. O Intercâmbio pela Liberdade de Expressão Internacional (que agora é conhecido apenas pela sigla em inglês, IFEX - The International Freedom of Expression Exchange) mantém uma lista dos seus membros em todo o mundo aqui: www.ifex.org/our_network/es

Como entrar em contato com o IPI:

Spiegelgasse 2
1010 Vienna, Austria
T: +43 1 512 90 11
F: +43 1 512 90 14

W: www.freemedia.at
E: ipi@freemedia.at
Twitter: [@globalfreemedia](https://twitter.com/globalfreemedia)
Facebook: [InternationalPressInstituteIPI](https://www.facebook.com/InternationalPressInstituteIPI)

(5^a parte)

Aprender com o exemplo: Histórias premiadas sobre o desenvolvimento humano

«A corrida ao “ouro cor-de-rosa”» *Syed Zain Al-Mahmood* 160

«Medicina versus Mito na Serra Leoa» *Nele Mailin Obermueller* 164

«Tereso é apenas um exemplo» *Mario Alejandro Muñoz de Loza* 168

História premiada sobre o desenvolvimento I

A corrida ao «ouro cor-de-rosa»

Syed Zain Al-Mahmood

2012 Vencedor dos Prêmios de Jornalismo sobre a Ásia em Desenvolvimento (Developing Asia Journalism Awards) (DAJA)

Este artigo foi originalmente publicado no Dhaka Courier (Bangladeche) no dia 31 de Agosto de 2012, sexta-feira, e foi republicado com a autorização expressa do autor, Syed Zain Al-Mahmood.

Saleha Khatun, de 27 anos, enfrenta um perigo pouco comum na sua missão diária de ir buscar água: tigres à espreita. A aldeia de Saleha, Madhyapara, na *upazila* (subdistrito) de Dakope do distrito de Khulna, situa-se na orla de Sundarbans — o maior mangal do mundo e habitat natural do tigre-de-bengala.

Para conseguir a água de que ela e a sua família precisam, Saleha tem de caminhar duas vezes por dia desde a cabana com chão de terra batida até ao poço artesanal, de bombeamento manual e que fica perto da escola mais próxima, a uns bons quatro quilómetros de distância. Transportando o seu *kolshi* — um jarro de barro —, ela tem de passar por um caminho solitário, paralelo ao rio, em que apenas a estreita extensão de água a separa do grande mangal.

Os ataques de tigres matam até duzentas pessoas no Sundarbans todos os anos. Há dois anos, um dos primos de Saleha perdeu a vida ao ir buscar lenha. Mas apesar do risco, Saleha crê que não tem outra escolha. É que, apesar de a aldeia onde vive estar rodeada de água, os habitantes não podem beber uma gota sequer.

(26)

Sobre o Prémio: Os Prémios de Jornalismo sobre a Ásia em Desenvolvimento (DAJA) (www.adbi.org/journalism.awards) foram criados em 2004, com o objetivo de fomentarem massa crítica nos jornalistas que trabalhavam sobre as questões fulcrais do desenvolvimento. Os prémios anuais são uma homenagem ao trabalho e à contribuição dos jornalistas comprometidos com a propagação responsável de informação relacionada com a redução da pobreza e com outras áreas que visam um crescimento a longo prazo das regiões da Ásia e do Pacífico.



Moradores locais na região de Gabura, Bangladesh pescam camarão. EPA/Abir Abdullah

A armadilha do sal

«Eles escavaram lagos e deixaram entrar água salgada», explicou Saleha, fazendo um círculo com o braço que mostrava a vasta extensão de água suja e castanha que circundava a sua casa. «Temos de andar quilómetros para contornarmos as criações de camarão. Já nada cresce aqui. Não há arroz, não há vegetais. O sal destruiu tudo.»

O Bangladesh é um dos países em maior risco de sofrer devido às alterações climáticas e a crescente salinidade da Baía de Bengala é uma das maiores ameaças. Contudo, muitos especialistas culpam alguns fatores locais para a aceleração do processo de salinização, como o excesso de carcinicultura. Inspirados pela imensa procura na Europa e na América do Norte, os empresários bangladechianos investiram em milhares de hectares de criações de camarão, o que causou alterações dramáticas na paisagem costeira. A região, outrora repleta de arrozais verdejantes, tornou-se num terreno pantanoso e baldio.

MG Neogi, consultor do Instituto Internacional de Pesquisa sobre Arroz (IRRI, International Rice Research Institute), afirma que as carciniculturas industriais não só aumentam a salinização à superfície, mas também contaminam as águas subterrâneas. «O bombeamento de água salgada em larga escala, bem como a recolha de águas subterrâneas, são comuns em áreas de explorações aquícolas», explicou. «A extração de água subterrânea em grande quantidade diminui os lençóis de água e a água salgada vai entrando gradualmente nos aquíferos.»

Algumas aldeias estão a ripostar. Grupos de agricultores começaram a reagir, encerrando algumas criações de camarão e voltando ao cultivo tradicional de arroz. Mas as maiores criações ou *ghers*, a maioria das quais pertencente a proprietários ausentes, continuam a operar — com consequências desastrosas. O sul do Bangladesh, em tempos «o celeiro» do país, tornou-se numa criação gigantesca de camarão para o mercado internacional.

Uma mina de ouro

A carcinicultura, elogiada em 1990 por se tratar de uma adaptação eficaz a uma mudança do clima, tem tido um crescimento fenomenal na faixa costeira. Hoje em dia, o camarão é um dos maiores negócios do Bangladesh, constituindo a segunda maior receita de exportação depois da do vestuário, avaliado em cerca de \$US 450 milhões anuais.

A indústria da carcinicultura ocupa mais de 240 mil hectares de terrenos agrícolas abrangendo 18 distritos costeiros. Só no ano passado, produziu 45 mil toneladas de camarão — estes pequenos animais cor-de-rosa são a chave para um autêntico tesouro global, avaliado em mais de \$US 12 mil milhões por ano. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a

Alimentação e a Agricultura (FAO), os camarões representam cerca de 16 por cento do total das exportações pesqueiras.

«Os camarões são uma parte importante do crescimento resultante de exportações do Bangladesh», disse Kazi Belayet Hossain, diretor executivo da Sobi Fish Processing Ltd e antigo presidente da Associação de Exportadores de Alimentos Congelados do Bangladesh (Bangladesh Frozen Foods Exporters Association). «Se tivermos apoio político do governo e condições favoráveis no mercado global, podemos facilmente aumentar as nossas receitas até cerca de mil milhões de dólares por ano. Isto é uma mina de ouro para o Bangladesh e uma ótima forma de alargarmos a nossa base de exportações.»

Mas para muitos analistas, o «ouro cor-de-rosa» perdeu o brilho. Rezaul Karim, um especialista em planeamento rural da Universidade de Khulna, afirma que a corrida à carcinicultura foi um exemplo perfeito da ganância comercial não-controlada a sufocar as necessidades das populações locais, marginalizadas.

«Fizeram-se lucros, certamente, mas foram para os bolsos dos investidores e dos proprietários ausentes», garantiu Karim. «Os locais das regiões costeiras viram-se privados do seu sustento. A água foi poluída; o terreno tornou-se infértil devido ao sal e aos resíduos das criações de camarão; e o uso indiscriminado de antibióticos tornou-se um perigo para a saúde pública.»

No fundo do poço

Os efeitos da carcinicultura são especialmente evidentes nos distritos que rodeiam o mangal de Sundarbans — Khulna, Bagerhat e Satkhira —, onde está concentrada maior parte das criações de camarão. Os ambientalistas defendem que estas criações são uma das principais causas da destruição dos paludesso mangal nos três distritos costeiros.

De acordo com um estudo realizado pelo Instituto do Desenvolvimento dos Recursos do Solo (Soil Resources Development Institute), uma entidade governamental, a salinidade e a poluição, causadas pela criação de camarão para exportação nas últimas três décadas, danificaram a fertilidade do solo em mais de 400 mil hectares de terrenos agrícolas no litoral. Estes terrenos poderiam ter fornecido 2,5 milhões de toneladas de arroz — uma quantidade suficiente para satisfazer o défice anual de comida do país.

Azfar Ali, um agricultor que cultiva arroz em Dakope, no distrito de Khulna, explicou como é difícil enfrentar as grandes empresas de carcinicultura: «As criações de camarão precisam de armazenar a água salgada durante o ano. Esta vai gradualmente penetrando nos campos circundantes. Se os agricultores não quiserem ceder os seus terrenos para a criação de camarão, por vezes esses terrenos são inundados deliberadamente e as

empresas acabam por alugar o terreno a preços extraordinariamente baixos.»

MG Neogi, do IRRI, lembra ainda que a proliferação da carcinicultura industrial não tem apenas impacto na água e no solo, mas também na mão-de-obra local: «Os agricultores locais costumavam contratar cerca de 100 funcionários por cada 0,4 hectares», disse. «Para a criação de camarões, as empresas só precisam de algumas pessoas para trabalhar no mesmo espaço. Isto criou desemprego na região. Muitos estão a ir-se embora para se juntarem às populações pobres das áreas urbanas.»

Num estudo de 2004, a Fundação para a Justiça Ambiental (EJF) notou que o aumento da procura de espécies de camarão de água quente no Ocidente conduziu imediatamente a uma mudança no estilo da aquacultura de «corte e queima». Essa mudança deve-se ao facto de as vastas redes de lagos criados pelo homem terem de ser abandonadas ao fim de cinco ou seis anos, por causa da fraca qualidade da água e para prevenir doenças.

O busílis do camarão

Os especialistas afirmam que a indústria do camarão no Bangladesh ilustrabem os problemas que surgem quando as políticas económicas são delineadas sem se considerarem os objetivos sociais e ambientais. Muitos culpam o governo de negligenciar os regulamentos e de permitir o crescimento de uma mentalidade de lucro rápido.

«Precisamos das receitas de exportação», admite Tareque Salehin, economista da Universidade de Dhaka. «Mas para a cultura industrial do camarão ser sustentável, o planeamento e a gestão devem ser mais eficazes e sensíveis às necessidades das comunidades locais.»

Atualmente, o governo oferece aos exportadores de camarão um incentivo de 15 por cento em numerário em relação ao total do valor exportado. Saiful Islam, um dos mais antigos funcionários da Direção do Investimento (BOI, Board of Investment), disse que a ideia era promover uma carcinicultura «semi-intensiva». Islam assegura que o governo estava empenhadono desenvolvimento de «iniciativas de controlo de qualidade em colaboração com os exportadores.»

MG Neogi, do IRRI, acredita que a solução assentaem formas sustentáveis de aquacultura, que beneficiem as comunidades locais e que reforcem a sua capacidade económica. Ao invés de sistemas de produção intensivos, alega, deve-se encorajar métodos como a policultura.

A «policultura» refere-se a um método de aquacultura tradicional em que diversas espécies são criadas na mesma

água, ajudando à prevenção de doenças e de alterações das condições do mercado.

«A indústria do camarão deve obedecer às melhores práticas ambientais», salientou Neogi. «O uso de antibióticos e de químicos tem de ser regulado se a indústria quiser manter os seus clientes internacionais.»

Neogi acrescentou ainda: «A diversificação não deve significar desistirmos de ganhar dinheiro e de produzir alimentos. Na verdade, devemos dar aos agricultores as ferramentas para cultivarem culturas tradicionais de forma a compensar a perda de produtividade causada pela salinização.»

O BRRI dhan 47, uma variedade de arroz tolerante ao sal, já foi introduzido na costa sul. Os agricultores podem cultivá-lo nas criações de camarão, aumentando assim os seus rendimentos, segundo afirmam alguns investigadores.

O arroz BRRI dhan-55, 56 e 57 — três variedades de maturação precoce — foram pensados de forma a que os agricultores pudessem encaixar uma terceira colheita entre as tradicionais Boro e Aman.

Em Madhyapara, Nurul Islam, o marido de Saleha, é membro de um grupo de agricultores que decidiram cultivar os seus lagos, até então repletos de camarões. «Estou farto de camarões», disse. «Estamos a encher o recinto e a bloquear os canais de água salgada. O solo é demasiado salgado para as colheitas, mas após a estação das chuvas do próximo ano, poderemos começar a plantar.»

Syed Zain Al-Mahmood é um repórter de investigação e editor sediado no Bangladesh. A sua carreira começou no *Daily Star*. Juntou-se depois à equipa de redação mais experiente no *Independent*. Recentemente, foi trabalhar para a United News Bangladesh (UNB), a maior agência noticiosa independente do Bangladesh, como editor-adjunto. Também é responsável pelo *Dhaka Courier*, a publicação-irmã do UNB. Mahmood também tem feito a cobertura jornalística do Bangladesh para o britânico *The Guardian* e para o *Wall Street Journal*.

História premiada sobre o desenvolvimento II

Medicina versus Mito na Serra Leoa

Nele Mailin Obermueller

Vencedor em 2012 do Prémio de Jornalismo de Desenvolvimento Internacional do *Guardian* (Reino Unido), na categoria profissional.

Este artigo foi originalmente publicado no jornal The Guardian (Reino Unido) na segunda-feira, dia 26 de novembro de 2012, e foi reimpresso com a autorização de Nele Mailin Obermueller.

Apesar de Mamie Kemokai ter tido doze filhos, não sabe se se considera mãe. «Nenhum dos meus filhos está comigo hoje, nem um» — diz, com uma voz vencida, enquanto a mão direita corta o ar com rapidez antes de cair e de pousar debilmente no seu colo. Kemokai mora em Bendu Kpaka, uma aldeia remota que se situa a cerca de 350 km a sul de Freetown, a capital da Serra Leoa. Enquanto conta a sua história, na rua, a chuva torrencial transforma a única estrada de terra que atravessa o aldeamento com 30 casas num rio de lama.

A Serra Leoa tem a taxa de mortalidade infantil entre crianças com menos de cinco anos mais alta do mundo, segundo o relatório publicado este ano pela UNICEF. Uma em cada cinco crianças morre antes do seu quinto aniversário, apesar de o presidente Ernest Koroma ter introduzido, em 2010, um programa gratuito de cuidados de saúde destinado a crianças com menos de cinco anos, a mulheres grávidas e a mães lactantes. No caso de Kemokai, dez dos seus doze filhos morreram antes de completar um ano de idade.

(27)

Sobre o prémio: O Prémio de Jornalismo de Desenvolvimento Internacional do jornal *The Guardian* foi lançado em 2008 com o intuito de incentivar as novas vozes do jornalismo a escrever sobre algumas das questões mais cruciais que o mundo em vias de desenvolvimento enfrenta.

A competição é realizada em parceria com um grupo de organizações internacionais não-governamentais (ONG) sediadas no Reino Unido — e este é já o quinto ano da sua edição. O concurso foi criado com o apoio da Marie Stopes International e é dirigido em parceria com o Barclays e com a Glaxo-SmithKline.

Mais informações sobre o concurso disponíveis em: www.guardian.co.uk/journalismcompetition

Dez dos doze filhos de Mamie Kemokai morreram antes do primeiro aniversário. Ela e o marido recorreram a um curandeiro tradicional. *Cedida por Nele Mailin Obermueller.*



Jovens na Vila Bendu Kpaka, Serra Leoa. *Cedida por Nele Mailin Obermueller.*

«Não penso que a iniciativa de cuidados de saúde gratuitos tenha falhado; apenas enfrenta muitos desafios», diz Heather Kerr, diretora nacional para a campanha Salvar a Vida das Crianças (Save the Children) da Serra Leoa. O principal problema, explica Kerr, é a falta de pessoal médico especializado: «Podem construir-se quantos hospitais se quiser, mas se não há pessoas para trabalhar neles, são apenas edifícios». Na Serra Leoa, existem 1,9 profissionais de saúde para cada 10 mil habitantes. Isso significa que existe uma enfermeira, um médico ou uma parteira por cada 5263 pacientes (comparativamente aos 77 pacientes por cada profissional de saúde no Reino Unido).

Para reduzir estas disparidades, a campanha Salvar a Vida das Crianças formou, até setembro deste ano, mais de mil trabalhadores comunitários para prestarem serviços de saúde. Estes voluntários estão aptos a diagnosticar e a administrar tratamentos básicos para algumas das causas mais comuns da mortalidade infantil: malária, pneumonia e diarreia. Na opinião de Kerr, «era preferível que houvesse um número suficiente de profissionais de saúde, mas atualmente os trabalhadores comunitários são a solução que é viável — e são muito valiosos. Eles promovem a consciencialização da existência dos serviços de saúde gratuitos, que muitas pessoas ainda desconhecem, ajudam a prevenir infeções e as pessoas nas comunidades confiam neles».

O décimo primeiro filho de Kemokai, uma menina que se chamava Kandi, morreu há duas semanas. «Ela já tinha dois anos, por isso pensei que pelo menos já estivesse fora de perigo», explica Kemokai. Ao seu lado, ouvindo as suas palavras, está sentado Mohammed Mansaray, um trabalhador comunitário dos serviços de saúde. Ele não estava presente quando Kandi adoeceu, mas encaminhou imediatamente Kemokai e a sua menina para o centro de saúde mais próximo — a uma distância de 5,6 km a pé — assim que regressou. Infelizmente, a Kandi morreu vítima de malária, uma hora depois de chegarem ao centro de saúde.

Depois da morte de Kandi, em vez de pedir aconselhamento a Mansaray, Kemokai e o seu marido preferiram pagar a um curandeiro tradicional para identificar a causa das suas desgraças. «Ele disse-me que os meus filhos morriam porque há um demónio a perseguir-me. Ele faz sexo comigo durante a noite e rouba o sangue dos meus filhos quando lhes estou a dar mama».

O curandeiro disse a Kemokai que a sua filha, Howa, a única que ainda está viva, não está segura com ela. Seguindo o conselho dele, ela entregou a filha de sete anos a familiares seus e comprometeu-se a nunca mais a ver.

«Eu não acho que os filhos da Kemokai morreram por causa de um demónio», disse Mansaray, mais tarde. «Eu acho que morreram vítimas de doenças infecciosas». Este professor de meia-idade já fez muito pela melhoria das condições de saúde nesta aldeia, inclusive persuadir a sua comunidade a proibir a defecação ao ar livre. «Eu dei conselhos à Mamie para que criasse os seus filhos de forma mais segura, mas não sei se ela me deu ouvidos. E eu não vou de encontro às suas crenças. Se o fizesse, ela simplesmente virava-me as costas», disse Mansaray com a sua voz calma e meiga. «As crenças tradicionais não vão desaparecer. Os nossos pais e até os nossos antepassados acreditavam nelas, mas a medicina ocidental é uma coisa nova para as pessoas de cá».

A Dra. Serena Brusamento, uma pediatra italiana do programa de ajuda humanitária Médicos com África (CUAMM) faz parte desta «nova medicina ocidental». Ela desconfia que muitas das crianças que vê já foram tratadas por um curandeiro ou por um ervanário tradicional. «O problema é que as mães não o admitem. Elas sabem que não têm a nossa aprovação, e como tal, mesmo quando procuramos simplesmente descobrir que substâncias é que foram previamente administradas, elas negam tudo».

Serena trabalha no hospital pediátrico de Pujehun, no distrito a que pertence a aldeia de Kemokai. A entrada do hospital parece um pomar, com luz a penetrar pelo telhado de vidro e uma espécie de jardim interior abandonado. Por detrás desta entrada, no entanto, tudo o resto é penumbra e o ar torna-se pesado com o cheiro dos corpos quentes e enfermos.

«Recebemos aqui seis crianças gravemente intoxicadas por uma erva que lhes foi administrada por um curandeiro. Só conseguimos salvar duas delas. Ainda hoje não sei que erva era aquela», afirma Serena. Neste momento, ela está a tratar uma menina de 14 meses que tem uma grande ferida na nádega esquerda, que se alastrou e agravou depois de uma pomada que um ervanário lhe aplicou. «A carne apodreceu praticamente toda», explica. «Levará meses a sarar — se a menina não morrer vítima da infeção».

A mãe da bebé, Fatmata Koroma, diz que tentou levar a filha a dois centros de saúde antes de ir ao ervanário, mas que das duas vezes a enfermeira estava ausente. «Se a Betty tiver mais alguma ferida, eu já não a levo a um ervanário», diz a jovem mãe de vinte anos, com o sorriso de arrependimento típico de uma criança que acaba de se livrar de um castigo.

A Dra. Serena Brusamento compreende o facto de os serra-leoneses não serem honestos com ela. «As pessoas abrem-se

mais com os trabalhadores comunitários do que comigo — e tudo aquilo que torna os cuidados de saúde mais acessíveis, que educa a população levando em conta a cultura local, é positivo. Além disso, eles estão sempre no terreno».

O acesso ao tratamento torna-se difícil na Serra Leoa. Durante a guerra civil que assolou este país da África ocidental entre 1991 e 2002, as estradas foram negligenciadas e até destruídas para impedir a fuga dos habitantes. Agora, as estradas têm buracos tão grandes que se transformam em poças e em lagos quando chove e são tão acidentadas que conduzir nelas é ter a mesma sensação que uma criança a andar num cavalo de baioço gigante sem se agarrar a nada.

Kerr considera que o principal ponto forte dos trabalhadores comunitários dos cuidados de saúde é o facto de estas pessoas conseguirem contornar as péssimas infraestruturas do país. «Mas no futuro, teremos de encontrar uma melhor forma de trabalhar em parceria com os curandeiros tradicionais».

Para Kemokai, a decisão de entregar a sua única filha a familiares foi a decisão mais difícil da sua vida. «Mas eu fi-lo pela segurança dela», explica, virando a cara para esconder as lágrimas. «O meu maior sonho é ser mãe e ter pelo menos um filho que sobreviva». Só o tempo dirá se o professor Mansaray conseguirá convencê-la de que a sua ajuda pode tornar esse sonho numa realidade.

Nele Mailin Obermueller é uma jornalista premiada que escreve sobretudo sobre assuntos sociais e sobre o desenvolvimento. Os seus artigos e as suas reportagens foram publicados na imprensa britânica e na alemã, em meios de comunicação como *The Guardian*, Associated Press, *Exberliner*, *Die Welt* e *Berliner Morgenpost*. Obermueller concluiu o mestrado em Filosofia na Universidade de Cambridge. É fluente em inglês, francês e alemão e fala ainda urdu, hindi e italiano.

O paraíso de Tereso, na penumbra desde a infância.
Alfredo García/El Informador

(28)

Artigo premiado sobre o desenvolvimento III

Tereso é apenas um exemplo

Mario Alejandro Muñoz de Loza

Vencedor em 2009 do Prémio de Jornalismo «América Latina e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio» do PNUD/Inter Press Service

Uma versão alargada deste artigo foi publicada originalmente no jornal El Informador (Guadalajara, México) a 7 de Junho de 2009 e foi reproduzida com a autorização de Mario Alejandro Muñoz de Loza.

Introdução do autor: Malnutrição, doença, violência doméstica extrema, falta de habitação condigna, acesso reduzido a serviços públicos, iliteracia e desemprego fizeram parte diariamente da vida de Tereso, um jovem indígena que teve uma morte agonizante e lenta a 12 de Janeiro de 2009, no Hospital Civil de Guadalajara, no México.

Esta é a sua história

Desde a sua infância, Tereso mostrava fraqueza e desolação. A paisagem imponente de Cañón de Tlaxcala, uma pequena comunidade perto de Tuxpan de Bolaños, a norte de Jalisco, contrastava fortemente com a pobreza extrema com que este jovem se debatia. Tereso — chamado pelos amigos de «Nariz de Coelho» — morreu com 16 anos de idade. Menos um entre os mais de 44,7 milhões de mexicanos que vivem na pobreza.

Sobre o prémio: O concurso de jornalismo «América Latina e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio» foi um esforço conjunto entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a agência noticiosa Inter Press Service (IPS). A edição de 2009 procurou galardoar o melhor artigo sobre os temas centrais dos ODM, publicado entre 1 de outubro de 2008 e 30 de junho de 2009 na imprensa escrita de circulação contínua ou em websites de informação sobre a sociedade civil ou de organizações comunitárias na América Latina e nas Caraíbas.

O paraíso interior de Tereso tinha estado às escuras desde a sua infância. A falta de desenvolvimento da região, aliada ao comportamento violento do seu pai, privou Tereso dos seus direitos humanos mais básicos. A sua mãe e os seus quatro irmãos, abandonados pelas autoridades, também fazem parte da lista de vítimas. Elevados níveis de malnutrição e de doença; falta de habitação condigna e de serviços públicos básicos; iliteracia e trabalhos pesados, que garantem uma mera sobrevivência, fazem parte do quotidiano de muitas famílias de Tuxpan de Bolaños. Esta aldeia fica a três horas de distância, de carro, por uma perigosa estrada de terra, da sede do concelho de Bolaños. Percorrer esta estrada a pé, como o fazem muitos dos dois mil Wixáritari (o grupo indígena local, conhecidos em espanhol como *huicholes*, ao qual pertencia Tereso) que moram na região, pode levar mais de 50 horas.

O jovem Tereso resistiu a todas estas dificuldades até à morte da sua mãe. Mais de dois anos antes, encontrou-a pendurada por um lenço vermelho no ramo de uma árvore em Cañón de Tlaxcala. Pensa-se que ela decidiu acabar com a própria vida, levada ao desespero pelos abusos físicos e sexuais de Felipe, o seu marido, que, além de ser alcoólico, também mantinha relações sexuais com outras mulheres (Felipe forçava estas mulheres a satisfazerem os seus desejos a coberto dos costumes nativos, que impediam a intervenção direta da polícia). Para Tereso, a perda da sua mãe foi um fator decisivo para se deixar derrotar pelos seus adversários. Tentou enfrentar o seu pai, mas foi forçado a ceder por este ser fisicamente mais possante. Com 15 anos, foi expulso violentamente da sua própria casa.

A separação da sua família foi acompanhada pela presença constante da doença. Tereso estava habituado a passar dias sem comer, mas agora a fraqueza tinha-se apoderado dele e sentia como se o seu corpo se pudesse quebrarcom uma simples brisa. O sol foi cruel para a sua pálida pele e para os seus ossos durante as árduas horas de trabalho. Cimento, terra, qualquer banco que encontrasse — estas eram as «camas de pregos» que o impediam de alcançar o conforto do sono. Os últimos anos passados com a sua família tinham sido igualmente duros. O colchão onde dormia no chão da sua casa (feita de pedra, adobe e palha) era o culpado das dores nas costas que agora o impediam de descansar. Sofria de dores de cabeça e de febres constantes, o que lhe retirava confortopara descansar. A falta de dinheiro e a distância extrema a que se encontravam os serviços de saúde eram um obstáculo para a sua total recuperação.

A viver como um vagabundo, Tereso trabalhou na plantação e na apanha de milho e de feijões, assim como no fabrico de tijolos, atividades graças às quais, desde novo, tinha passado horas debaixo de um sol implacável. No que respeita à sua família, ele tinha duas opções: ou trabalhava em comunidades mais afastadas ou plantava milho e feijões para consumo próprio. (Uma das principais características da religião Wixárika é a associação entre o milho, o veado e o peiote [o cato cuja ingestão provoca efeitos alucinogénios e narcóticos]). A mitologia Wixárika faz referência a estes elementos, que influenciam

fortemente os seus rituais, festivos, a organização material e os ciclos de vida. O milho e o veado simbolizam o sustento; o peiote é o meio mais importante de transcender o mundo profano e o material mais óbvio de manifestação do sagrado.

A causa

Tereso vagueou pelas cidades a norte de Jalisco, até pagar um preço pesado pelo seu passado. Dois Wixáritari espancaram-no brutalmente, a 27 de dezembro de 2008, como forma de retaliação por dívidas contraídas pelo seu pai. Nesse dia, conseguiu chegar até à esquadra da polícia em Chimaltitán, perto de Bolaños, apesar dos ferimentos. Um *huichol*, de nome Juan, era suspeito de ter cometido a agressão, juntamente com outro nativo não identificado. «Não conseguimos deter os agressores», diz José David Ramírez Naranjo, responsável pela segurança pública na esquadra de Chimaltitán. «Eles fugiram para as montanhas. Os nativos são muito violentos, especialmente quando estão bêbedos. Deixaram o jovem em muito mau estado; teve de ir para o posto médico para receber tratamento.»

Dias depois, parecia que a sorte estava a mudar para Tereso (que falava espanhol muito mal). A 4 de janeiro de 2009, um domingo, ainda a sofrer das consequências da agressão, Tereso foi descoberto pelo compassivo Basilio González Rodríguez, presidente da câmara de Chimaltitán. «Tereso andava a vaguear à noite, na praça do bairro de Agua Caliente; percebi que estava ferido e ele disse-me que uns *huicholes* lhe tinham batido. Contou-me que a sua mãe tinha morrido e que o seu pai o tinha expulsado de casa. Decidi levá-lo para o lar da terceira idade de cá para que pudesse recuperar dos ferimentos.»

Tereso tinha encontrado comida, um sítio para dormir e um abrigo do frio. A proteção que o presidente lhe tinha oferecido fê-lo lembrar-se da sua breve passagem pela escola primária em Tuxpan de Bolaños. Tinha deixado a escola porque tinha de trabalhar para comer e para ajudar financeiramente a sua família. Durante o seu tempo na escola, os seus colegas de turma tinham-lhe dado o nome de «Nariz de Coelho», por causa da vermelhidão causada pelo frio típico da região. As suas roupas, tal como acontecia com os outros Wixáritari, não eram suficientes para fazer frente ao invernos rigorosos: umas *huerruri* (um par de calças compridas de algodão, com desenhos tradicionais bordados a ponto de cruzna parte de trás) e uma *kamirra* ou *kutuni* (uma camisa comprida aberta dos lados e atada à cintura com um *juayame*, um cinto grosso feito de lã).

Durante os primeiros cinco dias no lar de terceira idade de Chimaltitán, Tereso aventurou-se algumas vezes a procurar trabalho. Voltava com uma bebida energética nas mãos, porque se sentia fraco. «Ele parecia abatido; estava sempre muito calado», recorda Socorro Yáñez, a responsável pelo turno da manhã no lar. No sábado, 10 de janeiro, Tereso não conseguiu levantar-se da cama. «Disse que se sentia muito doente, por isso funcionários do lar telefonaram para o posto médico de Chimaltitán, que recomendou que o levassem para o hospital em Colotlán (que

pertence ao Departamento de Saúde de Jalisco). O problema foi que, nesse dia e no seguinte, o posto médico [de Chimaltitán] não abriu e não tivemos meios para o transferir. Ele estava muito amarelo e a vomitar muito», disse Socorro Yáñez.

Em agonia

A esperança da cura influenciou o estado de saúde de Tereso. Na segunda-feira, 12 de janeiro, foi novamente examinado pelo médico local, que reiterou a urgência da transferência de Tereso para Colotlán. Além dos ferimentos causados pela agressão, o médico também lhe diagnosticou uma pneumonia. Tereso mal conseguia aguentar-se de pé. Os seus passos eram lentos. «O *huicholito* parecia estar melhor, mas depois ficou muito doente», descreve María de la Luz Martínez Rico, responsável pelo turno da noite no lar de terceira idade. «Ele comeu bem no domingo; fizemos-lhe uma refeição pequena e comeu duas vezes de manhã; comeu e depois repetiu. Perguntei-lhe se comer tanto lhe estava a fazer mal, mas ele respondeu ‘não’, abanando a cabeça. Na segunda-feira, já não conseguiu tomar o pequeno-almoço; estava a queixar-se muito de indisposição.»

Ao meio-dia, chegou a ambulância para o levar para o hospital. María de la Luz acompanhou Tereso. A viagem foi longa: demoraram mais de duas horas e meia a chegar ao hospital. Foram feitos testes sanguíneos e foi colocado um cateter a Tereso. O diagnóstico exigiu uma nova transferência: o jovem tinha de receber tratamento urgente no Hospital Civil de Guadalajara. «Não conseguia acreditar», diz María de la Luz. «O Tereso estava numa condição muito grave. Precisava urgentemente de uma transfusão de sangue — caso contrário, podia morrer. O problema é que o Hospital de Colotlán não pode responder a este tipo de situações, nem a muitas outras. Não lhe podiam dar sangue porque não há um banco de sangue em toda a região a norte de Jalisco. Nessa altura, disseram-me que ele podia entrar em paragem cardíaca. Às 18h30, a ambulância partiu para Guadalajara. Durante a viagem, Tereso insistiu que lhe doíam a cabeça e as costas e que estava com muitas dores. Levámos quase três horas para ir de Colotlán a Guadalajara.»

«Às dez da noite, chegámos ao Hospital Civil Dr. Juan I. Mechaca, em Guadalajara. Tivemos de nos insurgir contra as autoridades hospitalares, porque não queriam internar Tereso rapidamente e porque não havia camas disponíveis — examinaram-no numa maca dentro do hospital» recorda María de la Luz, que ali celebrou o seu 40.º aniversário, rodeada por pacientes do hospital. «Cerca de uma hora e meia depois, tentaram por o Tereso numa cama, para o poderem examinar como deve ser, mas o movimento provocou uma espécie de ataque. Nessa altura, os médicos obrigaram-me a sair do quarto, porque estava muito agitada. Minutos depois, os médicos disseram-me que estavam a fazer tudo o que podiam para reanimar Tereso. Tentaram a reanimação cardiiorrespiratória durante 20 minutos, mas sem resultados. Ele tinha morrido.

Nem o chegaram a tratar... Trouxeram o mesmo soro de Colotlán; não lhe deram medicamentos nem lhe fizeram uma transfusão de sangue.»

Sem sangue nas suas veias

«Tereso não morreu por causa de falhas no sistema de saúde, mas antes devido à falta de desenvolvimento e ao contexto social de uma das populações mais marginalizadas de Jalisco», afirma José Güitrón Ramírez, responsável pelo departamento de cuidados urgentes a adultos no Hospital Civil. Em primeiro lugar, o médico especula que o jovem chegou ao hospital com «leucemia ou aplasia da medula óssea». Mas o relatório do médico legista levantou dúvidas quanto aos ferimentos de Tereso.

A responsável pelo turno da noite no hospital, Leticia González, não se atreveu a especificar a causa da morte¹ e enviou o corpo para o Instituto de Medicina Legal de Jalisco, para ser autopsiado. «A médica efetuou os procedimentos legais, mas não queria arranjar problemas porque não podia identificar quem tinha agredido o jovem. Pondo de parte o mistério da agressão, a causa de morte foi uma hemorragia interna, cerebral ou abdominal», diz Güitrón. «É provável que o jovem sofresse de leucemia (um conjunto de doenças da medula óssea caracterizado por um aumento descontrolado dos glóbulos brancos ou leucócitos) ou de aplasia da medula óssea, que são condições muito graves.»

Relatórios médicos indicam que Tereso tinha 2,5 unidades de hemoglobina no sangue, quando um indivíduo do sexo masculino teria normalmente uma média de 16 unidades; ou seja, Tereso tinha apenas 15 por cento dos valores normais de hemoglobina. «Durante os 20 anos da minha carreira, vi poucas pessoas vivas nestas condições. Tereso também tinha outro problema: a sua contagem de plaquetas era muito baixa (as plaquetas ajudam a coagular o sangue). Ele tinha 12 mil, quando um valor normal varia entre 250 mil e 300 mil. Tereso só tinha cinco por cento. Uma pessoa nestas condições pode sangrar espontaneamente das gengivas, da cabeça ou de qualquer outra parte do corpo», diz Güitrón.

O médico recorda que, quando Tereso chegou ao hospital (pesando apenas 46 kg), foi pedida uma transfusão de sangue e de plaquetas, mas o Hospital Civil só tinha sido informado da transferência nessa manhã. «O sangue exige três horas para efeitos de transfusão (tem de ser descoagulado previamente), por isso só estava pronto meia hora depois de o paciente ter morrido (o tipo sanguíneo de Tereso era O+). E mesmo depois de o sangue ter chegado, teríamos de esperar que passasse por todo o sistema circulatório durante quatro horas; teriam sido necessárias cerca de quatro transfusões sanguíneas e perto de trinta mil unidades de glóbulos vermelhos para que não se esvaísse em sangue.»

⁴ Nota do Tradutor: *i.e., se a morte de Tereso teria sido causada pelos ferimentos da agressão ou por uma doença prolongada.*

Pensa-se que a doença de Tereso já durasse há mais de seis meses. «Estes pacientes deixam-se morrer», disse Güitrón, referindo-se de forma geral às populações indígenas. «Vêm para os hospitais para morrer, dada a condição em que se encontram. Custa-me dizê-lo. Os indígenas não se preocupam com a saúde até acabarem as plantações ou as colheitas. Em Julho e em Agosto, não trabalham e é nessa altura que vêm aos hospitais. Dez por cento dos casos que envolvem pacientes indígenas são condições graves. Tereso é apenas um exemplo disso. Não teria morrido se tivesse sido tratado atempadamente no Hospital Civil. A sua condição não me é estranha; muitas vezes, os indígenas chegam cá com casos terríveis de anemia, alcoolismo avançado, cirrose, malnutrição grave e até gravidezes em meninas com menos de 15 anos.»

Uma semana depois, o departamento de comunicação do Instituto de Medicina Legal de Jalisco emitiu um comunicado sobre a morte de Tereso: «O paciente faleceu devido a um edema pulmonar agudo, acompanhado de pneumonia (uma infecção pulmonar que pode ser causada por vários organismos, incluindo bactérias, vírus e fungos) e de anemia (uma condição em que há uma contagem de glóbulos vermelhos abaixo do que é normal, que geralmente é verificada pela quantidade de hemoglobina). Mas o Hospital Civil é que deveria emitir uma causa de morte e não o Instituto.» Não foram feitos quaisquer comentários sobre os ferimentos de Tereso que tinham sido causados pela agressão.

Embora um edema pulmonar seja uma verdadeira emergência médica, que deve ser identificada rapidamente para se iniciar o tratamento, a vida de Tereso acabou numa terrível agonia porque não houve comunicação entre as autoridades e os centros médicos municipais e estatais. Caso contrário, Tereso poderia ter recebido tratamento num hospital especializado já a 27 de dezembro, quando visitou pela primeira vez o posto médico de Chimaltitán. Em vez disso, morreu duas semanas mais tarde.

[...]

Três milhões de habitantes de Jalisco a viver na pobreza

O norte de Jalisco destaca-se pelo elevado nível de subdesenvolvimento. A sua população é constituída principalmente

por nativos e por *mestizos*, que se concentram nas vilas de Bolaños, Chimaltitán, Mezquitic e Huejuquilla El Alto. A malnutrição e a falta de recursos básicos são comuns entre estas pessoas, o que leva a uma eterna luta pela sobrevivência.

Há três milhões de pessoas a viver na pobreza em Jalisco, de acordo com o Departamento Federal de Desenvolvimento Social. A história de Tereso é um exemplo da vida e da morte no meio desta miséria.

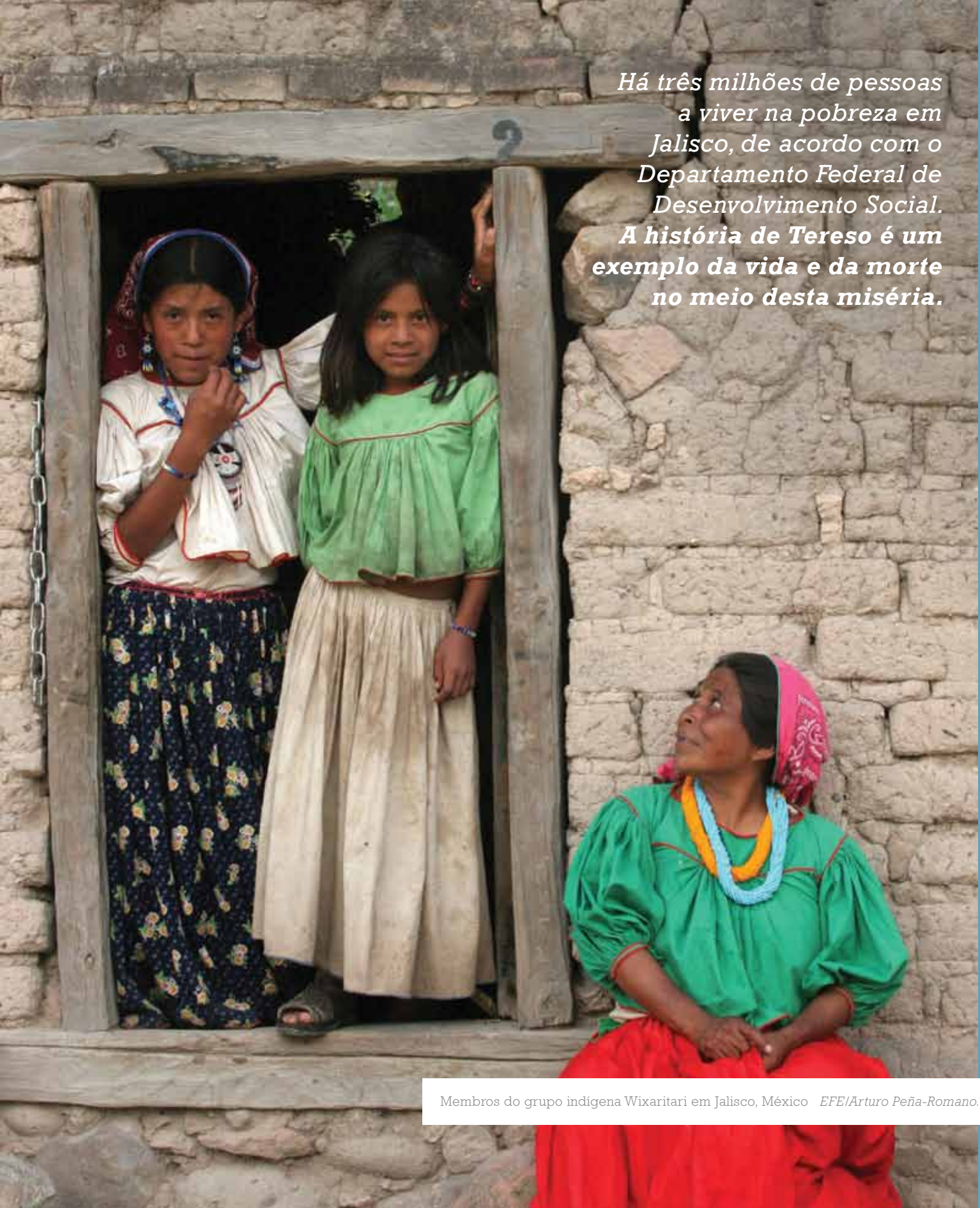
O Departamento de Desenvolvimento Humano de Jalisco contabiliza mais de 730 mil pessoas a viver em pobreza nutricional; 1,3 milhões de pessoas sem os requisitos básicos de educação e de saúde; e 2,3 milhões de pessoas sem roupas, sem habitação e sem meios de transporte apropriados. O diretor deste departamento, Martín Hernández Balderas, sublinha os benefícios que serão trazidos pelos programas de desenvolvimento humano durante o mandato do Governador Emilio González Márquez: «Estamos a tentar reduzir o número de habitantes de Jalisco que vivem em pobreza nutricional para apenas 365 mil até ao final deste mandato de seis anos. Isso irá reduzir para metade este problema, que é o mais preocupante de todos.»

Mas peritos acham ridículo este objetivo do governo estatal, tendo em conta a crise económica e o impacto de um alerta de gripe em todo o país.

Para ler a versão alargada do artigo de Mario Alejandro Muñoz de Loza, que inclui entrevistas com políticos regionais e representantes da delegação local do Sistema Natiocal para o Desenvolvimento Integral da Família, visite esta hiperligação: www.informador.com.mx/jalisco/2009/109475/6/falla-la-estructura-del-estado-en-proteccion-de-la-familia.htm

Mario Alejandro Muñoz de Loza é licenciado em Jornalismo e em Psicologia e trabalha como jornalista e editor no *El Informador*, em Guadalajara, no México, há quinze anos. Especializou-se na cobertura de problemas sociais, de política e de economia, com enfoque particular na transparência e na responsabilidade.

Há três milhões de pessoas a viver na pobreza em Jalisco, de acordo com o Departamento Federal de Desenvolvimento Social. A história de Tereso é um exemplo da vida e da morte no meio desta miséria.



Membros do grupo indígena Wixaritari em Jalisco, México EFE/Arturo Peña-Romano.

(6^a parte)

Histórias do terreno: Reflexões pessoais acerca da cobertura sobre os ODM

O meu trajecto nos ODM (Haiti)	<i>Jean Claude Louis</i>	176
Do Canadá para o Gana: Um relato pessoal (Canadá/Gana)	<i>Sophie Nicholls Jones</i>	180
Oito objetivos, um esforço coletivo (Papua Nova Guiné)	<i>Shirlyn Belden</i>	184
Porquê escrever sobre os ODM? (Nicaragua)	<i>María Haydée Brenes Flores</i>	188

O meu trajecto nos ODM (Haiti)

Jean Claude Louis

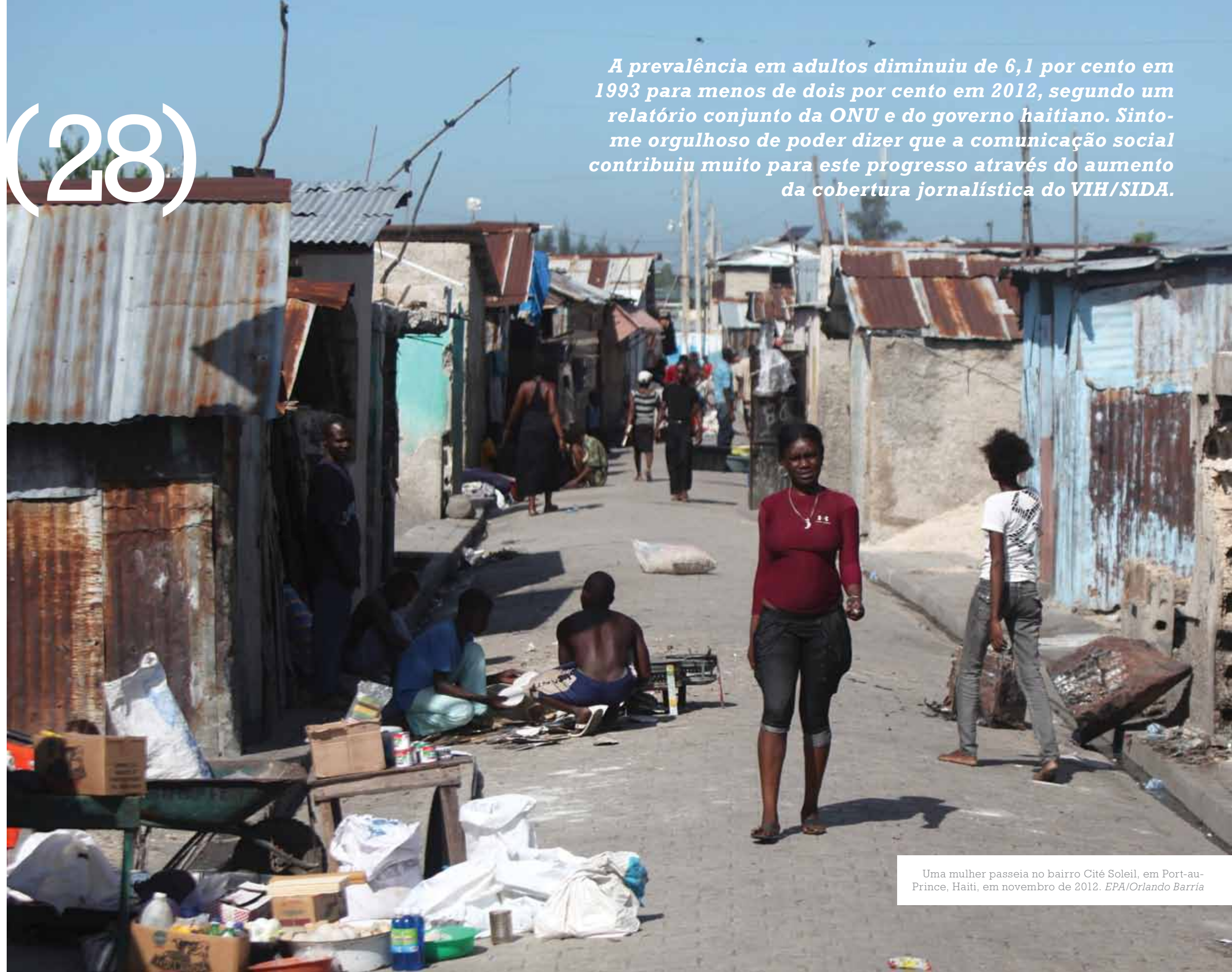
Os meios de comunicação social haitianos e os ODM

Muitas vezes, o único privilégio das pessoas que já vivem em circunstâncias terríveis é a oportunidade de partilhar as suas ideias e de oferecer as suas perspetivas. Para tal, os jornalistas e a comunicação social desempenham um papel central ao promover o desenvolvimento e ao dar voz aos marginalizados. Uma cobertura jornalística persistente e atualizações contínuas sobre questões do desenvolvimento e dos ODM podem obrigar os governos e decisores a assumirem responsabilidades.

Contudo, trabalhar com a comunicação social e os jornalistas no Haiti para cobrir a ajuda ao desenvolvimento e assuntos relacionados com os ODM não é fácil. O panorama na comunicação social haitiana, que consiste apenas num jornal diário privado, alguns semanários e perto de 300 canais de rádio e de televisão, dedica muito pouco tempo e espaço ao desenvolvimento. Os jornalistas haitianos são mal pagos e muitas vezes carecem de capacidades e de recursos para fazer informação sobre metas de desenvolvimento, algo que requer uma análise aprofundada, tempo e investigação.

Nas poucas ocasiões em que estes assuntos são abordados pela comunicação social, são as vozes dos políticos e das partes interessadas as que atraem as atenções e não a voz dos marginalizados. Além disso, existem apenas alguns correspondentes estrangeiros, uma vez que, depois de uma cobertura jornalística extensa relacionada com o sismo de janeiro de 2010, a comunicação social internacional parece ter abandonado o país. Os artigos de maior impacto sobre a monitorização de fundos para o desenvolvimento foram realizadas por jornalistas de investigação estrangeiros com o apoio dos seus colegas haitianos.

É preciso um verdadeiro compromisso entre jornalistas para chamar a atenção para os ODM, tendo em conta que os profissionais da comunicação social são frequentemente atraídos por temas mais populares e lucrativos. Com este desafio em mente, lutei para ajudar a criar capacidades nos repórteres para fazerem a cobertura jornalística dos ODM e assim encorajar a sua participação plena no desenvolvimento das suas comunidades.



A prevalência em adultos diminuiu de 6,1 por cento em 1993 para menos de dois por cento em 2012, segundo um relatório conjunto da ONU e do governo haitiano. Sinto-me orgulhoso de poder dizer que a comunicação social contribuiu muito para este progresso através do aumento da cobertura jornalística do VIH/SIDA.

Uma mulher passeia no bairro Cité Soleil, em Port-au-Prince, Haiti, em novembro de 2012. EPA/Orlando Barria

VIH/SIDA

Antes do final dos anos 90, os meios de comunicação social haitianos dedicavam pouquíssima atenção ao VIH/SIDA. Aos poucos jornalistas que cobriam a epidemia faltava o conhecimento médico necessário para explicar adequadamente a doença ao público. O silêncio e a confusão contribuíram para a estigmatização social daqueles que sofriam de SIDA, incluindo vários amigos meus.

Possuo memórias vivas de uma prima cujos pais ficaram devastados com a sua morte, vista como uma maldição, dado

As questões ambientais, quer seja a degradação dos solos ou a destruição da biodiversidade, são problemas de longo prazo cuja solução não está para breve. Contudo, o público tende a esquecer-se deles sem a existência de uma cobertura jornalística contínua.

que era amante de um homem casado. A família, já arruinada financeiramente depois de lhe ter tentado arranjar tratamento, precisou de ainda mais dinheiro para cremar o corpo, um facto que chocou culturalmente a comunidade, visto que a cremação é fortemente desaprovada no Haiti, onde existe um profundo respeito pelos mortos e uma crença na ressurreição.

A morte da minha prima deu-me forças para trabalhar com pessoas infetadas e afetadas pelo VIH/SIDA e aumentar a consciência entre colegas jornalistas, para que possam informar e enfatizar o lado humano nos seus artigos. Felizmente, os programas de formação, nalguns casos lançados com a minha colaboração, ajudaram a preencher lacunas e a capacitar os jornalistas para temas complexos relacionados com a saúde. Tendo constatado a necessidade de os profissionais da comunicação social terem um guia de referência para os seus artigos, fui coautor de um guia de reportagem com o apoio de especialistas e organizações da sociedade civil envolvidos na epidemia.

Apesar das perturbações causadas pelo sismo de janeiro de 2010, que destruiu a maioria das infraestruturas de saúde do país e tornou difícil o fornecimento de medicamentos e de serviços essenciais, o Haiti destacou-se nas Caraíbas pelo extraordinário progresso na luta contra a propagação do VIH/SIDA. A prevalência em adultos diminuiu de 6,1 por cento em 1993 para menos de dois por cento em 2012, segundo um relatório conjunto da ONU e do governo haitiano. Sinto-me orgulhoso de poder dizer que a comunicação social contribuiu muito para este progresso através do aumento da cobertura jornalística do VIH/SIDA.

Trabalhar com crianças e jovens haitianos

No Haiti, as crianças são geralmente vistas como espetadores passivos e não como membros ativos da sociedade. Nos últimos anos, tenho trabalhado e desenvolvido atividades para centenas de jovens, encorajando-os a participar ativamente na comunidade através da comunicação social.

Vários *workshops* e exercícios que desenvolvi formaram jovens para o jornalismo de imprensa, para reportagens de rádio e de vídeo e para a fotografia e deram a possibilidade aos participantes de produzir programas e notícias sobre o estado dos direitos da criança. Estas produções são transmitidas em vários canais televisivos de Port-au-Prince, assim como nas estações de rádio comunitárias.

A formação também se focou em ensinar jornalistas adultos sobre como fazer a cobertura jornalística de temas relacionados com crianças, particularmente o tráfico infantil, uma prática comum no Haiti, onde as famílias rurais pobres enviam frequentemente os filhos para cidades maiores ou para a República Dominicana para estes trabalharem como empregados domésticos. A exposição jornalística tem levado os repórteres a analisarem as principais causas locais do tráfico infantil com mais atenção e trouxe alguns progressos neste âmbito.

Construir sustentabilidade ambiental

A área florestal do Haiti foi consideravelmente reduzida nas últimas quatro décadas. As razões para a degradação ambiental no Haiti devem-se à pobreza e incluem, entre outros fatores, um aumento da procura de lenha e de madeira para construção. As questões ambientais, quer seja a degradação dos solos ou a destruição da biodiversidade, são problemas de longo prazo cuja solução não está para breve. Contudo, o público tende a esquecer-se deles sem a existência de uma cobertura jornalística contínua.

Informar sobre o meio ambiente pode ser difícil, porque exige um conhecimento científico que os jornalistas muitas vezes não têm. Para esse efeito, ajudei a preparar um guia de reportagem que explicava alguns conceitos essenciais e questões relacionadas com o meio ambiente. O guia foi bem recebido pelos jornalistas no Haiti e, ao trabalhar com eles, compreendi que as reportagens ambientais podem influenciar as ações de indivíduos e governos.

O sismo de 2010 e as suas consequências

Em novembro de 2007, o governo haitiano elaborou um plano estratégico de crescimento económico e de redução da



Perspetiva de diversas crianças na escola Fondamentale Olympcia, no bairro Cité Soleil, em Port-au-Prince, Haiti, em novembro de 2012. EPA/Orlando Barria

pobreza, de modo a melhorar a qualidade de vida do povo haitiano e a conseguir alcançar os ODM até 2015.

A instabilidade política, aliada à falta de recursos e de investimentos em sectores chave como a saúde, a educação e a agricultura, já impedia a implementação do plano de desenvolvimento nacional, quando o devastador sismo abalou o Haiti em janeiro de 2010. Os efeitos do sismo dificilmente passam despercebidos: o terramoto matou cerca de 300 mil pessoas e causou danos e perdas equivalentes a 66 por cento do PIB.

Vinte meses após o sismo, os desafios continuam abissais e assustadores. Ainda nos encontramos numa situação de emergência, com mais de 500 mil pessoas a viver em tendas e em condições precárias. Um surto de cólera, uma doença vista pela última vez no Haiti há mais de um século, matou quase sete mil pessoas em todo o país, segundo os relatórios.

A insegurança alimentar e a necessidade de água potável são recorrentes. Muitas crianças em idade escolar não podem frequentar a escola. O desenvolvimento do Haiti continua fortemente dependente do financiamento externo, embora tenham sido recebidos apenas metade dos \$US 382 milhões pedidos a doadores internacionais.

O futuro dos ODM no Haiti

A dois anos do prazo de 2015 para cumprir os ODM, as dificuldades do Haiti para alcançar os objetivos mais básicos, como providenciar educação primária universal, reduzir a mortalidade infantil e melhorar a saúde materna, continuam a ser enormes. Mesmo antes dos danos catastróficos causados pelo sismo, as perspetivas não eram muito animadoras.

A sociedade haitiana nunca se comprometeu seriamente com os ODM, devido em parte à escassa atenção jornalística.

Paul Eddy Lacoste, professor e especialista em desenvolvimento, referiu que a comunicação social nunca foi considerada como um verdadeiro parceiro de desenvolvimento que pudesse colaborar com o estado e outros decisores.

Tom Drumond, locutor na estação de rádio privada Signal FM, lembrou que nunca teve formação sobre os ODM e que raramente ouve falar sobre os mesmos. Mas acrescentou que «seminários sobre os ODM poderiam preencher as lacunas na comunicação social». Jean Phares Jerome, jornalista do *Nouvel-liste*, disse-me que começou a escrever sobre o cumprimento dos ODM após uma dessas formações.

O Haiti ainda tem um longo caminho a percorrer até alcançar os ODM, mas continuo confiante de que a comunicação social pode promover o progresso ao chamar a atenção para estes objetivos e ao dar voz aos marginalizados. Assim, o governo e a sociedade civil ver-se-ão obrigados a redobrar esforços para alcançar os ODM em nome da população haitiana, que na sua maioria não tem meios para subsistir no dia-a-dia.

Jean Claude Louis foi Diretor Nacional da Panos Caribbean, no Haiti, de setembro de 2001 a julho de 2009. Atualmente, trabalha como consultor independente enquanto continua a sua colaboração com a Panos. Com experiência no campo do jornalismo e da sociologia, trabalhou como agente de desenvolvimento para várias organizações não governamentais no Haiti. Tem uma vasta experiência no desenvolvimento e na implementação de cursos de formação para jornalistas. É um dos membros fundadores do Centre of Communication on HIV/AIDS (Centro de Comunicação do VIH/SIDA) no Haiti e do Haiti Press Club, duas redes jornalísticas.



(29)

Do Canadá para o Gana: Um relato pessoal (Canadá/Gana)

Sophie Nicholls Jones

Em outubro de 2007, deixei o Canadá em direção ao Gana com a segurança de que, como repórter de imprensa em Toronto, compreendia e sabia como detetar, descobrir e contar uma notícia, independentemente do contexto em que me encontrasse. Isso foi, no fundo, o que a minha formação na Faculdade de Jornalismo da Universidade Ryerson em Toronto me havia inculcado e o que a minha experiência enquanto repórter na Sun Media tinha implementado e sustentado. Estava en-

tusiasmada e ansiosa, confiante mas humilde e seguramente ainda não tinha sido invadida por expectativas ou presunção excessivas. Ou pelo menos assim pensava.

A formação prévia à minha partida com os Journalists for Human Rights (JHR, Jornalistas para os Direitos Humanos) — a organização não governamental canadiana para a qual iria trabalhar em Acra, capital do Gana — consistiu numa compilação de exercícios com os meus colegas dos JHR. O nosso papel, enquanto jornalistas formadores, seria o de trabalhar lado a lado com jornalistas ganeses, ajudando-os a ser mais eficientes ao informarem sobre matérias relacionadas com direitos humanos e com justiça social. Os nossos principais deveres seriam orientar, treinar e formar em assuntos como ética dos meios de comunicação social, capacidades de entrevista, gerar ideias para artigos, incorporar a voz humana, etc. Ao abordar questões como pobreza, saúde, género, equidade e educação, entre outros, estávamos a focar-nos essencialmente nos principais aspetos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Uma mulher ganesa numa cooperativa feminina na região de Volta. *Cedida por Sophie Nicholls Jones*

Refletimos coletivamente sobre o que significavam os direitos humanos para nós, canadianos, e como essa definição iria variar consoante o país de nascimento, a educação e a formação... e porquê. Analisámos vários jornais africanos e refletimos sobre as diferenças entre a cobertura dos meios de comunicação social no nosso país e o que nos saltava à vista nestas publicações. Discutimos qual iria ser o nosso papel no estrangeiro durante os oito meses seguintes, os desafios que poderíamos encontrar e como superá-los. Por último, revimos o papel dos JHR enquanto organização de desenvolvimento dos meios de comunicação social, com uma abordagem do trabalho de desenvolvimento assente nos direitos. Analisamos a responsabilidade da organização para ajudar a alcançar os ODM e como iríamos assumir eficazmente os nossos papéis para o conseguirmos.

Após um curso obrigatório de comunicação intercultural sobre como viver e trabalhar com sucesso no estrangeiro e depois de rever as notas de orientação de um antigo formador dos JHR, senti-me — digamos — relativamente preparada.

Contudo, não muito depois da minha chegada a Acra e de ter trabalhado em dois jornais locais — um grande jornal diário e um jornal diário privado de menor dimensão — a minha confiança mudou. O que conhecia como prática comum do jornalismo no meu país não o era, de forma alguma, no Gana, particularmente quando se tratava de determinar o que era digno de uma notícia e o que constituía um «verdadeiro» artigo.

Da parte dos jornalistas com quem trabalhei, notei um sentimento de complacência quando se tratava de gerar ideias para artigos e de informar sobre questões sistémicas do seu país como a pobreza, os serviços de saúde e a educação — assuntos que eram a base dos ODM. As vozes da população local, com as suas histórias, experiências e dificuldades eram geralmente ignoradas ou consideradas irrelevantes. O que um político ou especialista tinha a dizer era mais importante e considerado como a única fonte necessária para transmitir uma mensagem.

Embora houvesse um conhecimento geral dos ODM, a importância de os incorporar num artigo não era compreendida. Faltava um conceito do género «mostra, não digas». Faltava a ambição de jornalista e o sentido de responsabilidade para lançar luz sobre as injustiças e pressionar os líderes de forma a implementar a mudança e a representar todos os cidadãos holisticamente. Os ODM estavam fracamente representados, se é que o eram de facto.

Porque é que isto acontecia e como podia ser alterado?

Durante a minha primeira experiência no grande jornal diário, detetei uma dinâmica rigorosa e autoritária entre editores e repórteres. Os repórteres esperavam que lhes fossem distribuídos artigos, iam a conferências de imprensa e voltavam à redação para cumprirem os prazos de entrega.

Os editores não encorajavam os jornalistas a gerar as suas próprias histórias, a pensar além do convencional ou a ir além do comunicado de imprensa habitual. Esta dinâmica de poder parecia entravar aqueles repórteres, que queriam trabalhar de forma independente. Era árduo convencer editores, que se mostravam difíceis de abordar e com quem era ainda mais difícil negociar, de que existiam outras histórias que valia a pena contar e porventura era essa a razão pela qual os jornalistas hesitavam em fazê-lo.

Após várias tentativas de desempenhar o meu papel, saí para um jornal privado de menor dimensão, durante o resto do meu período com os JHR. Aqui, a equipa editorial era muito mais aberta e receptiva. No entanto, continuava desiludida com a energia e motivação dos jornalistas. O comunicado de imp-

Embora houvesse um conhecimento geral dos ODM, a importância de os incorporar num artigo não era compreendida. Faltava um conceito do género «mostra, não digas».

rensa continuava a ser o fio condutor do conteúdo dos jornais. Os repórteres pareciam mais dispostos a ir a conferências de imprensa, onde poderiam ser indemnizados das despesas com tempo e transporte (conhecidas como T&T). Reescrever comunicados de imprensa ou discursos era a norma, em vez de refletir, investigar e redigir histórias produzidas pelos jornalistas.

Até mesmo durante conferências de imprensa, testemunhei uma falta de incentivo a fazer perguntas, a tirar notas ou a questionar aquilo que era apresentado. Além disso, as conferências de imprensa eram demasiado longas — chegando a durar três horas — o que deixava os repórteres com pouco tempo para efetuarem outras entrevistas e cumprirem os seus prazos, mesmo que o quisessem fazer.

Esta falta de incentivo devia-se a outros fatores. No Gana, os jornalistas são mal remunerados. O salário médio é menos de \$US 100 por mês – e isto para alguém com experiência. Fre-

quentemente, os meios de comunicação social não compensam os seus funcionários pelas despesas de deslocação a conferências e eventos, e daí a necessidade da indemnização de T&T.

Após ter revelado estas questões, gostaria de transmitir alguns destaques e conquistas durante o meu período de oito meses. Alguns dos jornalistas com quem trabalhei chegaram a produzir histórias que desafiavam o *status quo* e trouxeram à luz questões importantes dentro da esfera dos direitos humanos, da justiça social e dos ODM. Foram expostos e abordados temas como a ameaça à saúde pela falta de saneamento básico de sanitários públicos, o tratamento duvidoso de crianças deficientes residentes em instituições psiquiátricas ou as condições de trabalho abomináveis de trabalhadores informais num aterro de material eletrónico.

O artigo sobre os sanitários públicos foi capa de jornal e a história sobre o aterro de lixo eletrónico foi um artigo em página dupla, com várias fotos e bastante texto. Ao mesmo tempo, reparei que o interesse dos repórteres disparava uma vez chegados ao terreno, assim como a sua curiosidade e análise crítica. Na minha perspetiva, surgia o «verdadeiro jornalista». Tendo isto em mente, julgo que não era uma questão dos repórteres não quererem investigar mais a fundo e chegar ao cerne de uma história, mas sim a falta de incentivo para o fazerem.

Há que mudar comportamentos e práticas na indústria da comunicação social, em especial no Gana e em outras nações onde a liberdade de imprensa é restrita e onde prevalece a pressão para aderir a agendas políticas. Os editores têm de ser chamados a aproveitar os talentos de que dispõem. As potencialidades dos repórteres têm de ser compreendidas na sua totalidade. Há que confiar nos jornalistas e dar-lhes a capacidade para ajudarem a selecionar o conteúdo dos meios de comunicação social. Uma abordagem mais colaborativa nas redações pode levantar o moral e melhorar a qualidade geral do trabalho.

Os repórteres têm de ser encorajados a abordar cada história sob a perspetiva dos direitos humanos e com os ODM em mente. As vozes daqueles que ainda não foram ouvidos têm de ser escutadas e incorporadas de forma adequada. As figuras de autoridade têm de ser desafiadas através da rejeição do status quo, colocando as questões certas e analisando criticamente as respostas. Isto irá diversificar e fortalecer a cobertura da comunicação social, representando holisticamente as populações a quem devem chegar, abordando as questões que precisam de ser alteradas e subsequentemente trazendo à luz aquilo que os ODM visam eliminar.

Além disso, os salários têm de ser aumentados e a compensação pelas despesas de deslocação tem de se tornar uma norma do sector, eliminando a necessidade de apoios para T&T. Colo-

cando isto em prática, o comunicado de imprensa irá deixar de ser o único fio condutor do conteúdo dos jornais e serão os repórteres a decidir a que conferências de imprensa irão assistir e durante quanto tempo.

Acredito que estas mudanças podem e irão acontecer com o aumento da formação e uma maior compreensão e adesão às práticas correntes do jornalismo internacional e aos ODM. Enquanto jornalistas, independentemente de onde vivemos e desempenhamos a nossa profissão, somos responsáveis por trazer à luz as matérias sobre direitos humanos e sobre injustiças sociais. Cabe-nos pressionar os governos e os seus líderes para que estes implementem a mudança, ao mesmo tempo que ajudamos a alcançar os ODM.

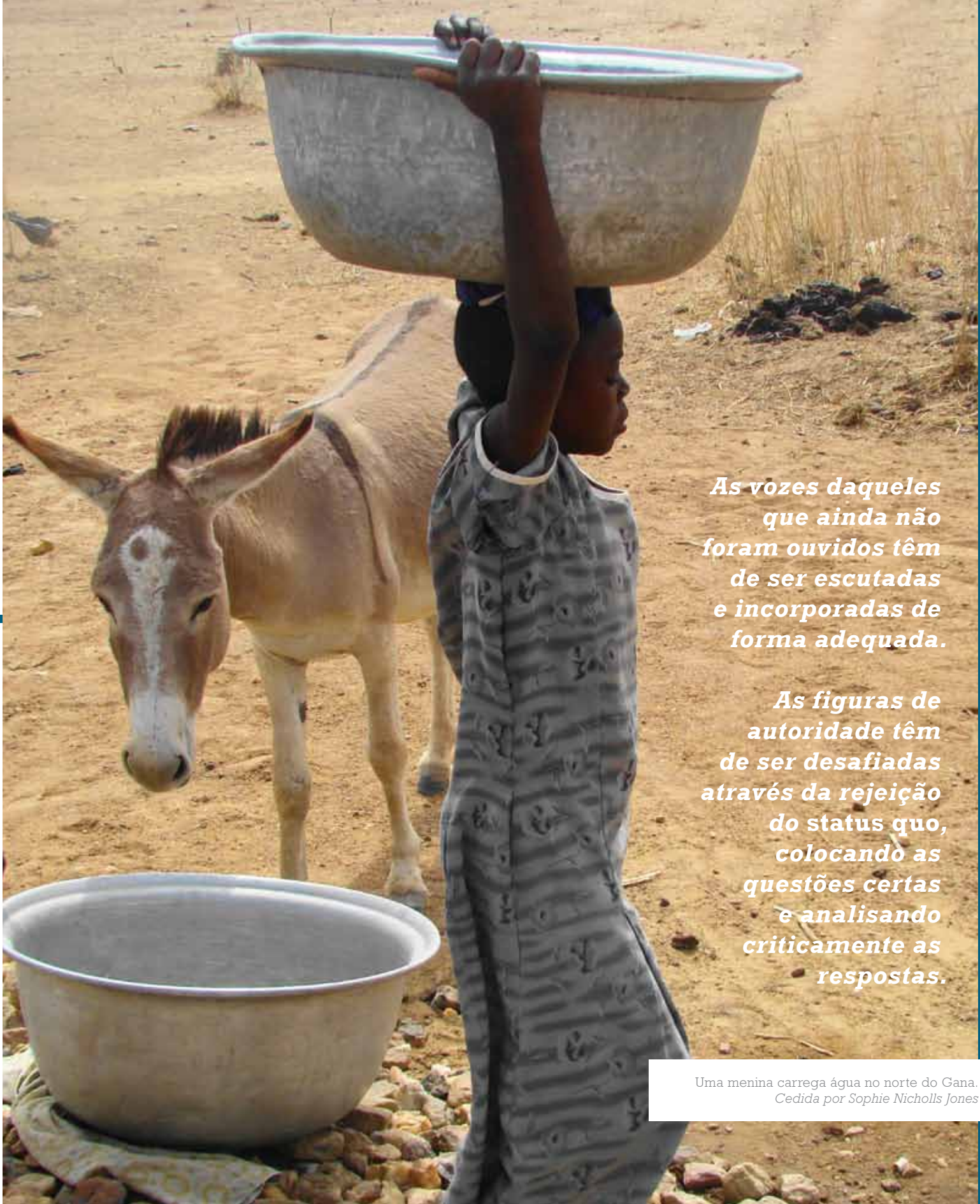
Chamar à atenção, educar os cidadãos que representamos e responsabilizar quem nos lidera pelas suas ações e decisões são a única forma para que se cumpram os compromissos internacionais e para que a mudança aconteça.

O prazo final para os ODM é 2015 — daqui a dois anos. Apesar de se terem feito progressos, ainda não estamos perto de alcançar esses objetivos. Isso apenas poderá acontecer se aqueles com capacidades para liderar conseguirem motivar e capacitar outros a segui-los.



Sophie Nicholls Jones é uma jornalista radicada em Toronto que trabalha como editora para o *Metro News International*. Nascida e criada no Canadá, a sua carreira como jornalista começou após ter-se formado em 2001 na Faculdade de Jornalismo da Universidade Ryerson. Durante a última década, trabalhou como repórter de imprensa para a Sun Media Corp. e como escritora freelancer para várias publicações canadianas.

O desejo de viver e de trabalhar no estrangeiro levou Sophie ao Gana em 2007, onde foi jornalista formadora ao serviço de uma ONG canadiana, Journalists for Human Rights (JHR, Jornalistas para os Direitos Humanos). Esta experiência despertou o seu interesse pelo desenvolvimento externo, motivando-a a frequentar uma pós-graduação em Desenvolvimento Internacional no Humber College, em Toronto. Utilizando as competências e conhecimentos adquiridos nesse curso, Sophie também trabalha em regime de part-time com a organização de caridade Canadian Journalists for Free Expression (CJFE, Jornalistas Canadianos para a Liberdade de Expressão).



As vozes daqueles que ainda não foram ouvidos têm de ser escutadas e incorporadas de forma adequada.

As figuras de autoridade têm de ser desafiadas através da rejeição do status quo, colocando as questões certas e analisando criticamente as respostas.

Uma menina carrega água no norte do Gana.
Cedida por Sophie Nicholls Jones

(30)

Oito objetivos, um esforço coletivo (Papua Nova Guiné)

Shirlyn Belden

Os meios de comunicação social e os ODM na Papua Nova Guiné

Informar sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) na Papua Nova Guiné é um trabalho essencial — mas é também uma tarefa difícil, que requer dedicação e responsabilidade. Quem escreve sobre os ODM tem de ser capaz de capturar a perspetiva humana nas suas histórias e, acima de tudo, precisa de ter um conhecimento aprofundado sobre o tema em questão, para conseguir entender as necessidades das pessoas e comunica-las eficazmente aos decisores.

A publicação e transmissão de notícias sobre os ODM é muito importante em todas as redações na Papua Nova Guiné. Aqui, a comunicação social tem uma relação de grande proximidade com as comunidades locais, o governo, as igrejas e as associações não-governamentais e, em grande medida, já causou impacto ao chamar a atenção das pessoas para os ODM.

Estações de rádio, jornais, programas televisivos, *freelancers* e pessoal de relações públicas: todos visam trabalhar em conjunto para abordar questões urgentes sobre o desenvolvimento. Dessa forma, sensibilizam não só o público como também o governo, assegurando assim que o país está no caminho certo para alcançar os ODM até 2015.

Porquê informar sobre os ODM na Papua Nova Guiné?

No ano passado, a Papua Nova Guiné conquistou a 153ª posição entre 180 países no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), caindo para a categoria de «baixo desenvolvimento humano». Nos últimos dez anos, o governo concentrou-se em melhorar a sua classificação no IDH: foram lançadas iniciativas de desenvolvimento, foram aprovadas leis e políticas e foram assinadas declarações. No entanto, muitas destas medidas foram infrutíferas.

Por exemplo, o governo da Papua Nova Guiné assinou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências (UNCRPD), mas até agora ainda não a rati-

ficou. Na opinião de uns estimados dez por cento da população do país que sofrem de alguma deficiência, as políticas do governo deixaram muito a desejar.

Os ODM abrangem as áreas que necessitam de atenção imediata na Papua Nova Guiné e foram adotados no país para estabelecer estratégias de desenvolvimento no campo social, económico e político. No entanto, é visível que uma abordagem correta às altas taxas de mortalidade materna e infantil, da iliteracia, do desemprego entre os jovens, do absentismo escolar, do VIH/SIDA e de outras doenças mortais, da violência doméstica e ainda de questões ambientais e de género exige um esforço coletivo. Esta conclusão e a necessidade de mecanismos específicos para abordar estes problemas de desenvolvimento levaram-me a defender e a fazer a cobertura jornalística dos ODM.

No meu trabalho, sou exposta constantemente à realidade do aumento da pobreza e da fome no meu país. Numa ocasião, deparei-me com o Raphael, uma criança de onze anos, que vinha de uma família desfeita e que vivia na rua desde os nove anos. O Raphael nunca tinha frequentado a escola e não sabia ler nem escrever. Quando o encontrei, não tinha casa, estava faminto e aparentemente sem esperança. Usava roupa velha e estava descalço. Disse-me que era difícil desenrascar-se nas ruas.

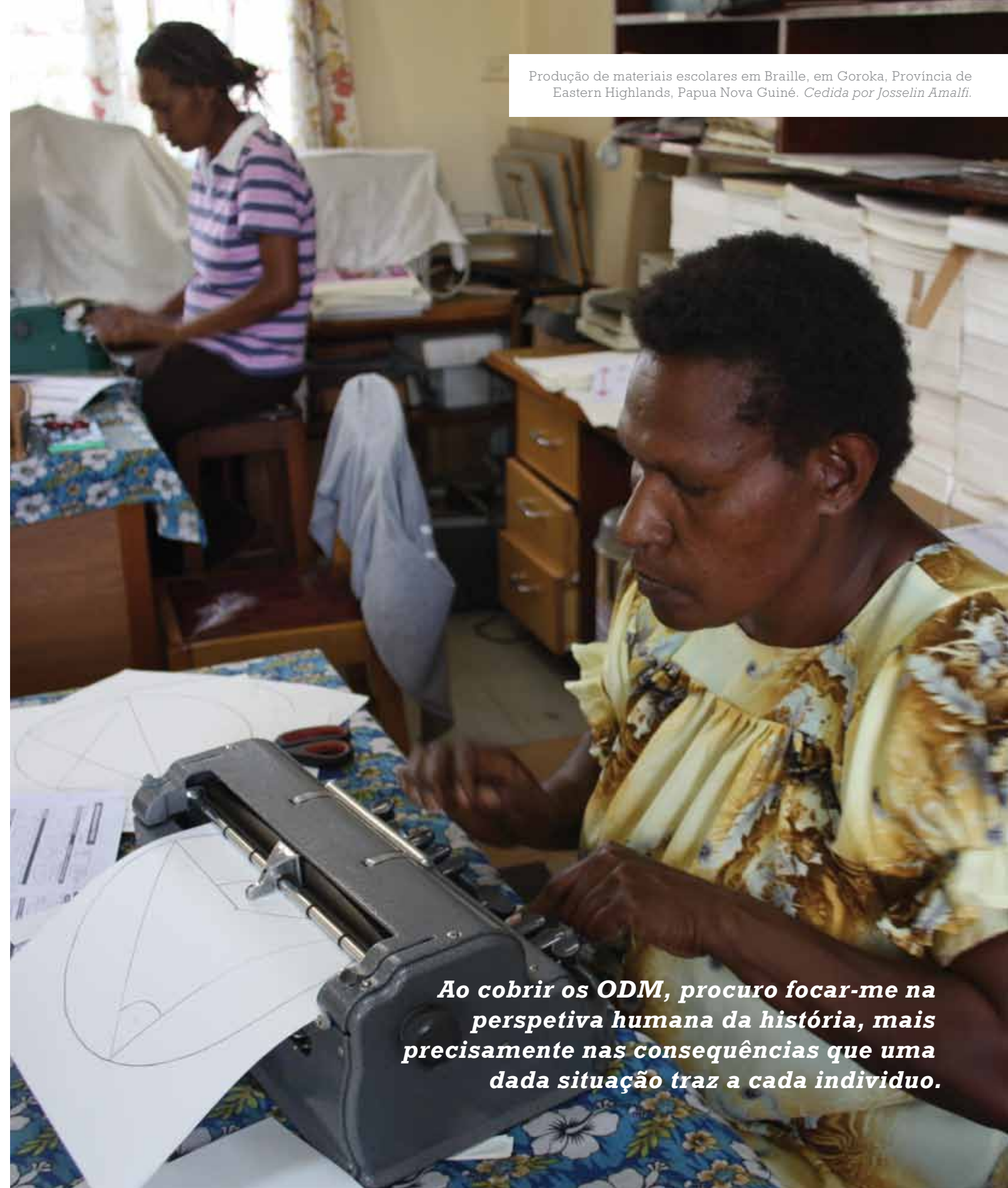
Tomar consciência da situação do Raphael entristeceu-me. É apenas uma das vinte mil crianças sem abrigo, só na capital de Port Moresby. Estas situações inspiram-me a escrever sobre os ODM e sobre outras abordagens de desenvolvimento para ajudar a minha comunidade.

Como informar sobre os ODM

Como jornalista, estou consciente dos desafios e das barreiras que o meu país continua a enfrentar. Nesse sentido, na minha escrita, tento ser o mais precisa e honesta possível, para transmitir eficazmente o que precisa de ser conhecido.

Ao cobrir os ODM, procuro focar-me na perspetiva humana da história, mais precisamente nas consequências que uma dada situação traz a cada indivíduo. Por vezes, pode ser bastante com-

Produção de materiais escolares em Braille, em Goroka, Província de Eastern Highlands, Papua Nova Guiné. *Cedida por Josselin Amalfi.*



Ao cobrir os ODM, procuro focar-me na perspetiva humana da história, mais precisamente nas consequências que uma dada situação traz a cada indivíduo.

plicado, porque, na Papua Nova Guiné, falar sobre as vivências de cada um pode ser uma questão muito pessoal.

Antes de mais, há que fazer a seguinte pergunta: «O que está a dificultar o desenvolvimento na comunidade?». Tentar descobrir as respostas a esta questão faz com que cobrir os ODM seja uma tarefa exigente.

Então, pergunto-me:

- Enquanto jornalista, o que posso fazer para ajudar as pessoas afetadas?
- Estará o governo da Papua Nova Guiné a tomar medidas e iniciativas para fazer frente a estes problemas?
- O que foi alcançado através destas medidas e iniciativas?
- Qual é a melhor maneira de trabalhar em conjunto com o meu governo e os parceiros de desenvolvimento para eliminar a pobreza no meu país?
- Estas perguntas precisam de uma resposta, a qual, dependendo da maneira como é transmitida, pode levar a uma ação imediata por parte daqueles com poder para iniciar a mudança.

Barreiras

Na Papua Nova Guiné, as maiores barreiras para quem tem a seu cargo informar sobre os ODM são a falta de consciencialização pública, a escassez de recursos modernos e de tecnologia dos meios de comunicação social, o terreno montanhoso e a liderança ineficaz.

De acordo com uma estimativa recente da UNESCO, pelo menos 44 por cento da população de Papua Nova Guiné são analfabetos — um número que a organização atribui parcialmente ao facto de serem faladas mais de 800 línguas no país. Desta forma, educar as pessoas sobre os ODM de modo a que os entendam e aceitem é um grande desafio.

Muitas redações não estão equipadas com o *software* ou infraestruturas mais recentes para acederem à informação e a comunicarem eficazmente. O terreno acidentado do país — uma geografia que faz com que, muitas vezes, a única opção de deslocação seja por via aérea — dificulta ainda mais a divulgação de notícias. Isto também pode significar que os benefícios de uma iniciativa orientada para os ODM numa área urbana nem sempre chegam a locais mais remotos.

A fraca liderança por parte das autoridades também não ajuda. É muito desencorajador noticiar sobre agências gover-

namentais que não implementam projetos orientados para os ODM que seriam benéficos para a população.

Na Papua Nova Guiné, qualquer jornalista que enfrente estas limitações tem de esforçar-se ainda mais para realizar reportagens investigativas sobre os ODM. Como referi, destacar a perspectiva humana pode aumentar a hipótese de se conseguir levar uma história à televisão, a um boletim informativo da rádio ou a uma página de jornal — o que, por sua vez, pode levar ao aumento da consciencialização do público e das oportunidades de promoção dos ODM.

Outro método eficaz para melhorar a difusão dos ODM é através do trabalho em conjunto com parceiros de desenvolvimento, tais como organizações religiosas ou comunitárias, empresas e outras agências colaboradoras.

Dada a situação atual na Papua Nova Guiné em relação aos ODM, é evidente que é necessário um esforço coletivo por parte dos cidadãos, dos parceiros de desenvolvimento nacionais e internacionais e do governo nacional, de modo a que se consiga alcançar os ODM até 2015. Nesse sentido, os jornalistas da Papua Nova Guiné assumem um papel importante ao escrever sobre as iniciativas e as políticas necessárias para que se alcance o resultado desejado.



Shirlyn Belden é jornalista no diário *The National*, na Papua Nova Guiné. A sua especialidade é cobrir questões sociais que afetam mulheres e crianças e questões relacionadas com o VIH/SIDA, com pessoas com deficiência e com o desenvolvimento da comunidade. Também participa na cobertura política e de saúde pelo *National*.

Shirlyn licenciou-se pela Universidade de Papua Nova Guiné em 2011 com uma licenciatura em Estudos de Comunicação Social. Trabalha no *National* desde então e vive em Port Moresby.

Antes de mais, há que fazer a seguinte pergunta: «O que está a dificultar o desenvolvimento na comunidade?».

Um grupo de meninas participa numa dança tradicional na Ilha Nusa, Papua Nova Guiné, um país considerado como tendo uma das mais graves disparidades de género no mundo. Cedida por Josselin Amalfi.

Uma mulher ajuda o seu filho com os trabalhos de casa numa casa degradada em Manágua, Nicarágua, a 7 de agosto de 2008. EFE/Mario López



(31)

Porquê escrever sobre os ODM? (Nicaragua)

María Haydée Brenes Flores

Porquê escrever sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio?

Não tem sido fácil, para mim, identificar o que me motiva verdadeiramente a escrever sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e sobre o quão importante é que se tornem uma realidade.

Muitos jornalistas passam por experiências marcantes antes de começar a trabalhar sobre assuntos relacionados com os direitos humanos. Para um jornalista, por exemplo, a motivação pode advir dos dados estatísticos que revelam o sacrifício que tantas famílias com dificuldades fazem para pagar a educação dos seus filhos. Um outro jornalista pode inspirar-se num acontecimento pontual e pessoal para escrever sobre os direitos humanos.

No meu caso, a inspiração foi um menino chamado Eliécer; descobri-o quando estava a fazer a cobertura de La Marcha del Hambre (A Marcha contra a Fome) em 2002. Era uma criança severamente malnutrida, como tantas outras de muitas famílias de trabalhadores rurais do norte do Nicarágua que se dirigiam, naquela altura, com os seus escassos pertences, para a capital, Manágua. Faziam-no para pedir comida ao governo, depois de a queda no preço do café ter levado os proprietários a não fazerem as colheitas e, consequentemente, a não precisarem de trabalhadores.

Eliécer já tinha sido hospitalizado várias vezes antes da Marcha del Hambre, mas os médicos diziam invariavelmente à sua mãe que não era no hospital que tinha de ser curado, mas sim em casa, com comida — com comida que ela não tinha.

Eliécer estava prostrado sobre uma pilha de madeira, num abrigo improvisado feito de plástico, sem ter forças sequer para enxotar as moscas que lhe pousavam na cara. Um procurador dos Direitos Humanos viu-o e pediu que o levassem para uma clínica, mas já era tarde demais. Eliécer morreu, mais uma vítima de um governo que não está disposto a cuidar do seu povo.

Os ODM são uma oportunidade fundamental para mudar o mundo e as vidas daqueles que o habitam. As metas propostas são ferramentas eficazes para a mudança e também um padrão de referência pelo qual se deve medir não só o avanço, mas também tudo aquilo que se negligencia.

Ainda assim, doze anos depois de os ODM terem sido apresentados, nada mudou. É verdade que foram implementados alguns programas, mas a um nível global não se veem mudanças significativas. Tratados e acordos — quer os que já se assinaram quer os que hão-de vir — são importantes, mas não são uma garantia de mudança. O governo do Nicarágua, numa tentativa de ir ao encontro de alguns dos ODM, assumiu compromissos internacionais, como, por exemplo, a proteção do ambiente, que surge em terceiro lugar na sua lista de prioridades, e no entanto apenas 0,7 por cento do orçamento nacional é usado para esse efeito. Nem sequer chega a um por cento — custa a acreditar.

Embora muitos analistas independentes tenham confirmado que os governos deturpam os números para sua conveniência, parece-me evidente de que existe realmente uma crise: afinal, ainda há pessoas a pedir comida e crianças que não podem ir à escola, apesar de a educação ser gratuita. Deixaria o seu filho ir à escola descalço, sem comida, sem um lápis e sem um caderno?

É difícil escrever sobre a fome e sobre a privação quando se conviveu de perto com isso. É difícil escrever sobre a igualdade de género quando se está num país em que um homem solteiro,

sem quaisquer responsabilidades, consegue mais facilmente um empréstimo para um carro, do que uma mãe solteira. É naturalmente difícil escrever sobre melhorias na área da saúde materna quando se está num país onde as mulheres, conscientes dos riscos que uma gravidez pode acarretar, têm medo de ter filhos, porque o aborto é agora ilegal. Em 2006, o governo do Nicarágua revogou a legislação relativa ao aborto «terapêutico» que dava prioridade à vida das mulheres em caso de doença ou situações de risco de vida. Atualmente, sendo o aborto ilegal em quaisquer circunstâncias, os médicos têm medo de ser presos por tentar salvar a vida destas mulheres e, como tal, evitam-nas ou transferem-nas para outros hospitais onde acabam por morrer, deixando órfãos os recém nascidos e os seus irmãos.

Embora possa ser difícil para os jornalistas noticiar eventos tão próximos das suas realidades, temos de nos manter fiéis ao nosso propósito enquanto jornalistas, temos de nos manter firmes no dever de contar as histórias que precisam de ser contadas e dizer ao mundo o que está a realmente a acontecer. É este o nosso compromisso, um compromisso no qual temos de acreditar, para evitar a morte de mais um Eliécer.



Nascida em Corinto, no leste da Nicarágua, **María Haydée Brenes Flores** estudou na Universidad Centroamericana, onde trabalhou também no gabinete de imprensa e relações públicas. Depois da licenciatura, trabalhou na edição de Domingo do jornal *La Prensa* e no departamento de reportagens especiais do jornal *HOY*. Posteriormente, integrou a equipa do *El Nuevo Diario*, onde permaneceu durante nove anos e desempenhou o cargo de diretora de jornalismo sobre Direitos Humanos.

María recebeu vários prémios pelo seu trabalho, incluindo o primeiro e terceiro prémios no Concurso Nacional de Jornalismo sobre Os Direitos da Criança em Notícia, realizado pela UNICEF e pela Universidad Centroamericana, em 2010 e 2009, respetivamente. Em 2009, recebeu uma bolsa de estudo pelo Programa Balboa para Jornalistas Iberoamericanos, tendo trabalhado ao serviço da agência de notícias Servimedia, em Madrid. Atualmente, trabalha como jornalista *freelancer*.

(32)

Agradecimentos

O International Press Institute (IPI, Instituto Internacional de Imprensa) agradece sinceramente o trabalho árduo, entusiasmo e dedicação de todas as pessoas que ajudaram a tornar este livro uma realidade.

Antes de mais, gostaríamos de agradecer a todos aqueles que contribuíram para o livro, cedendo o seu tempo e as suas competências para o benefício dos colegas jornalistas que trabalham em países onde a promessa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) ainda não foi cumprida.

O IPI expressa também o seu profundo agradecimento ao Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional (OFID), que reconheceu o valor deste projeto, concedendo-lhe uma bolsa que possibilitou a sua realização.

A agência de notícias espanhola EFE, bem como a European Pressphoto Agency (EPA) doaram a grande maioria das imagens do livro, que foram tiradas pelos seus talentosos fotógrafos, que merecem aqui um reconhecimento especial. Obrigado também a Josselin Amalfi e Alfredo García.

O IPI gostaria de reconhecer os tradutores competentes e dedicados cujo trabalho permitiu que este livro chegasse aos jornalistas de língua portuguesa: Alexandra Berg, Cristina-Villas Boas, Rita Freitas, Marta Gama, Muriel Garcia, Mariana Magalhães, Sílvia Melo, Sara Nogueira, Iryna Panasyuk, Marta Pereira, Manuel Portal, Sérgio Real, Fernanda Romero, Marta Ribeiro Salgado, Sandra Santiago, Joana Soeiro, Marlene de Sousa, e Wanda Woloszyn.

Um agradecimento especial a Elena Zagar Galvão, Cristina-Villas Boas, Marta Gama e Sara Nogueira da Universidade do Porto pelo excelente trabalho de organização e revisão das traduções.

Obrigado a Gonzalo Pizarro e aos colaboradores do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) pelo contributo para o futuro dos ODM. Obridago também aos colaboradores das Comissões Regionais da ONU: Francyne Harrigan, Jaromir Cekota, Aloysius Fomenky, Gerardo Mendoyza e Srinivas Tata.

Outras pessoas que merecem reconhecimento pela sua preciosa ajuda incluem Jessica Zoe Brettschneider e Sasu Siegelbaum.

Por último, cumpre ainda louvar a Monica LoCascio pela sua perícia e trabalho minucioso no *design* e impressão do belo livro que agora tem nas suas mãos.

Alison Bethel McKenzie

Diretora executiva do IPI

Mariela Hoyer Guerrero e Scott F. Griffen

Chefes de Redação

Todos os mapas reproduzidos com a permissão da **Seção de Cartografia das Nações Unidas**.

Todas as imagens reproduzidas com permissão.

Coordenador da tradução: *Scott F. Griffen*



International
Press
Institute

